



Fundação "la Caixa"

REALIZAÇÃO DO ESTUDO DO PANORAMA CULTURAL PORTUGUÊS
RELACIONADO COM OS PROGRAMAS CULTURAIS DE "LA CAIXA"

RELATÓRIO FINAL – FASE I

Outubro de 2019

INDICE

1.	Introdução	6
2.	Abordagem Metodológica	10
3.	Análise macro do quadro legal e institucional	25
3.1.	Cultura e Educação - quadro legal, orgânica da administração pública e orientações na conexão entre os dois setores	25
3.1.1.	Breve evolução da orgânica governativa para os dois setores	25
3.1.2.	Setor Educativo	28
3.1.3.	Sector Cultural	34
3.2.	Política pública nas áreas de conexão entre Educação e Cultura/ Cinema e Audiovisual e Teatro e Artes Cénicas	40
3.2.1.	Ensino e Educação	41
3.2.2.	Cultura	53
3.2.3.	Educação e Cultura	60
3.2.4.	Síntese final	68
4.	Os “ecossistemas” da Cultura e da Educação	71
4.1.	Os “ecossistemas” da Cultura e da Educação no panorama português: uma visão global	71
4.2.	O “ecossistema” cultural especificamente associado ao sector do Cinema e Audiovisual	81
4.2.1.	Agentes públicos e privados	82
4.2.2.	Tipologia de atividades	86
4.2.3.	“Boas práticas” e entidades de referência	88
4.2.4.	Abrangência e capilaridade territorial	95
4.2.5.	Recursos, espaços e canais de interação	98
4.2.6.	Principais desafios e obstáculos identificados	102
4.3.	O “ecossistema” cultural especificamente associado ao sector do Teatro e das Artes Cénicas	106
4.3.1.	Agentes públicos e privados intervenientes	107
4.3.2.	Tipologia de atividades	112
4.3.3.	“Boas práticas” e entidades de referência	114
4.3.4.	Abrangência e capilaridade territorial	121
4.3.5.	Recursos, espaços e canais de interação	122
4.3.6.	Principais Desafios e Obstáculos identificados	129

5.	Principais conclusões e identificação de oportunidades de intervenção da Fundação "la Caixa" no setor cultural em Portugal	136
5.1.	Síntese das conclusões: aspetos relevantes da conexão entre os setores da Cultura e da Educação em Portugal.....	136
5.2.	Pistas de orientação estratégica	144
6.	Fontes de informação e referências bibliográficas consultadas.....	149

ÍNDICE DE DESTAQUES

Destaque 1 - R. A. Residências Artísticas.....	49
Destaque 2 - Concertos Educação / Cultura	49
Destaque 3 - Entidade de Referência - Associação Cultural Os Filhos de Lumière	89
Destaque 4 - Entidade de Referência - Associação Cultural Zero em Comportamento	89
Destaque 5 - Projeto de Referência Criação de Públicos - Programa Crianças Prime1r	90
Destaque 6 - Projeto de Referência Literacia Fílmica - Close Up - Observatório de Cinema de Vila Nova de Famalicão	91
Destaque 7 - Programa de Referência Pedagogia pelo Cinema - CINEMA, CENT ANS DE JEUNESSE - CINEMA, Cem Anos de Juventude	92
Destaque 8 - Projeto de Referência Formação / Capacitação de Docentes - Ação de formação para professores "A didática da imagem animada e o cinema de animação com as TIC"	94
Destaque 9 - Programa Europeu de Educação pelo Cinema - CinEd.....	99
Destaque 10 - Programa de Referência Monitorização e Avaliação de Impacto – Projeto 10x10 (Fundação Calouste Gulbenkian).....	117
Destaque 11 - Projeto de Referência Monitorização e Modelo de Replicação - Curso Básico de Teatro (ACE Escola de Artes - Teatro do Bolhão)	118
Destaque 12 - Rede Referência de Programação Intermunicipal Associação Comédias do Minho	125
Destaque 13 - Rede Referência de Programação Intermunicipal Associação Artemrede	126
Destaque 14 - Festival Referência Materiais Diversos	127

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Síntese dos elementos mais relevantes do quadro legal e institucional e das políticas públicas orientadas para a Educação e Cultura – Cinema e Audiovisual e Teatro e Artes Cênicas	70
Figura 2 - Agentes públicos e privados do “ecossistema cultural” - cinema e audiovisual	86
Figura 3 - <i>Tipologia de iniciativas e projetos e “Boas práticas” no cinema e audiovisual</i>	95
Figura 4 - <i>Recursos, redes e comunicação no cinema e audiovisual</i>	102
Figura 5 – <i>Desafios e obstáculos na área do Cinema e Audiovisual</i>	103
Figura 6 – Agentes públicos e privados do “ecossistema” cultural – teatro e artes cênicas	111
Figura 7 – <i>Tipologia de iniciativas e projetos e “Boas práticas” no teatro e artes cênicas</i>	120
Figura 8 – <i>Recursos, redes e comunicação no teatro e artes cênicas</i>	129
Figura 9 – <i>Desafios e obstáculos na área do Teatro e Artes Cênicas</i>	130

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Estrutura da Base de Dados de Entidades e Projetos de Cruzamento Educação-Cultura (foco nos Setores do Cinema-Audiovisual e do Teatro-Artes Cênicas)	23
Tabela 2 - Instituições de ensino superior público e privado (universitário e politécnico) com oferta de cursos de 1º, 2º e 3º ciclo na área do Teatro e Artes Cênicas	76
Tabela 3 - Instituições de ensino superior público e privado (universitário e politécnico) com oferta de cursos de 1º, 2º e 3º ciclo na área do Cinema e Audiovisual	77

EQUIPA TÉCNICA

Equipa Base

Elisa Pérez Babo (coordenadora)	Licenciada em Economia Mestre em Planeamento do Território - Inovação e Políticas de Desenvolvimento Administradora da Quaternaire Portugal
Pedro Quintela (coordenador executivo)	Licenciado em Sociologia Mestre em Sociologia – Cidades e Culturas Urbanas Doutorando em Sociologia Consultor da Quaternaire Portugal
José Portugal	Licenciado em Antropologia Pós-graduado em Gestão e Políticas Culturais Consultor-coordenador da Quaternaire Portugal
Manuel António Pereira	Licenciado em Antropologia Consultor externo da Quaternaire Portugal
Mariana Feijó	Licenciada em Antropologia Mestre em Antropologia do Desenvolvimento e Transformações Sociais Consultora da Quaternaire Portugal
Rita Lobo Guimarães	Licenciada em Antropologia Mestre em Educação Artística Doutoranda em Antropologia Consultora externa da Quaternaire Portugal

Especialistas

António Manuel Figueiredo	Licenciado em Economia Estatuto curricular equivalente ao de Doutor em Economia em regime de Professor Auxiliar Convidado concedido pela Faculdade de Economia do Porto Diretor de Estratégia e Inovação da Quaternaire Portugal
Leonor Rocha	Licenciada em Ciências Sociais/História Mestrado em Educação – Formação e Aprendizagem ao Longo da Vida Doutoranda em Educação Consultora externa da Quaternaire Portugal
Lurdes Cunha	Licenciada em Filosofia Mestre em Educação – Avaliação Consultora- coordenadora da Quaternaire Portugal

1. Introdução

A Fundação “la Caixa” é uma importante organização sem fins lucrativos, fundada em 1904 e que, desde então, tem vindo trabalhar, um pouco por toda a Espanha em projetos e iniciativas que se incidem em distintos âmbitos e convocam diversos saberes disciplinares e *stakeholders* – com destaque para os domínios da ciência, cultura, ação social, educação e investigação.

Com a chegada a Portugal, em 2018, da Fundação “la Caixa”, esta instituição tem procurado, em conjunto com o BPI, implementar um conjunto importante de projetos, incidindo sobretudo nos domínios da ação social, pese embora esteja gradualmente a alargar a sua intervenção, designadamente através de apoios à investigação e à cultura. Na área da cultura em particular, importa relevar, para além do conjunto de apoios mecenáticos atribuídos a instituições culturais de relevo em Portugal, a realização neste país de várias iniciativas produzidas e coproduzidas pela própria Fundação “la Caixa”, onde se incluem, nomeadamente, exposições itinerantes (caso da recente exposição “A Floresta. Muito mais do que madeira”, em Matosinhos); exposições temporárias em colaboração com instituições culturais nacionais (caso da exposição “Terra Adentro. A Espanha de Joaquín Sorolla”, que esteve patente no Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa); concertos participativos (tendo-se já realizado em Viseu, Braga e Porto); e ainda o Concurso de Comissariado, dirigido a jovens comissários de arte, portugueses e espanhóis, em início de carreira.¹

O *Estudo do panorama português relacionado com os PROGRAMAS CULTURAIS de “la Caixa”*, oportunamente contratualizado entre a Fundação “la Caixa” e a Quaternaire Portugal (doravante designada QP), insere-se justamente neste contexto e, de algum modo, concretiza a vontade da Fundação “la Caixa” alargar a sua intervenção em Portugal no domínio da promoção das Artes e da Cultura. Em termos gerais, os principais objetivos deste Estudo consistem em dotar a Fundação “la Caixa” de um mapeamento do setor da cultura em Portugal, centrando num conjunto de domínios-chave que são estratégicos para a sua intervenção, identificando possíveis colaboradores e parceiros na implementação de projetos e iniciativas.

Em termos operacionais, o Estudo desdobra-se em duas fases, que se descrevem de seguida, realizando-se em paralelo.

Na Fase 1, analisam-se as relações e articulações entre os setores da Cultura e da Educação em Portugal, com vista a identificar projetos e iniciativas que, de algum modo, constituam “boas práticas”, de cruzamento e articulação entre os domínios da Arte, da Cultura e da Educação, dando destaque a duas áreas artísticas em particular – por um lado, o Teatro e artes cénicas, e

¹ Todas as informações sobre estas diferentes iniciativas da Fundação “la Caixa” em Portugal foram retiradas do *website* da instituição, disponível em <https://fundacaolacaixa.pt/pt/web/obra-social-portugal/home>

o Cinema e audiovisual, por outro –, relativamente à quais a Fundação da “la Caixa” pretende implementar, a breve trecho, dois projetos em Portugal, a saber: o concurso “CaixaCena”, com enfoque na área do teatro e das artes cénicas, a implementar a partir de setembro de 2019, e o programa “Participa Méliès”, centrado no cinema e audiovisual, a lançar em 2020.

Na Fase 2, analisa-se a oferta de equipamentos culturais existente em Portugal, centrando a análise em dois domínios muito relevantes para a atividade cultural da Fundação da “la Caixa”: oferta de exposições de arte e ciência, por um lado, e de concerto pedagógicos, por outro. Neste sentido, realizar-se-á um mapeamento e caracterização dos principais espaços museológicos e expositivos do país (incluindo, nomeadamente, Museus ou Centros Culturais que dispõem de salas de exposições de Arqueologia, Etnografia, Belas Artes, Arte Contemporânea, Arquitetura, Design e Cinema, bem como Museus de Ciência), assim como dos mais importantes equipamentos culturais cuja atividade está orientada para a *performance* e apresentação de espetáculos musicais ao vivo (salas de espetáculos, auditório, teatros e cineteatros).

O presente relatório sistematiza, assim, o conjunto de informações e reflexões que foi possível à equipa coligir no decurso da Fase 1 do Estudo, no sentido de caracterizar a forma como Portugal, sobretudo nas últimas duas décadas, tem vindo a acompanhar, ainda que com um relativo atraso, as grandes tendências internacionais de cruzamento e articulação entre os universos das artes e da cultura e o setor da educação.

Com efeito, este constitui um tema de grande atualidade e pertinência do ponto de vista político, social, artístico e educativo, relativamente ao qual têm vindo a ser introduzidas importantes desenvolvimentos e inovações artística, pedagógicas e teóricas que abrangem hoje tanto o setor da educação, através, nomeadamente, de uma grande diversidade de projetos e iniciativas pedagógicas que reconhecem inequivocamente a importância crescente das artes e da cultura, bem como do pensamento crítico e criativo, enquanto competências fundamentais para os estudantes do século XXI, devendo ser, por isso, cada vez mais integradas nos currículos e nos contextos da aprendizagem das crianças e dos jovens, como o setor artístico e cultural, onde têm ganho centralidade crescente projetos e iniciativas realizados em contexto de educação formal e informal, designadamente através dos chamados centros ou serviços educativos de inúmeras instituições culturais, mas também através de um número crescente de estruturas e agentes artísticos que, cada vez mais, desenvolvem projetos neste domínio, assumindo-se, formal e/ou informalmente, o papel de mediadores culturais.²

² Efetivamente, vários autores (ver, por exemplo, O’Neil e Wilson, 2010; Bishop, 2006, 2012; Allen, 2011; Heusden e Gielen, 2015; Michelkevičė, 2017; Matarasso, 2019) têm vindo a abordar a chamada “viragem educacional” (*educational turn*) no campo das instituições e das práticas artísticas contemporâneas, mas também a crescente atenção dedicada às práticas artísticas participativas, abertas à comunidade e aos seus diferentes segmentos (onde as crianças e jovens têm um evidente lugar de destaque), sublinhando justamente que este é um aspeto que progressivamente deixou de ter um lugar periférico, ou secundário, nas programações e nas práticas artísticas, constituindo atualmente um domínio de intervenção que não só é, cada vez mais, autónomo, como é crescentemente valorizado, assumindo frequentemente um elevado protagonismo e centralidade.

Trata-se, sem dúvida, um assunto “quente” no panorama internacional, mas que assume também, como veremos, uma importância crescente no contexto português, o que se reflete não só numa dinâmica crescente de projetos e iniciativas que são desenvolvidos neste domínio de cruzamento entre as artes e a educação, mas também num conjunto muito importante de iniciativas legislativas e estratégicas recentes que evidenciam a emergência de um olhar mais atento dos decisores políticos relativamente à importância destas questões.

Para além da presente introdução, e de uma seção final contendo todas as referências bibliográficas e outras fontes de informação utilizadas, o presente documento encontra-se fundamentalmente estruturado em cinco capítulos que se descrevem brevemente a seguir:

- O capítulo 2 foca a estratégia de abordagem metodológica que foi seguida na Fase 1 do Estudo, esclarecendo as técnicas de análise e as fontes de informação utilizadas pela equipa, e refletindo ainda acerca dos seus limites e potencialidades;
- O capítulo 3 apresenta uma análise macro do quadro legal e institucional em Portugal relativamente aos setores da Educação e da Cultura, apresentando a orgânica e o quadro legal de atuação atualmente em vigor na Administração Pública nestes dois setores, bem como descreve os principais instrumentos e medidas de política pública vigentes nas áreas do Ensino e das Artes, dando um enfoque particular ao Cinema e audiovisual e ao Teatro e artes cénicas;
- O capítulo 4 sistematiza os principais resultados da análise documental e, sobretudo, das entrevistas realizadas junto de diferentes agentes e instituições ligados aos setores da Cultura e da Educação em Portugal, apresentando não só uma panorâmica geral das relações e articulações entre os dois setores, mas sobretudo descrevendo criticamente os “ecossistemas” do teatro e artes cénicas e do cinema e audiovisual nas dinâmicas existentes, a diferentes níveis, de inter-relação e de articulação com o campo da Educação em Portugal;
- O capítulo 5 sistematiza, de uma forma sintética e relativamente genérica, as principais evidências e conclusões resultantes do trabalho de investigação realizado pela equipa, desenvolvendo, a partir daqui, um elenco crítico das grandes oportunidades e desafios que se colocam à atuação da Fundação “la Caixa” no contexto português, com vista a melhor informar a Fundação no processo de implementação de programas, projetos e iniciativas que visem fomentar cruzamentos entre o setor Educativo e as Artes, especialmente nos domínios do teatro e artes cénicas e do cinema e audiovisual.

Finalmente, importa referir que os elementos de caracterização, análise e reflexão constantes deste Relatório são complementados por uma Base de Dados que contém a identificação e os contactos de instituições e profissionais dos sectores cultural e educativo que a equipa considerou que poderão vir a ser relevantes no processo, gradual e faseado, de implementação e desenvolvimento em Portugal dos programas, projetos e iniciativas próprias da Fundação “la Caixa” no domínio das artes, cultura e educação.

Esta Base de Dados tem um carácter *work in progress*, constituindo, assim, um ponto de partida inicial que, atendendo ao tempo curto em que foi realizado o Estudo, inevitavelmente, conterà algumas lacunas a completar no contexto de um trabalho posterior de aprofundamento, de atualização e de gestão operacional desta de informação por parte da Fundação “la Caixa”. Neste sentido, entrega-se esta Base de Dados num formato digital (em Excel, programa de folha de cálculo da Microsoft, muito facilmente pesquisável e editável), o que permite uma consulta e gestão bastante flexível desta informação, incluindo a sua atualização regular.

2. Abordagem Metodológica

Este capítulo recupera e atualiza alguns dos elementos já apresentados no Relatório Preliminar – Abordagem Metodológica, apresentado à Fundação “la Caixa” em Abril de 2019, complementando-os com breves notas de reflexão sobre as principais potencialidades e limites da estratégia metodológica seguida pela equipa.

Como referido anteriormente, os principais objetivos da primeira fase do Estudo do panorama português relacionado com os PROGRAMAS CULTURAIS de “la Caixa” centram-se na descrição do modo de organização do país, designadamente em termos de Governo e da Administração Pública, central e local, e das principais dinâmicas e instituições que caracterizam os setores cultural e educativo em Portugal, bem como dos principais canais de informação/comunicação utilizados. Pretendeu-se ainda, por outro lado, realizar uma análise aprofundada dos setores do teatro e artes cénicas e do cinema e audiovisual, nas suas dimensões artística, educacional e social, com vista à recolha de informações relevantes para a Fundação “la Caixa” no quadro da implementação do concurso “Participa Méliès” e do programa “CaixaCena”.

Tendo em consideração o conjunto de objetivos definidos para a realização da Fase 1 deste Estudo, bem como atendendo aos *timings* apertados de que dispunha para o desenvolvimento do trabalho (aproximadamente 2 meses de trabalho, onde se inclui já o tempo de redação deste Relatório Preliminar e de desenvolvimento da Base de Dados), a equipa da QP teve necessidade de definir a estratégia de abordagem metodológica mais adequada. Acresce que, pelas características específicas do objeto de estudo em análise – projetos e iniciativas que cruzassem artes e educação, em Portugal, envolvendo diferentes contextos e *stakeholders* –, havia ainda necessidade de colmatar as notórias lacunas de informação específica existentes, o que obrigou a equipa da QP a alargar significativamente o número de entrevistas realizadas com “informantes privilegiados” face à proposta que foi inicialmente apresentada à Fundação “la Caixa”.

Por todos os motivos atrás mencionados, considera-se importante alertar, desde já, para que a leitura deste Relatório deve ser sempre feita com algumas cautelas, reconhecendo a equipa da QP que podem sempre existir algumas lacunas, nomeadamente em termos de abrangência territorial, no conjunto de informações sobre agentes e experiências (“boas práticas”) que são referenciadas e analisadas ao longo deste documento. Consciente deste facto, a equipa da QP procurou, contudo, esforçar-se para evitar cair, tanto quanto possível, em enviesamentos metodológicos que pudessem excessivamente condicionar a recolha de dados, a análise realizada e as conclusões resultantes do trabalho realizado. Neste sentido, procurou-se, através do recurso a diferentes fontes de informação, não só recolher e analisar um amplo e diversificado conjunto dados sobre instituições, projetos e iniciativas que, de diferentes modos, cruzam dimensões artísticas e pedagógicas, mas também tentando neste processo auscultar um leque

de intervenientes-chave com um perfil tão diferenciado quanto possível (nomeadamente, em termos de percurso e experiência profissional, de currículo e de *know-how* técnico-científico).

Em concreto, optou-se por estruturar as grandes componentes de trabalho de recolha e análise de informação a realizar durante a Fase 1 deste Estudo do seguinte modo, numa abordagem metodológica que combina instrumentos e técnicas de cariz qualitativo e quantitativo.

a) Levantamento e caracterização do setor cultural e do setor educativo em Portugal

Recolha e análise documental extensiva sobre o setor cultural e o setor educativo em Portugal, incluindo as articulações entre eles, tendo em vista uma caracterização global da situação na atualidade. Este trabalho de levantamento e análise de informação permitiu à equipa da QP:

- Caracterizar o modelo de organização macro dos dois sistemas, educativo e cultural, identificando tipologicamente os membros do governo e os organismos da administração pública de tutela e responsáveis pelas políticas públicas, a diferentes escalas territoriais, bem como os principais agentes intervenientes em cada um dos dois setores em análise;
- Caracterizar os principais canais de comunicação/informação (utilizando especialmente em suportes digitais) que são hoje utilizados pelas entidades, públicas e privadas, com relevância no sistema educativo português (*websites*, redes sociais, plataformas *web*, etc.);
- Identificar os principais eventos profissionais ligados à gestão e programação cultural, dando um enfoque específico aos setores do teatro e artes cénicas e do cinema e audiovisual;
- Mapear, de forma crítica e criteriosa, os profissionais e agentes que importa tomar em consideração, quer no setor cultural, quer no setor educativo.

Metodologicamente, realizou o levantamento e a análise de diversas fontes documentais, incluindo, designadamente:

- Quadro de legislação principal e documentos de orientação de cariz normativo mais importantes relacionados com os dois setores considerados (educação e cultura);
- Seleção de principais relatórios técnico-científicos de caracterização do sistema educativo-formativo português (incluindo ensino superior), bem como do setor cultural e criativo em Portugal;
- Seleção dos principais documentos de estratégia setorial que abordam especificamente os cruzamentos entre Arte, Cultura e Educação – como são os casos, nomeadamente, do Programa de Educação Estética e Artística (PEEA), promovido pela Equipa de Educação Artística da Direção-Geral da Educação (DGE) - Ministério da Educação; do

Plano Nacional de Cinema (PNC), promovido pela DGE, em articulação com Ministério da Cultura / Cinemateca Portuguesa; e ainda do recente Plano Nacional das Artes (PNA), promovido conjuntamente pelas tutelas da cultura e da educação, que está atualmente em preparação, cabendo a responsabilidade da sua elaboração a um grupo de trabalho liderado por um comissário e dois subcomissários.

- Principais indicadores estatísticos relacionados com o setor cultural e criativo e com o setor educativo português, utilizando para esse efeito as principais bases de informação estatística disponíveis à escala nacional (INE, PORDATA, CNE), desde que disponíveis sem qualquer custo suplementar e, sempre que pertinentes (nomeadamente para efeitos de análise comparativa), bases de informação estatística à escala europeia (EUROSTAT);
- Principais canais de comunicação/informação, em suporte digital, nos quais estão hoje presentes agentes e instituições culturais e educativas (*websites*, redes sociais, plataformas *web* e outras tipologias de repositórios de recursos educativos e outros em formato digital).

Complementarmente, realizaram-se entrevistas com elementos-chave ligados ao setor educativo e/ou ao setor cultural, sempre que possível presenciais (em caso de indisponibilidade de agenda, as entrevistas realizaram-se alternativamente via *skype* ou telefone), tendo em vista a apoiar na análise da informação documental recolhida que, como referido anteriormente, se revelou em vários aspetos dispersa, desatualizada e insuficiente. Os contactos estabelecidos com alguns destes interlocutores-chave foram não só muito relevantes para o enriquecimento do conhecimento da equipa da QP sobre as problemáticas em análise, como permitiram ainda agilizar a obtenção dos contactos de outros intervenientes com relevância para o Estudo.

De modo a abranger um universo diferenciado de interlocutores que, de alguma forma, pudesse traduzir diversas perspetivas e níveis de conhecimento e interação dentro do “ecossistema” cultural e educativo em Portugal, foram definidas as seguintes tipologias de entidades/individualidades a entrevistar:

- Perfil de Entrevistado 1 – representante do Sector Privado, Agente Financiador de Projetos que cruzam o sector da Educação com o Setor das Artes e da Cultura;
- Perfil de Entrevistado 2 - representante do Sector Público, Agente Promotor e/ou Financiador de Projetos que fomentam cruzamentos entre o sector da Educação e o sector das Artes e da Cultura;
- Perfil de Entrevistado 3 – representante do Sector Educativo com experiência na implementação e acompanhamento de Programas Educativos que fomentam cruzamentos com dimensões Artísticas e Culturais.

Entre abril e maio de 2019³ foram então agendadas e realizadas entrevistas presenciais com as seguintes personalidades de reconhecida relevância, considerando o conhecimento bastante vasto e transversal que dispõem do campo da cultura e da educação em Portugal e, sobretudo, dos cruzamentos e inter-relações existentes entre estes dois setores:

- Dra. Maria de Assis Swinnerton – foi Vice-Presidente do Instituto das Artes do Ministério da Cultura (2003-2005); foi Coordenadora Executiva e, mais recentemente, Diretora do Programa Gulbenkian Educação para a Cultura e Ciência; foi membro do grupo de trabalho em Educação e Cultura constituído pela Comissão Europeia (2008/2009; 2014/15); atualmente é assessora do Conselho de Administração da EGEAC, E.M.

Esta entrevistada corresponde ao Perfil 2, com experiência anterior de Perfil 1.

Entrevista presencial realizada em Lisboa, a 08/04/2019.

- Dr. Filinto Lima – atualmente Presidente da Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas; é, além disso, professor e Diretor da Escola Básica Dr. Costa Matos (Vila Nova de Gaia).

Este entrevistado corresponde ao Perfil 3.

Entrevista presencial realizada em Vila Nova de Gaia, 09 /04 /2019.

- Dra. Raquel Ribeiro dos Santos – responsável pela Programação nas áreas da Participação. Famílias e Escolas no âmbito da Culturgest – Fundação Caixa Geral de Depósitos, instituição privada com atividade relevante no apoio à criação cultural e artística em Portugal, designadamente nas áreas do teatro/artes performativas e do cinema/multimédia, entre outras.

Esta entrevistada corresponde ao Perfil 1.

Entrevista presencial realizada em Lisboa, a 08/04/2019.

- Dr. Paulo Pires Vale, Dra. Sara Barriga Brighenti e Dra. Nuno Humberto Pólvora Santos – respetivamente, o Comissário e os Subcomissários do Plano Nacional das Artes (atualmente em desenvolvimento).

Esta entrevistada corresponde ao Perfil 2.

Entrevista presencial realizada em Lisboa, a 11/04/2019.

³ Note-se que, por motivos de dificuldade de agenda, apenas a entrevista presencial com Dr. Nuno Cardoso, diretor artístico do Teatro Nacional São João acabou por realizar-se já fora deste período, durante o mês de junho.

- Dra. Antonieta Ferreira – Adjunta do Gabinete do Secretário de Estado da Educação, Prof. Doutor. João Costa, no Ministério da Educação.

Esta entrevistada corresponde ao Perfil 2.

Entrevista presencial realizada em Lisboa, a 11/04/2019.

- Dra. Manuela de Melo – Antiga vereadora da Cultura e Turismo da Câmara Municipal do Porto (1990 e 2002), tendo sido neste contexto responsável pela Porto 2001 – Capital Europeia da Cultura. Posteriormente, foi deputada à Assembleia da República, onde integrou a Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura. Mais recentemente, assumiu a presidência do Conselho Geral do Instituto Politécnico do Porto, e foi membro do Conselho Consultivo do Programa da Fundação Calouste Gulbenkian para a Educação e Ciência, Descobrir. Atualmente encontra-se reformada.

Esta entrevistada corresponde ao Perfil 2.

Entrevista presencial realizada no Porto, a 31/05/2019.

Como referido anteriormente, a realização destas entrevistas presenciais permitiu à equipa obter diversas informações e contactos relacionadas com o panorama nacional de articulação entre as questões artísticas e educativas, importando reconhecer que alguns dos contactos cedidos por estes intervenientes foram efetivamente muito úteis ao agendamento de posteriores entrevistas, bem como para o aprofundamento da análise documental.

Por outro lado, é ainda de referir que, na sua condição de Presidente da Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas, o Prof. Filinto Lima manifestou a sua total disponibilidade para a fazer circular um pedido de informações, elaborado pela equipa da QP, que foi enviado aos vários colegas diretores de agrupamento e escolas públicas; infelizmente, não foram obtidos quaisquer respostas até ao momento, pelo que estes dados não foram incorporados neste Relatório Preliminar.

- b) Levantamento e caracterização aprofundada do setor do cinema e audiovisual em Portugal e sua relação com o campo da educação

Tendo em vista um aprofundamento da recolha e análise documental realizada anteriormente no que respeita ao setor do cinema e audiovisual em Portugal, e das relações que este estabelece com o campo da educação (em diferentes contextos e níveis de ensino), propõe-se o recurso a técnicas de recolha de informação, de cariz quantitativo e qualitativo, que permitissem a

elaboração de uma grelha de leitura da situação atual no setor capaz de fornecer à Fundação “la Caixa” diversos elementos de informação úteis, passíveis de serem utilizados no processo de lançamento do concurso “Participa Méliès”, a partir de setembro de 2019.

Concretamente, pretendeu-se:

- Caraterizar a relação do setor do cinema e audiovisual com o campo da educação;
- Identificar e caraterizar os eventos (festivais, ciclos, etc.) e os equipamentos culturais de referência (“não-comercial”) no domínio do cinema e do audiovisual;
- Identificar e caraterizar os principais projetos educativos (1º e 2º ciclo do ensino básico, secundário e ensino profissional) relacionados com o domínio do cinema e do audiovisual;
- Identificar a presença do cinema e do audiovisual nos currículos educativos do 1º e 2º ciclo do ensino básico, do ensino secundário e do ensino profissional;
- Identificar e caraterizar projetos de formação de professores na área do cinema e audiovisual;
- Identificar instituições de formação, de ensino superior e de investigação que sejam de referência na área do cinema e audiovisual (incluindo a recolha de informação sobre formadores, professores e investigadores com conhecimento específico no âmbito da relação entre ensino e cinema/audiovisual);
- Identificar e caraterizar outros projetos e instituições de referência no âmbito desta articulação entre a esfera da educação e o setor do cinema e do audiovisual;
- Identificar e caraterizar outros projetos, associações, profissionais e empresas produtoras de cinema e audiovisual relevantes que estejam mais diretamente vinculadas ao mundo da educação (incluindo, quanto possível, informação sobre os profissionais que lideram estas instituições/projetos).

Metodologicamente, procedeu-se à recolha e análise aprofundada de elementos documentais que permitissem esclarecer o conjunto de aspetos anteriormente referidos. Nomeadamente, realizou-se a análise das seguintes fontes documentais:

- Legislação e documentos de cariz normativo especificamente relacionados com o setor do cinema e do audiovisual, incluindo no domínio da literacia cinematográfica e das relações do setor com o sistema educativo-formativo;
- Currículos educativos do 1º e 2º ciclo do ensino básico, do ensino secundário e do ensino profissional, com vista a apurar a presença de matérias e conteúdos relacionados com cinema e audiovisual;
- Relatórios técnico-científicos relevantes que incidam na articulação entre o setor do cinema e audiovisual em Portugal e o sistema educativo-formativo nacional (incluindo

ensino superior), designadamente tendo em vista a identificação e caracterização dos *players* mais relevantes no setor do cinema e audiovisual (instituições culturais, educativas, festivais, empresas produtoras de cinema, etc.), bem como de estudos de casos relevantes em matéria de boas-práticas;

- Principais canais de comunicação/informação, em suporte digital, nos quais estão hoje presentes agentes e as principais instituições ligadas ao setor do cinema e audiovisual, incluindo festivais, associações socioprofissionais do setor, cineclubes, universidades e centros de investigação (*websites*, redes sociais, plataformas *web* e outras tipologias de repositórios digitais, etc.);
- Informação relacionada com os apoios públicos ao cinema, anuais e plurianuais, concedidos a projetos e instituições do setor do cinema e audiovisuais, designadamente através do ICA - Instituto do Cinema e Audiovisual, mas também considerando outras fontes de financiamento privadas (nomeadamente, através de apoios concedidos por fundações culturais privadas, como a Culturgest – Fundação Caixa Geral de Depósitos ou a Fundação Calouste Gulbenkian que, de uma forma mais ou menor regular, acolherem festivais de cinema e/ou promoverem programas de fomento da educação e do conhecimento onde as áreas artísticas do cinema e do audiovisual são consideradas).

Atendendo à grande dificuldade em recolher e sistematizar este conjunto de informações no curto espaço de tempo disponível para a realização deste trabalho, bem como às anteriormente mencionadas lacunas existentes em matéria de informação específica sobre programas, projetos, eventos e outras iniciativas realizadas em Portugal que fomento cruzamentos do cinema e audiovisual com aspetos educativos e pedagógicos, realizaram-se entrevistas presenciais (ou, nos casos em que houve indisponibilidade de agenda, via *skype* ou telefone) com intervenientes-chave ligados aos setores do cinema e do audiovisual em Portugal, tendo em vista melhor orientar a recolha e análise de informação, tendo em consideração o âmbito deste Estudo.

De forma a procurar abranger um universo diferenciado de interlocutores que, de alguma forma, traduzissem diversas perspetivas e níveis conhecimento e interação dentro do “ecossistema” cultural e educativo em Portugal, foram definidas as seguintes tipologias de entidades/individualidades a entrevistar:

- Perfil de Entrevistado 1 – representante do Sector Público, Agente Promotor e/ou Financiador de Projetos que cruzam o sector da Educação com as áreas Cinema e audiovisual;
- Perfil de Entrevistado 2 – representante do Sector Educativo com experiência na implementação e acompanhamento de Programas Educativos que fomentam cruzamentos com a área do Cinema e audiovisual;

- Perfil de Entrevistado 3 – representante de Entidades Artísticas com experiência na implementação de Projetos Educativos nas áreas Cinema e audiovisual.
- Perfil de Entrevistado 4 – representante de Entidades de Ensino Superior Artístico nas áreas Cinema e audiovisual.

De acordo com os diversos perfis definidos, foram então entrevistadas, entre os meses de abril e maio, as seguintes entidades/personalidades:

- Dra. Teresa Garcia – foi programadora e produtora de oficinas e ciclos de cinema no âmbito da Porto 2001 – Capital Europeia da Cultura; atualmente, é diretora da associação cultural Os Filhos de Lumière, especializada no desenvolvimento de projetos de educação para o cinema dirigidos a crianças e jovens.

Esta entrevistada corresponde ao Perfil 3.

Entrevista presencial realizada em Lisboa a 08/04/2019.

- Dr. Luís Chaby Vaz, Presidente do Conselho Diretivo do Instituto do Cinema e do Audiovisual (ICA) – entidade pública responsável por apoiar o desenvolvimento das atividades cinematográficas e audiovisuais em Portugal.

Este entrevistado corresponde ao Perfil 1.

Entrevista presencial realizada em Lisboa a 11/04/2019.

- Doutora. Elsa Mendes – Especialista nas áreas de Cinema, História e Educação; atualmente, é coordenadora do Plano Nacional de Cinema (PNC), uma iniciativa conjunta da Presidência do Conselho de Ministros, através do Ministério da Cultura e do Ministério da Educação, operacionalizado pela Direção-Geral da Educação (DGE), pelo Instituto do Cinema e do Audiovisual (ICA) e pela Cinemateca Portuguesa — Museu do Cinema.

Esta entrevistada corresponde ao Perfil 2.

Entrevista presencial realizada em Lisboa a 08/05/2019.

- Prof. Luís Fonseca – realizador e argumentista; atualmente coordena o departamento de Cinema da Escola Superior de Teatro e Cinema do Instituto Politécnico de Lisboa (ESTC-IPL).

Este entrevistado corresponde aos Perfis 3 e 4.

Entrevista realizada via skype a 17/04 /2019.

- Prof. António Costa Valente – docente no Departamento de Comunicação e Arte na Universidade de Aveiro; simultaneamente, é dirigente do Cineclube de Avanca, sendo aqui responsável pelo festival "AVANCA - Encontros Internacionais de Cinema, Televisão, Vídeo e Multimédia"; atualmente é ainda o Presidente da Federação Portuguesa de Cineclubes

Este entrevistado corresponde aos Perfis 3 e 4.

Entrevista realizada via telefone a 16/04/2019.

- Prof. Doutor João Sousa Cardoso – artista, encenador e realizador; atualmente é professor da licenciatura em Cinema, Vídeo e Comunicação Multimédia na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e na Universidade Lusófona do Porto, onde leciona nos cursos de Ciências da Comunicação e da Cultura (licenciatura) e Comunicação Audiovisual e Multimédia (licenciatura e mestrado), sendo diretor deste último curso; é igualmente professor convidado na Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto

Este entrevistado corresponde aos Perfis 3 e 4.

Atendendo à experiência e conhecimento deste entrevistado do setor do teatro, enquanto ator e encenador, considera-se que esta entrevista permitirá igualmente à equipa recolher inputs relevantes sobre a articulação educação – teatro/artes cénicas.

Entrevista presencial realizada no Porto a 29/04/2019.

Para além da obtenção de contactos e de outras informações diversas relacionadas com o panorama nacional de articulação das questões artísticas e educativas, com foco específico nas relações entre cinema e educação, bem como outras informações sobre agentes e instituições consideradas de referência no domínio da literacia e pedagogia fílmica em Portugal, a realização destas entrevistas permitiu ainda à equipa obter posteriormente alguns elementos de informação complementar, incluindo não só dados adicionais sobre as atividades realizadas (elementos da caracterização, informações estatísticas, etc.). Destaque-se, a este propósito, o conjunto de dados relevantes disponibilizados à equipa, quer por entidades públicas com responsabilidades neste domínio, como o ICA e o PNC da DGE. Também são relevantes os elementos de informação adicionais sobre as atividades que realizam na Associação Os Filhos de Lumière.

Nalguns casos mais particulares, os contactos estabelecidos permitiram ainda à equipa da QP recolher testemunhos escritos adicionais de outros intervenientes, que complementaram e enriqueceram as informações recolhidas através das entrevistas realizadas. Tal foi o caso, nomeadamente, dos testemunhos escritos enviados por alguns docentes do Departamento de

Cinema da ESTC-IPL, na sequência da entrevista realizada com o Prof. Luís Fonseca.⁴ Destaque-se também a disponibilidade manifestada pelo Prof. Dr. António Costa Valente, enquanto Presidente da Federação Portuguesa de Cineclubes, em fazer circular pelos vários cineclubes um pedido de informações, elaborado pela equipa da QP, sobre a sua atividade cineclubista.⁵

- c) Levantamento e caracterização aprofundada do setor do teatro/ artes cénicas em Portugal e sua relação com o campo da educação

Tendo em vista um aprofundamento da recolha e análise documental realizada anteriormente, e adotando agora como enfoque específico do Estudo o setor do teatro e artes cénicas em Portugal, e das relações que este estabelece com o campo da educação (em diferentes contextos e níveis de ensino), recorreu-se igualmente a técnicas de recolha de informação, de cariz quantitativo e qualitativo, que permitissem a elaboração de uma grelha de leitura da situação atual capaz de fornecer à Fundação “la Caixa” diversos elementos de informação úteis, passíveis de serem utilizados no processo de lançamento do programa “CaixaCena”, a partir de 2020.

Concretamente, pretendeu-se:

- Caracterizar a relação do setor do teatro e artes cénicas com o campo da educação;
- Identificar e caracterizar os eventos (festivais, ciclos, feiras etc.) e equipamentos culturais de referência (“não-comercial”) no domínio do teatro/artes cénicas;
- Identificar e caracterizar projetos educativos (1º e 2º ciclo do ensino básico, secundário e ensino profissional) relevantes relacionados com o domínio do teatro/artes cénicas;
- Identificar a presença do teatro e artes cénicas nos currículos educativos do 1º e 2º ciclo do ensino básico, do ensino secundário e do ensino profissional;
- Identificar e caracterizar principais projetos de formação de professores na área do teatro e artes cénicas;
- Identificar instituições de formação, de ensino superior e de investigação que sejam de referência na área do teatro e artes cénicas (incluindo a recolha de informação sobre formadores, professores e investigadores com conhecimento específico no âmbito da relação entre ensino e teatro/artes cénicas);

⁴ Foram enviados à equipa contributos escritos do Prof. Emídio Buchinho e da Prof.ª Fátima Ribeiro, ambos docentes na ESCT-IPL.

⁵ Foram enviados à equipa contributos escritos das seguintes estruturas cineclubísticas: *Cine50Cuts* (Setúbal – responsável Dra. Diana Lima), *ABC Cineclubes de Lisboa* (Lisboa – responsável Dr. Manuel Neves), *Centro de Estudos Cinematográficos AAC* (Coimbra – responsável Dr. Tiago Santos), *Cineclubes Bairrada* (Bairrada – responsável Dra. Mónica Ferreira), *Cineclubes da Ilha Terceira* (R.A. Açores – responsável Dr. Jorge Bruno), *Cineclubes de Viseu* (Viseu – responsável Dr. Rodrigo Francisco) e do *Cineclubes da Ribeira Grande* (São Miguel – R.A. Açores – responsável Dr. Manuel Cabral).

- Identificar e caraterizar outros projetos e instituições de referência no âmbito desta articulação entre a esfera da educação e o setor do teatro e artes cénicas;
- Identificar e caraterizar outros projetos, associações, profissionais e companhias de teatro relevantes no campo da educação (incluindo informação sobre os profissionais que lideram estas instituições/projetos);
- Identificar empresas de comunicação especializadas em teatro e artes cénicas.

Metodologicamente, procedeu-se à recolha e análise aprofundada de elementos documentais que permitissem esclarecer o conjunto de aspetos anteriormente referidos. Nomeadamente, realizou-se a análise das seguintes fontes documentais:

- Legislação e documentos de cariz normativo especificamente relacionados com o setor do teatro/artes cénicas, incluindo as relações do setor com o sistema educativo-formativo português;
- Currículos educativos do 1º e 2º ciclo do ensino básico, do ensino secundário e do ensino profissional, e outros, com vista a apurar a presença do teatro/artes cénicas;
- Relatórios técnico-científicos relevantes que incidam especificamente na articulação entre o setor do teatro/artes cénicas em Portugal e o sistema educativo-formativo nacional (incluindo ensino superior), designadamente tendo em vista a identificação e caraterização dos *players* mais relevantes no setor do teatro/artes cénicas (instituições culturais, educativas, festivais, companhias de teatro, etc.), bem como de estudos de casos relevantes em matéria de boas-práticas;
- Principais canais de comunicação/informação, em suporte digital, nos quais estão hoje presentes agentes e as principais instituições ligadas ao setor do teatro/artes cénicas, incluindo festivais, associações socioprofissionais do setor, universidades e centros de investigação (*websites*, redes sociais, plataformas *web* e outras tipologias de repositórios digitais, etc.);
- Informação relacionada com os apoios públicos às artes, anuais e plurianuais, concedidos a projetos e instituições do setor do teatro/artes cénicas, designadamente através da DGArtes, mas também considerando outras fontes de financiamento privadas (nomeadamente, através de apoios concedidos por fundações culturais privadas, como a Culturgest – Fundação Caixa Geral de Depósitos ou a Fundação Calouste Gulbenkian que, de uma forma mais ou menos regular, acolherem festivais de teatro realizado em contexto escolar e/ou promoverem programas de fomento da educação e do conhecimento onde as áreas artísticas do teatro e das artes cénicas são consideradas).

Considerando as dificuldades em termos de lacunas de informação e do *timing* disponível para a recolha de informações, anteriormente já mencionadas, optou-se novamente pela realização

de um conjunto de entrevistas presenciais a intervenientes-chave nos setores do teatro e artes cénicas e educativo nacional, com vista a melhor preparar e orientar a recolha e análise de informação necessárias, designadamente atendendo ao âmbito do presente Estudo.

Assim sendo, e tendo em vista abranger um universo diferenciado de interlocutores que possam, de alguma forma, traduzir diversas perspetivas e níveis conhecimento e interação dentro do “ecossistema” cultural e educativo em Portugal, foram definidas as seguintes tipologias de entidades/individualidades a entrevistar:

- Perfil de Entrevistado 1 – representante do Sector Público, Agente Promotor e/ou Financiador de Projetos que cruzam o sector da Educação com a área do teatro e artes cénicas;
- Perfil de Entrevistado 2 – representante do Sector Educativo com experiência na implementação e acompanhamento de Programas Educativos que fomentam cruzamentos com a área do teatro e artes cénicas;
- Perfil de Entrevistado 3 – representante de Entidades Artísticas com experiência na implementação de Projetos Educativos na área do teatro e artes cénicas;
- Perfil de Entrevistado 4 – representante de Entidades de Ensino Profissional Artístico nas áreas do teatro e artes cénicas.

De acordo com os diversos perfis definidos, foram então entrevistadas, entre os meses de abril e maio, as seguintes entidades/personalidades:

- Dra. Carla Rosa – coordenadora da Equipa de Educação Artística da Direção-Geral da Educação, Ministério da Educação, responsável pelo Programa de Educação Estética e Artística (PEEA), estratégia integrada de intervenção, a nível nacional, para o fomento de diferentes formas de expressão artística em contexto escolar, incluindo o teatro.

Este entrevistado corresponde ao Perfil 2.

Entrevista presencial realizada em Lisboa a 08/05/2019.

- Dr. Américo Rodrigues – exerceu funções de Diretor do Teatro Municipal da Guarda e Coordenador da Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço; atualmente é o Diretor da Direção-Geral das Artes (DG Artes) – entidade pública responsável pelo apoio às artes performativas (onde se inclui o teatro) em Portugal.

Este entrevistado corresponde ao Perfil 1.

Entrevista presencial realizada em Lisboa a 24/04/2019.

- Dra. Luísa Corte Real – atualmente, é coordenadora do Centro Educativo do Teatro Nacional de São João (Porto), instituição pública onde se desenvolvem diversas atividades pedagógicas ligadas ao teatro, orientadas para um público escolar, incluindo os segmentos dos professores e alunos.

Este entrevistado corresponde ao Perfil 3.

Entrevista presencial realizada no Porto a 29/04/2019.

- Profs. Pedro Aparício, Glória Cheio e Sílvia Correia – são os dois primeiros interlocutores membros da Direção da Escola de Artes ACE (escola profissional artística sediada no Porto, com um polo em Vila Nova de Famalicão) e da companhia / equipamento cultural Teatro do Bolhão (Porto), e a terceira interlocutora professora na Escola de Artes ACE, onde é responsável pelo projeto-piloto Curso Básico de Teatro, para além de ser também atriz e investigadora.

Este entrevistado corresponde aos Perfis 3 e 4.

Entrevista presencial realizada no Porto a 30/04/2019.

- Dr. Nuno Cardoso – ator e encenador; atualmente é diretor artístico do Teatro Nacional de São João (TNSJ), tendo anteriormente desempenhado as funções de diretor artístico do Auditório Nacional Carlos Alberto, de coordenador da programação do Teatro Carlos Alberto (quanto este equipamento cultural passou a integrar a estrutura do TNSJ) e ainda de diretor artístico da companhia Ao Cabo Teatro.

Este entrevistado corresponde ao Perfil 3.

Entrevista presencial realizada no Porto a 26/06/2019.

Para além da obtenção de contactos e de outras informações diversas relacionadas com o panorama nacional de articulação das questões artísticas e educativas, com foco específico nas relações entre teatro e artes cénicas e educação, bem como outras informações sobre agentes e instituições consideradas de referência neste âmbito em Portugal, a realização destas entrevistas permitiu ainda à equipa obter posteriormente alguns elementos de informação complementar, incluindo não só dados adicionais sobre as atividades realizadas (elementos da caracterização, informações estatísticas, etc.). Destaque-se, a este propósito, o conjunto de dados muito relevantes que foram gentilmente disponibilizados à equipa da QP por parte de entidades públicas com responsabilidades nos domínios quer das artes, como a DGArtes, quer da educação, como a Equipa de Educação Estética e Artística da Direção Geral de Educação, responsável pela gestão do PEEA. Refiram-se ainda, por fim, o conjunto de informações adicionais sobre os projetos que a ACE/Teatro do Bolhão está neste momento a desenvolver.

Por fim, importa abordar ainda a estratégia de construção de uma Base de Dados operativa, contendo a identificação e os contactos de instituições e profissionais do sector cultural e do setor educativo que foram considerados relevantes no âmbito dos programas e iniciativas culturais que a Fundação “la Caixa” pretende vir a implementar e desenvolver em Portugal.

Conforme foi referido anteriormente, esta Base de Dados tem um essencialmente um carácter *work in progress*, admitindo-se que, atendendo ao curto espaço de tempo em que se desenrolou todo o trabalho técnico necessário à sua conceção e preenchimento, possam existir algumas lacunas de informação que podem ser posteriormente colmatadas pela equipa da Fundação “la Caixa”. Além disso, considera-se que uma operacionalização futura eficaz desta Base de Dados por parte da Fundação “la Caixa” pressupõe a sua manutenção e a atualização periódica dos dados que cada uma delas contém, nomeadamente através da prática regular de monitorização dos setores da educação e cultural, no sentido de identificar novos projetos, iniciativas e/ou intervenientes em domínios de cruzamento artes / educação; de igual modo, será com certeza necessário ir acompanhando a dinâmica associada ao conjunto de projetos, instituições e iniciativas que foram inscritas nesta Base de Dados, no sentido de ir atualizando elementos de informação relacionados com estas atividades, os seus responsáveis e parceiros.

Neste sentido, a Base de Dados agora entregue encontra-se num formato digital (em Excel, programa de folha de cálculo da Microsoft, muito facilmente pesquisável e editável), permitindo, assim, uma consulta e gestão mais flexíveis por parte da equipa da Fundação “la Caixa” responsável pela implementação e desenvolvimento dos programas e das iniciativas culturais da instituição em Portugal.

Do ponto de vista metodológico, o preenchimento desta Base de Dados fez-se sobretudo a partir da recolha e análise de fontes documentais diversas (com destaque para os *websites* das diferentes instituições). Importa, pois, novamente recordar que certamente existirão lacunas nos dados facultados por estas instituições, admitindo-se que alguns dos campos de informação possam ainda apresentar, no final deste trabalho, algumas lacunas ou insuficiências, as quais poderão ser atualizadas e completadas posteriormente, designadamente no âmbito de gestão futura desta Base de Dados.

O quadro seguinte apresenta, de uma forma sistematizada, a proposta de estruturação da Base de Dados de entidades e projetos de cruzamento educação-cultura (com um enfoque particular nos setores do cinema e audiovisual e do teatro e artes cénicas).

Tabela 1 - Estrutura da Base de Dados de Entidades e Projetos de Cruzamento Educação-Cultura (foco nos Setores do Cinema-Audiovisual e do Teatro-Artes Cénicas)

Campos de Informação		
Nível I	Nível II	Nível III
1. Entidades	1.1. Identificação	1.1.1. Designação 1.1.2. Localização da sede 1.1.3. Responsável 1.1.4. Contacto
	1.2. Estatuto jurídico	1.2.1. Administração Pública 1.2.2. Setor Público Empresarial 1.2.3. Setor Privado Empresarial 1.2.4. Setor Privado sem fins lucrativo (3º Setor)
	1.3. Setor de intervenção dominante	1.3.1. Educação 1.3.2. Cultura 1.3.3. Comunicação Social 1.3.4. Ação Social 1.3.5. Outros
	1.4. Posicionamento no “ecossistema” cultura e educação	1.4.1. Produtor/ criador/ executante 1.4.2. Parceiros de execução 1.4.3. Parceiros de financiamento, mecenato, patrocínio 1.4.4. Outras parcerias
	1.5. Domínio de intervenção (principal)	1.5.1. Teatro / Artes Cénicas 1.5.2. Cinema / Audiovisual 1.5.3. Artes Visuais 1.5.4. Património (arqueológico, histórico, etc.) 1.5.5. Ciência 1.5.6. Outros
	1.6. Planos e programas	1.6.1. Designação 1.6.2. Entidades parceiras 1.6.3. Ano de Lançamento 1.6.4. Público-alvo 1.6.5. Instrumentos de ação (tipologia) 1.6.6. Responsável 1.6.7. Contacto
2. Projetos	1.7. Identificação	1.7.1. Designação 1.7.2. Entidade promotora 1.7.3. Responsável 1.7.4. Contacto 1.7.5. Entidades parceiras
	1.8. Domínio de intervenção principal	1.8.1. Teatro / Artes Cénicas 1.8.2. Cinema / Audiovisual
	1.9. Tipologia dos instrumentos de ação	

3. Análise macro do quadro legal e institucional

O presente capítulo procura fazer uma introdução e enquadramento geral do modelo de organização legal e institucional dos setores da educação e da cultura em Portugal. Para além da caracterização geral do modelo de organização do Estado, no que toca a estes dois setores de intervenção, pretende-se evidenciar alguns dos desafios de articulação intersectorial entre as esferas da educação e da cultura que se têm colocado em Portugal. Posteriormente, identificam-se os organismos sob tutela administrativa direta do Governo que, na estrutura orgânica atual, estão diretamente implicados no fomento e apoio aos setores da educação e da cultura. Tendo por base a recolha e análise de informação documental, incluindo legislação e outros documentos de cariz normativo, são também elencadas e descritas as principais medidas e instrumentos de política pública que, no presente, inter-relacionam ou articulam explicitamente o sistema educativo e de ensino com o da cultura e, muito em particular, com as áreas artísticas do cinema e audiovisual e do teatro e artes cénicas. Neste contexto, conclui-se o capítulo apresentando algumas informações sobre a mais recente estratégia nacional de integração e articulação dos instrumentos de política disponíveis para os dois setores, tendo por base a relevância da educação, da cultura e das artes enquanto fatores de desenvolvimento e de coesão territorial: o *Plano Nacional das Artes*, cujas orientações estratégicas e operacionais irão vigorar nesta próxima década (2019-2029).

3.1. Cultura e Educação - quadro legal, orgânica da administração pública e orientações na conexão entre os dois setores

3.1.1. Breve evolução da orgânica governativa para os dois setores

A administração pública nos setores da Cultura e da Educação em Portugal, hoje organizada em égides distintas, com competências e orgânicas próprias, em diferentes áreas de atuação, é precedida de um desenvolvimento normativo e legislativo que nos propomos, de uma forma muito breve, enquadrar historicamente.

A partir de 1974, e com a entrada em vigência o I Governo Constitucional, foi criada pela primeira vez uma Secretaria de Estado da Cultura (SEC), que ficou na direta dependência da Presidência do Conselho de Ministros. Posteriormente, e até 1983, a tutela da SEC foi alternando entre a Presidência do Conselho de Ministros e o Ministério da Educação. Em 1983, com a entrada em vigência do IX Governo Constitucional, coincidindo com a preparação do processo de adesão de

Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), que culminará em 1986, o setor da Cultura assume, pela primeira vez, ainda que não definitivamente, o estatuto de ministério.

Efetivamente, ao longo de todo o período democrático, nem sempre foi reconhecida a pertinência de criar, dentro da orgânica do Governo, um Ministério da Cultura, tendo sido esta área frequentemente remetida para o nível de Secretaria de Estado. Com a SEC inserida em tutelas de diferentes ministérios, entre 1985 e 1994, só a partir de 1995 é que o setor da cultura volta a ser ministério autónomo, durante o XIII Governo Constitucional, constituindo este um momento decisivo na modernização da abordagem das políticas públicas ao setor da cultura em Portugal, num contexto em que o país procurava aproximar-se, em ritmo acelerado, dos padrões económicos, educativos e culturais dos restantes membros da União Europeia.

Dirigido por Manuel Maria Carrilho, a configuração do recém-criado Ministério da Cultura (MC) vai inspirar-se num modelo de forte intervenção pública no setor, à semelhança do que havia sido preconizado em França anos antes, incluindo no período em que Jack Lang foi ministro da cultura (1981-1992), criando para tal um conjunto de novos instrumentos e medidas de política cultural, para além da revisão profunda de toda a orgânica do próprio ministério.⁶ A criação do MC em Portugal refletiu ainda a emergência no país, desde o final da década de 1980, de um consenso político alargado em torno da importância da cultura⁷ no quadro da política de desenvolvimento do país. Tal veio igualmente a refletir-se num incremento do investimento público, muito especialmente ao nível dos municípios que, desde meados da década de 1990, obtiveram um protagonismo crescente enquanto agentes indutores e promotores de cultura – que, inequivocamente, impulsionam uma modernização e qualificação das políticas públicas nesta área.⁸ Contudo, importa observar que, apesar do significativo incremento da despesa pública em cultura em Portugal, no período compreendido entre 1995 e 2008, em que se registou um crescimento contínuo, essa assumia, ainda assim, valores relativamente baixos quando comparados com a média dos países da U.E.⁹

Em 2011, com o XIX Governo Constitucional, volta a extinguir-se o Ministério da Cultura, reatribuindo-se as funções de promoção cultural à tutela de um Secretário de Estado diretamente dependente do primeiro-ministro. Entre 2011 e 2015, o país encontrou-se sob efeitos da aplicação de um duro “programa de intervenção externa”, o qual justificou a adoção de medidas de “ajustamento” muito restritivas que, entre outros aspetos, se repercutiram numa grande austeridade na ação do Estado nos diversos setores da governação, incluindo a da Cultura e o da Educação. Com efeito, a diminuição acentuada do investimento público teve impacto

⁶ Para uma visão panorâmica deste conjunto de alterações, ver Santos, 1998.

⁷ Sobre a construção de um consenso político alargado em torno da importância da cultura, ver Silva, 2004.

⁸ Existem vários estudos que analisam a relevância das autarquias locais no desenvolvimento das políticas culturais em Portugal. A este propósito, cf. nomeadamente Santos, 1998; Fortuna e Silva, 2001, 2002; Silva, 2007; Silva *et al.*, 2012, 2015; Lopes, 2000, 2009; Neves, 2000; Neves *et al.*, 2012; Garcia, 2014; Garcia *et al.*, 2016; Figueiredo e Babo, 2015.

⁹ Para uma visão comparativa do investimento em cultura em Portugal *versus* os restantes estados-membro da U.E. ver nomeadamente Pinto, 2012; Conselho da Europa/ERICarts, 2012.

transversal em todos os domínios da cultura, cujas atividades são numa grande parcela objeto de apoios por parte do Estado.¹⁰

Atualmente, no quadro da orgânica do XX Governo Constitucional, os sectores da Educação e da Cultura encontram-se governados e administrados por dois órgãos ministeriais autónomos e distintos: o Ministério da Educação e o Ministério da Cultura.

Esta alternância legislativa de reconhecimento da Cultura e da Educação como setores autónomos da governação parece ter contribuído para perpetuar as dificuldades de articulação entres os dois campos da política pública, apesar do consenso técnico, e até mesmo político, relativamente à necessidade de superar tais dificuldades. Recorde-se, a este propósito, que desde o *Relatório do Grupo Interministerial para o Ensino Artístico*, coordenado por Maria Emília Brederode Santos e publicado em 1996, têm sido constituídos vários grupos de trabalho que, para além de tentar diagnosticar os motivos que justificam essa desarticulação, se dedicaram a apresentar propostas orientadas para potenciar as articulações e sinergias entre os setores da educação e da cultura. No atual Governo, a apresentação recente do *Plano Nacional das Artes*, como veremos adiante, constitui um novo esforço para a dar resposta à necessidade de superar dificuldades históricas de articulação entre os dois setores.

Importa, por último, sublinhar que cada um destes setores não se encontra apenas regulado e administrado a nível central, cabendo aos níveis da administração regional, intermunicipal e local, um papel igualmente relevante no apoio e fomento das políticas públicas para a Educação e a Cultura, como iremos concretizar adiante.

No que diz respeito a estes níveis da administração, encontra-se atualmente em curso uma transformação da estrutura orgânica e do modelo de gestão da administração pública, com impacto relevante nos setores da Cultura e da Educação. A *Lei-quadro n.º 50/2018*, referente à “*transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais*”, introduz alterações significativas no modelo de organização, de gestão de competências e de alocação de recursos ao nível da administração pública não central, com impacto direto quer no sistema educativo e de ensino, quer no sector da cultura.

De seguida, procura-se traçar um panorama breve da forma de organização da administração pública, central e não central, nos setores da Educação e da Cultura em Portugal, desde a sua orgânica até aos diversos níveis de atuação, responsabilidade e competência. Posteriormente, a análise irá focar-se na caracterização dos principais instrumentos de política pública vigentes para o ensino e as áreas artísticas do cinema e audiovisual e do teatro e artes cénicas.

¹⁰ Para uma abordagem do impacto da ‘crise’ no setor artístico, cultura e criativo em Portugal, ver Garcia, 2014; Garcia *et al.*, 2016; Quintela e Ferreira, 2018.

3.1.2. Setor Educativo

Organização do Sistema Educativo e de Ensino

No que diz respeito à organização do setor da educação dentro da administração pública central importa começar por referir que, em Portugal, o sistema educativo encontra-se estruturado de acordo com um instrumento normativo, a *Lei de Bases do Sistema Educativo*, que estabelece o seu quadro geral, garantindo a salvaguarda de uma permanente ação formativa e que compreende a educação pré-escolar, a educação escolar e a educação extraescolar (a qual se integra numa perspetiva de educação permanente).

Concentrando-nos na educação escolar, esta compreende o ensino básico, o ensino secundário e o ensino superior, correspondendo aos níveis de educação de 1 a 6 da Classificação Internacional Normalizada da Educação (*ISCED – International Standard Classification of Education*).

Em Portugal, o ensino básico é universal, obrigatório e gratuito e tem atualmente a duração de nove anos de escolaridade. Divide-se em três ciclos: o 1º ciclo, que compreende os 1º, 2º, 3º e 4º anos; o 2º ciclo, que compreende os 5º e 6º anos; e, por fim, o 3º ciclo, que compreende os 7º, 8º e 9º anos. Ingressam no ensino básico as crianças que completem seis anos.

Após esta 1ª fase de escolaridade, segue-se o ensino secundário que, a partir de 2009, passou também a ser universal, gratuito e obrigatório. O acesso ao ensino secundário é feito depois de concluído, com aproveitamento, o ensino básico. O ensino secundário tem a duração de três anos e compreende os 10º, 11º e 12º anos. Os cursos do ensino secundário podem ser realizados em várias áreas alternativas, pressupondo que no final do 9º ano é feita uma opção por parte dos alunos: cursos científico-humanísticos, cursos artísticos especializados, cursos de aprendizagem, cursos de educação e formação, cursos profissionais, cursos tecnológicos e cursos de hotelaria e turismo.

Após a habilitação com curso do ensino secundário, é facultada aos alunos a possibilidade de ingressarem no ensino superior, através da realização de provas de demonstração da capacidade para a sua frequência. Atualmente em Portugal, o ensino superior encontra-se sob uma tutela ministerial distinta (Ministério da Ciência e Ensino Superior), compreendendo o ensino universitário e o ensino politécnico, e inclui três ciclos de estudos, cuja conclusão confere, respetivamente, os graus de licenciado, de mestre e de doutor.

Por último, importa sublinhar que é na educação escolar, sobretudo nos níveis básico e secundário, que, como iremos ver adiante, hoje incidem os principais instrumentos de política que fomentam uma interseção entre as práticas pedagógicas e as áreas artísticas – incluindo ao nível do cinema e audiovisual e do teatro e artes cénicas –, valendo-se do novo enquadramento

legislativo por parte da administração pública central assente numa nova abordagem intersectorial da Cultura, das Artes e da Educação.

Efetivamente, e conforme observam Pedro Abrantes *et al.* (2019, pp. 144-145), em Portugal, desde meados da década de 1980, com a aprovação da *Lei de Bases do Sistema Educativo* (Lei 46/86, de 14 de outubro), as dimensões artísticas estão presentes de uma forma transversal no currículo durante o 1º ciclo do ensino básico (1º ao 4º ano) e, de uma forma já mais circunscrita, durante o 2º e 3º ciclo do ensino básico (5º ao 9º ano), através das disciplinas de música e educação visual e, em parte, da presença da dança no currículo de educação física.

Paralelamente, existe em Portugal uma oferta de ensino artístico disponível para o 2º e 3º ciclo do ensino básico e o ensino secundário, articulando assim a frequência de disciplinares que compõem o currículo regular, com outras específicas da área artística que estes alunos se encontram a frequentar. Com efeito, desde 2012 foram criados o Curso Básico de Dança, o Curso Básico de Música e o Curso Básico de Canto Gregoriano, dirigidos a alunos dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico (segundo a Portaria n.º 225/2012, de 30 de julho), seguindo-se o Curso Secundário de Dança, o Curso Secundário de Música (com as vertentes em Instrumento, Formação Musical e Composição), o Curso Secundário de Canto e o Curso Secundário de Canto Gregoriano, para alunos a frequentarem o ensino secundário (de acordo com a Portaria n.º 243-B/2012, de 13 de agosto). Trata-se de uma medida que veio permitir aos alunos que se encontram a frequentar estes dois graus de ensino, terem, de um modo articulado com as disciplinas que compõem o seu currículo escolar normal, uma oferta especializada de ensino vocacional, numa destas três áreas artísticas – Dança, Música e Canto Gregoriano –, de acordo com uma carga horário que está devidamente definida.

Note-se que os Cursos Básicos de Dança, de Música e de Canto Gregoriano podem ser frequentados tanto em regime integrado, num único estabelecimento de ensino, ou em regime articulado, em dois estabelecimentos de ensino. No caso dos Cursos Básicos de Música e de Canto Gregoriano podem ainda ser frequentados em regime supletivo, num estabelecimento de ensino, sendo a sua frequência restrita à componente de formação vocacional (isto é, disciplina da área artística específica). No caso dos Cursos Secundários, apenas na área da Música se admite que possam ser frequentados em regime supletivo, estando previsto nos restantes casos que a frequência seja realizada em regime integrado e articulado. Importa ainda mencionar, por outro lado, que em qualquer um destes cursos, cabe a cada escola, dentro do quadro da sua autonomia, assegurar uma boa gestão e articulação dos tempos letivos dos alunos, combinando as disciplinas do currículo geral e do currículo vocacional da forma que considerem ser mais conveniente, desde que respeitem as cargas horárias semanais legalmente definidas.

Como será abordado no capítulo 4, está atualmente numa fase de experiência nalgumas escolas do Norte do país (o projeto-piloto engloba concelhos da Área Metropolitana do Porto, bem como os concelhos de Vila Nova de Famalicão e Braga) o Curso Básico de Teatro, projeto que visa

alargar a possibilidade dos alunos dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e do secundário acederem a uma oferta articulada de ensino vocacional na área do teatro.

Recentemente, na sequência de um conjunto de alterações legislativas recentes que estão claramente patentes no *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* (Despacho nº6478/2017 de 26 de julho), o qual será analisado de um modo mais detalhado adiante, ocorreu um reconhecimento inédito em Portugal do papel estruturante das artes na educação. Estão abertas, deste modo, novas perspetivas para uma presença mais transversal de conteúdos e dimensões de cariz artísticos nas diversas disciplinas e ao longo do percurso escolar dos alunos, entre o 1º e o 12º ano de escolaridade.

Governo e Administração Central

Hoje, em Portugal, o Setor Educativo é governado, regulado e administrado pelo Ministério da Educação que *“tem por missão formular, conduzir, executar e avaliar a política nacional relativa ao sistema educativo, no âmbito da educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário e da educação extraescolar, e a política nacional de juventude e desporto, bem como articular, no âmbito das políticas nacionais de promoção da qualificação da população, a política nacional de educação e a política nacional de formação profissional.”*¹¹

Este Ministério inclui, na estrutura do Governo atual, três Secretarias de Estado – Adjunta e da Educação, de Educação e da Juventude e Desporto –, cabendo a cada uma delas responsabilidades em pastas de políticas específicas e relevantes no setor da educação. O ensino superior, como referido, está tutelado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e pela Secretaria de Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

À luz do modelo de administração direta do Estado no setor da educação, a nível central, existe um conjunto de organismos responsáveis pela organização e a prestação de serviços públicos, dentro da orgânica do Ministério da Educação, os quais detêm um determinado grau de autonomia no seu modelo de gestão. Tratam-se Serviços centrais: Secretaria Geral, da Inspeção Geral da Educação e Ciência, da Direção-Geral da Administração Escolar da Direção-Geral da Educação, da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, do Instituto de Avaliação Educativa e do Instituto de Gestão Financeira da Educação, I. P.. Ainda no que diz respeito à administração central, importa referir que existem outros órgãos do foro consultivo e/ou executivo, em articulação com outros ministérios, que figuram igualmente como agentes importantes na definição, na implementação e/ou na avaliação de diferentes políticas públicas no setor educativo. Destacam-se o Conselho

¹¹ <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/area-de-governo/educacao/acerca>

Nacional de Educação, o Conselho de Escolas, a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, que hoje se encontra sob tutela conjunta do Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e em coordenação com o Ministério da Economia, e o Editorial do Ministério da Educação e Ciência.

Atentemos no papel especialmente relevante da Direção Geral de Educação que reúne nas suas competências o desenho, implementação e avaliação de programas e planos educativos, tendo ainda responsabilidades específicas na estruturação e regulação do sistema de ensino em Portugal, excluindo o ensino superior.

Direção-Geral da Educação

Enquanto serviço da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa, a Direção-Geral da Educação, adiante designada por DGE, é o organismo que tem por missão *“assegurar a concretização das políticas relativas à componente pedagógica e didática da educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário e da educação extraescolar, prestando apoio técnico à sua formulação e acompanhando e avaliando a sua concretização, bem como coordenar a planificação das diversas provas e exames.”*¹²

As atribuições da DGE são as seguintes, incluindo âmbitos de relevância em matéria curricular e nas áreas artísticas, que surgem destacadas a negrito:

¹² Tal como estipulado no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 14/2012, de 20 de janeiro (alterado pelo Decreto-Lei n.º 266-F/2012, de 31 de dezembro).

“- Desenvolver os currículos e os programas das disciplinas, as orientações relativas às áreas curriculares não disciplinares, bem como propor a respetiva revisão em coerência com os objetivos do sistema educativo;

- Desenvolver o estudo sobre a organização pedagógica das escolas, propondo medidas de reorganização;

- Coordenar a planificação das provas de aferição, das provas finais, dos exames nacionais, dos exames a nível de escola equivalentes aos nacionais, e dos exames de equivalência à frequência dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário;

- Estabelecer as normas para o processo de classificação das provas de aferição, das provas finais, dos exames nacionais, dos exames a nível de escola equivalentes aos nacionais, e dos exames de equivalência à frequência dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, bem como as referentes à reapreciação e reclamação das mesmas provas;

- Promover os mecanismos de apoio à prestação de provas finais e de exame por parte dos alunos com necessidades educativas especiais;

- Promover a investigação e os estudos técnicos, nomeadamente estudos de acompanhamento e avaliação, no âmbito do desenvolvimento curricular;

- Coordenar, acompanhar e propor orientações, em termos científico-pedagógicos e didáticos, para as atividades da educação pré-escolar e escolar, abrangendo as suas modalidades de educação especial e de ensino à distância, incluindo as escolas portuguesas no estrangeiro e de ensino do português no estrangeiro, em articulação com o serviço do Ministério dos Negócios Estrangeiros responsável pela gestão da respetiva rede;

- Conceber, coordenar e acompanhar o desenvolvimento, em termos pedagógicos e didáticos, da educação artística;

- Coordenar, acompanhar e propor orientações, em termos científico-pedagógicos e didáticos, para a promoção do sucesso e prevenção do abandono escolar e para as atividades de enriquecimento curricular e do desporto escolar;

- Conceber orientações e instrumentos de suporte às escolas no âmbito da implementação e acompanhamento de respostas de educação especial e de apoio educativo;

- Identificar as necessidades de material didático, incluindo manuais escolares, e assegurar as condições para a respetiva avaliação e certificação;

- Contribuir para o planeamento das necessidades de formação inicial, contínua e especializada do pessoal docente, em articulação com a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência e a Direção-Geral da Administração Escolar;

- Assegurar na sua área de atuação as relações internacionais, sem prejuízo da coordenação exercida pela SG e das atribuições próprias do Ministério dos Negócios Estrangeiros, bem como promover a cooperação internacional”.¹³

A multiplicidade de atribuições deste organismo no âmbito da coordenação, regulação e administração do setor educativo são ilustrativas da relevância do mesmo nas questões de educação, formação, pedagogia e ensino em Portugal. Assim sendo, e como será descrito adiante, é a DGE que desenha, coordena e implementa grande parte dos instrumentos e políticas públicas nos quais se enquadram as ações, os projetos e as iniciativas que intersejam as esferas da pedagogia e do ensino com as diversas áreas artísticas, incluindo o cinema e audiovisual e o teatro e artes cénicas.

¹³ Decreto-Lei n.º 14/2012, de 20 de janeiro.

Administração Regional e Local

Focando agora na administração pública regional e local, importa começar por ter em linha de conta a relevância de alguns dos poucos serviços periféricos da administração pública do setor da educação, tal como acontece com as Direções Regionais de Educação das regiões autónomas da Madeira e dos Açores, que têm uma competência territorialmente limitada, mas que são responsáveis pela criação de planos e programas próprios, de acordo com as necessidades de cada um destes territórios.

Na escala regional, importa igualmente referir que a Direção Geral do Estabelecimento Escolares (DGEstE), serviço central do Ministério da Educação, dotada de autonomia administrativa, possui no campo das suas atribuições *“Assegurar a execução das políticas educativas definidas no âmbito do sistema educativo de forma articulada pelas diversas circunscrições regionais”*¹⁴. Esta Direção Geral dispõe, no âmbito da sua orgânica, de cinco unidades orgânicas desconcentradas, de âmbito regional, com a designação de Direção de Serviços da Região Norte, da Região Centro, da Região de Lisboa e Vale do Tejo, da Região Alentejo e da Região do Algarve, que se encontram sediadas, respetivamente, nas cidades do Porto, Coimbra, Lisboa, Évora e Faro, sendo dirigidas por delegados regionais de educação a quem cabe assegurar, nomeadamente, *“a orientação, a coordenação e o acompanhamento das escolas, promovendo o desenvolvimento da respetiva autonomia, cabendo-lhe ainda a articulação com as autarquias locais, organizações públicas e privadas nos domínios de intervenção no sistema educativo, visando o aprofundamento das interações locais e o apoio ao desenvolvimento das boas práticas na atuação dos agentes locais e regionais da educação, bem como assegurar o serviço jurídico-contencioso decorrente da prossecução da sua missão.”*¹⁵

Por outro lado, a anteriormente enunciada *Lei-quadro n.º 50/2018*, que estabelece as bases da *“transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais”*, inaugurou um novo papel de responsabilidades e recursos conferidos às Câmaras Municipais, possibilitando-lhes, assim, uma articulação mais direta com os Agrupamentos Escolares dos seus respetivos municípios. Deste modo, cada um dos 308 municípios portugueses pode hoje assumir um protagonismo singular no desenho de políticas públicas escolares e educativas ajustadas às necessidades e potencialidades de contexto local e regional.

Por último, e no que diz respeito ao desenvolvimento da administração regional e local do setor educativo, será importante referir que o novo *Regime de Autonomia das Escolas* fruto do *Decreto-lei nº137/2012* tem conduzido a um processo contínuo de maior autonomia e eficácia destas unidades orgânicas escolares (UO) pela proximidade com a sua realidade local. Este instrumento de política pública, *“através da celebração de contratos entre a escola, o Ministério*

¹⁴ <https://www.dgeste.mec.pt/index.php/a-dgeste/>

¹⁵ <https://www.dgeste.mec.pt/index.php/a-dgeste/>

da Educação e outros parceiros da comunidade, nomeadamente Câmaras Municipais”, dota as escolas e os agrupamentos escolares não só de uma maior autonomia, bem como de uma maior flexibilização organizacional e pedagógica, permitindo, assim, uma nova articulação da administração pública do sistema educativo a nível central e local, com vista à melhoria do sistema público de educação.

3.1.3.Sector Cultural

Governo e Administração Central

Em Portugal, atualmente o setor da cultura é tutelado pelo Ministério da Cultura, que *“tem por missão formular, conduzir, executar e avaliar uma política global e coordenada na área da cultura e domínios com ela relacionados, designadamente, na salvaguarda e valorização do património cultural, no incentivo à criação artística e à difusão cultural, na qualificação do tecido cultural e, em coordenação com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, na internacionalização da cultura e língua portuguesa”*.¹⁶

A atual estrutura deste Ministério inclui a Secretaria de Estado Cultura, que coadjuva as funções do respetivo Ministério, na administração das políticas públicas específicas e relevantes no setor da cultura. Sob alçada do Ministério da Cultura existe uma série de organismos e serviços que, dispondo de uma determinada autonomia no seu modelo de gestão, intervém em setores específicos, incluindo a Inspeção-Geral das Atividades Culturais, o Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais, a Direção-Geral das Artes, a Direção-Geral do Património Cultural e as direções regionais de cultura. O Ministério da Cultura, em coordenação com o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, exerce direção das Biblioteca Nacional de Portugal e da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas. Encontram-se ainda, atualmente, sob tutela e superintendência do Ministério da Cultura, o Instituto do Cinema e do Audiovisual, I.P., a Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema, I.P., o Organismo de Produção Artística, E.P.E. – que integra o Teatro Nacional de São Carlos e a Companhia Nacional de Bailado –, o Teatro Nacional de São João, E.P.E. e o Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E.. Finalmente, a Ministra da Cultura exerce ainda os poderes, previstos nos respetivos estatutos, sobre a Academia Internacional da Cultura Portuguesa, a Academia Nacional de Belas-Artes e a Academia Portuguesa da História, possuindo como órgão consultivo o Conselho Nacional de Cultura. Por último, importa notar que, em fase posterior à conclusão da análise que informa o presente Estudo, e na sequência da recente tomada de posse do XXII Governo, passou a existir uma Secretário de Estado do Cinema, Audiovisual e Media, sendo por isso relativamente

¹⁶ <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/area-de-governo/cultura/acerca>

expetável que possam vir a existir alterações na orgânica que governa o setor do cinema e audiovisual, bem como nas grandes linhas de orientação estratégica, as quais não são, contudo, ainda completamente antecipáveis neste momento.

De entre as entidades referidas, que compõem a orgânica do Ministério da Cultural atual, as mais relevantes no fomento, apoio e dinamização do cinema e audiovisual e do teatro e artes cénicas são, respetivamente, o Instituto Cinema e do Audiovisual, adiante designado por ICA, e a Direção Geral das Artes, adiante designada por DGArtes. Para além destas duas entidades, existem ainda outras com relevância nestas áreas específicas do cinema e audiovisual e do teatro e artes cénicas: o Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema, I.P., o Organismo de Produção Artística, E.P.E. – que integra o Teatro Nacional de São Carlos e a Companhia Nacional de Bailado –, o Teatro Nacional de São João, E.P.E. e o Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E.. Estes organismos, que gerem alguns dos principais equipamentos destas áreas nas cidades de Lisboa e Porto, inscrevem uma competência e impacto mais circunscritos, nomeadamente, do ponto de vista financeiro e da sua abrangência territorial.

Pelo papel determinante que a DGArtes detém no fomento e apoio nas áreas do teatro e artes cénicas, e que o ICA inscreve no apoio ao desenvolvimento do cinema e audiovisual, torna-se, pois, incontornável uma descrição mais detalhada destes dois organismos públicos para conhecimento da sua missão e competências.

Direção-Geral das Artes

A DGArtes constitui um organismo público relativamente recente, tendo sido criado apenas em 2007, pelo Decreto-Lei nº91/2007, de 29 de março, resultando da fusão e concentração de funções que anteriormente competiam a outros organismos do MC, nomeadamente ao Instituto das Artes, em matéria dos apoios públicos às artes do espetáculo e arte contemporânea (artes plásticas e visuais, incluindo arquitetura e design), ao CPC – Centro Português de Fotografia, em matéria de apoio à difusão da fotografia, e ainda ao então ICAM – Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia, quanto a apoio multimédia. Tal como foi assinalado pelo atual Diretor Geral das Artes:¹⁷ *“este organismo tem sido alvo de diversas reestruturações por parte da tutela ao longo dos anos, não só em termos de orgânica como de disposições regulamentares, desde o redesenho permanente dos programas e instrumentos de apoio às artes até à indefinição de estratégias estruturadas para o setor”*.

A DGArtes aprovada na sua orgânica, missão, objetivos, meios e modelo de gestão pelo Decreto Regulamentar n.º 35/2012 - Diário da República n.º 62/2012, Série I de 2012-03-27, é um

¹⁷ Entrevista presencial, realizada em 24/04/2019

organismo que “tem por missão a coordenação e execução das políticas de apoio às artes em Portugal, com a prioridade de promover e qualificar a criação artística, bem como garantir a universalidade da sua fruição.”

As suas atribuições, enquanto organismo público do setor das artes, são as seguintes, incluindo domínios de claro cruzamento com o setor da educação:

- “- *Propor e coordenar medidas estruturantes nas áreas das artes visuais, artes performativas e cruzamento disciplinar;*
- *Implementar programas de apoio financeiro dirigidos ao setor das artes, consolidando e renovando o tecido artístico português;*
 - *Promover a igualdade de acesso às artes;*
 - *Fortalecer a projeção internacional dos artistas e outros agentes culturais portugueses;*
 - ***Estimular o diálogo interdisciplinar, articulando políticas intersectoriais que cruzem as artes com a ciência, a educação, a economia, o turismo, entre outros;***
 - *Assegurar e fomentar a produção de conhecimento específico sobre o setor;*
 - *Promover e divulgar a criação artística nacional, assegurando o registo, a edição e a divulgação de documentos e obras referentes às artes;*
 - *Realizar projetos e ações que contribuam para a valorização do setor das artes e dos seus profissionais.”¹⁸*

Dentro da sua orgânica, esta entidade inclui três Direções de Serviço, de Planeamento, Informação e Recursos Humanos, de Apoio às Artes e de Gestão Financeira e Patrimonial. A Direção de Serviços de Apoio às Artes inclui, dentro das suas atribuições, “Desenvolver de forma articulada com as direções regionais de cultura, bem como outros organismos da administração central ou local, as ações de promoção e divulgação, a gestão dos apoios, o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação e demais atividades empreendidas pela DGArtes”¹⁹, apresentando-se mais vocacionada para o envolvimento em processos de articulação com os organismos do setor do ensino e educativo.

Instituto do Cinema e Audiovisual

O ICA é também um instituto público integrado na administração indireta do Estado que, embora tutelado pela Secretaria de Estado da Cultura, está dotado de autonomia administrativa e financeira, bem como de património próprio. Como referido anteriormente, no atual Governo, recentemente empossado, existe uma Secretário de Estado do Cinema, Audiovisual e Media, passando agora o ICA a ser tutelado por esta nova Secretaria de Estado, pese embora ainda

¹⁸ In https://www.dgartes.gov.pt/sites/default/files/files/organizacao_leiorganica.pdf

¹⁹ In https://www.dgartes.gov.pt/sites/default/files/planoatividades2018_web.pdf

não estejam completamente clarificadas todas as alterações na orgânica governativa do setor, decorrentes desta alteração no Ministério da Cultura.

O ICA, organismo vocacionado para o fomento e apoio da indústria do cinema e audiovisual em Portugal, assume como atribuições:

- “Apoiar o membro do Governo responsável pela área da cultura na definição de políticas públicas para os setores cinematográficos e audiovisuais em conformidade com a sua missão;*
- Assegurar diretamente em colaboração ou através de outras entidades a execução das políticas cinematográficas e audiovisuais;*
 - Propor programas, medidas e ações com vista a melhorar a eficácia e a eficiência das políticas referidas na alínea anterior e assegurar a adequação destas às evoluções dos setores abrangidos;*
 - Promover uma efetiva divulgação e circulação nacional e internacional das obras, diretamente ou em cooperação com outras entidades;*
 - Assegurar a representação nacional nas instituições e órgãos internacionais nos domínios cinematográficos e audiovisual, nomeadamente a nível da União Europeia, do Conselho da Europa, da Cooperação Ibero-americana e da Comunidade dos países de Língua Portuguesa, bem como de outras plataformas de cooperação ou integração, sem prejuízo das atribuições próximas do Ministério dos Negócios Estrangeiros;*
 - Colaborar com as entidades competentes na elaboração de acordos internacionais no domínio cinematográfico e audiovisual e assegurar as tarefas relativas à aplicação dos acordos existentes, bem como estabelecer e aplicar parcerias e colaborações com instituições congéneres de outros países, sem prejuízo das atribuições próprias do Ministério dos Negócios Estrangeiros;*
 - Contribuir para um melhor conhecimento dos setores do cinema e do audiovisual, recolhendo, tratando e divulgando informação estatística ou outra relevante, por si próprio ou em colaboração com outras entidades vocacionadas para o efeito.*
 - Acompanhar a gestão do Fundo de Investimento para o Cinema e Audiovisual (FICA).”²⁰*

Organizado internamente em dois Departamentos, o de Gestão e o de Cinema e Audiovisual, este Instituto fornece vários serviços e produtos, donde destacamos, no quadro do relacionamento potencial com o setor da educação, a “promoção nacional e internacional do cinema e da cultura cinematográfica e audiovisual”.²¹

Administração Regional e Local

No que concerne aos níveis regional e local da Administração pública no setor da cultura, importa considerar a existência das Direções Regionais de Cultura (DRC), enquanto organismos que contribuem para a descentralização das políticas governamentais do Ministério da Cultura no

²⁰ In <http://www.ica-ip.pt/pt/o-ica/quem-somos/missao-e-atribuicoes/>

²¹ In https://ica-ip.pt/fotos/downloads/plano_de_atividades_2018_262165b23993b7b90d.pdf

território do Continente. Cada um destes organismos, sedeados nas quatro regiões plano²², do Norte (com sede no Porto), do Centro (em Coimbra), do Alentejo (em Évora) e do Algarve (em Faro), dotados de autonomia administrativa, inscreve o seu trabalho num âmbito geográfico de atuação circunscrito. No caso da circunscrição territorial Lisboa e Vale do Tejo, as atribuições e competências das DRC são exercidas pela Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) nos domínios da salvaguarda, valorização e divulgação do património cultural imóvel, móvel e imaterial e do apoio a museus e pela Direção-Geral das Artes (DGARTES) no domínio do apoio às artes.

As Direções Regionais de Cultura, em cada um dos territórios em que intervêm, assumem de acordo com as seguintes atribuições:

- *Assegurar o acompanhamento das atividades e colaborar na fiscalização das estruturas apoiadas pelos serviços e organismos da Presidência do Conselho de Ministros (PCM)²³ na área da cultura, em articulação com a Direção-Geral das Artes (DGARTES);*
- *Apoiar iniciativas culturais locais ou regionais, de caráter não profissional, que, pela sua natureza, correspondam a necessidades ou aptidões específicas da região;*
- *Propor à DGPC o plano regional de intervenções prioritárias em matéria de estudo e salvaguarda do património arquitetónico e arqueológico, bem como os programas e projetos anuais e plurianuais da sua conservação, restauro e valorização, assegurando, em articulação com a DGPC, a respetiva promoção e execução;*
- *Gerir os monumentos, conjuntos e sítios que lhe forem afetos e assegurar as condições para a sua fruição pelo público;*
- *Assegurar a gestão das instituições museológicas que lhe forem afetas.²⁴*

Este trabalho passa sobretudo pela articulação entre os diversos agentes envolvidos no projeto comum de desenvolvimento cultural de cada região, sendo a DRC o organismo que tem na sua missão dar continuidade aos grandes objetivos da política cultural do governo, interpretando-os e traduzindo-os, no quadro das suas competências próprias.

Assim, e dada a diferença entre as necessidades e as potencialidades culturais presentes nas quatro regiões (NUT II), encontramos a adoção de diversas estratégias em cada uma das quatro DRC. Se umas DRC privilegiam a criação de estratégias de aproximação de públicos à oferta de equipamentos culturais e agentes artísticos presentes na região, com o desenvolvimento de inúmeras parcerias com as autarquias, escolas e universidades, outras concedem prioridade à promoção e dinamização de atividades que contribuam para o (re)conhecimento, salvaguarda,

²² Em Portugal, as regiões plano são circunscrições territoriais que correspondem ao nível II da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS), estabelecida pelo Decreto –Lei n.º 46/89, de 15 de fevereiro.

²³ Atualmente, do Ministério da Cultura, de acordo com a orgânica do Governo de Portugal atual.

²⁴ Decreto-lei_114_2012_de_25_de_maio-organica_das_direcoes_regionais_da_cultura.pdf

preservação e valorização dos patrimónios culturais, móveis, imóveis e imateriais, que estão presentes no território.

Num registo de maior autonomia legislativa, temos as DRC das duas regiões autónomas, Madeira e Açores (DRCRAM – Direção Regional de Cultura da Região Autónoma da Madeira e a DRAC – Direção Regional de Cultura da Região autónoma dos Açores, respetivamente). Embora também com uma competência territorialmente limitada, correspondente ao território de cada região autónoma, estas entidades são responsáveis pela definição e implementação de políticas públicas próprias no setor cultural, artístico e patrimonial.

Refira-se novamente que, tal como no setor da Educação, a *Lei-quadro n.º 50/2018 da “transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais”* tem um impacto significativo na Administração pública à escala local e supramunicipal.

Neste contexto, ocorre um reforço do papel na coesão socioterritorial do país que é hoje desempenhado pelas 23 associações voluntárias de municípios, as Comunidades Intermunicipais (CIM) e as Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto. Com efeito, estas entidades de âmbito intermunicipal, apresentando traços bastante diversos em termos do desempenho das atribuições que a lei lhes confere, na medida em que dispõem de equipas técnicas e capacidade de intervenção e de articulação com as Câmaras Municipais variáveis, tem contribuído de forma determinante para a criação de sinergias supramunicipais, incluindo na gestão de instrumentos de política enquadrados nos programas de financiamento europeu. Em alguns casos, embora pouco significativos, tem-se verificado que as CIM intervêm também na promoção e desenvolvimento de projetos e estímulos no campo da economia cultural e criativa dentro dos seus territórios de intervenção (por exemplo, no caso particular da CIMAC).

O processo em curso de descentralização de serviços, de competências e de recursos virá a produzir transformações na administração pública local, nomeadamente Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia. Dentro do setor específico da cultura, os Municípios tem mantido e consolidado um papel relevante no apoio, fomento e dinamização do tecido e das dinâmicas culturais locais. Por outro lado, o reforço de recursos junto dos Municípios têm subjacente uma maior expectativa e exigência na sua capacidade de gerir de forma eficaz e eficiente um conjunto de bens de património cultural e equipamentos culturais inscritos nos seus territórios.

Sublinha-se ainda o papel que as Câmaras Municipais inscrevem enquanto atores fundamentais na implementação de políticas públicas orientadas para o desenvolvimento, para a valorização e pra qualificação cultural e artística e ajustadas às necessidades e potencialidades de cada território. A Câmara Municipal é ainda hoje, em muitos concelhos, um agente preponderante não apenas na promoção do acesso à cultura e às artes e da fruição cultural junto das populações, como no desenho e implementação de redes, formais e informais, envolvendo a criação de sinergias e parcerias com as comunidades locais, envolvendo equipamentos culturais, agentes

artísticos, associações culturais, ONG e outros *stakeholders*. Estas redes são, cada vez mais frequentemente, de natureza supramunicipal, no contexto regional ou nacional e em muitos casos, as Câmaras Municipais procuram a abertura exterior do tecido cultural fomentando através da inserção em projetos e redes internacionais, a internacionalização dos tecidos artísticos e culturais.

O emergente paradigma de maior proximidade e articulação entre os diversos níveis da administração pública, central, regional, intermunicipal e local repercute-se também no setor cultural conduzindo, muitas vezes, ao desenho e implementação de políticas públicas culturais “customizadas” a cada cidade e região, tendo como protagonistas destas respostas os atores de cada “ecossistema” local. Desta forma, procura-se contribuir para atenuar as assimetrias que ainda persistem no país, entre territórios de elevada e baixa densidade, litoral e interior, urbanos e rurais.

3.2. Política pública nas áreas de conexão entre Educação e Cultura/ Cinema e Audiovisual e Teatro e Artes Cénicas

Após a identificação da orgânica atual da administração pública portuguesa para os setores da Educação e da Cultura, mais diretamente implicada no fomento e apoio de iniciativas e projetos que se situam privilegiadamente interface destes setores, procura-se de seguida sistematizar a multiplicidade de orientações e de instrumentos de política que se destinam a cumprir as linhas de orientação estratégica de cada um dos ministérios e na relação entre ambos. Esta sistematização incide com mais profundidade nas áreas do cinema e audiovisual e do teatro e artes cénicas.

Importa sublinhar que a necessidade de articulação entre as duas tutelas responsáveis pelas políticas da Cultura e da Educação já regista algum histórico em Portugal. Com efeito, tal “necessidade de articulação institucional” tem sido, desde meados da década de 1990, amplamente referenciada em diversos estudos e relatórios de grupos de trabalhos interministeriais.²⁵ Tal como consta, por exemplo, no *Relatório do Grupo de Trabalho entre Ministério da Cultura e Ministério da Educação*, coordenado por Jorge Barreto Xavier e publicado em 2004, onde é referido que “A situação do País, numa análise comparativa com parceiros europeus, impõe a definição de um plano estratégico de atuação que estabeleça metas, defina prioridades, institua padrões de exigência e assegure a sustentabilidade das práticas”²⁶,

²⁵ Entre os principais documentos de referência sobre articulação entre as políticas para a Educação e Cultura, produzidos em Portugal nas últimas duas décadas, destacam-se os seguintes: Relatório do Grupo Interministerial para o Ensino Artístico (coord. Maria Emília Brederode Santos, 1996), relatório A educação artística e a promoção das artes, na perspetiva das políticas públicas (coord. Augusto Santos Silva, 2000), Relatório do Grupo de Trabalho entre Ministério da Cultura e Ministério da Educação (coord. Jorge Barreto Xavier, 2004), relatório Estudo de avaliação do ensino artístico (coord. Domingos Fernandes, 2007) e o documento Estratégia Nacional Educação Cultura (coord. Jorge Barreto Xavier, 2015).

²⁶ In Xavier, 2004: 50.

justificando, assim, a urgência da construção de “(...) uma proposta de modelo de intervenção baseada na estreita ligação entre os Ministérios da Educação e da Cultura.”²⁷. E, contudo, a verdade é que, apesar do conjunto de importantes reflexões, orientações e propostas que são emanadas destes relatórios, Portugal continua a manifestar uma significativa dispersão das iniciativas e projetos que articulam dimensões artísticas e educativas, que surgem de uma forma bastante pontual, casuística e até *ad hoc*, em geral com implementação muito localizada e frequentemente descontinuada sem qualquer tipo de avaliação, refletindo as insuficiências de um domínio das políticas públicas que carece claramente de reforço de medidas concretas e de financiamento.²⁸

Atualmente, como referido, perspectiva-se uma crescente convergência das orientações estruturais dos Ministérios da Educação e da Cultura no sentido dessa articulação interinstitucional, que se reflete na alteração ou renovação do quadro legal ou da orgânica de cada um destes sectores da administração pública, mas também na conceção e lançamento da execução do Plano Nacional das Artes para o horizonte temporal de 2019-2029. Este plano, como veremos, ambiciona enquadrar um leque diversificado e inovador de instrumentos de política pública, assim como de planos e programas já em curso de cada um dos dois setores.

3.2.1. Ensino e Educação

Presentemente já existe um conjunto muito significativo de instrumentos que procuram viabilizar o cumprimento das atuais linhas de orientação estratégica do Ministério da Educação, designadamente em matéria da articulação entre Educação e Cultura, e que têm permitido, pelo menos do ponto de vista teórico, uma presença cada vez maior de disciplinas artísticas, incluindo o teatro e artes cénicas e do cinema e audiovisual, nas práticas pedagógicas e/ou nos currículos escolares.

Direção Geral da Educação

Em seguida, são apresentadas as medidas e iniciativas da Direção Geral de Educação que apresentam maior relevância nos domínios em análise e que, de uma forma mais ou menos direta, têm contribuído para reforçar, sob diferentes modos, a presença das dimensões artísticas

²⁷ *Ibidem*.

²⁸ A este propósito, veja-se o relatório *Cultura, formação e cidadania*, coordenado por Carlos Fortuna (2014).

no sistema educativo português. Incluem-se nesse âmbito, dois instrumentos que se orientam de modo específico quer para o teatro e artes cénicas, quer para o cinema e audiovisual.

Plano Nacional de Leitura
Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar
Salas de Aula de Futuro
Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória
Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular
Programa de Educação Estética e Artística
Plano Nacional do Cinema

I. Plano Nacional de Leitura

Lançado em 2006, este Plano “*constitui uma resposta institucional à preocupação com os níveis de literacia da população em geral e, em particular, dos jovens. Ao longo dos últimos 10 anos, o Plano Nacional de Leitura (PNL) concretizou um conjunto de estratégias destinadas a desenvolver as competências nos domínios da leitura e da escrita, bem como a alargar e a aprofundar os hábitos de leitura da sociedade portuguesa, designadamente da população escolar.*”²⁹

Focado na **melhoria substancial do nível literacia** em Portugal, o PNL é reconhecidamente um dos planos da Direção Geral de Educação que obteve um maior impacto a nível nacional,³⁰ nomeadamente, através da disponibilização de um conjunto bastante diversificado de propostas de leituras de referência para o ensino escolar obrigatório, bem como com a oferta de um leque variado de atividades relacionadas com a leitura – desde eventos a ações de formação de docentes, passando pela realização de tertúlias literárias, entre outras iniciativas –, articulando-se muitas vezes com outros programas existentes, como o caso particular da *Rede de Bibliotecas Escolares*.³¹

Após a conclusão da 1ª fase do Plano, em 2016, encontra-se já em curso a sua 2ª fase, cujo horizonte abrange a década de 2017-2027³². Neste contexto, tem-se procurado promover novas parcerias com diversas entidades culturais e artísticas fora do “ecossistema” escolar, fomentando

²⁹ In Resolução do Conselho de Ministros n.º 48-D/2017

³⁰ Cf. Relatório de Progresso *Apresentação de Resultados do Projeto “Aprender a ler e a escrever em Portugal”*, publicado em maio 2017 e disponível *online* em [http://www.dgeec.mec.pt/np4/292/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=516&fileName=relatorio_progreso.pdf](http://www.dgeec.mec.pt/np4/292/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=516&fileName=relatorio_progreso.pdf)

³¹ Cf. Relatório “Promoção da Leitura nas Bibliotecas Públicas”, da autoria de José Soares Neves e Maria João Lima (OAC – Observatório das Atividades Culturais), publicado em 2009.

³² Cf. <http://www.pnl2027.gov.pt>

a leitura enquanto processo de aprendizagem ao longo da vida e ainda apostando na literacia mediática e digital.

Através das múltiplas atividades que são hoje regularmente promovidas e realizadas quer no âmbito do *Plano Nacional de Leitura*, quer por via das iniciativas desenvolvidas no quadro da *Rede de Bibliotecas Escolares*, tem-se assistido, na prática, a um esforço crescente de articulação do sistema educativo com as diversas expressões artísticas, onde se incluem o teatro e o cinema.

II. Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar

Criado em 2016, o Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE)³³ é um instrumento de política educativa que visa dotar cada escola – enquanto comunidade educativa que melhor conhece os seus contextos, dificuldades e potencialidades – de mais recursos humanos, logísticos e financeiros de forma a que sejam concebidas estratégias e planos de ação, pensados ao nível de cada escola, com o objetivo de melhorar as aprendizagens dos alunos.

Focado na **melhoria das práticas educativas e na promoção do sucesso escolar para todos os alunos**, o Programa inscreve uma dimensão clara de inovação curricular, com a promoção de novas abordagens e ferramentas pedagógicas às quais se podem, ou não, associar determinadas técnicas e metodologias utilizadas nalgumas áreas e disciplinas artísticas. Por isto, e pelo facto do PNPSE contemplar abordagens de formação profissional de professores incluindo dimensões artísticas, abrem-se oportunidades de envolvimento de artistas em contexto escolar.

No presente ano letivo (2018-2019), e apesar de o Programa se ter mantido ativo, a DGE não concretizou o fornecimento de recursos às escolas, comprometendo a prossecução de grande parte das ações e iniciativas previamente desenhadas pelos Agrupamentos Escolares e a restante comunidade educativa.

III. Salas de Aula de Futuro

Trata-se de um instrumento criado pelo Ministério da Educação, a partir do projeto “Future Classroom Lab”, originalmente desenvolvido pela European Schoolnet³⁴, com o objetivo de apoiar a divulgação e a expansão de abordagens pedagógicas inovadoras, recorrendo às Novas

³³ Cf. <http://pnpsc.min-educ.pt/>

³⁴ Cf. <http://fcl.eun.org/>

Tecnologias da Informação e Comunicação (NTIC) para desencadear processos de transformação dos ambientes e dos contextos de ensino-aprendizagem.

A *Sala de Aula do Futuro* não está exclusivamente relacionada com a organização de um espaço físico, tipo “laboratório”, apetrechado com tecnologias e materiais diferentes do tradicional. Embora estes espaços possam existir numa escola e, se devidamente constituídos e dinamizados, possam representar uma ajuda importante na promoção e na visualização das atividades de aprendizagem com um cariz inovador, por si só podem não ser representativos do conceito que este novo instrumento pretende introduzir.

Efetivamente, a *Sala de Aula do Futuro* **ambiciona a criação de ambientes educativos aliciantes através uso das NTIC, que privilegiam a ação do aluno, favorecendo a motivação, a criatividade e o envolvimento do aluno na construção individual ou coletiva do conhecimento.** É constituída por seis fases de aprendizagem diferentes - «criar», «interagir», «apresentar», «investigar», «colaborar» e «desenvolver», compostas cada uma por determinados equipamentos e tecnologias, que possibilitam aos professores a experimentação de uma nova organização do ensino e da aprendizagem. Neste sentido, o projeto procura envolver os professores e os alunos em novos processos de ensino e de aprendizagem, através de pedagogias mais avançadas, proporcionando um impacto positivo nos alunos, nomeadamente ao nível do desenvolvimento das suas competências para o século XXI – procurando ir ao encontro do que são as Aprendizagens Essenciais presentes no *Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória*, instrumento que iremos abordar mais adiante neste subcapítulo³⁵.

Em Portugal, desde o ano letivo 2014/2015, encontram-se equipadas, um pouco por todo o país, 34 de escolas públicas e privadas que dispõem de diversos equipamentos digitais, estúdios interativos e material audiovisual, o que foi conseguido através de uma linha de apoio específica do Ministério da Educação, destinada à realização de obras e à capacitação da infraestrutura física dos espaços educativos.

No âmbito do presente Estudo importa salientar a relevância e o potencial que esta rede *Sala de Aula do Futuro*, já um pouco disseminada por todo o território e que assegura a criação de espaços devidamente equipados e capacitados ao nível técnico, assume no sentido de viabilizar uma maior integração, em contexto de aprendizagem em sala de aula, de novas abordagens

³⁵ De acordo com informação recentemente divulgada, integram o projeto Sala de Aula do Futuro os seguintes 34 estabelecimentos de ensino: Agrupamento de Escolas Cabeceiras de Basto, Agrupamento de Escolas da Atouguia da Baleia: Escola Básica de Ferrel, Agrupamento de Escolas da Atouguia da Baleia: Laboratório Digital da Atouguia da Baleia, Agrupamento de Escolas da Boa Água - Laboratório de Aprendizagem Interactiva, Agrupamento de Escolas de Alcanena Agrupamento de Escolas de Alhandra, Sobralinho e São João dos Montes, Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Cerveira, Agrupamento de Escolas do Barreiro: Future Worklab, Agrupamento de Escolas do Freixo, Agrupamento de Escolas do Redondo - Laboratório Experimental, Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro Pereira Da Silva, Centro Escolar Ruy Belo, São João da Ribeira, Agrupamento de Escolas Fontes Pereira de Melo, Agrupamento de Escolas de Santiago do Cacém, Agrupamento de Escolas Marinhãs do Sal - Sala Nobre - Cool Lab, CICCOPN, Colégio de Lamas, Colégio Monte Flor, Colégio das Terras de Santa Maria, Colégio Vasco da Gama; EduFor Innov@tive Classroom Lab, Escola Profissional de Almada, Escola Secundária Campos Melo, Covilhã, Escola Secundária D. Manuel Martins, Escola Secundária Eça de Queirós, Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, Profitecla, Pólo de Barcelos, Sala Multidisciplinar da Escola Básica e Secundária de Rio Tinto, Escola Básica Professor Agostinho da Silva, Lombada Innov@tive Lab, Espaço Make It Pedagogical - Maia, Sala AEI - Escola D. Maria II e OPEN SPACE - AE Professor Óscar Lopes (a este propósito, veja-se. o artigo de Bárbara Wong “A educação do futuro já começou”, disponível online em <https://fronteirasxxi.pt/educacao-futuro-comecou/>).

pedagógico-educativas, favorecendo também o recurso a certas linguagens e suportes artísticos e criativos – como é o caso particular do cinema e do audiovisual, entre outros.

IV. Plano Nacional do Cinema

O Plano Nacional de Cinema surge em Portugal em 2014, num contexto em que vários países europeus começavam a dar um maior destaque às questões da literacia fílmica e da pedagogia pelo cinema. Neste sentido, importa mencionar as diversas reflexões e recomendações presentes em alguns estudos e relatórios internacionais de referência.³⁶

Criado com o objetivo de **“formar públicos escolares para o cinema, disponibilizando-lhes um conjunto de instrumentos básicos de «leitura» e compreensão de obras cinematográficas e audiovisuais,**

Ao longo dos 3 primeiros anos de existência, o PNC realizou 33 ações de formação dadas por formadores acreditados para o efeito, que permitiram formar 718 professores.

Entrevista presencial, realizada a 08 /05/2019

enquanto linguagem artística, despertando-lhes o prazer de ver cinema ao longo da vida”³⁷, o Plano Nacional de Cinema (PNC) resulta de um Protocolo de Colaboração que foi celebrado, em 2014, entre a Direção Geral da Educação (DGE), organismo que tutela o Plano, o Instituto do Cinema e do Audiovisual (ICA) e a Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema.

Iniciado no ano letivo 2014/2015, o PNC tem centrado a sua ação em duas vertentes principais: i) por um lado, a formação de professores e, ii) por outro, a criação de um dispositivo de programação de sessões de cinema gratuitas para as escolas.

i) Relativamente à **formação de professores**, trata-se de um trabalho efetuado pela DGE em conjunto com alguns parceiros, nomeadamente, profissionais do setor da cultura e académicos dedicados às questões da literacia fílmica, bem como, outros formadores especializados nas questões de pedagogia pelo cinema. A oferta de formação foi dirigida a docentes de todos os níveis de ensino, correspondendo a um total de 25 horas de formação, devidamente acreditada e de frequência gratuita. O principal objetivo da formação era fornecer aos professores uma metodologia de abordagem do cinema enquanto linguagem artística, que permitisse desenvolver práticas pedagógicas adequadas no âmbito do projeto.

Atualmente, a oferta de formação do PNC para professores encontra-se suspensa, em resultado de um conjunto de constrangimentos burocráticos e também orçamentais. Esta suspensão está,

³⁶ Ao nível europeu, destacam-se, nomeadamente, o relatório *Screening Literacy: Reflecting on Models of Film Education in Europe*, publicado em 2012, e que foi coordenado por Andrew Burn e Mark Reid, o relatório *Pour une politique européenne d'éducation au cinéma*, da responsabilidade de Xavier Lardoux, publicado em 2004, ou ainda o relatório *A Framework for Film Education*, publicado em 2015 pelo British Film Institute (BFI)

³⁷ Cf. <https://www.dge.mec.pt/plano-nacional-de-cinema>

contudo, a penalizar a dinâmica de alargamento e consolidação do Plano, uma vez que se trata de um mecanismo essencial de captação de professores, sensibilizando-os para a temática do cinema enquanto recurso pedagógico, qualificando as suas intervenções nas escolas e motivando-os no sentido de dinamizar as suas próprias iniciativas.

ii) Em relação à **escolha e programação dos filmes selecionados por iniciativa do PNC ou das escolas**, adiantou ainda a Coordenadora Nacional do PNC que *“as obras selecionadas para exibição pública em salas de cinema, sempre que possível no formato original, obedecem a critérios pedagógicos abrangentes e incluem curtas e longas-metragens de ficção, animação e documentário de produção nacional, consideradas fundamentais para a compreensão da História e evolução da linguagem do cinema. Para além destes, há uma lista de filmes recomendados às escolas que é atualizada anualmente.”*

Em termos de abrangência e envolvimento no projeto, verifica-se um crescimento do nível da adesão ao PNC por parte da comunidade escolar, incluindo escolas da rede pública e privada: “até ao ano letivo 2017/2018 foram organizadas centenas de sessões de cinema envolvendo 230 agrupamentos de escolas e escolas, 1793 docentes e 64.221 alunos (...) tendo sido mobilizado um conjunto de 13 cineclubes, mais de 50 equipamentos de agentes culturais, 10 festivais de cinema e 5 centros de formação de associação de escolas”. Tendo em vista a realização destas sessões de cinema, foram mobilizados mais de 50 equipamentos e agentes culturais, incluindo cineclubes, auditórios, cineteatros, salas de cinema, festivais, entre outros.

Fonte: PNC

As parcerias com instituições culturais e artísticas desempenham, com efeito, um papel fundamental em toda a operacionalização do PNC, conforme foi salientado.

A Coordenadora Nacional do PNC, no âmbito da mesma entrevista, sublinhou algumas dificuldades e obstáculos com que o Plano se tem deparado com frequência, em especial no que se refere aos custos associados à exibição dos filmes. Trata-se do nível de custos relacionados com o pagamento de direitos de autor e direitos conexos, particularmente nas sessões realizadas em salas de projeção de cinema, e neste caso também, as despesas de deslocação dos alunos entre as escolas e estas salas, mas também ainda os custos com o pagamento aos próprios profissionais ligados ao setor (críticos de cinema, realizadores, atores, produtores, entre outros), que asseguram a dinamização das sessões de debate que se seguem à projeção dos filmes.

Considerando o sucesso do acolhimento do PNC por parte das escolas, entende a coordenação do Plano que fará sentido, num futuro próximo, avançar para uma nova fase, que permita consolidar e ampliar os resultados do trabalho que vem sendo realizado desde no ano letivo 2014/2015. Neste sentido, a Coordenadora Nacional do PNC referiu a intenção de, por um lado, associar aos momentos de visionamento e debate sobre os filmes (literacia fílmica) novas atividades que dê aos alunos oportunidades de participação no processo de criação cinematográfica propriamente dita, bem como, por outro lado, a ambição de alargar o programa de formação de professores que, como referido, está atualmente em *stand-by*, enriquecendo e diversificando os seus conteúdos.

V. Programa de Educação Estética e Artística

Criado em 2010, o Programa de Educação Estética e Artística³⁸ procura, tal como mencionou, em entrevista, a Coordenadora da Equipa de Educação Estética e Artística da Direção Geral de Educação, “***promover as artes e a cultura no universo escolar, desenvolvendo um conjunto de atividades que envolvem professores e alunos de agrupamentos e de escolas não agrupadas, de todo o país, em parceria com diferentes instituições culturais.*** O Programa tem orientado a sua intervenção para a formação de educadores e professores do 1º ciclo do ensino básico, alargada posteriormente a professores de outros níveis de ensino (o ano letivo de 2017/2018 foi o primeiro ano em que o PEEA abrangeu outros níveis de ensino), e para o estabelecimento de parcerias com instituições culturais (museus, teatros e academias, entre outras).”³⁹

As ações do PEEA envolvem crianças, famílias e professores, tendo em vista criar o gosto pela arte e fomentar de hábitos culturais, através do conhecimento e do contacto direto com diversas formas artísticas (Artes Visuais, Dança, Música e Teatro). Assim sendo, para além do recurso às metodologias mais tradicionais de transmissão de conhecimento no ensino regular, o PEEA encontra-se orientado por uma pedagogia focada na prática, na observação e na reflexão.

De acordo com o conjunto de informações e dados fornecidos, entre 2010 e 2018, o Programa foi implementado em 161 Agrupamentos Escolares de todo o país. Relativamente à sua abrangência territorial, é interessante notar que esta tem aumentado progressivamente, ainda que se evidencie uma maior implantação na Área Metropolitana de Lisboa, seguida de uma representação menos significativa nas regiões do Centro, do Norte e do Algarve e, finalmente, uma presença quase residual na região do Alentejo.

O PEEA envolveu, ao longo de 8 anos de vigência do Programa (2010-2018), um total de 99.843 alunos do pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico; aderiram ao Programa e foram envolvidos 5.639 docentes, a maior parte do 1º ciclo do ensino básico.

Fonte: PEEA

A dimensão de capacitação dos professores é promovida através de ações de formação contínua que, para além de visarem a atualização de conhecimentos, têm como objetivo principal a mudança de abordagens e práticas adotadas relativamente às áreas artísticas do teatro, dança, música e expressão plástica, através do desenvolvimento de metodologias artísticas e educativas e de práticas pedagógicas com as crianças e os alunos.

No que se refere à formação de professores, os agrupamentos de escolas inscrevem-se de forma gratuita, sendo que, para além do cumprimento, ao longo do ano letivo, do plano de formação proposto, estão previstas ações sensibilização sobre o PEEA e um acompanhamento contínuo com apresentações de boas práticas e troca ou partilha de experiências entre docentes do 1º ciclo

³⁸ Cf. <http://educacaoartistica.dge.mec.pt/peea.html>

³⁹ Entrevista presencial, realizada a 08/05/2019.

do ensino básico e formadores. Promovido pela Equipa de Educação Estética e Artística da DGE, este plano de formação creditada do PEEA foi facilitado por 51 Centros de Formação de Associação de Escolas ao longo de todo o território de Portugal Continental.

A par das medidas anteriormente referidas, o PEEA, a partir do ano letivo 2018/2019, promoveu a criação de uma rede de *Embaixadores do PEEA* distribuídos pelo território nacional. Estes *Embaixadores do PEEA*, articulando-se diretamente com a Equipa de Educação Estética e Artística da DGE, figuram hoje como agentes importantes

A rede de Embaixadores do PEEA conta com 24 embaixadores distribuídos pelo país, 20 Locais e 4 Regionais.

O PEEA, em cada uma das unidades orgânicas escolares envolvidas, conseguiu estabelecer uma série de parcerias locais com diferentes entidades, totalizando 34 autarquias, 51 centros de formação de professores e inúmeras outras instituições culturais.

Fonte: PEEA

de proximidade a cada contexto local. Tais embaixadores não só garantem o apoio direto e aprendizagem constante com os professores, como viabilizam que a equipa do PEEA reforce o seu conhecimento sobre as características locais, dos Agrupamentos de Escolas/Escolas não Agrupadas e dos Centros de Formação de Escolas, permitindo uma conceção e desenvolvimento mais eficientes de subprogramas e a criação de parcerias com algumas instituições culturais e autarquias.

No âmbito das parcerias promovidas com entidades culturais de relevo, destacam-se a parceria com o Organismo de Produção Artística, E.P.E. (OPART), por exemplo, através da qual o PEEA viabilizou a realização de um subprograma intitulado de *R-A, Residências Artísticas*, destinado a crianças do 1º ciclo do ensino básico com o objetivo de integrar as práticas artísticas no dia-a-dia dos alunos. Esta parceria entre o PEEA e o OPART, entidade que gere o Teatro Nacional de S. Carlos e a Companhia Nacional de Bailado, constitui uma iniciativa interministerial entre as áreas da Educação e da Cultura, e pressupõe a colaboração ativa das autarquias dos concelhos envolvidos. Mais recentemente o subprograma *R-A, Residências Artísticas* tem vindo a alargar as parcerias a outras entidades.

Destaque 1 - R. A. Residências Artísticas

O sub-programa R-A , Residências Artísticas traduz-se numa experiência de uma semana em que músicos profissionais do Teatro Nacional de São Carlos realizam um trabalho sistemático com os alunos e os professores de uma escola, nas áreas de Percussão, Sopros, Cordas e Voz, com o objetivo de desenvolver o conhecimento musical, bem como, de promover a aprendizagem e experimentação do processo de criação artística nos domínios instrumental e coral. Ao mesmo tempo, são trabalhadas, neste contexto, as competências de trabalho em equipa e da harmonia do conjunto no processo de aprendizagem, experimentando um trabalho de cumplicidade pessoal e de criação e fruição artísticas. Posteriormente, o trabalho realizado durante a residência culmina com a apresentação à comunidade educativa local de um espetáculo que se reveste de enorme significado para todos, não esquecendo que é no processo, no envolvimento e na motivação conseguidos que reside a sua mais-valia.

Depois de uma experiência-piloto, que decorreu em 2017, realizaram-se no ano letivo 2017-2018 cinco R-A, Residências Artísticas que fizeram chegar a música erudita e o canto às regiões Norte, Centro, Alentejo e Algarve. Perante este sucesso, no atual ano letivo 2018-2019, o subprograma R-A, Residências Artísticas foi alargado a artistas da Companhia Nacional de Bailado, da Escola de Artes MArt, da Orquestra Clássica do Sul, do Conservatório de Música de Loulé e do Teatro Nacional de São João, perspetivando-se que o projeto venha a abranger mais 23 Agrupamentos de Escolas e 500 alunos.⁴⁰

Além deste subprograma, o PEEA inscreve ainda outros com algum relevo em termos de abrangência, impacto e continuidade, como o subprograma *Concertos Educação / Cultura*.

Destaque 2 - Concertos Educação / Cultura

Trata-se, uma vez mais, de uma iniciativa conjunta dos Ministérios da Educação e da Cultura, tendo em vista proporcionar aos alunos dos 1.º e 2.º ciclos do Ensino Básico o contacto com o mundo da música erudita e a o acesso à música enquanto expressão artística, aspetos fundamentais da Educação Musical. Tal objetivo concretiza-se através de uma parceria que foi estabelecida com a Orquestra Metropolitana de Lisboa (OML), permitindo disponibilizar um programa de concertos e ensaios comentados, dirigidos aos Agrupamentos de Escolas envolvidos no PEEA.

Com um reconhecido impacto desde o ano letivo em que teve o seu início, em 2016/2017, estes concertos de música erudita em contexto escola são seguidos de encontros entre os alunos, os músicos da OML, e acompanhados pelo musicólogo Rui Campos Leitão que, além de acolher e orientar os alunos e professores, tem trabalhado como mediador artístico. Este trabalho procura reforçar sempre a necessidade do estudo individual de cada um a par do trabalho coletivo, procurando responder questões que surgem de forma espontânea e ajudando a descodificar um pouco todo um processo de construção dos diferentes universos sonoros.

Em jeito de balanço, a responsável pelo PEEA adiantou um conjunto de considerações sobre perspetivas de mudança deste programa, afirmando que *“hoje em dia há necessidade de reformar, ajustar e reestruturar alguns pontos do programa nomeadamente ao nível da formação e capacitação dos docentes, da sua abrangência territorial e do plano de autonomia e sustentabilidade dentro de cada unidade orgânica escolar.”* Por último, realçou ainda a

⁴⁰ Cf. http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/boletim/nota_de_abertura_noesis_boletim_dge29_outubro2018.pdf

importância do novo enquadramento das disciplinas artísticas no sistema educativo e de ensino atual, referindo que *“o Perfil do Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e o Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular vêm abrir um conjunto de oportunidades para a entrada efetiva das disciplinas artísticas no currículo escolar de muitas escolas (...). Se é verdade que a Música e as Artes Visuais já se encontram há muito nas matrizes curriculares das escolas, o mesmo não acontece com o Teatro e muito menos com o Cinema (...). E isso pode agora mudar”*.

VI. Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória

Orientado por uma lógica de necessidade de um ensino cada vez mais transversal, formando os alunos em diversas áreas do saber e capacitando-os para os desafios sociais da sociedade contemporânea, este instrumento homologado pelo *Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho*, surge como ***“uma matriz comum para todas as escolas”*** do conjunto de princípios orientadores na avaliação das aprendizagens estabelecidas no currículo dos ensinos básico e secundário.

Afirmando-se, em parte, enquanto uma resposta na educação às novas necessidades sociais e desafios contemporâneos, o *Perfil do Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* *“convoca o sistema educativo para a definição de um perfil consentâneo com os desafios colocados pela sociedade contemporânea, para o qual devem convergir todas as aprendizagens, garantindo-se a intencionalidade educativa associada às diferentes opções de gestão do currículo”*.

Assim sendo, este Perfil visa responder ao desafio de avaliação e consideração de percursos educativos diversificados, atendendo à variedade de públicos e respetivos objetivos formativos após a conclusão da escolaridade obrigatória de 12 anos.

O próprio diploma legal que o promulga exprime a evidência da necessidade de formação, capacitação e educação multidimensional dos jovens para uma nova realidade do século XXI, afirmando: *“urge garantir, a todos os jovens que concluem a escolaridade obrigatória, independentemente do percurso formativo adotado, o conjunto de competências, entendidas como uma interligação entre conhecimentos, capacidades, atitudes e valores, que os torna aptos a investir permanentemente, ao longo da vida, na sua educação e a agir de forma livre, porque informada e consciente, perante os desafios sociais, económicos e tecnológicos do mundo atual”*.

Enquadrando-se nas várias orientações e recomendações de organismos internacionais como a OCDE⁴¹ e a UNESCO⁴², bem como da própria União Europeia⁴³, referentes às chamadas *competências-chave para o aluno e educação do 'futuro'*, o estabelecimento em Portugal deste novo *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* serve sobretudo para explicitar o referencial educativo, através de uma Matriz Base que orienta todas as decisões inerentes ao processo educativo. Neste sentido, o *Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho* afirma o seguinte: *“Ao explicitar princípios, visão, valores, competências e as decorrentes aprendizagens dos alunos ao longo de doze anos de escolaridade, este referencial convoca os esforços e a convergência da sociedade – pais, encarregados de educação, famílias, professores, educadores e restante comunidade educativa – para o desenvolvimento de iniciativas e ações orientadas para assegurar o acesso a uma educação de qualidade para todas as crianças e jovens.”*

De acordo com o novo *Perfil*, entre as diversas capacidades e competências a desenvolver, existem 10 áreas do saber que devem ser trabalhadas com os alunos ao longo do seu percurso escolar, tendo em vista assegurar uma formação mais completa e plural, do ponto de vista das competências científicas, cívicas e humanas:

- 1) Relacionamento interpessoal;
- 2) Linguagens e textos;
- 3) Informação e comunicação;
- 4) Raciocínio e resolução de problemas;
- 5) Pensamento crítico e pensamento criativo;
- 6) Desenvolvimento pessoal e autonomia;
- 7) Bem-estar e saúde;
- 8) Sensibilidade estética e artística;
- 9) Saber técnico e tecnologias;
- 10) Consciência e domínio do corpo.

Esta matriz não pretende, no entanto, promover qualquer tentativa uniformizadora, pelo contrário, procura cumprir o objetivo de *“formar pessoas autónomas e responsáveis e cidadãos ativos”*, assumindo o Perfil *“uma natureza necessariamente abrangente, transversal e recursiva”*, enunciando valores, princípios e competências que se desejam obter de uma forma integrada, ao longo de todo o currículo e que não trabalhados de forma separada, em disciplinas estanques.

Inscrevendo o *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* áreas do saber como o *“pensamento crítico e pensamento criativo”* a *“sensibilidade estética e artística”*, a *“consciência*

⁴¹ Cf. Portal online da OCDE *Future of Education and Skills: Education2030* disponível em <http://www.oecd.org/edu/school/education-2030.htm>

⁴² Cf. Portal online da UNESCO *Education 2030 Framework for Action*, disponível em <http://www.unesco.org/new/en/education/themes/leading-the-international-agenda/education-for-all/sdg4-education-2030>

⁴³ Cf. *European Union's Recommendation on Key Competences for Lifelong Learning*, disponível online em <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32006H0962&from=EN>

e *domínio do corpo*”, entre outras, este novo instrumento na área do ensino parece assumir que as Artes, onde se incluem, entre outras, o teatro e as artes cénicas, bem como o cinema e o audiovisual, constituem uma das potenciais componentes estruturantes da matriz curricular de todas as ofertas educativas.

Para que as eventuais alterações curriculares implícitas ao novo Perfil do Aluno se desenvolvam “*de forma gradual e progressiva*”, este instrumento foi lançado com uma outra medida que vamos aprofundar de seguida: o *Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular*.

VII. Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular

O projeto de autonomia e flexibilidade curricular (PAFC), formalizado através do *Despacho 5908/2017 de 5 de julho de 2017* do Ministério da Educação, **concedeu às escolas públicas e privadas a possibilidade de implementarem um determinado modelo de flexibilização curricular, em regime de experiência.**

Na prática, o modelo de flexibilidade curricular faz com que as escolas tenham um conjunto de aprendizagens essenciais sendo o restante currículo, cerca de 25%, gerido pelos professores, com a introdução de novas metodologias. São aqui entendidas como *Aprendizagens Essenciais* (AE), um conjunto de documentos de orientação curricular base na planificação, realização e avaliação do ensino e da aprendizagem, conducentes ao desenvolvimento das competências inscritas no já citado *Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória*.

Apesar da abertura para a inovação que é permitida ao projeto educativo de cada Agrupamento Escolas através da flexibilidade curricular, o Presidente da Associação Nacional de Diretores Escolas e Agrupamentos Escolas do Ensino Público alertou não só para o reduzido tempo letivo disponível para introdução de novas disciplinas no currículo dos alunos (25%), bem como para o facto de a generalidade dos docentes atualmente ter já uma carga horária de trabalho, dentro e fora da sala de aula, bastante sobrecarregada, 35 horas/semana divididas em 22h letivas + 13 não letivas.

O projeto iniciou-se com uma fase piloto, com uma abrangência limitada, tal como evidenciou em entrevista o Presidente da Associação Nacional de Diretores Escolas e Agrupamentos Escolas do Ensino Público, Dr. Filinto Lima: “Nem todas as escolas estão abrangidas pelo projeto de autonomia e flexibilidade curricular (...). São 229 as escolas que fazem parte do projeto de flexibilidade curricular - 226 em território nacional e 3 escolas portuguesas no estrangeiro.”

Entrevista presencial, realizada a 09/04/2019

Na atual fase piloto, o PAFC não incide sobre todos os anos escolares, nem abrange todos os ciclos de escolaridade: “Nas escolas abrangidas pelo projeto de autonomia e flexibilidade curricular, são utilizadas as Aprendizagens Essenciais nas turmas dos anos iniciais de ciclo (1.º, 5.º, 7.º anos de escolaridade), de nível de ensino (10.º ano de escolaridade) e de 1.º ano de formação de cursos organizados em ciclos de formação.”

Ainda assim, pelo crescimento de flexibilidade e de autonomia dado pelo PAFC, e pese embora ainda seja cedo para avaliar resultados, existem perceções por parte de representantes do setor da educação, que esta medida tem acolhido uma boa receptividade por parte dos docentes. Com efeito, o novo modelo de flexibilidade curricular proposto pelo Ministério da Educação permite, sobretudo, disponibilizar um conjunto de meios e recursos para os professores gerirem, de uma forma mais criativa, o seu método de transmissão de conhecimento.

No diz respeito às possibilidades e potencialidades previstas no PAFC, dentro do objetivo que tem de reforçar as capacidades e competências desenvolvidas por cada aluno no processo de aprendizagem, também a Adjunta do Secretário de Estado da Educação referiu, quando entrevistada pela equipa da Quatenaire Portugal, que ainda há muito *“trabalho a fazer na reforma, ajustes e reestruturações do projeto, de forma a que se invista, por um lado, na formação dos docentes e na capacitação das escolas, e por outro, se possibilite de forma efetiva e sistematizada uma inclusão de novas disciplinas (como o cinema e audiovisual ou teatro e artes cénicas) no plano curricular dos alunos.”*⁴⁴

Concluindo, existe atualmente um leque de instrumentos e medidas de política educativa que promovem e fomentam cruzamentos com dimensões artísticas ou, que pelo menos, conferem novas oportunidades para tal. Simultaneamente, assiste à tomada de medidas legislativas recentes que, como vimos, potenciam mais o interface entre Educação e Cultura no sistema de ensino português, destacando-se em especial o reconhecimento da importância central das dimensões estética e artística, mas também do pensamento crítico e criativo, reconhecidos como competências-chave do *Perfil dos Alunos*, devendo ser desenvolvidos ao longo do seu percurso educativo.

3.2.2.Cultura

Este subcapítulo centra-se na análise dos principais instrumentos e medidas de política no setor cultural que abrem espaço ao desenvolvimento de projetos e iniciativas de articulação e correlação entre as áreas da educação, da cultura e das artes. Com efeito, contrariamente ao setor da Educação, onde, como vimos no ponto anterior, existem hoje alguns instrumentos e medidas de política que procuram fomentar estes cruzamentos, tal não ocorre ainda com a mesma expressão no setor da Cultura.

Talvez o domínio mais relevante que é possível identificar dentro do setor da Cultura, no que se refere ao desenvolvimento de eixos de política centrados na conexão entre Educação e Cultura,

⁴⁴ Entrevista presencial, realizada a 07/05/2019

seja o enorme desenvolvimento, conceptual e profissional, qualificação e disseminação dos designados serviços educativos nas instituições culturais. Em Portugal, e acompanhando as principais tendências internacionais que se manifestam sobretudo desde os finais da década de 1980, tem-se vindo a assistir a um verdadeiro “boom” de serviços educativos. Estes, inicialmente, surgem essencialmente associados aos museus, em resultado do significativo conjunto de museus que surgem neste período em Portugal⁴⁵ – onde ainda são hoje, de resto, hegemónicos –, alargando-se progressivamente a outras áreas e setores artísticos, como é caso da música⁴⁶, dos teatros ou da arquitetura⁴⁷, por exemplo. Simultaneamente, o domínio de intervenção a que se convencionou chamar de “mediação cultural” – muito em especial no campo museológico, onde tem maior tradição em Portugal, tem vindo, ao longo dos últimos 20 anos, a constituir uma área de especialização profissional (ainda que, muitas vezes, feita de um modo bastante informal e autodidata), que atrai um número crescente de indivíduos provenientes das mais diferentes áreas artísticas, bem como das ciências sociais e humanas (especialmente, das áreas da história, da história de arte e da arqueologia, da museologia, ciências da educação, etc.).⁴⁸

Como referiu, em entrevista, a Coordenadora do Departamento de Programação. Participação. Famílias e Escolas da Culturgest – Fundação Caixa Geral de Depósitos: *“Os serviços educativos [das instituições culturais] estiveram até 2009 muito orientados para um trabalho “clássico” de serviço educativo ligado às exposições temporárias de artes visuais. A partir de 2009 inicia-se uma reflexão crítica no interior da Culturgest sobre a noção de mediação cultural e de serviço educativo; dá-se então uma separação fundamental no seio da instituição, que se justifica pelas suas vocações diversas e pelas exigências de abordagens também distintas, distinguindo o serviço ao visitante do serviço educativo. O serviço educativo passa então a ser assumido como hoje, enquanto uma área de programação “de pleno direito” e não um mero serviço”*.⁴⁹

Esta reorganização conceptual da relação Artes/Educação/Cultura no contexto das organizações e instituições culturais portuguesas levou a que se desenvolvessem novas redes profissionais de serviços educativos, abrangendo diversas áreas artísticas, entre as quais figuram as Artes Performativas. Neste sentido atente-se ao observado pela mesma interlocutora: ⁵⁰ *“No que diz respeito a redes profissionais, mais ou menos formais, no campo dos serviços educativos, a Culturgest acompanha desde o início esta necessidade de partilha de experiências, de reflexão conjunta e de trocas de boas práticas (...) em 2007 houve uma primeira tentativa da constituição de uma Rede Nacional de Serviços Educativos, mas que acabou por perder dinâmica, desaparecendo com o tempo. A Culturgest organizou entre 2010 e 2013 as conferências “Em nome das artes, em nome do público” (que se realizaram-se na Fundação Calouste Gulbenkian,*

⁴⁵ Para um enquadramento e panorâmica da atividade dos serviços educativos em Portugal, em diferentes áreas, veja-se as publicações Gomes e Lourenço, 2009; Barriga e Silva, 2007.

⁴⁶ Veja-se o exemplo do Serviço Educativo da Casa da Música, no Porto (cf. Quintela, 2011).

⁴⁷ A propósito da emergência dos serviços educativos no campo da arquitetura, cf. Valente, 2018.

⁴⁸ Sobre o processo de constituição e afirmação, científica e profissional, da área da mediação cultural em Portugal, cf. Martinho, 2013.

⁴⁹ Entrevista presencial, realizada em 08/04/2019

⁵⁰ Entrevista presencial, realizada em 08/04/2019

Fundação Culturgest e Fundação Serralves), evento com convidados nacionais e internacionais, que contribuiu para consolidar a reflexão nestas áreas. Em 2010 foi constituída informalmente a SER – Serviços Educativos em Rede (subdividindo-se em Artes Visuais e Artes Performativas), que teve alguma dinâmica até 2015, acabando por perder dinamismo até 2017, e encontrando-se atualmente inativa. Hoje subsiste apenas a rede informal RECOSE – Rede de Colaboradores de Serviços Educativos – numa lógica de plataforma digital com página de Facebook associada.”⁵¹

Para além da análise do papel da administração central na promoção de articulações entre as políticas de Educação e da Cultura, que mantém ainda alguma escassez, é importante dar nota da evolução que se tem dado à escala local nas mesmas matérias. As autarquias locais portuguesas, desde a década de 1980, assumiram um papel muito relevante enquanto agentes promotores de cultura. Estes organismos têm hoje uma capacidade reforçada de empreender novos modelos de gestão e programação cultural no seu território, de criarem modelos próprios de fomento e apoio municipal a projetos intersectoriais e de fomentarem novas relações de parceria e de articulação entre o “ecossistema” escolar, os equipamentos culturais geridos pelo município e os agentes artísticos que intervêm nos respetivos territórios (os quais, em muitos casos, beneficiam já de algum tipo de apoio municipal). Note-se ainda que, em Portugal, é bastante frequente o pelouro da cultural e da educação estarem sob a alçada do mesmo vereador, o que reforça o potencial de articulação entre estes dois domínios de intervenção das políticas públicas, considerando que no campo da educação, também os municípios têm vindo a evoluir na gama e diversidade de competências e atribuições.

Mas é, de facto, ao nível da administração pública central que, apesar de tudo, existem algumas medidas que possibilitam o desenvolvimento de ações, iniciativas e projetos mais estruturantes e impactantes de cruzamento entre as artes e a cultura com o ensino e a educação, especialmente nos dois domínios artísticos que o presente Estudo pretende aprofundar: o teatro e artes cénicas e o cinema e audiovisual. Tal circunstância decorre do facto de estes serem dois domínios artísticos cuja atividade é, em larga medida, subvencionada pelo Estado central, através dos respetivos organismos, o Instituto do Cinema e Audiovisual (ICA) e a Direção Geral das Artes (DGArtes), anteriormente descritos. Procurando fazer cumprir, dentro das áreas do cinema e audiovisual e do teatro e artes cénicas, as linhas de orientação estratégica do Ministério da Cultura no que toca ao fomento da criação e difusão artística contemporânea em Portugal, ambos os organismos dispõem hoje de uma série de instrumentos de política que, sobretudo no campo do financiamento, permitem apoiar a realização de projetos. Em seguida, apresentam-se os principais instrumentos e medidas de política na competência do ICA e da DGArtes que

⁵¹ <https://www.facebook.com/groups/redecse/>

podem assumir ou assumem uma vertente mais específica de apoio a projetos de articulação entre Cultura e Educação em Portugal.

Instituto do Cinema e Audiovisual

O ICA, enquanto organismo que tutela do setor do cinema e audiovisual prevê um valor de 11.080,000€ em subsídios e apoios no seu orçamento para 2019. Pese embora, como referiu o Presidente do Conselho Diretivo do ICA, “*estes apoios estão sobretudo focados numa dimensão de promoção do cinema, incluindo formação, desenvolvimento de públicos e programas de experimentação*”⁵², a verdade é que os aspetos mais especificamente relacionados com a articulação do setor com o domínio da educação têm ainda uma importância relativamente diminuta num organismo que está sobretudo concentrado no apoio à criação, produção e exibição cinematográfica e audiovisual em Portugal.

De entre o leque diversificado de apoios e financiamentos disponibilizados pelo ICA, é possível identificar dois instrumentos específicos, sob a forma de Programas de Apoio, onde se inscrevem as iniciativas e projetos de Pedagogia pelo Cinema ou Literacia Fílmica, e sobre os quais se detalha de seguida a informação.

Programa de Formação de Público nas Escolas Programa de Apoio *Ad Hoc*

I. Programa de Formação de Público nas Escolas

O *Programa de Formação de Público nas Escolas* é um programa de apoios plurianuais destinados à formação de públicos do cinema, com a dotação máxima de 20.000 €/ano por projeto ou iniciativa.

O Programa subdivide-se em duas secções distintas:

Secção I — Apoio à realização de ações de formação destinadas ao público infantil e juvenil

Este é um apoio de regime de cofinanciamento até 50% que visa suportar as despesas com a realização de planos anuais de ações de formação, a executar em 3 anos, com início no ano de abertura de concurso, **destinadas a crianças e jovens, com vista à formação de públicos de cinema**. Nesta secção podem candidatar-se todas as associações e outras entidades sem fins

⁵² Entrevista presencial, realizada em 11/04/2019

lucrativos de âmbito cultural, desde que devidamente inscritas no ICA no Registo das Empresas Cinematográficas e Audiovisuais.

Secção II — Apoio à formação de estudantes que frequentem estabelecimentos de ensino que ministrem cursos especializados na área do cinema e audiovisual

O programa destina-se a suportar as despesas com a **formação de estudantes através do apoio à realização de obras cinematográficas e audiovisuais, integrada nos trabalhos de final de curso**. Trata-se de um apoio plurianual, compreendendo um período de três anos letivos, cuja taxa de cofinanciamento pode ascender a 80%.

Nesta secção podem candidatar-se todos os estabelecimentos de ensino que ministrem cursos especializados na área do cinema e audiovisual, desde que devidamente inscritos no ICA, no Registo das Empresas Cinematográficas e Audiovisuais.

II. Programa de Apoios Ad Hoc

Em 2018, o ICA criou esta nova modalidade de apoio complementar, com o objetivo de ***“apoiar financeiramente a concretização de iniciativas e projetos que contribuam para o desenvolvimento do setor do cinema e do audiovisual, fora do âmbito dos programas e medidas de apoio previstos”***.

Dentro das múltiplas e diversificadas atividades consideradas como elegíveis pelo *Programa de Apoios Ad Hoc*, iniciativas e projetos relacionados com a Pedagogia pelo Cinema e Literacia Fílmica encontram-se enquadrados. O programa apoia diferentes tipologias de atividades como sejam: a organização de seminários, conferências, *workshops*, exposições ou atividades similares; a realização de mostras de cinema e audiovisual português; a organização de eventos; a edição de publicações; a atribuição de bolsas de qualificação ou especialização artística; a aquisição de equipamentos, materiais técnicos, as reparações de infraestruturas e a criação de condições adequadas aos recintos de exibição, entre outras iniciativas consideradas relevantes.

Trata-se de um Programa de apoios quadrimestral, situando-se estes num intervalo variável entre os 5.000€ e os 50.000€, e beneficiando de uma taxa de cofinanciamento que poderá ir até 80%.

Ao contrário *Programa de Formação de Público nas Escolas*, o universo de beneficiários do *Programa de Apoios Ad Hoc* é enorme, abrangendo desde entidades com fins lucrativos do setor, até profissionais, cineclubes, associações, cooperativas e estabelecimentos de ensino artístico.

Pese embora cada um destes dois programas geridos pelo ICA inscrever valores de cofinanciamento bastante reduzidos (especialmente no caso do *Programa de Apoios Ad Hoc*, cujos montantes mínimos de apoios atribuídos são bastante mais reduzidos do que os do

Programa de Formação de Público nas Escolas), verificou-se que estes instrumentos se tornam hoje vitais no desenvolvimento e sustentabilidade de diversas ações e iniciativas levadas a cabo por múltiplas entidades e atores do “ecossistema” cultural em Portugal, em que as dimensões da Pedagogia pelo Cinema e da Literacia Fílmica se encontram também inscritas.

Direção Geral das Artes

Assumindo-se enquanto principal entidade pública responsável pelo financiamento da atividade artística em Portugal, a DGArtes viu no seu orçamento para 2019, de cerca de 28,800,000 €, uma tendência de crescimento de investimento da tutela no que diz respeito ao apoio e fomento das diferentes áreas artísticas objeto deste organismo: artes visuais - arquitetura, artes plásticas, fotografia, novos media; artes performativas - circo contemporâneo e artes de rua, dança, música e teatro; e os chamados *cruzamentos disciplinares*.

Note-se que, no quadro geral de apoios da DGArtes, o Teatro tem sido a área artística com maior capacidade de captação de financiamento público e com mais agentes envolvidos neste processo.

No orçamento geral da DGArtes para 2018, “dos 16.035.007 € previstos para subsídios e apoios, o teatro, com 6.310.192,00€, recebe o valor mais elevado (39,35% do montante global de financiamento), mas é também o sector onde existe maior distribuição com o maior número de entidades apoiadas (70).”

Também no que diz respeito ao número de apoios atribuídos por área artística e por modalidade de apoio, verifica-se que “o teatro e os cruzamentos disciplinares estão presentes em todas as modalidades, congregando o teatro o maior número”.

Refira-se ainda que, em termos de abrangência territorial, o Teatro figura como a área artística de maior capilaridade territorial, no que diz respeito ao financiamento de estruturas, entidades projetos e iniciativas apoiadas pela DGArtes: “(...) O teatro e os cruzamentos disciplinares estão presentes em todas as 5 regiões”.

Relatório Estatístico DGArtes 2017

Em 2017, no conjunto de dados referentes à disciplina artística específica de Teatro e ao “campo difuso” dos cruzamentos disciplinares (onde se podem cruzar desde Teatro, Arquitetura, Circo, Dança, Audiovisual, Marionetas, etc.) foram apoiadas pela DGArtes, neste período, 77 entidades. Destas, 50 proponentes tiveram apoios concedidos para Formação e sensibilização de públicos, 26 tiveram apoios concedidos para Formação a dar, 32 para Programação – festival e só 2 entidades obtiveram apoio para Formação a receber.

I. Programa de Apoio às Artes

Hoje em dia, e de acordo com o *Regulamento dos Programas de Apoio às Artes*, no âmbito do regime de atribuição de apoios financeiros do Estado às Artes, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 103/2017, de 24 de agosto, encontramos três tipos de Programas de Apoio às artes, cada um deles adequado e ajustado aos diferentes posicionamentos e expectativas dos agentes e profissionais do sector artístico.

Programa de Apoio Sustentado - *“dirigido a estruturas profissionais com atividade continuada, visando a sua estabilidade e consolidação. Inscreve 2 vertentes, uma bienal e outra quadrienal, e nele são contemplados os recursos técnicos e humanos indispensáveis ao normal funcionamento das entidades elegíveis, sendo valorizadas aquelas que associem a cooperação dos municípios à sua atividade.”*⁵³

Programa de Apoio a Projetos - *“dirigido a entidades elegíveis que pretendam executar atividades num horizonte anual, visando o dinamismo e a renovação do tecido artístico nacional. Este programa contempla também linhas de incentivo complementar a projetos previamente aprovados no âmbito de programas nacionais e internacionais de financiamento, ou cuja viabilidade dependa de uma reduzida percentagem de apoio.”*⁵⁴

Programa de Apoio em Parceria - *“Modalidade de apoio em parceria que constitui uma plataforma de convergência de objetivos e estratégias, integrando áreas de confluência e potenciando ações e resultados de natureza intersectorial ou transversal que se enquadrem, nos objetivos do regulamento de Apoios da DGArtes. Esta modalidade permite que a área da Cultura, através da DGArtes se associe a outras entidades financiadoras, públicas e privadas, para o lançamento conjunto de outras linhas de apoio.”*⁵⁵

Apesar desta diversidade de Programas de Apoio às Artes, importa salientar que nenhum destes três programas de apoio da DGArtes inscreve explicitamente nos seus objetivos principais, como uma prioridade, o cruzamento entre Educação e Arte, de um modo geral, nem tampouco no que diz especificamente respeito à área disciplinar do teatro e das artes cénicas. Todavia, o teatro e as artes cénicas, por estarem enquadrados dentro das áreas *Artes Performativas* e/ou *Cruzamentos Disciplinares*, em termos elegibilidade conseguem inscrever atividades e iniciativas que se cruzam com ensino, pedagogia e educação em domínios de atividade muito específicos como os da *Formação e sensibilização de públicos*; *Formação* (a dar e a receber); e ainda na *Programação – festival*.

⁵³ www.dgartes.gov.pt

⁵⁴ www.dgartes.gov.pt

⁵⁵ www.dgartes.gov.pt

De uma forma geral, pode-se observar que o fomento das áreas do teatro e artes cénicas continua vocacionado sobretudo para as lógicas tradicionais de mercado nas atividades de criação, experimentação, produção, exibição, circulação e internacionalização.

Contudo, domínios como os da *Formação e sensibilização de públicos* e da *Programação – festival* revelam-se relativamente mais pertinentes no âmbito do presente Estudo, na medida em assumem um claro foco em aspetos relacionados com “o desenvolvimento de públicos: a captação, a sensibilização e a qualificação de públicos diversificados”. É nestes domínios que têm elegibilidade projetos que se inscrevam em “*Ações em articulação com o ensino formal, Ações de educação não formal e/ou Ações de promoção, proximidade e acessibilidade.*” “*Serviços e centros educativos de festivais*”, “*Mostras de Teatro Infantil*”, “*Programação infantojuvenil*”. Qualquer uma destas tipologias de iniciativas admite abordagens baseadas no cruzamento entre teatro, artes cénicas e sistema educativo e de ensino.

Conclui-se, assim, que atualmente as ações e iniciativas que incorporam dentro dos seus objetivos e no seu âmbito o cruzamento entre teatro, artes cénicas e sistema educativo e de ensino, apenas conseguem ter enquadramento de financiamentos no âmbito das três tipologias de Programas de Apoio da DGArtes, não beneficiando, portanto, de instrumentos de política específicos para esse objetivo.

3.2.3. Educação e Cultura

Conselho de Ministros - Programa Nacional de Reformas

I. Plano Nacional das Artes 2019-2029

Perante a já enunciada histórica dificuldade de articulação e convergência entre os setores da Cultura e da Educação em Portugal que, como vimos, nos últimos 20 anos não correspondeu a qualquer implementação de planos e projetos intersectoriais de forma sistemática, atualmente perspetiva-se uma tentativa de convergência das orientações políticas estruturais dos Ministérios da Cultura e da Educação que parecem inscrever uma mudança de paradigma na articulação interministerial.

Este desiderato fica explanado de uma forma mais objetiva na *Resolução de Conselho Ministros nº42/2019 de 21 de fevereiro* com a definição do projeto de política comum para a próxima década entre o Ministério da Educação e o Ministério da Cultura: o *Plano Nacional das Artes*. Esta nova aposta da política governativa tem por **missão a elaboração, acompanhamento, organização, promoção e execução de um conjunto de ações e iniciativas que visam**

potenciar de forma articulada, a oferta cultural para a comunidade educativa, em parceria com entidades públicas e privadas.

Assumido no seu Programa Nacional de Reformas a necessidade de priorizar a educação para uma cultura de cada vez mais participada e acessível a um número cada vez maior número de pessoas, o atual Governo de Portugal, em sede de Conselho de Ministros, tornou clara a opção de reformar a sua abordagem na relação entre dois setores da educação e da cultura, imprimindo um novo sentido estratégico de integração de políticas num mesmo plano comum, tendo por base a relevância da Educação e da Cultura como fatores de desenvolvimento económico e social, de qualificação das pessoas e de coesão territorial. Segundo as *Grandes Opções do Plano para 2019*, nas suas medidas de política para a área da Cultura, era reconhecido “o potencial das artes, na multiplicidade das suas manifestações, para cultivar o respeito pela diversidade, liberdade, expressão pessoal, abertura ao outro, valorização da experiência estética e preservação do património.”⁵⁶ Além disso, o mesmo documento defende que a educação deve ser entendida como “um meio privilegiado para promover a justiça social e a igualdade de oportunidades, tendo em vista o sucesso educativo de todos, designadamente durante a escolaridade obrigatória”, sendo também ela cada vez mais o motor da transformação do país.

Conforme se encontra disposto na *Resolução de Conselho Ministros nº42/2019 de 21 de fevereiro*, os objetivos centrais do PNA no próximo decénio são os seguintes:

⁵⁶ In *Resolução de Conselho Ministros nº42/2019 de 21 de fevereiro*.

“a) Articular, potenciar e expandir a oferta cultural e educativa existente, designadamente a que decorre da missão, finalidades e áreas de intervenção dos seguintes programas e planos:

i. Plano Nacional de Leitura 2017 -2027, cujas linhas orientadoras foram aprovadas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 48 -D/2017, de 31 de março;

ii. Plano Nacional de Cinema, cujas linhas orientadoras foram estabelecidas pelo grupo de projeto criado pelo Despacho n.º 15377/2013, de 26 de novembro;

iii. Programa de Educação Estética e Artística, desenvolvido pela Equipa de Educação Artística, da Direção-Geral da Educação, no âmbito das competências definidas no Despacho n.º 13608/2012, de 19 de outubro, na sua redação atual;

iv. Programa Rede de Bibliotecas Escolares, criado pelo Despacho Conjunto n.º 184/ME/MC/96, de 27 de agosto;

v. Rede Portuguesa de Museus, instituída pela Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto;

b) Viabilizar a colaboração com entidades públicas e privadas;

c) Reforçar o envolvimento da comunidade educativa nas atividades culturais;

d) Estimular a aproximação dos cidadãos às artes e proporcionar, de forma continuada, a diversidade de experiências estéticas e artísticas;

e) Fomentar a colaboração entre artistas, educadores, professores e alunos, de forma a desenhar estratégias de ensino e aprendizagem que promovam um currículo integrador, assente numa gestão consolidada do conhecimento e da experiência cultural nomeadamente através do Projeto de Autonomia e Enriquecimento Curricular, segundo o Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho;

f) Mobilizar a articulação entre equipamentos e agentes culturais, sociais e profissionais;

g) Favorecer a territorialização das políticas culturais e educativas, mobilizando os recursos locais como agentes relevantes e integrantes dos processos de ensino e aprendizagem;

h) Ampliar o leque de vivências e competências facultadas pelas escolas, reforçando a abertura à comunidade e ao mundo;

i) Consciencializar as instituições culturais e os seus agentes para a dimensão social e educativa da sua missão;

j) Contribuir para a consecução das áreas de competências inscritas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, homologado pelo Despacho n.º 6478/2017, 26 de julho, nomeadamente as relativas ao pensamento.”

Este Plano respondendo também à necessidade de organizar e conjugar todas as iniciativas existentes vocacionadas para a relação das arte com a comunidade, particularmente as comunidades educativas, procura articular, de uma forma pragmática, os dois setores da Cultura e Educação, relacionando de igual forma instrumentos e programas de ação que têm já existência e se encontram em execução (ou que já existiram, tendo sido entretanto, por algum motivo, abandonados ou descontinuados), que podem ser otimizados a nível de impacto à escala de todo o território, para além dos grandes centros urbanos do litoral e, para além disso, ser revistos com alguns ajustes e reformas não só em termos da sua configuração, como em termos de valores de investimento e capacidade de execução.

O PNA foi pensado para o médio e longo prazo, tendo um período de vigência de 10 anos (2019-2029), estando internamente dividido em duas fases distintas com objetivos também eles diferentes:

- a) Numa 1ª fase (2019-2024), teremos 5 anos de **definição, estratégia e plano-piloto.**

Esta fase do PNA foca-se em criar equipas de trabalho, conhecer e reconhecer os agentes e articular as várias linhas de orientação dos cinco programas/planos em curso - Plano Nacional do Cinema, Programa de Educação Estética e Artística, Plano Nacional de Leitura, Rede de Bibliotecas Escolares, Rede Portuguesa de Museus e o recém-criado Arquivo Nacional do Som, conhecendo, identificando e mapeando todos os agentes do “ecossistema” cultural português, bem como as suas necessidades, desafios e objetivos alcançados. Será também neste período que serão lançadas as primeiras ações do PNA, operacionalizando parcerias com entidades públicas locais e/ou intermunicipais, com instituições de ensino superior e de investigação científica, e ainda desenhando os modelos de cofinanciamento com agentes privados.⁵⁷

A Estratégica PNA 2019-2024, divulgada publicamente a 18 de Junho de 2019, assume um conjunto de treze objetivos, que se apresentam de seguida:

⁵⁷ Neste sentido, é importante notar que intervenção da Fundação “la Caixa” neste domínio dos cruzamento entre educação e cultura foi acolhida de uma forma muito positiva pela equipa do PNA, que manifestou durante a entrevista vontade de vir a aprofundar este diálogo, numa fase posterior, em que o Plano de Ação está já mais consolidado e devidamente validados pelas duas tutelas políticas – Ministério da Educação e Ministério da Cultura.

“- Garantir o acesso dos cidadãos à fruição artística e produção cultural, corrigindo as desigualdades nesse acesso (sociais, económicas ou territoriais).

- Assegurar a centralidade das artes e do património na formação ao longo da vida – porque a educação só será completa se integrar a dimensão cultural e artística.

- Capacitar o sistema educativo para que a educação artística seja um instrumento para o desenvolvimento das competências do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória; para a operacionalização da legislação sobre Educação Inclusiva e como estratégia para uma escola promotora de competências de cidadania.

- Fomentar a colaboração entre agentes artísticos, a comunidade educativa e outros intervenientes, de forma a desenhar estratégias de ensino e aprendizagem que promovam um currículo integrador, sem muros entre a Escola e a sua envolvente.

- Reforçar, junto dos artistas e das instituições culturais, a consciência da sua dimensão educativa e do seu impacto social.

- Consciencializar para o valor do património cultural como fator de coesão e de pertença, e para as artes como promotoras da formação integral do cidadão.

- Promover o reconhecimento do valor das diferenças culturais e do diálogo entre culturas; bem como a importância da diversidade de vozes, territórios e recursos.

- Apoiar as iniciativas que estimulem a criação individual e coletiva, juntando artistas e não artistas, e promover a circulação dessas obras no território nacional para poderem ser experimentadas por um maior número de cidadãos.

- Produzir recursos e estratégias pedagógicas apoiadas nas artes e no património que promovam a transversalidade do currículo.

- Criar uma plataforma online (portal PNA) para: reunir informação; mapear e dar a conhecer a oferta cultural nas áreas Arte-Educação e Arte-Comunidade em território nacional; conectar instituições e incentivar a circulação de projetos artísticos; e disponibilizar recursos pedagógicos.

- Capacitar professores e educadores formais e não formais, artistas e mediadores, desenvolvendo conceitos, práticas e processos artísticos e pedagógicos que promovam a criatividade e o pensamento crítico.

- Produzir e disseminar conhecimento nas áreas do Plano.

- Monitorizar e avaliar continuamente os resultados e o impacto dos programas e medidas, para uma análise mais adequada da realidade, adaptando os passos futuros do Plano de acordo com essa avaliação.”⁵⁸

O documento da *Estratégia do Plano Nacional das Artes 2019-2024* estabelece ainda catorze Princípios Estratégicos, abaixo elencados:

⁵⁸ Cf. *Estratégia do Plano Nacional das Artes 2019-2024*, pág. 21 Disponível online em https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos/PNA/Documentos/estrategia_do_plano_nacional_das_artes_2019-2024.pdf

“- Explicitar a importância das artes e da educação na vida das comunidades e dos cidadãos – é parte da nossa missão demonstrá-la e defendê-la, valorizando assim os artistas, os profissionais da educação, as instituições e o património.

- Territorializar: somos um plano nacional, com atenção à especificidade do local e às diferentes comunidades.

- Dar visibilidade ao trabalho exemplar e tantas vezes solitário que já se fez e faz – sem a pretensão da tábua rasa ou de estar a começar do zero.

- Criar condições estruturais, políticas e legislativas para facilitar o acesso dos cidadãos às artes, para enquadrar os muitos projetos de qualidade já existentes e para apoiar a criação de novos.

- Dinamizar redes de criação, colaboração e circulação nas áreas Arte-Comunidade e Arte-Educação e construir pontes entre agentes culturais e educativos para viabilizar os seus projetos.

- Promover o compromisso cultural das pessoas, organizações e comunidades (em particular com o património, artes e artistas no seu território próximo, o seu Km2), possibilitando-lhes avaliar esse comprometimento, de modo a reforçar a sua sustentabilidade.

- Responsabilizar todos os setores sociais e económicos num compromisso cultural.

- Compreender a escola de forma sistémica, como parte de um ecossistema complexo e abrangente.

- Aproveitar o poder criativo e indisciplinador das múltiplas manifestações artísticas para melhorar a ação do sistema educativo, tornando-o mais transdisciplinar e inclusivo: contribuindo para o sucesso escolar, o desenvolvimento pessoal, a capacitação para uma cidadania ativa e esclarecida, após a conclusão da escolaridade obrigatória.

- Mobilizar as artes nas escolas como recurso para as diferentes disciplinas – evidenciando a sua dinâmica transdisciplinar e para não ficarem circunscritas às disciplinas artísticas.

- Fundamentar as ações nas escolas enquadrando-as nas orientações inscritas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória; nas matrizes curriculares aprovadas no DL 55/2018; na Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania; no Decreto-Lei sobre Educação Inclusiva 54/2018; no Decreto-Lei 55/2018.

- Trabalhar em conjunto com o Plano Nacional de Leitura, a Rede de Bibliotecas Escolares, o Plano Nacional de Cinema, o Programa de Educação Estética e Artística, a Rede Portuguesa de Museus – e o recém-criado Arquivo Nacional do Som –, de modo a articular e potenciar a ação de todos, construindo pontes entre estes organismos para consolidar a coerência entre todos ao nível dos objetivos, valores e estratégias de intervenção.

- Colaborar com organismos públicos e privados para viabilizar os objetivos do Plano.

- Recorrer à investigação académica para criar indicadores de impacto ajustados às necessidades de avaliação qualitativa dos programas, projetos e medidas constantes do PNA.”

59

Procurando cumprir os objetivos gerais e os princípios estratégicos formulados no PNA, foi elaborado um Plano de Ação Estratégica que se estrutura em três eixos – **“Política Cultural”**, **“Capacitação”** e **“Educação e Acesso”** – no âmbito dos quais se incluem diferentes medidas e ações que visam reforçar as condições de fruição das artes e do património, bem como de desenvolvimento de práticas artísticas nos diversos território e comunidades.

⁵⁹ Cf. *Estratégia do Plano Nacional das Artes 2019-2024*, pág. 23

Destacam-se, de seguida, aquelas que mais diretamente se demonstram com relevância para a futura intervenção a Fundação “la Caixa” no contexto português.

No eixo “**Política Cultural**” propõem-se, entre outras medidas,

- i. a implementação, entre 2020-24, de *Planos Estratégicos Municipais Cultural-Educação (PEM.C-E)*, que potenciem uma maior articulação entre as políticas municipais de educação e cultura;
- ii. o estabelecimento entre o Ministério da Cultura e as organizações culturais por ele tuteladas de *Contratos de impacto social e educativo*, que se destinam a enquadrar atividades de diversa natureza no seio dessas organizações;
- iii. a proposta de alteração dos atuais mecanismos de financiamento público das artes, introduzindo instrumentos específicos de apoio a projetos nas áreas “Arte e Comunidade” e “Património e Educação”;
- iv. a promoção de experiências-piloto, entre 2020-21, para criar um ID Cultural (IDC), de forma a aumentar as condições de acesso, valorização e fomento das experiências culturais e artísticas dos alunos, ao longo do seu percurso formativo;
- v. e num plano eminentemente legislativo, a criação, em 2019-20, de um grupo de trabalho para análise e proposta de diferentes aspetos que permitam aumentar o envolvimento de entidades públicas e privadas na participação financeira e no apoio a medidas em prol do acesso, fruição e educação para as artes e os patrimónios, para além de uma clarificação legislativa sobre os direitos de autor, conexos e de exibição em contexto educativo, a implementar entre 2020-21.

No eixo “**Capacitação**” são propostas, entre outras medidas:

- i. a criação da Escola de Porto Santo, na Região Autónoma da Madeira, um *think thank* sobre políticas internacionais e nacionais nas áreas da cultura e da educação, integrando igualmente um programa de residências artísticas;
- ii. a implementação da Academia PNA, permitindo criação de cursos e formações acreditadas em diversas áreas relacionadas com o PNA, de modo a aumentar a capacitação de professores, de artistas e de mediadores culturais;
- iii. a criação, em parceria com a Imprensa Nacional Casa da Moeda, de três linhas editoriais PNA – coleção textos essenciais, coleção públicos específicos, e coleção recursos pedagógicos;

- iv. a atribuição de uma Bolsa PNA a projetos de investigação nas áreas Arte, Educação e Comunicação;
- v. a realização e participação em conferências.

Por último, o eixo “**Educação e Acesso**”, encontra-se estruturado em três programas específicos: “*Indisciplinar a Escola*”, “*Km²: Arte e Comunidade*” e “*360º Comunicar*”. No quadro deste Estudo é sobretudo o primeiro programa que se revela especialmente interessante, propondo um conjunto de medidas que visam reforçar a relação Arte – Educação.

Entre as medidas que o programa “*Indisciplinar a Escola*” inclui, contam-se:

- i. o apoio ao desenvolvimento do Projeto Cultural de Escola (PCE), criando o cargo de coordenador PCE em cada agrupamento escolar ou estabelecimento de ensino, que será responsável por desenhar e implementar um programa cultural adaptado ao seu contexto específico, em parceria com as autarquias, as estruturas artísticas e as organizações culturais e a comunidade educativa;
- ii. o Projeto Artista Residente (PAR) que, durante um ano letivo, permitirá aos agrupamentos de escola interessados receberem um artista, que aí estará em residência, apoiando a comunidade escolar, introduzindo novos processos e metodologias artísticas nas práticas pedagógicas e educativas;
- iii. uma linha editorial de recursos pedagógicos específicos, a disponibilizar *online* (intitulado Cidadania: Do It), que poderão ser utilizados na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento;
- iv. a promoção de uma maior relação das escolas com agentes, espaços e contextos artísticos e patrimoniais, garantindo que cada turma realiza, no âmbito do seu Projeto Cultural de Escola (PCE), pelo menos uma atividade no exterior da escola, por trimestre (intitulado Em Aberto).

b) Numa 2ª fase (2024-2029), teremos uma avaliação da 1ª fase, e um segundo período de 5 anos de consolidação dos vetores de trabalho lançados. Esta fase englobará a replicação de boas práticas e a procura de maior abrangência no território, numa mesma estratégia concertada da parte do Estado, com otimização dos recursos, projetos, iniciativas e equipamentos já existentes, bem como, com a criação de novas medidas e programas que permitam, de forma progressiva, o cruzamento entre educação, cultura e artes nas esferas da escola, família e na sociedade em geral.

3.2.4. Síntese final

Atualmente, os setores da Educação e da Cultura em Portugal, tutelados respetivamente pelo Ministério da Educação e o Ministério da Cultura, encontram-se organizados em órgãos de Administração pública ao nível central, regional e local, com modelos próprios de administração, execução e regulação de políticas públicas. Isto observa-se também no leque diversificado de estruturas, serviços e organismos públicos que se apresentam com diferentes competências e inscrevem responsabilidades distintas em cada um dos dois sectores.

Para além do nível central, em que se destaca o papel da Direção Geral da Educação no setor da Educação, e da Direção Geral das Artes e do Instituto do Cinema e Audiovisual no setor da Cultura, coexistem diversas outras entidades dotadas de certa autonomia administrativa de âmbito regional, intermunicipal e local com um papel cada vez mais relevante no apoio e fomento de políticas públicas de educação e de cultura.

Num plano de intervenção à escala local e intermunicipal, destaque-se a transformação em curso na estrutura orgânica e no modelo de gestão da Administração pública, que ambiciona promover uma maior descentralização da organização e administração, inclusive dos setores da cultura e da educação, nomeadamente através de instrumentos como a *Lei-quadro n.º 50/2018 da “transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais”*.

Em Portugal, regista-se alguma tradição histórica na dificuldade de articulação política e administrativa entres os dois setores, sobretudo a nível central, mas também aos níveis regional e local.

No que diz respeito aos instrumentos e políticas públicas do setor do ensino e educação até hoje lançados pela tutela, observa-se que alguns dos programas e planos sob responsabilidade direta da Direção Geral de Educação têm vindo paulatinamente a abrir espaço à conexão e inclusão das artes e expressão artística. Em especial, o lançamento de instrumentos recentes como o *Plano Nacional do Cinema* e o *Programa de Educação Estética e Artística* apresentam já, de uma forma contínua e sistemática, um leque de projetos, processos e resultados que ilustram oportunidades e potencialidades de interface muito concretos entre os “ecossistemas” da cultura e o da educação.

Ao mesmo tempo, tem-se assistido a certas transformações, anunciando uma mudança de paradigma no setor da educação, através de novas medidas legislativas – como os mencionados *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* e o *Projeto de Autonomia e Flexibilidade curricular* – que levantam uma série de novas oportunidades, necessidades e desafios dentro do própria reorganização do sistema educativo em Portugal, conduzindo igualmente ao redesenho do projeto educativo das escolas e à abertura de espaço para novas dinâmicas de cooperação entre entidades e equipamentos escolares e culturais.

Ao nível do setor da cultura, verifica-se que, para além da diversidade e fragmentação de ações promovidas no plano local e intermunicipal, através da ação das autarquias locais e das comunidades intermunicipais, uma parte muito relevante das iniciativas e projetos que cruzam o teatro e as artes cénicas ou o cinema e audiovisual com as dimensões da educação, do ensino e da pedagogia são atualmente subvencionadas por dois organismos da Administração pública central, o Instituto do Cinema e Audiovisual (ICA) e a Direção Geral das Artes (DGArces). No universo dos apoios atribuídos pela DGArces e pelo ICA observa-se, contudo, a ausência de linhas de financiamento exclusivamente dedicadas ou específicas para projetos que se foquem nesse tipo de cruzamentos no cruzamento. Note-se que, após a conclusão do presente Estudo, e na sequência da tomada de posse do XXII Governo, passou a existir uma Secretário de Estado do Cinema, Audiovisual e Media, admitindo-se, por este motivo, que possam vir a existir algumas alterações na orgânica governativa do setor do cinema e audiovisual, bem como a operarem-se revisões e ajustamentos ao nível das grandes linhas de orientação estratégica, as quais não são, contudo, antecipáveis neste momento.

Por fim, importa sublinhar e destacar a iniciativa do Conselho de Ministros, no âmbito do Plano Nacional de Reformas, de iniciar a conceção e a programação do que poderá vir a configurar uma das mais relevantes medidas legislativas de articulação entre o Ministério da cultura e o Ministério da Educação: o *Plano Nacional das Artes*. Trata-se de um novo instrumento de política de âmbito interministerial, a implementar globalmente no período 2019-2029, que previsivelmente irá refletir-se diretamente na articulação e otimização de diversos órgãos, planos e programas em curso. Surgindo como uma resposta à necessidade histórica de articulação entre orientações estratégicas, políticas públicas, prioridades de ação, recursos e instrumentos entre os setores da cultura e da educação, o PNA pretende afirmar-se enquanto uma proposta de mudança de paradigma com efeitos a médio e longo prazo, apresentando na recentemente divulgada estratégia para a sua 1ª fase de implementação do PNA (2019-2024), um conjunto bastante interessante e ambicioso de objetivos e de medidas de ação, estruturadas em três eixos – “Política Cultural”, “Capacitação” e “Educação e Acesso”.

O diagrama seguinte procura ilustrar esta síntese final.

Figura 1 - Síntese dos elementos mais relevantes do quadro legal e institucional e das políticas públicas orientadas para a Educação e Cultura – Cinema e Audiovisual e Teatro e Artes Cénicas



4. Os “ecossistemas” da Cultura e da Educação

O presente capítulo procura descrever e caracterizar as principais dinâmicas e os processos mais relevantes que, em Portugal, integram e sustentam o “ecossistema” da Cultura e o “ecossistema” da Educação, nas dimensões organizativa e de tecido institucional, de práticas, atividades e conteúdos programáticos, de acesso audiências e participações e dos efeitos e impactos na qualificação das pessoas, na sua qualidade de vida e no desenvolvimento sustentável e coesão territorial.

Num primeiro momento, será feito um breve enquadramento sociodemográfico, através da apresentação de uma série de indicadores, nomeadamente estatísticos, bem como de outros elementos de cariz qualitativa, que nos ajudam a caracterizar as grandes tendências e o “estado de arte” de cada um dos dois setores no contexto português.

Num segundo momento e dada a especificidade do âmbito artístico do concurso “Participa Méliès” e do programa “CaixaCena” que a Fundação “la Caixa” pretende implementar em Portugal, incidimos de forma restrita nos setores do cinema e audiovisual e do teatro e artes cénicas. Neste sentido, os subcapítulos 4.2 e 4.3 abordam, de uma forma mais específica e circunscrita, as dinâmicas de interface mais relevantes entre os setores da cultura e da educação em Portugal, focando os projetos, experiências e dinâmicas de cruzamento entre as áreas artísticas do cinema e audiovisual e do teatro e artes cénicas com o setor da educação e as questões do ensino e da pedagogia em sentido mais amplo.

4.1. Os “ecossistemas” da Cultura e da Educação no panorama português: uma visão global

Nas últimas quatro décadas, e sobretudo a partir do momento da adesão à então Comunidade Económica Europeia, em 1986, Portugal sofreu uma evolução muito positiva, tanto na área da Educação, como a da Cultura.⁶⁰ Esta evolução é resultado, não apenas de um crescimento significativo do investimento público – nacional e apoiados pelos fundos Europeus –, que permitiu, nomeadamente, um reforço de diversos instrumentos de políticas públicas setoriais, mas também do gradual desenvolvimento de um “ecossistema” vasto de atores que, para além das entidades do setor público, integra muitos outros agentes e instituições privados, com e sem fins-lucrativos.

⁶⁰ Para uma visão de síntese desta evolução, consultar Mateus, 2013 (cf. especialmente os pontos 41, 42 e 49).

Mais do que o desenvolvimento de uma análise aprofundada das várias dimensões que integram e dão sentido a esta evolução, objetivo que extravasa o âmbito restrito deste Estudo, apresentam-se neste subcapítulo alguns indicadores estatísticos que nos permitem ter hoje uma visão global dos dois “ecossistemas” – Educação e Cultura –, e, sempre que pertinente, posicionando Portugal à luz do contexto europeu.

Começando por abordar as questões demográficas, atente-se nalguns dados estatísticos disponibilizados através da Pordata⁶¹, que evidenciam uma tendência consolidada para o envelhecimento demográfico do país. Note-se que, embora essa tendência de envelhecimento se estenda a todas as regiões do país, surge marcadamente mais significativa nos territórios do interior (zonas rurais e com menor densidade de ocupação populacional).

Portugal tem sido considerado como um país que se posiciona na linha da frente no que toca às políticas públicas de alfabetização e promoção da literacia, registando-se nas últimas 4 décadas uma redução muito significativa da taxa de analfabetismo, que passou dos 25% nos finais dos anos 70 para os atuais 5%, próxima da média de outros países da União Europeia.

Regista-se no mesmo período, uma evolução positiva da taxa real de escolarização entre os jovens de 5 a 14 anos (ensino básico) de 98% e da taxa real de escolarização ensino secundário, de 77,6% em 2017.

No entanto, mesmo considerando em Portugal um aumento da frequência do ensino secundário de 18%, ocorrido nesse mesmo ano de 2017, sobretudo devido aos cursos profissionais, com mais 44.492 alunos (+63%), o índice de abandono escolar precoce mantém-se ainda acima dos valores da média europeia - Portugal 12,6% / Média UE 10,6 %.

Acresce a esses constrangimentos o problema e simultaneamente desafio que constitui o número significativo de população portuguesa em idade jovem (entre os 15 e os 24 anos) em situação NEET – Not in Education, Employment or Training (i.e., jovens que não estudam nem trabalham), 9,3% em 2017, mas que, ainda assim, corresponde a uma percentagem de jovens NEET inferior à média europeia (Média UE 10,9%).

Indicadores de escolaridade, literacia, educação e formação, de acordo as estatísticas fornecidas pelo Eurostat através do Conselho Nacional de Educação, referentes ao período de 2017 – Fontes: Statistics Eurostat, atualização de 29-05-2018 / CNE, Plataforma PNPSE 2017 / <http://pnpsc.min-educ.pt/> e Relatório Estado da Educação 2017, Ed 2018 /CNE

Ao nível da escolaridade e qualificação da população, Portugal apresentou um percurso muito positivo ao longo das últimas décadas, com uma notável recuperação da situação em termos de índices de analfabetismo e de literacia da população. As estratégias de aumentar progressivamente o nível de escolaridade obrigatório (que atualmente se coloca já no 12º ano de escolaridade), contribui para melhorar os indicadores de escolarização em geral da população, apesar dos problemas que ainda se mantêm em certas regiões do país em termos de insucesso e de abandono escolar (inclusiva na transição do ensino básico para o ensino

⁶¹ <https://www.pordata.pt/>

secundário). Acresce ainda o problema da dificuldade da entrada da população jovem na vida ativa.

Portugal registava, em 2017, uma população residente de 10.300.03 pessoas, dos quais 13,9% tinham menos de 15 anos, 64, 8% correspondia ao intervalo de pessoas em idade ativa (15 a 64 anos) e 21,3% ao grupo de população sénior (65 ou mais anos).

De acordo com os índices de envelhecimento (idosos por cada 100 jovens) nos anos 1970, 1981, 1991, 2001, 2011 e 2017, com valores percentuais respetivamente de 32,9 %, 45,4%, 70%, 101,6% 125,8% e 153,2%, é evidente a tendência agravada de envelhecimento da população portuguesa nos últimos 40 anos

Porbase - – Base de Dados desenvolvida pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, que congrega e disponibiliza um conjunto vasto de indicadores estatísticos oficiais, produzidas por diferentes entidades

Em Portugal, embora a evolução no que respeita à literacia digital da população encontre ainda problemas, sobretudo associados a níveis de qualificação de alguns segmentos da população residente mais baixos, mas também às condições de acesso a serviços de telecomunicações e *wireless* no território nacional, que não são uniformes, a população jovem apresenta competências e práticas de acesso à Internet equilibradas no contexto internacional.

Portugal regista em 2018 índices abaixo da média europeia no que diz respeito à navegabilidade diária na Internet - Portugal 63% / Média UE 72%.

Contudo, verifica-se que no grupo etário mais jovem (intervalo etário dos 10 aos 19 anos) Portugal apresenta percentagens navegabilidade diária na Internet superiores à média da UE28, sendo isto fruto não só do desenvolvimento das competências tecnológicas, como também da crescente literacia digital da população mais jovem.

Fonte: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, INE 2018 / CNE

Destaque-se em paralelo, que o significativo avanço que as políticas e as medidas de modernização administrativa e de transformação digital na administração pública conheceram em Portugal nos últimos anos, também têm contribuído para a crescente literacia digital da população jovem.

Portugal “no ano letivo de 2016/2017 a rede pública estava presente em 5904 do total de 8583 estabelecimentos de educação e ensino, evidenciando uma concentração na Região Litoral do país, sobretudo nas regiões Norte e Centro.”

Em relação às tipologias específicas de estabelecimentos escolares do ensino profissional e artístico importa registar que, nesse período, “dos 8583 estabelecimentos apenas 34 eram escolas profissionais e 11 se inscreviam como escolas artísticas (...). As 11 escolas de Ensino Artístico encontravam-se concentradas em 3 regiões (3 na Região Norte, 5 na Área Metropolitana de Lisboa e 3 na Região Centro”.

No ano letivo 2016/2017, a mesma fonte garantia que “em “Território Interior”, não existiam escolas artísticas, quer de natureza pública, quer de natureza privada.”

Além disso, observe-se que “o número de estabelecimentos do 1º ciclo do Ensino básico tem vindo progressivamente a diminuir”, registando-se um total de 4209 no ano de 2017.

Fonte: Estatísticas da Educação 2016/2017, DGEEC - CNE

A rede de educação e ensino em Portugal é constituída por diversos estabelecimentos, de natureza pública e privada, neste último caso, obrigatoriamente reconhecidos pelo Estado. Esta rede é constituída por jardins-de-infância, escolas básicas, escolas básicas e secundárias, escolas secundárias, escolas profissionais e escolas artísticas. A evolução demográfica recente (em especial a partir de finais da década de 1980) e os movimentos de concentração de população na faixa litoral do território nacional e nos maiores centros e aglomerações urbanas (áreas metropolitanas) tiveram, contudo, um efeito mais recente de alteração da configuração da rede escolar. Nos municípios menos populosos, onde se verifica a tendência para a concentração da população nos principais ou no principal centro urbano (sede de concelho), as redes de escolas tem sofrido um claro efeito de concentração, com consequências evidentes na presença de agentes e profissionais do ensino no território e nas exigências de deslocação diária dos alunos (afastando, para estes, o contexto da escola do contexto da comunidade de residência).

Em relação às ofertas formativas no ensino secundário em Portugal, existem as seguintes tipologias: cursos científico-humanísticos, cursos de ensino artístico especializado (de Música, de Dança e de Artes Visuais e Audiovisuais), cursos com planos próprios, cursos profissionais, cursos de ensino vocacional e, ainda, cursos de ensino secundário na modalidade de ensino recorrente.

No ano letivo 2016/2017, os cursos científico-humanísticos/variante Artes Visuais, apresentavam-se com “241 ofertas no Continente 8 ofertas na Região Autónoma dos Açores e 7 ofertas na Região Autónoma da Madeira. (...) Neste universo de ofertas do ensino regular, 207 cursos eram em estabelecimentos de natureza pública (86%) e 34 em estabelecimentos de natureza privada, e ainda, apenas 38 ofertas em “Território Interior” (16%).

Em relação aos cursos de ensino artístico especializado na área das Artes Visuais e Audiovisuais, verifica-se que “do universo de 22 cursos em 2016/2017, 18 eram em estabelecimentos de natureza pública (82%) e 4 de natureza privada. (...) Destes 22 cursos, 13 eram na Área Artes Visuais e Audiovisuais. Destas 13 ofertas 6 eram no concelho do Porto, 5 em Lisboa e 1 em Cascais e 1 em Faro.”

Por fim, e no que diz respeito à oferta de cursos profissionais no período letivo 2016/2017, verifica-se “no Continente contabilizavam-se 2849 ofertas: 1868 em estabelecimentos de educação e ensino público (66%) e 981 em estabelecimentos de ensino privado. A Região Autónoma dos Açores apresentava 34 ofertas enquanto a Região Autónoma da Madeira 22 ofertas”. Note-se ainda que a distribuição territorial da oferta de cursos profissionais era irregular, com “apenas 734 cursos profissionais em “Território Interior” (26%).

Fonte: Estatísticas da Educação 2016/2017, DGEEC - CNE

Dentro da oferta de cursos com maior pertinência para o presente Estudo, que implicam percursos escolares e curriculares distintos, incluem-se os cursos científico-humanísticos/variante Artes Visuais, os cursos de ensino artístico na área das Artes Visuais e Audiovisuais (com três anos, são cursos de dupla certificação, que conferem diploma de conclusão do ensino secundário, certificação profissional e nível 4 de qualificação) e ainda, os cursos profissionais, frequentemente na modalidade de curso técnico profissional, em áreas

como Artes Cénicas, Multimédia, Audiovisual Artes do Espetáculo, entre outras.⁶² A maioria da oferta, dentro destas áreas específicas, é de iniciativa pública e encontra-se concentrada nos principais centros urbanos.

No que respeita à oferta de ensino artístico a nível do ensino superior, e particularmente nas áreas do teatro e artes cénicas e do cinema e audiovisual, verifica-se que atualmente existe uma oferta relativamente alargada e diversificada, em termos territoriais, que se distribui entre instituições de ensino superior e instituições de ensino politécnico, tanto do setor público como do privado.

A oferta atualmente existente em Portugal de cursos de 1º (licenciatura), 2º (mestrado) e 3º ciclo (doutoramento) nas áreas do teatro e artes cénicas e do cinema e audiovisual é apresentada nas duas tabelas seguintes:

⁶² Note-se que esta última oferta educativa, a dos cursos profissionais, está muito focada na qualificação profissional dos alunos, privilegiando a sua inserção no mundo do trabalho e permitindo o prosseguimento de estudos (*Decreto-Lei nº 139/2012, de 5 de julho*). Tratam-se, portanto, de cursos de dupla certificação e duração de três anos curriculares, conferem diploma de conclusão do ensino secundário, certificação profissional e nível 4 de qualificação (QNQ).

Tabela 2 - Instituições de ensino superior público e privado (universitário e politécnico) com oferta de cursos de 1º, 2º e 3º ciclo na área do Teatro e Artes Cénicas

Instituição	Designação do curso / ciclo de estudos
Universidade de Évora	Teatro / LICENCIATURA - 1º CICLO Teatro / MESTRADO - 2º CICLO
Universidade de Lisboa	Estudos de Teatro / MESTRADO - 2º CICLO Estudos de Teatro / DOUTORAMENTO - 3º CICLO
Universidade de Trás-os-Montes o Alto Douro - Escola de Ciências Humanas e Sociais	Teatro e Artes Performativas / LICENCIATURA - 1º CICLO Ensino de Teatro / MESTRADO - 2º CICLO
Universidade do Minho	Teatro / LICENCIATURA – 1º CICLO
Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas	Artes Cénicas / MESTRADO - 2º CICLO
Escola Superior Artística do Porto	Teatro / LICENCIATURA - 1º CICLO
Instituto Politécnico de Coimbra - Escola Superior de Educação de Coimbra	Teatro e Educação / LICENCIATURA - 1º CICLO
Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Artes e Design	Teatro / LICENCIATURA - 1º CICLO
Instituto Politécnico de Lisboa - Escola Superior de Teatro e Cinema	Teatro / LICENCIATURA - 1º CICLO Teatro / MESTRADO - 2º CICLO
Instituto Politécnico do Porto - Escola Superior de Música e Artes do Espetáculo	Teatro 7 LICENCIATURA - 1º CICLO Teatro, variante Cenografia 7 LICENCIATURA - 1º CICLO Teatro, variante Direção de Cena e Produção / LICENCIATURA - 1º CICLO Teatro, variante Figurino / LICENCIATURA - 1º CICLO Teatro, variante Interpretação / LICENCIATURA - 1º CICLO Teatro, variante Luz e Som / LICENCIATURA - 1º CICLO Artes Cénicas / MESTRADO - 2º CICLO

Fonte: DGES – Direção Geral do Ensino Superior⁶³

⁶³ Cf. Portal DGES em www.dges.gov.pt/ (na pesquisa *online* foram utilizadas como palavras-chave “Teatro” e “Artes Cénicas”).

Tabela 3 - Instituições de ensino superior público e privado (universitário e politécnico) com oferta de cursos de 1º, 2º e 3º ciclo na área do Cinema e Audiovisual

Instituição	Designação do curso / ciclo de estudos
Universidade da Beira Interior	Cinema / LICENCIATURA - 1º CICLO Cinema / MESTRADO - 2º CICLO
Universidade do Minho	Ciências da Comunicação - áreas de especialização em Informação e Jornalismo, Publicidade e Relações Públicas, Audiovisual e Multimédia / MESTRADO - 2º CICLO
Escola Superior Artística do Porto	Cinema e Audiovisual / LICENCIATURA - 1º CICLO Realização - Cinema e Televisão / MESTRADO - 2º CICLO
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias	Cinema, Vídeo e Comunicação Multimédia / LICENCIATURA - 1º CICLO Estudos Cinematográficos / MESTRADO - 2º CICLO Realização e Produção Cinematográfica / MESTRADO - 2º CICLO Realização para Cinema Documental / MESTRADO - 2º CICLO
Universidade Lusófona do Porto	Comunicação Audiovisual e Multimédia / LICENCIATURA - 1º CICLO Comunicação Audiovisual e Multimédia / MESTRADO - 2º CICLO
Universidade Europeia	Comunicação Audiovisual e Multimédia / MESTRADO - 2º CICLO
Instituto Politécnico de Lisboa - Escola Superior de Teatro e Cinema	Cinema / LICENCIATURA - 1º CICLO Desenvolvimento de Projeto Cinematográfico / MESTRADO - 2º CICLO
Instituto Politécnico de Lisboa - Escola Superior de Comunicação Social	Audiovisual e Multimédia / LICENCIATURA - 1º CICLO Audiovisual e Multimédia / MESTRADO - 2º CICLO
Instituto Politécnico de Tomar - Escola Superior de Tecnologia de Abrantes	Cinema Documental / LICENCIATURA - 1º CICLO
Instituto Politécnico de Beja - Escola Superior de Educação	Audiovisual e Multimédia / LICENCIATURA - 1º CICLO
Instituto Politécnico de Castelo Branco - Escola Superior de Artes Aplicadas	Design de Comunicação e Audiovisual / LICENCIATURA - 1º CICLO
Instituto Politécnico do Porto - Escola Superior de Media Artes e Design	Tecnologia da Comunicação Audiovisual / LICENCIATURA - 1º CICLO Comunicação Audiovisual / MESTRADO - 2º CICLO

Fonte: DGES – Direção Geral do Ensino Superior⁶⁴

Apesar desta oferta significativa de cursos superiores vocacionados para as duas áreas artísticas em análise, importa referir que atualmente o Instituto Politécnico de Coimbra - Escola Superior

⁶⁴ Cf. Portal DGES em www.dges.gov.pt/ (na pesquisa *online* foram utilizadas como palavras-chave “Cinema” e “Audiovisual”).

de Educação de Coimbra disponibiliza uma oferta específica de Licenciatura em *Teatro e Educação*.⁶⁵ Nalgumas entrevistas foram ainda referenciados casos relevantes de outras ofertas que existiram até há relativamente pouco tempo, como sejam a do *Mestrado em Teatro e Comunidade* da *Escola Superior de Teatro e Cinema*⁶⁶ do Instituto Politécnico de Lisboa, da *Pós-Graduação em Práticas artísticas e Comunidades na Escola Superior Artes do Espetáculo* do Instituto Politécnico do Porto⁶⁷ ou a disciplina de *Pedagogia em Teatro* inserida no *Curso de Artes Dramáticas - Formação de Atores* da *Universidade Lusófona do Porto*⁶⁸, tal como referiu, em entrevista o Comissário do Plano Nacional das Artes, “*O que acontece nestes cursos graduados e pós-graduados é uma abordagem (...) a estas temáticas no plano estudos, focando sobretudo o objetivo pedagógico na relação do Teatro com a Comunidade*”.

Para além deste caso, no decurso das entrevistas realizadas foram citados outros exemplos de licenciaturas e pós-graduações que, pese embora não especificamente centradas em nenhuma das duas áreas artísticas em análise, abordam os cruzamentos entre arte e educação, em sentido mais amplo. Tal é o caso, nomeadamente, da *Licenciatura em Mediação Cultural e Artística*, disponibilizada na Escola Superior de Educação de Lisboa⁶⁹, ou da recente pós-graduação em *Práticas Artísticas e Processos Pedagógicos*, disponibilizada na Escola Superior de Educadores de Infância - Maria Ulrich⁷⁰.

Por outro lado, e ainda no que diz respeito a estes interfaces entre artes e pedagogia no ensino superior, verifica-se que, no leque de ofertas existentes nas áreas do cinema e/ou do audiovisual, a sua maioria não privilegia na sua matriz curricular o potencial do cinema e do audiovisual no exercício pedagógico e educativo, evidenciando, deste modo, um maior destaque e enfoque na formação “clássica” de cineastas, na criação de técnicos para o mercado e de profissionais para a indústria cinematográfica.

Embora exista (ou já tenha existido recentemente) já em Portugal uma oferta graduada e pós-graduada relevante no domínio dos estudos fílmicos, em que se promove a investigação sobre as relações entre cinema e educação – nomeadamente, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com o Programa de Doutoramento em Cinema e Educação, na Universidade de Coimbra com o mestrado em estudos artísticos com variante em estudos fílmicos, na Universidade Aberta com o curso de *e-learning* sobre “Cinemalogia”, em ligação com o Festival Caminhos do Cinema Português, em Coimbra, na Universidade do Minho, na Universidade do Algarve e na Universidade Lusófona, entre outras, verifica-se que, de um modo geral, esta oferta é reduzida.

⁶⁵ <https://www.esec.pt/estudar/cursos/teatro-e-educacao>

⁶⁶ https://www.estc.ipl.pt/mestrado_teatro_teatro_comunidade/

⁶⁷ <https://www.esmae.ipp.pt/cursos/pos-graduacao/40001637>

⁶⁸ <https://www.ulp.pt/licenciatura/artes-dramaticas-formacao-de-atores/pedagogia-do-teatro/ULP1977-15457>

⁶⁹ <https://www.eselx.ipl.pt/oferta-formativa/licenciaturas/mediacao-artistica-e-cultural>

⁷⁰ <http://www.api.edu.pt/eseimu/cursos-eseimu/pos-graduacao-praticas-artisticas-processos-pedagogicos/>

Ao nível da investigação e dentro das instituições de ensino superior, foi igualmente assinalado em vários dos contactos estabelecidos pela equipa da Quaternaire Portugal, as lacunas existentes a este nível em Portugal, não existindo grupos de investigação que abordem de uma forma específica e continuada os cruzamentos entre teatro e artes cénicas e/ou cinema e audiovisual e as questões educativas. Pelo especial interesse do trabalho que vem sendo desenvolvido foi destacado o *i2ADS – Instituto de Investigação em Arte, Design e Sociedade*, associado à *Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto*, que reúne alguns dos poucos investigadores especializados em Portugal no cruzamento entre arte e educação, pese embora, saliente-se, sem uma especialização nos dois domínios artísticos em análise.

No setor cultural, a evolução do tecido institucional e as dinâmicas de criação, produção e difusão das artes e da cultura foi também muito significativa nas últimas décadas, com sinais muito evidentes de robustecimento e qualificação do setor nos principais centros urbanos, e da emergência de novas atores e dinâmicas emergentes qualificadas nos espaços territoriais de menor densidade, com especial atenção para as questões do património cultural.

Em 2016, de acordo com o Sistema de Contas Integradas das Empresas, existiam 55 422 empresas (+ 4,6% face ao ano anterior) no sector cultural e criativo, tinham um volume de negócios de 4, 9 mil milhões de euros (1,4% do total de volume de negócios)

As atividades das artes do espetáculo, que representavam 29,4% do total de empresas, destacavam-se, apesar de contribuírem apenas com 5,9% para o volume de negócios do sector.

No caso das Atividades de produção de filmes, de vídeos e de programas de televisão, o seu número representava, na mesma data, apenas 6,7%) do total das empresas, mas com um contributo para o volume de negócios do setor da ordem dos 3,3%.

Fonte: Estatísticas da Cultura 2017, documento disponível *online* em https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=351326336&att_display=n&att_download=y

Em termos do universo de entidades do setor privado relacionadas com o setor cultural e criativo, Portugal conhece ainda debilidades significativas, quer em termos da representação do setor no global do setor terciário, quer em termos de emprego permanente associado a estas empresas, quer da sua presença nos mercados internacionais e mesmo nacional (muitas das empresas apenas operam em mercados locais ou regionais). De notar a relativa representação de empresas na área das artes do espetáculo, que incluem os agentes no setor do teatro e das artes cénicas.

Talvez seja importante ressaltar que o conjunto de dados disponibilizados por diferentes fontes de informação estatística e documental muitas vezes não segmentam, nem caracterizam de igual forma, o segmento do cinema e audiovisual. Além disso, o setor do audiovisual em Portugal teve uma reorganização recente, passando a área da comunicação social a estar sob tutela direta do Ministério da Cultura.

Os municípios continuam a representar uma parcela bastante significativa do investimento e do apoio financeiro às atividades artísticas e culturais, garantindo, dentro da administração pública, uma distribuição territorial destes recursos mais equilibrada e sustentada. Apesar de uma tradição de forte investimento no património cultural e no reforço da rede de equipamentos culturais de base local (bibliotecas, museus e centros de interpretação, salas de espetáculo), os municípios, embora com algumas diferenças, têm vindo a reconhecer a necessidade de afetar verbas mais significativas do seu orçamento, quer ao apoio à produção e difusão artísticas, quer à dotação das suas estruturas organizativas com pessoal qualificado e com competências específicas e adequadas ao trabalho neste setor.

Em 2017 as Câmaras Municipais afetaram 450,1 milhões de euros às atividades culturais e criativas (mais 16,7% do que no ano anterior), destacando-se, entre outros, o domínio: atividades das artes do espetáculo”.

Além disto, o “aumento de 16,7% das despesas em atividades culturais e criativas nos municípios deveu-se ao acréscimo de 36,9% nas despesas de capital (+15,8 milhões de euros) e das despesas correntes que aumentaram 14,5%, destacando-se nestas as despesas com a aquisição de bens e serviços (+36%)”.

Fonte: Estatísticas da Cultura 2017, documento disponível *online* em https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=351326336&att_display=n&att_download=y

“No conjunto das Câmaras Municipais, as despesas em Atividades culturais e criativas representaram 5,6% no orçamento de 2017, tendo sido as autarquias da Região Autónoma dos Açores, do Alentejo e do Centro, as que destinaram maior proporção do seu orçamento às Atividades culturais e criativas: 8,8%, 6,9%, 6,1%, respetivamente. Essa proporção foi menor nos orçamentos do conjunto das autarquias da Região Autónoma da Madeira (4,0%), Norte, Algarve e Área Metropolitana de Lisboa, nas quais as Atividades culturais e criativas representaram à volta de 5% no orçamento do conjunto dos Municípios.”

Fonte: Estatísticas da Cultura 2017, documento disponível *online* em https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=351326336&att_display=n&att_download=y

Importa sublinhar que o investimento destas entidades públicas nas atividades culturais e criativas ocupa ainda um espaço sem grande relevo no orçamento geral de cada município.

Relativamente à evolução do setor do cinema e audiovisual, assiste-se em Portugal a um aumento do consumo de cinema (sobretudo internacional e *blockbuster*), mas também da produção. Contudo os aumentos de exibição e de consumo não se fazem sentir proporcionalmente no caso do cinema português.

Em relação às artes do espetáculo (onde se incluem as artes cénicas e o teatro) o país mantém sinais de uma tradição enraizada de consumo de teatro, que explica o acréscimo de espetadores.

“Em 2017 realizaram--se 33 404 sessões onde estiveram 15,4 milhões de expectadores/as (...), os valores registados significaram acréscimos no número de espetadores/as (3,9%). (...) As modalidades de espetáculos ao vivo que mais se destacam em número de sessões realizadas foi o Teatro com 12 903 sessões (correspondendo a 38,6% do total).”

Fonte: Estatísticas da Cultura 2017, documento disponível *online* em https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=351326336&att_display=n&att_download=y

“Em 2017 realizaram-se cerca de 665,8 mil sessões de cinema, com um total de 15,6 milhões de espectadores/as (mais 685,4 mil em relação ao ano anterior) (...). No ano em referência foram exibidos 177 filmes portugueses (menos 5 do que em 2016) a que corresponderam 2,8% das sessões”.

Relativamente à produção cinematográfica,” em 2017 realizaram-se em Portugal 66 filmes, dos quais 12 foram de Autoria nacional. O número de filmes apoiados totalizaram 63 e o total de filmes estreados foram 43. Os 66 filmes produzidos representam um acréscimo de 37,5% face ao ano anterior. (...) De acordo com o ranking dos filmes mais vistos em 2017, destacou-se Velocidade Furiosa 8 de origem norte americana com aproximadamente 788 mil espectadores. O Fim da Inocência foi o filme de origem portuguesa que no ano de 2017 registou mais espectadores (77 mil).”

Fonte: Estatísticas da Cultura 2017, documento disponível *online* em https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=351326336&att_display=n&att_download=y

Esta evolução tem-se feito sentir devido também ao robustecimento do tecido artístico e associativo dentro destas áreas.

4.2. O “ecossistema” cultural especificamente associado ao sector do Cinema e Audiovisual

O setor do cinema e audiovisual em Portugal, como vimos, inscreve hoje um conjunto de iniciativas e de projetos que se situam na interseção com o campo da educação, que na maioria se enquadram nos instrumentos e medidas de política disponíveis. Neste sentido, propomo-nos caracterizar de seguida, dentro do universo particular do “ecossistema” da Cultura, os principais atores e instituições que exploram e gerem esses interfaces do cinema e audiovisual com o setor da educação e, na medida do possível, descrever as dinâmicas e processos mais relevantes.

Dentro da execução e gestão do *Plano Nacional de Cinema*, é bastante variado o universo de agentes, públicos e privados (Administração pública, Setor Público Empresarial, Setor Privado Empresarial, Setor Privado Sem fins lucrativos) que intervém, designadamente enquanto

produtores ou criadores, enquanto parceiros de projetos de produção ou coprodução, enquanto promotores de projetos de difusão ou formação, ou ainda, enquanto parceiros de financiamento, incluindo através do mecenato ou do patrocínio. Este universo de agentes envolvidos apresenta uma distribuição territorial com sinais de uma clara concentração nas principais cidades / áreas metropolitanas.

Por outro lado, são igualmente diversas as tipologias de atividades que comumente se incluem nos projetos, ações e iniciativas dentro dos campos de relacionamento entre o cinema e audiovisual e a educação e ensino. Na caracterização das tipologias de atividades mais importantes, pretendemos dar a conhecer o espaço e os meios de interação entre profissionais e instituições da área do cinema e do audiovisual com trabalho relevante na esfera do ensino, pedagogia e educação, bem como, os meios de comunicação privilegiados para a disseminação e divulgação dos projetos, ações e iniciativas;

Deste modo, no que diz respeito particularmente à implementação destes projetos, ações e iniciativas, serão também sinalizados os principais desafios e dificuldades sentidas, quer por produtores e criadores, quer por entidades que assumam o papel de parceiros de execução e coprodução e/ou de parceiros de financiamento ou cofinanciamento.

Ainda como resultado do trabalho realizado pela equipa, seja em termos de análise documental e estatística, seja através da realização de entrevistas a um grupo variado de interlocutores-chave, serão mapeados e descritos projetos que sobressaem e se reconhecem enquanto “boas práticas” e “de referência”.

Por último, a Base de Dados construída como parte integrante deste Estudo (e anexa ao Relatório) permite obter alguns elementos adicionais de informação, relativa aos agentes e instituições, e que se considerou pertinente e relevante para um melhor conhecimento do “ecossistema” cultural dentro do campo de cruzamento entre cinema, audiovisual e educação em Portugal.

4.2.1. Agentes públicos e privados

Em relação aos diferentes tipos de entidades envolvidas nestas dinâmicas reafirma-se o papel de enorme relevância assumido pelo **Instituto do Cinema e Audiovisual – ICA**, enquanto entidade financiadora e agregadora de diversos agentes, profissionais, semiprofissionais e amadores, que intervêm diretamente na dinamização e/ou na implementação de iniciativas pedagógicas e/ou educativas que se cruzam com as práticas artísticas no campo do cinema e do audiovisual.

Ainda no que concerne ao setor da administração central, a **Cinemateca Portuguesa- Museu do Cinema**, entidade que está na esfera do Ministério da Cultura, integra o **Serviço Cinemateca Júnior**⁷¹, criado em 2007, cujo trabalho é sobretudo direcionado para os espetadores infantis e juvenis. Este serviço educativo acolhe anualmente inúmeras sessões do **Plano Nacional de Cinema** e, além disso, oferece um conjunto variado de outras atividades que procurar ir ao encontro dos interesses e motivações de diversas faixas etárias, com o objetivo único de transmitir o gosto pela arte cinematográfica.

Quer o **ICA** quer a **Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema** são, como anteriormente referido, parceiros da **Direção Geral de Educação** na execução e implementação do **Plano Nacional de Cinema**, instrumento de política que, apesar de todas as restrições e condicionantes à sua ação, continua a assumir, em Portugal, uma enorme relevância no âmbito da literacia fílmica e da pedagogia pelo cinema.

Ao nível da administração pública local, as **Câmaras Municipais**, as **Áreas Metropolitanas** e as **Comunidades intermunicipais**, através de apoios diversos, a nível logístico, institucional e até mesmo financeiro, cumprem igualmente um papel relevante na viabilização e na realização de iniciativas a nível local, posicionando-se como importantes parceiros de execução. Neste âmbito, valerá a pena destacar o trabalho desenvolvido por algumas estruturas municipais especializadas em cinema, de que são bons exemplos o **Museu do Cinema de Melgaço**⁷² ou o **Close Up - Observatório de Cinema de Vila Nova de Famalicão**⁷³.

No que respeita aos grandes operadores privados no setor do cinema, destacamos a atual colaboração das redes de exibição de cinema, com presença alargada no país, **NOS** e **CINEPLACE**, no âmbito do PNC, através da disponibilização gratuita em diversos localidades do território de salas de cinema para os programas de exibição de filmes com as escolas.

Ainda no setor empresarial, hoje assume alguma relevância a presença de uma nova geração de profissionais – realizadores e programadores de festivais de cinema, incluindo festivais vocacionados para o cinema de animação e para o segmento infantojuvenil – que, atuando no domínio da produção e difusão do cinema e audiovisual, em contexto empresarial, focam a sua intervenção junto de segmentos mais jovens da população. Algumas empresas de produção de cinema e audiovisual têm, deste modo, uma intervenção singular dentro deste “ecossistema”, apostando em ações ou projetos que visam a criação e desenvolvimento de novos públicos, bem como, a promoção de novos espaços de interação, exibição e reflexão envolvendo os profissionais de cinema.

⁷¹ Cf. <http://www.cinemateca.pt/cinemateca-junior.aspx>

⁷² Cf. <https://www.cm-melgaco.pt/visitar/o-que-fazer/rede-melgaco-museus/museu-de-cinema/>

⁷³ Cf. <https://www.closeup.pt/>

Dentro do setor privado sem fins lucrativos, intervêm neste “ecossistema” da cultura importantes parceiros, promotores diretos de projetos e ações que visam o cruzamento entre a pedagogia e ensino e as áreas artística do cinema e audiovisual, frequentemente com propostas experimentais e inovadoras, para além de poderem noutros caso, assumir o financiamento ou cofinanciamento de iniciativas, nomeadamente sob as formas de subvenção, mecenato e/ou patrocínios.

Dentro do campo das fundações privadas, destacam-se a **Fundação Calouste Gulbenkian** e a **Culturgest – Fundação Caixa Geral de Depósitos**, cujo posicionamento estratégico do seu modelo de filantropia se encontra associado, com frequência, à promoção direta e ao fomento de iniciativas na área do cinema e audiovisual. Dentro da modalidade de promoção direta, estas duas instituições mantêm, regular e sistematicamente, iniciativas que se enquadram dentro do seu modelo de programação de serviços educativos, para além do desenho de programas, em geral inovadores, de intersecção entre os campos da cultura, do conhecimento e da educação.

No caso da **Culturgest**, esta fundação atualmente “alberga” as sedes de dois importantes festivais de cinema independente em Portugal – o **DocLisboa** e o **Indie Lisboa** –, acolhendo igualmente uma parte importante da sua programação infantojuvenil, que será descrita mais adiante.

Em relação à **Fundação Calouste Gulbenkian**, importa realçar a promoção de ciclos de cinema, a consistência de subsídios e bolsas a jovens profissionais, para além do desenho e promoção de Programas como o **Estímulo à Melhoria de Aprendizagens**, por exemplo, que facilita um conjunto de abordagens inovadoras de ensino através da introdução de ferramentas educativas e pedagógicas onde se inscrevem também as áreas do cinema e do audiovisual.

Figuram ainda dentro do setor privado sem fins lucrativos (3º Setor) os principais agentes produtores, criadores e executantes das ações e iniciativas com alguma relevância para o campo da pedagogia pelo cinema e/ou da literacia fílmica em Portugal. De acordo com os dados fornecidos pelo **ICA** e com as opiniões recolhidas em diferentes entrevistas, dos atores relevantes destacamos, a **Os Filhos de Lumière** e a **Zero em Comportamento**, cuja atividade está especificamente dedicadas ao tema da literacia fílmica e da literacia pelo cinema, e cujos elementos são essencialmente compostos por cineastas, profissionais e professores cinéfilos. Destaca-se igualmente o papel protagonizado por coletivos artísticos e associações de âmbito cultural como a **Apordoc – Associação pelo Documentário**, a **Ao Norte**, a **Associação Indie Lisboa**, a **Associação Ludotecas do Porto**, a **Associação Meridional de Cultura**, entre outros de menor relevo.

Ainda dentro do setor associativo, tem muita relevância o papel desempenhado pelos **32 Cineclubes** que, presentes de Norte a Sul do país e ilhas, e organizados coletivamente na **Federação Portuguesa de Cineclubes (FPC)**, contribuem de uma forma amadora para a

promoção do cinema independente e do filme experimental e a defesa do cinema português, contribuindo deste modo para a proteção dos direitos do espetador de cinema. Os cineclubes assumem hoje um papel importante em termos da capilaridade territorial, pela abrangência ampla da sua rede, pelo foco que colocam nos seus públicos-alvo, em termos etários, e pela qualidade e diversidade da programação.

Estes inúmeros agentes do 3º Setor são fundamentais na mobilização dos recursos disponibilizados pelo **ICA**, através dos seus instrumentos de política, particularmente de apoio financeiro. São igualmente parceiros, em muitas circunstâncias, do **Plano Nacional de Cinema**, assegurando os locais para a projeção de filmes, apoiando na dinamização de debates e de outras iniciativas relacionadas, ou ainda participando na realização de *ateliers* e oficinas pedagógicas.

Fora dos grandes centros urbanos de Lisboa e Porto, destaque-se o trabalho que é hoje realizado por três cineclubes portugueses que, de acordo com os testemunhos de diferentes interlocutores, apresentam abordagens bastante interessantes, seja pelo modo profissional como trabalham em termos de criação e captação de públicos, seja pela forma inovadora como promovem atividades e/ou programam festivais e mostras de cinema infantojuvenil. Trata-se do **Cineclube de Faro**⁷⁴, do **Cineclube de Viseu**⁷⁵ e do **Cineclube de Ribeira Grande (Açores)**.⁷⁶

Por fim, as **escolas de ensino superior e de ensino profissional** que dispõem de oferta de cursos na área do cinema e/ou audiovisual figuram também no conjunto de atores intervenientes neste “ecossistema” (ver quadro no capítulo 4.1). No entanto, são poucos os que intervêm em iniciativas ou ações de pedagogia pelo cinema e/ou literacia fílmica. Apresentam-se mais frequentemente como parceiros de execução logística de iniciativas para a exibição de filmes do PNC em escolas, ou, conforme testemunho do diretor dos cursos de Audiovisual e Multimédia na Universidade Lusófona do Porto, “*figuram enquanto agentes de coprodução e programação de festivais de cinema e/ou audiovisual ou mesmo promovendo Fóruns e Masterclasses como espaços de interação entre jovens e profissionais do setor.*”⁷⁷

⁷⁴ Cf. <http://cineclubefaro.blogspot.com/>

⁷⁵ Cf. <https://www.cineclubeviseu.pt/>

⁷⁶ Cf. <https://www.facebook.com/Ccrg-Clube-De-Cinema-Da-Ribeira-Grande>

⁷⁷ Entrevista presencial, realizada em 29/04/2019

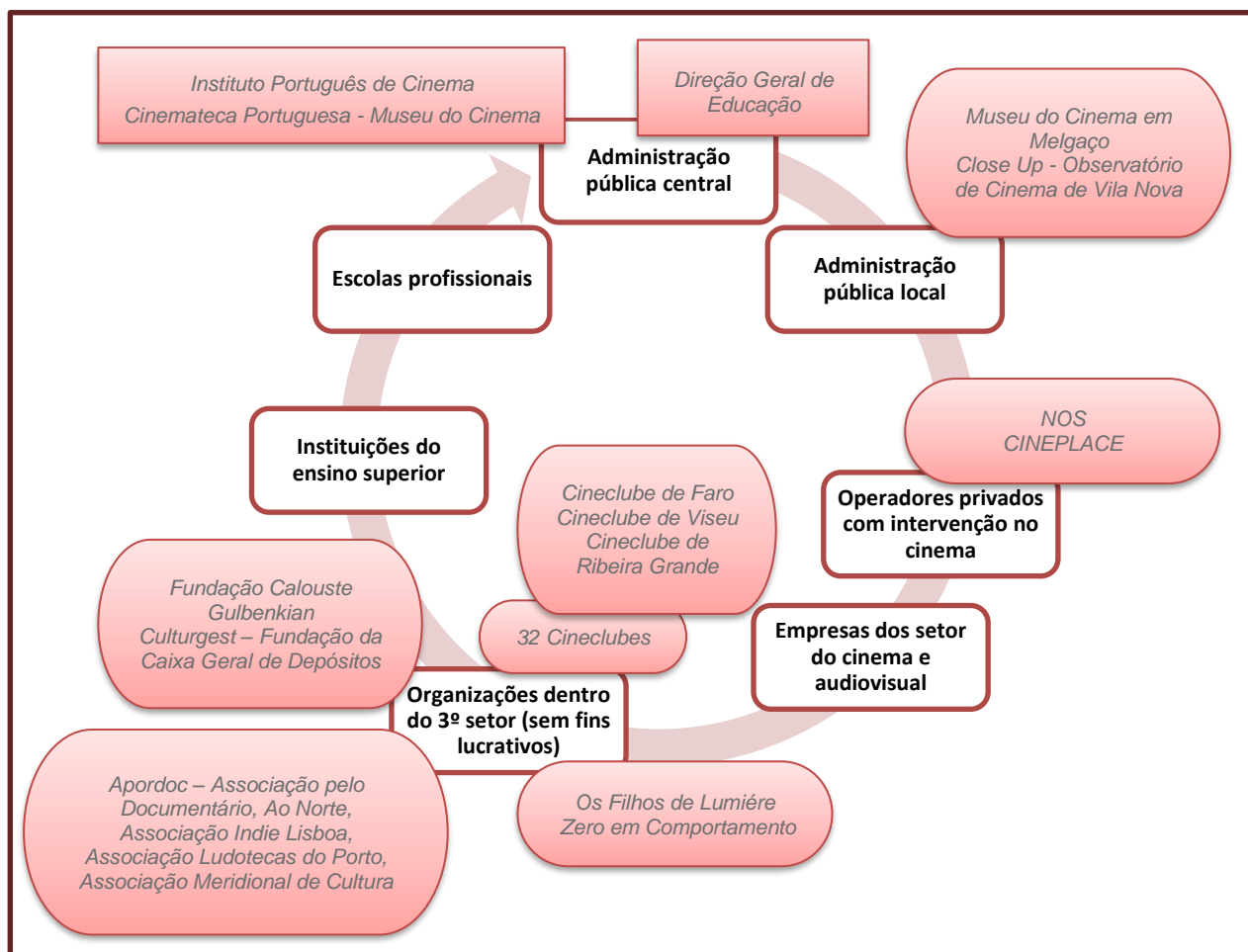


Figura 2 - Agentes públicos e privados do “ecossistema cultural” - cinema e audiovisual

4.2.2. Tipologia de atividades

Em relação à tipologia de ações e atividades desenvolvidas dentro do setor do cinema e audiovisual e com interseção no ensino e nas questões pedagógicas predominam, em Portugal, projetos e iniciativas de naturezas distintas que podemos agrupá-las em quatro tipologias segundos os principais objetivos:

- 1) **Captação e Criação de Públicos**, designadamente através da realização de mostras, festivais⁷⁸, filmes-debate e programas educativos;

⁷⁸ Vale a pena ressaltar que, entre estes festivais de cinema dirigidos a um público infantojuvenil, se tem registado um número crescente dos eventos que incluem especificamente na sua programação linhas programáticas dirigidas a crianças e jovens.

- 2) **Literacia Fílmica**, essencialmente com oficinas (*workshops*) dedicadas exclusivamente a crianças e jovens;
- 3) **Capacitação de profissionais do setor educativo para questões de pedagogia pelo cinema**, nomeadamente através da realização de ações de formação e *workshops* direcionados para docentes e professores do ensino básico e secundário;
- 4) **Sensibilização para a necessidade da pedagogia pelo cinema**, nomeadamente através da edição de publicações, *masterclasses*, seminários, conferências, etc.

Relativamente à periodicidade destas atividades, verifica-se que, na sua grande maioria, têm um carácter casuístico, episódico e são pouco sustentadas no tempo, não só pela incapacidade de atrair mais atenção e investimento do setor público ou privado, como também pelo facto de não serem reconhecidas como ações estruturantes ou interessantes por parte da generalidade dos profissionais do setor do cinema e audiovisual.

No entanto, e de algum modo em contracorrente, verifica-se que existem em Portugal alguns agentes no “ecossistema” do cinema e do audiovisual que procuram ter um papel de maior sistematização e regularidade no que diz respeito ao desenho, dinamização e implementação de projetos ligados sobretudo aos temas da literacia fílmica e da educação pelo cinema, dispondo de oferta regular neste campo – mas cuja abrangência é, ainda assim, relativamente restrita em termos territoriais.

Sublinhamos o importante papel de associações, como ***Os Filhos do Lumière*** e ***Zero em Comportamento***, que detêm uma grande experiência e *know-how* nas questões de literacia fílmica e pedagogia pelo cinema e que continuam, de uma forma resiliente, a desenvolver estratégias para financiar as suas atividades junto de escolas e municípios.

Por outro lado, tal como ficou claramente confirmado pelas informações disponibilizadas à equipa pelo ***Plano Nacional de Cinema***, existem hoje lógicas de interconhecimento e de proximidade local que são muito relevantes na implementação e no desenvolvimento de certos eixos do PNC. Neste sentido, o papel das 13 parcerias estabelecidas, desde 2013, entre algumas das escolas aderentes ao ***Plano Nacional do Cinema*** e determinados cineclubes, viabilizando a exibição de filmes incluídos no plano em salas de cinema, ou outras iniciativas (como a realização de *workshops*, por exemplo).⁷⁹

É ainda de particular importância o papel desempenhado pelos cineclubes na captação e criação/desenvolvimento de públicos específicos para o cinema, como o público infantojuvenil,

⁷⁹ De acordo com os dados fornecidos pela equipa do *Plano Nacional de Cinema*, os cineclubes com os quais escolas aderentes ao PNC têm parcerias estabelecidas são os seguintes: *Cineclube ABC – Lisboa*, *Cineclube Amarante*, *Cineclube Avanca*, *Cineclube Barcelos*, *Cineclube de Fafe*, *Cineclube da Guarda*, *Cineclube Joane*, *Cineclube 9500 São Miguel*, *Cineclube Porto – Sala Henrique Alves Costa*, *Cineclube de Tomar* e *Cineclube Viseu*.

promovendo não só uma oferta regular de ciclos de cinema direcionados para as crianças e jovens, bem como a programação de qualidade ao nível dos festivais que são direcionados para este público infantojuvenil, e em vários casos, articulando-se e colaborando de uma forma estreita com escolas.

Por último, há sinais de que uma nova geração de programadores e realizadores parece querer apostar de forma crescente na produção de eventos de cinema exclusivos dedicados aos públicos infantojuvenil, promovendo hoje um conjunto de festivais, mostras e/ou de encontros com periodicidade regular, embora quase sempre anual. Não tendo sido possível determinar, com exatidão, o número e o tipo de ações e iniciativas que, dentro dos festivais de cinema e audiovisual, promovem a intersecção com o campo da educação e do ensino, pode-se, contudo, observar o crescente número de secções juniores nas programações (caso do ***Indie júnior do Festival Indie Lisboa*** e do ***Curtinhas do Festival Internacional de Curtas de Vila do Conde***, por exemplo), bem como referenciar o desenvolvimento sistemático de alguns projetos de envolvimento da comunidade escolar local (como o ***Programa Educativo do Cinanima - Festival Internacional de Cinema de Animação de Espinho*** em Espinho, ***Observatório de Cinema de Vila Nova de Famalicão***, por exemplo).

4.2.3. “Boas práticas” e entidades de referência

Dentro da caracterização das tipologias de projetos e iniciativas que se consideram relevantes no quadro deste Estudo, a equipa selecionou alguns casos que considerou terem atributos, ao nível das dimensões de ação, das entidades envolvidas, dos objetivos e resultados pretendidos que justificam uma classificação de “boas práticas” no cruzamento do cinema e audiovisual com o ensino e a pedagogia. Tais iniciativas podem, para além de contribuir para a avaliação dessas políticas, servir de inspiração ou de exemplo junto de outros agentes dentro deste “ecossistema” cultural mais específico.

Em relação aos agentes culturais e artísticos portugueses que, nos últimos anos, têm vindo a implementar “no terreno” ações e iniciativas relacionadas com os temas da pedagogia pelo cinema, da literacia fílmica, da formação e capacitação de alunos e/ou de professores, destacam-se a Associação Cultural ***Os Filhos de Lumière*** e a Associação Cultural ***Zero em Comportamento***.

Destaque 3 - Entidade de Referência - Associação Cultural Os Filhos de Lumière

Trata-se de uma associação cultural vocacionada para a sensibilização ao cinema enquanto forma de expressão artística. Atualmente sediada em Lisboa, a associação foi criada no ano 2000 por um grupo de cineastas e amantes de cinema, no âmbito da Porto 2001 – Capital Europeia da Cultura, estando, por isso, originalmente sediada na cidade do Porto.

Os Filhos de Lumière concebe, organiza e orienta atividades que visam levar crianças e adolescentes a apreciar, compreender e criticar as obras que resultam da prática da arte cinematográfica. Sempre foi convicção daqueles que se uniram para fundar a associação que a melhor maneira de adquirir os saberes (...) passava pela aquisição de um saber fazer, ou seja, privilegiando uma abordagem prática, um conhecimento decorrente da experimentação.

Com uma vasta experiência e know-how em projetos relacionados com literacia fílmica, pedagogia pelo cinema e dispondo de uma rede de trabalho nacional e internacional, Os Filhos de Lumière apresenta atualmente um portefólio e um plano de atividades bastante rico, que é composto por: Oficinas para crianças, jovens e adolescentes, Oficinas para professores, Ações de Literacia Fílmica para Escolas e Público em Geral, Criação de Materiais e Recursos pedagógicos, etc.

Fonte: <http://osfilhosdelumiere.com/home/>

Destaque 4 - Entidade de Referência - Associação Cultural Zero em Comportamento

Sedeada em Lisboa, esta associação cultural está focada na acessibilidade, junto do grande público, de filmes e realizadores que se preocupam com o conteúdo dos seus filmes, promovendo a pluralidade cultural e contribuindo para o desenvolvimento e educação do espectador, como forma de enriquecimento da sociedade. A associação nasceu em dezembro de 2000, tendo como foco inicial da sua intervenção a exibição de filmes independentes e a criação de circuitos alternativos. No final de 2013, a associação desligou-se da difusão profissional de filmes independentes, passando então a focar-se no público mais jovem e infantil. Consciente da falta de oferta de cinema de qualidade para este público posicionou-se, desde esse ano, sobretudo enquanto um agente ativo na criação de conteúdos pedagógicos e educativos associados aos filmes.

Com alguma experiência em pedagogia pelo cinema e com uma rede de trabalho, nacional e internacional, a Zero em Comportamento dispõe hoje de um Serviço Educativo Profissional onde se destaca o trabalho em dois eixos de ação em particular:

1 - Escolas, com uma oferta do pré-escolar ao secundário que cruza sessões de cinema, oficinas e conteúdos disciplinares dentro do contexto escolar. Coexistem uma série de programas temáticos adaptáveis a diferentes disciplinas e áreas do conhecimento que pretendem usar a paixão e a empatia cinematográfica na exploração de diferentes conteúdos programáticos;

2 - Oficinas, com 3 níveis etários distintos (dos 3 aos 7 anos, dos 7 aos 12 anos e, por fim, dos 12 aos 18 anos) onde são reunidas diversas valências, nomeadamente a realização de sessões de cinema, a organização de oficinas e ações de formação, com o objetivo de ampliar a educação artística e cinematográfica para os mais diversos públicos, desejando proporcionar aos mais jovens e adultos instrumentos que permitam fortalecer o espírito crítico e criativo.

Fonte: <https://zeroemcomportamento.org/>

De seguida descrevem-se ainda quatro exemplos de projetos e iniciativas consideradas “boas práticas” dentro das quatro tipologias de atividades anteriormente apresentadas – Captação e Criação de Públicos; Literacia Fílmica; Sensibilização para a necessidade da Pedagogia pelo Cinema; e Capacitação de profissionais do setor educativo.

No caso da Captação e Criação de Públicos, foi amplamente referenciada por diversos interlocutores uma iniciativa que constitui prática modelar no que diz respeito ao trabalho sistemático de criação e envolvimento de públicos jovens no cinema em Portugal. Trata-se do **Crianças Prime1r**, um programa da iniciativa do **Serviço Educativo do Festival CINANIMA**, em Espinho, que conta com o apoio do **Plano Nacional de Cinema**, sendo dirigido a crianças do 1º ciclo do ensino básico, com o objetivo de proporcionar-lhes um primeiro contacto com a animação de imagens através da realização de filmes de animação em contexto educativo.

Destaque 5 - Projeto de Referência Criação de Públicos - Programa Crianças Prime1r

O Programa Crianças Prime1r propõe-se desenvolver projetos pedagógicos através da exploração e questionamento do meio, utilizando o cinema de animação como veículo para a concretização de filmes de animação com crianças do 1º ciclo do ensino básico. Tem como principais objetivos: promover a literacia fílmica; contribuir para o sucesso escolar dos alunos através da articulação dos diferentes saberes; fomentar uma atitude positiva relativamente à aprendizagem; contribuir para uma formação cívica e da cidadania como ferramentas essenciais aos processos de ensino e de aprendizagem; e, por último, contribuir para uma interação positiva entre os alunos, professores e restante comunidade educativa.

O desenvolvimento de projetos em torno da animação de imagens tem demonstrado ser uma atividade proporcionadora de aprendizagens significativas. Tais projetos permitem a aplicação e experimentação de diferentes estratégias e técnicas de animação e contribuem para a descoberta de novas formas de expressão e comunicação. Enquanto área multidisciplinar, o cinema de animação associa potencialidades expressivas e comunicacionais e promove processos diversos para o desenvolvimento cognitivo. Deste modo, a iniciativa Crianças Prime1r articula-se com todo o currículo do 1º ciclo do ensino básico. A exploração do tema “ESPINHO: história, cultura, tradições e personalidades”, permite aos alunos o contacto e o estudo dos vários conteúdos ligados ao conhecimento histórico e cultural da sua região, mas também abre possibilidades a narrativas originais. O resultado deste processo vivido por cada turma e por cada aluno traduz-se na realização de um filme de animação.

No ano letivo de 2016/2017 participaram no Programa Crianças Prime1r cinco escolas do 1º ciclo do ensino básico do município de Espinho, tendo estado envolvido, em cada uma, uma professora: Escola Básica de Silvalde (Professora Irene Salvador), Escola Básica de Paramos (Professora Sandra Quaresma), Escola Básica Espinho 2 (Professora Gabriela) Escola Básica de Guetim (Professora Sónia Pinto) Escola Básica Espinho 3 (Professora Rosa Quintela) e, por fim, Escola Básica da Anta (Professora Sandra Ferreira).

Fonte: <https://www.cinanima.pt/edicao/education-criancas-prime1r/>

Em relação à Literacia Fílmica, além dos projetos e iniciativas desenvolvidos com agrupamentos escolares ao abrigo do **Plano Nacional do Cinema**, destaque ainda para algumas atividades que são desenvolvidas, muitas vezes de uma forma autónoma, através de convénios e

estabelecidas, a nível local, entre determinados municípios e alguns dos agentes culturais presentes no seu território. Neste âmbito, constitui um exemplo de “boas práticas” em matéria de atividades de literacia fílmica o **Close Up - Observatório de Cinema de Vila Nova de Famalicão**.

Destaque 6 - Projeto de Referência Literacia Fílmica - Close Up - Observatório de Cinema de Vila Nova de Famalicão

Projeto cultural criado com o duplo objetivo de aumentar e diversificar a oferta cultural do território e, simultaneamente, de formar novos públicos na área do cinema, resultante de uma parceria entre a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, a Casa das Artes de Famalicão e o Cineclube de Joane.

Esta iniciativa, que tem vindo a crescer ao longo dos anos, passa sobretudo por um programa que é desenvolvido ao longo de todo ano, através de um conjunto de sessões de cinema contemporâneo são cruzadas com sessões sobre história do Cinema, realização de filmes-concerto, filmes comentados (envolvendo a participação de realizadores, jornalistas e académicos), sessões especiais, conversas e concertos no café-concerto, filmes e workshops para escolas e para famílias, uma produção própria incluída no panorama de produção portuguesa e exposições de fotografia.

Para além da parceria fundamental, o Cineclube de Joane hoje conta ainda com o apoio da Cinemateca Portuguesa - Museu do Cinema, da instituição Civitas Braga, da associação cultural Os Filhos de Lumière, da Associação Maumaus, do Plano Nacional de Cinema, da Universidade do Minho e dos Agrupamentos de Escolas Camilo Castelo Branco, Gondifelos, D. Maria II, D. Sancho I e Pedome.

Sendo atualmente financiada pela DGArtes e pelo ICA, esta iniciativa acolheu, no ano de 2019, o arranque oficial do 4º ano do CinEd, programa europeu de educação ao cinema dirigido a jovens entre os 6 e os 18 anos, financiado pela Europa Criativa/ Programa MEDIA da União Europeia. A realização deste evento permitiu reunir em Vila Nova de Famalicão, durante quatro dias, todos os parceiros dos nove países envolvidos no projeto.

Fonte: <https://www.closeup.pt/>

No que concerne a ações de sensibilização para a Pedagogia pelo Cinema, destaque-se o Programa Pedagógico Europeu de Iniciação ao Cinema **CINEMA, CENT ANS DE JEUNESSE - CINEMA, Cem Anos de Juventude** implementado em Portugal pela Associação Cultural **Os Filhos de Lumière**, com apoio do ICA, da **Cinemateca Portuguesa**, das **Câmaras Municipais de Serpa, Moita e Lisboa**, de certas **Juntas de Freguesia em Lisboa e Serpa** (que apoiam algumas viagens) e do **Instituto Camões** (que apoia as viagens a Paris).

Destaque 7 - Programa de Referência Pedagogia pelo Cinema - CINEMA, CENT ANS DE JEUNESSE – CINEMA, Cem Anos de Juventude

Coordenado pela Cinemateca Francesa, este projeto reúne, à escala internacional, profissionais de cinema, professores, salas de cinema, associações e cinematecas. Criado em França em 1995 na celebração dos cem anos de cinema, tem vindo a ser implantado em vários países, incluindo Portugal, através da Associação Cultural Os Filhos de Lumière, em parceria com a Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema, desde o ano letivo 2006 / 2007.

Todos os anos letivos é trabalhada uma questão de cinema (2018/2019: A Situação no Cinema), envolvendo cerca de mil crianças e adolescentes em diferentes regiões em Portugal, França, Espanha, Itália, Reino Unido, Brasil, República de Cuba e Alemanha, Argentina, Bélgica, Bulgária, Índia, Finlândia, Lituânia, México. Ao longo do ano, os participantes vêm e analisam filmes a partir deste ponto de vista, fazendo exercícios filmados e realizando por fim pequenos filmes-ensaio, de acordo com as mesmas regras do jogo. Três encontros anuais reúnem na Cinemateca Francesa, em Paris, os participantes dos países envolvidos: o primeiro, entre Setembro e Outubro, onde são lançadas e discutidas as pistas pedagógicas sobre o tema do ano em trabalho; o segundo, em Março, para um balanço intermédio, onde são apresentados e discutidos os exercícios realizados pelos alunos; e em Junho, para a apresentação dos filmes-ensaio com a presença, para além dos adultos, dos alunos participantes ou de uma pequena delegação que vai apresentar os filmes e falar sobre os processos perante todos os presentes.

Segundo informações recolhidas junto da Presidente da Associação Cultural Os Filhos de Lumière, “o desenvolvimento deste Programa em Portugal estrutura-se em três fases distintas.

1) Setembro /Outubro – É promovida uma formação inicial, no início do ano, na Cinemateca Francesa, em Paris. Esta depois também acontece em cada país envolvido. Nesta fase estão presentes todos os professores, cineastas e participantes adultos.

2) Março – É realizado um segundo encontro intermédio em Paris em que são mostrados os exercícios individuais, lançados no início do ano para refletir sobre a questão de cinema a trabalhar. Depois, os exercícios portugueses voltam a ser mostrados cá para serem discutidos por todos os participantes nacionais.

3) No final do ano letivo – É realizada uma apresentação em Paris de alguns dos filmes-ensaio feitos pelos parceiros de todo o mundo. Habitualmente Os Filhos de Lumière levam uma representação portuguesa que inclui três escolas participantes, com o maior número possível de alunos. Quanto aos outros filmes produzidos no âmbito deste Programa, são mostrados apenas nos seus países.”⁸⁰

A Presidente da Associação reforçou ainda o crescimento contínuo deste projeto ao longo dos últimos anos e a preocupação do mesmo em ter uma abrangência territorial cada vez mais maior: “Com uma abrangência, em 2018, de 7 escolas de territórios distintos de Lisboa ao Alentejo, a implementação deste programa e seu dispositivo pedagógico tem estado em desenvolvimento e crescimento contínuo (...) iniciando-se em 2014 nas regiões de Lisboa, Moita, Serpa, alargando-se em 2016 para Mértola e posteriormente, em 2017, para novos agrupamentos escolares em Sintra e Odivelas.”

Fonte: <http://osfilhosdelumiere.com/cinemacemanosdejuventude/>

Por último, e relativamente às atividades de capacitação de profissionais do setor educativo, registe-se, via **Plano Nacional do Cinema**, a implicação de cinco **Centros de Formação de**

⁸⁰ Entrevista presencial, realizada em 08 /04/ 2019

Associação de Escolas - Castro Daire/Lafões, em Castro Daire; **Nova Ágora** em Coimbra; **Leirimar**, em Leiria; **Margens do Guadiana**, em Beja; e, por último, **AlmadaForma**, em Almada, na formação dos 718 docentes da Educação Pré-Escolar e do 1º, 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário, num conjunto de 33 ações de formação creditada, de 25 horas., entre o ano letivo 2014/15 e o ano letivo 2016/17. Note-se, contudo, que devido a restrições orçamentais, desde o ano letivo 2017/18 se encontram suspensas as ações de formação PNC para docentes.

Importa, no entanto, assinalar que, apesar de existir já alguma oferta em termos de ações de capacitação sistemática e *workshops* direcionados para docentes e professores do ensino básico e secundário, constata-se que, como foi amplamente reconhecido por diversas pessoas entrevistadas, esta é ainda bastante reduzida, existindo uma margem de progressão grande, no sentido de alargar o universo de agentes do setor educativo com competências teóricas, técnicas e metodológicas relacionadas com as questões de pedagogia pelo cinema. Por outro lado, importa ainda ter em atenção que, em geral, este tipo de ações de formação têm um caráter bastante introdutório, sendo igualmente reduzidas em número de horas e com poucos recursos alocados. Tem-se verificado, de acordo com o que nos foi relatado, que grande parte dos agrupamentos escolares acaba por não dar grande sequência ao projeto de formação e capacitação dos seus agentes educativos, o que suscita evidentes interrogações quanto à sustentabilidade destas práticas pedagógicas num período pós-formação, bem como quanto à sua capacidade de replicação e disseminação entre o corpo docente no interior de cada escola ou agrupamento escolar.

Neste processo, assumem um papel fundamental os próprios agentes e profissionais do setor, enquanto formadores dotados das competências técnico-científicas e do *know-how* específico. Assim, além das organizações já mencionadas, incluem-se as associações **Os Filhos do Lumière** e **Zero em Comportamento**, enquanto entidades competentes nas práticas de formação e capacitação de docentes.

Destacamos igualmente o trabalho realizado pelo **Serviço Educativo do Festival CINANIMA**, em Espinho, referenciado por múltiplos interlocutores dentro desta área específica.

Destaque 8 - Projeto de Referência Formação / Capacitação de Docentes - Ação de formação para professores “A didática da imagem animada e o cinema de animação com as TIC”

A vertente formativa do Festival existe desde a primeira edição, realizada em 1976, e já marcou o percurso de muitos animadores e realizadores. Seguindo esta forte tradição formativa/educativa, o Serviço Educativo do CINANIMA continua a oferecer hoje um vasto leque de atividades, reforçando a sua oferta de oficinas e cursos de formação em cinema de animação ao longo do ano, seja para o público infantojuvenil, seja para um público adulto, constituído por professores e por profissionais, seja ainda para o público aficionado em cinema de animação, promovendo os princípios e técnicas do cinema de animação. Em relação às ações de formação e capacitação do corpo docente das escolas o objetivo passa, sobretudo, por dotar os docentes de capacidades e competências de criatividade na abordagem pedagógica e de articular a linguagem do ensino tradicional às novas possibilidades e potencialidades do cinema de animação ou do audiovisual enquanto ferramentas de educativas.

Curso de formação de professores do Pré-escolar e 1º ciclo do Ensino Básico, realizada na Universidade de Aveiro – Departamento de Educação, no âmbito da parceria com Centro de Competência TIC da Universidade de Aveiro e do programa Educação para os Media.

Tratou-se de um curso de formação de 25 horas (acreditado pelo CCPFC para Educadores de Infância e Professores do 1º CEB) que decorreu num total de 7 dias, distribuídos ao longo de três meses diferentes (30 e 31 de março, 1, 4, 5 e 6 de abril e 30 de abril de 2016).

Esta ação de formação contou com a acreditação do Centro de Formação de Agrupamento de Escola Arouca, Vale de Cambra e Oliveira de Azeméis.

Fonte: <https://www.cinanima.pt/workshops/cursos-de-formacao>

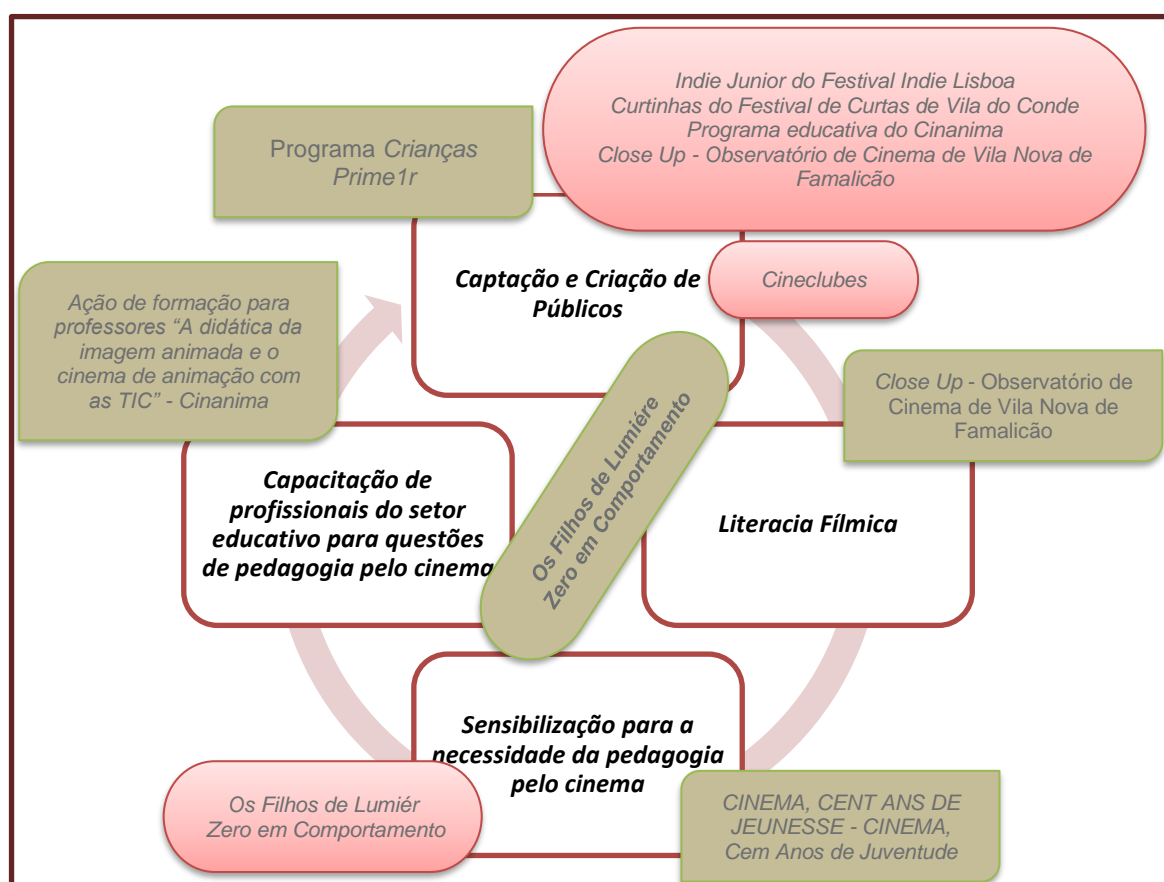


Figura 3 - Tipologia de iniciativas e projetos e “Boas práticas” no cinema e audiovisual

4.2.4. Abrangência e capilaridade territorial

De acordo com os dados e informações recolhidas junto do ICA, observa-se a tendência para uma forte concentração dos projetos e iniciativas apoiadas por esta entidade na área do cinema e audiovisual nas duas grandes áreas metropolitanas do país, Lisboa e Porto. Tal acontece não só porque grande parte dos agentes intervenientes encontra-se concentrada nestas zonas, como também porque a massa crítica existente na faixa litoral do país, território com grande densidade populacional, parece captar mais este tipo de iniciativas nas áreas da pedagogia pelo cinema e da literacia fílmica.

Contudo há sinais de tendências, algumas talvez ainda emergentes, não apenas de procura por parte dos agentes culturais e artísticos na área do cinema e audiovisual de novos contextos de ação, como também, de descentralização dos apoios públicos que são concedidos a nível nacional e a nível local. Com efeito, os apoios públicos disponibilizados atualmente pelo ICA orientados para a “formação de públicos nas escolas” e a “formação de estudantes na área do

cinema e audiovisual” incluem dentro dos critérios de avaliação de propostas e de atribuição de apoio uma majoração que favorece os projetos descentralizados, assumindo como objetivo contribuir para o reforço da coesão territorial.

Por outro lado, o **Plano Nacional do Cinema**, procurando contribuir para a disseminação no território nacional de ações e iniciativas de literacia fílmica, fomenta junto dos diversos agentes do “ecossistema” cultural nesta área do cinema e audiovisual a interação com diversos parceiros locais, como Juntas de Freguesia e as Câmaras Municipais, para além, evidentemente das Escolas e Agrupamentos de Escolas, distribuídos pelo território nacional. Esta interação tem permitido dotar essas instituições, disseminadas no território, de novos recursos e, sobretudo, de novas possibilidades de trabalho conjunto.

De acordo com dados recolhidos junto da Direção Geral de Educação, o Plano Nacional de Cinema envolveu, entre os anos letivos de 2014/2015 até 2017/2018, um universo de 230 agrupamentos de escolas e escolas não-agrupadas, distribuídos por todo o território nacional. Neste contexto, foram celebradas diversas parcerias e convénios com múltiplas entidades. Para além das já referidas parcerias com cineclubes, destaque-se ainda, a título de exemplo, a parceria desenvolvida, em 2016, com a escola de ensino artístico especializado Escola Ensino Artístico António Arroio, em Lisboa, os convénios estabelecidos com as autarquias de Vila Nova de Famalicão, Sintra e Leiria, ou ainda as parcerias celebradas, desde 2015, com 55 equipamentos culturais, como auditórios e cineteatros tutelados pelo Ministério da Cultura ou por autarquias.

Reforçando este carácter de trabalho em rede, procurando abranger todo o território nacional, o PNC contou ainda com a colaboração de 10 Festivais de Cinema para divulgação das suas atividades: **Festival Indie Allianz Júnior no Porto**, **Festival Internacional Cinema Ambiental - Cine-eco** em Seia, **Festival Internacional de Cinema de Animação de Espinho (CINANIMA)** em Espinho, **Festival MONSTRA – Festival de Cinema de Animação de Lisboa**, **Festival Olhares do Mediterrâneo**, Cinema São Jorge, Lisboa, **FESTIVAL DOCLISBOA**, **Fusões no Cinema – Caminhos do Cinema Português** em São João da Madeira, **Festival Porto/Post/Doc**, **FESTin – Festival de Cinema Itinerante em Língua Portuguesa e Judaica – Mostra de Cinema e Cultura**.

Por último, realce-se novamente que a realização das diversas sessões de cinema do PNC, distribuídas por todo o país, só tem sido possível através de parcerias estabelecidas com 13 cineclubes - **Cineclube ABC – Lisboa**, **Cineclube Amarante**, **Cineclube Avanca**, **Cineclube Barcelos**, **Cineclube de Fafe**, **Cineclube da Guarda**, **Cineclube Joane**, **Cineclube 9500 São Miguel**, **Cineclube Porto – Sala Henrique Alves Costa**, **Cineclube de Tomar** e **Cineclube Viseu**, bem como com alguns operadores privados, como as redes do Grupo **NOS** e **CINEPLACE**, presentes em diversos locais do território nacional.

Ainda no que toca à abrangência territorial de projetos e iniciativas ligados à educação pelo cinema e à pedagogia fílmica, note-se a importância do trabalho que, desde há vários anos, vem sendo efetuado por alguns dos cineclubes. Estas organizações, de carácter específico, assumem

relevância singular neste sentido da proximidade com o “ecossistema” local, manifestando-se em geral como um agente cultural de proximidade, essencial no sentido da coesão territorial – um aspeto que foi justamente salientado, em entrevista, pelo Presidente da Federação Portuguesa de Cineclubes: “*Os Cineclubes procuram sobretudo dar a conhecer o Cinema e as suas diversas possibilidades a pessoas fora dos grandes centros urbanos*”.⁸¹

Atualmente, a **Federação Portuguesa de Cineclubes** integra um total de 31 associados, que estão presentes um pouco por todo o país (Portugal Continental e Região Autónoma dos Açores), ainda que esta seja uma cobertura territorial que apresenta alguns notórios desequilíbrios regionais e sub-regionais (como se confirma pelas lacunas nas áreas de Trás-os-Montes, Douro, Alentejo e Região Autónoma da Madeira).⁸² De acordo com as informações recolhidas pela equipa da Quaternaire Portugal junto dos cineclubes⁸³, atualmente existem alguns projetos interessantes nos campos: i) da divulgação do cinema - ciclos de cinema infantojuvenil e alguns festivais, como o **Festival dos Caminhos do Cinema Português**, por exemplo, que inclui atividades de cariz pedagógico-educativo, como exposições, conversas pós-exibição de filmes e conferências/debates; e ii) da literacia fílmica - *workshops*, ateliers, cursos de formação para jovens e professores, entre outras iniciativas. Estes projetos, na generalidade, são desenvolvidas por cineclubes em articulação com estabelecimentos de ensino básico e secundário, com outras entidades que prestam serviços de atividades lúdico-educativas dirigidas a crianças e jovens, e, nalguns casos, contam ainda com o apoio dos municípios. Destacamos aqui os casos, por exemplo, da iniciativa “**As Curtas vão à Escola**”, ciclo de programação de curtas-metragens para bebés, que se insere no programa **Set’Curtas**, promovido pela **Câmara Municipal de Setúbal**, no qual colabora o **Cine50Cuts**; ou ainda, a uma escala supramunicipal, do projeto **Cinema para as Escolas**, que é promovido pelo **Cineclube de Viseu** há cerca de duas décadas, e que atualmente abrange já todo o distrito de Viseu, contado com os apoios públicos da **Câmara Municipal de Viseu**, do **Instituto Português do Desporto e da Juventude** e do **ICA**.⁸⁴

⁸¹ Entrevista telefónica, realizada a 14/04/2019

⁸² Atualmente, os 31 cineclubes associados da FPC são os seguintes: 50 Cuts Associação Cinematográfica (Setúbal), 9500 - Cineclube da Ponta Delgada (R.A. Açores), ABC - Cineclube de Lisboa, AO NORTE (Viana do Castelo), Centro de Estudos Cinematográficos AAC (Coimbra), CineClub Bairrada, Cineclube Aurélio da Paz dos Reis (Braga), Cineclube da Guarda, Cineclube da Ilha Terceira (R.A. Açores), Cineclube da Maia, Cineclube de Amarante, Cineclube de Avanca, Cineclube de Fafe, Cineclube de Faro, Cineclube de Guimarães, Cineclube de Joane (Vila Nova de Famalicão), Cineclube de Monção, Cineclube de Santarém, Cineclube de Tavira, Cineclube de Tomar, Cineclube de Torres Novas, Cineclube de Vila do Conde, Cineclube de Viseu, Cineclube do Barreiro, Cineclube do Porto, Cineclube Octopus (Póvoa de Varzim), Cineclube Reactor24i (Lisboa), Cineclube ZOOM (Barcelos), Clube de Cinema da Ribeira Grande (R.A. Açores), espalhafitas - Cineclube de Abrantes e Fila K Cineclube (Coimbra).

⁸³ Os cineclubes que responderam ao inquérito por questionário preparados pela equipa foram os seguintes Cine50Cuts (Setúbal), ABC Cineclube de Lisboa, Centro de Estudos Cinematográficos AAC (Coimbra), Cineclube Bairrada, Cineclube da Ilha Terceira (R.A. Açores), Cineclube de Viseu e Cineclube da Ribeira Grande (São Miguel – R.A. Açores).

⁸⁴ <http://cinemaparaascolas.pt/>

4.2.5. Recursos, espaços e canais de interação

Em relação aos recursos e ferramentas utilizadas no desenvolvimento dos projetos e iniciativas, observa-se que, para além dos poucos agentes com mais experiência e interesse no setor do cinema e do audiovisual, existe ainda um parco conhecimento e uso de recursos, ferramentas e metodologias pedagógicas. Como foi já referido anteriormente, este é um aspeto que está relacionado, por um lado, com o caráter ainda relativamente marginal das questões educativas nos currículos de formação superior nas áreas do cinema e do audiovisual em Portugal, que estão ainda predominantemente orientados para uma vocação artística e/ou profissionalizante, em sentido clássico, e, por outro lado, refletem a já mencionada carência de espaços e suportes de reflexão e sistematização sobre os projetos e as metodologias que vão sendo desenvolvidos neste domínio, mormente no contexto nacional, mas também no quadro internacional.

É, pois, perante este quadro, que a associação cultural **Os Filhos de Lumière** se afirma claramente, no contexto português, enquanto “figura de proa” nas questões das abordagens pedagógicas a partir do cinema e da literacia fílmica, sendo membro constituinte ativo, desde há mais de uma década, do **Programa Europeu de Educação pelo Cinema - CINED**⁸⁵. Este programa inclui uma **Plataforma Gratuita de Metodologias, Recursos Pedagógicos e Boas Práticas**, cuja elevada qualidade foi reconhecida por vários dos interlocutores-chave entrevistados, sendo mesmo a sua utilização por parte das escolas ativamente recomendada pelo **Plano Nacional de Cinema**. Em Portugal, a associação **Os Filhos de Lumière** destaca-se enquanto uns dos principais agentes criadores e implementadores de projetos neste âmbito, detentores de um acervo particularmente interessante de *know-how* e *expertise* na conceção e utilização de ferramentas e metodologias pedagógicas ajustadas às suas atividades, que têm vindo a implementar em conjunto com os seus parceiros, Escolas e Câmaras Municipais, dentro do contexto nacional.

⁸⁵ Cf. <https://www.cined.eu/pt/cined>

Destaque 9 - Programa Europeu de Educação pelo Cinema - CinEd

“O CinEd pretende facilitar a prática de ações de educação pelo cinema junto dos jovens na Europa, através da sua plataforma cined.eu, uma ferramenta inovadora que permite a organização simples e gratuita de projeções públicas, graças à transferência desmaterializada de ficheiros digitais.

A plataforma cined.eu propõe filmes contemporâneos e do património de países parceiros, acessíveis até 45 países da Europa. Adaptados à diversidade de jovens públicos, os filmes selecionados, em conjunto pelos parceiros do consórcio, constituem uma coleção europeia de qualidade.

A plataforma acolhe igualmente materiais pedagógicos para acompanhar as projeções com o jovem público e realizar um trabalho antes e depois da sessão. A plataforma e o conjunto de conteúdos são multilingues. Os filmes estão disponíveis em versão original e legendados em cerca de 8 línguas, incluindo o inglês.

Da escola primária ao liceu ou fora do meio escolar, são propostos vários itinerários pedagógicos com o objetivo de ajudar professores e mediadores a abordar os filmes com jovens públicos e a desenvolver o seu gosto pelo cinema.

As formações são propostas nos países parceiros e além, para promover a implantação do programa e familiarizar os professores e os mediadores com os materiais disponíveis.”

Fonte: <https://www.cined.eu/pt/cined>

Em relação ao dinamismo das redes de profissionais nesta área do cinema e do audiovisual, registre-se que, de acordo com o Presidente do Conselho Diretivo do ICA, em Portugal “*não existe uma cultura de colaboração das várias organizações protagonistas e associações profissionais do setor (...) Ainda assim, é o ICA que os consegue pôr a todos, uma vez por ano, realizadores, distribuidores, produtores, agentes de exibição, e outros sentados a uma mesma mesa a partilhar necessidades e a construir parcerias*”.⁸⁶

Por seu lado, os cineclubes, apesar de se encontrarem associados num mesmo organismo, que opera em rede, a **Federação Portuguesa de Cineclubes**⁸⁷, inscrevem cada um o seu próprio modelo de atuação, muitas vezes com uma gestão autónoma e com um planeamento de atividades mais amador. Esta atomização das atividades realizadas pelos cineclubes portugueses, bem como o foco predominante da sua grande maioria na exibição de filmes, dedicando-se apenas esporadicamente à formação, acaba por privilegiar na sua intervenção a dimensão da difusão em detrimento da dimensão da pedagogia fílmica. Esta tendência vem explicar a razão pela qual, de acordo com as informações recolhidas, de um universo total de 32 cineclubes, poucos são aqueles que se destacam pelo trabalho desenvolvido ao nível da programação orientada para um público infantojuvenil ou dedicada à literacia fílmica. Os festivais de cinema realizados pelo **Cineclube de Viana do Castelo e Melgaço**, com o **Festival Ao**

⁸⁶ Entrevista presencial, realizada em 11/04/2019

⁸⁷ Cf. <https://www.fpcc.pt/>

Norte⁸⁸, bem como o **Festival Avanca**⁸⁹, promovido e organizado pelo **Cineclube de Avanca** surgem como os que detêm trabalho desenvolvido de maior qualidade.

Ao nível dos espaços ou canais de interação, a programação de festivais de cinema de âmbito profissional apresenta, em contrapartida, um crescente interesse, por parte de jovens programadores, pela produção de festivais com forte aposta na criação e desenvolvimento de públicos cinéfilos, no envolvimento da comunidade infantojuvenil ou na programação e difusão pedagógica de cinema. A par da sua função “tradicional” de mostra e exibição de cinema, estes festivais, geralmente com uma periodicidade anual, funcionam cada vez mais como fóruns, promovendo encontros seminários e/ou *masterclasses* de profissionais e público em geral sobre diversas temáticas – entre as quais se inclui, por vezes, a dimensão da pedagogia pelo cinema. De acordo com as informações recolhidas nas várias entrevistas realizadas e na análise documental realizadas pela equipa, atualmente destacam-se, a nível nacional, quatro festivais de cinema não só pelo conteúdo do programa educativo que apresentam, como também pelo impacto que representam junto dos agentes do setor no que diz respeito à criação de espaço e tempo de interação entre profissionais. São eles:

- o **Festival Indie Lisboa**, que apresenta na sua secção **Indie Junior**⁹⁰ um programa de projetos educativos muito consistente e que inclui propostas de múltiplos cruzamentos com a restante programação do festival;
- o **Festival Cinanima - Festival Internacional de Cinema de Animação de Espinho**⁹¹, evento de cariz internacional com 43 anos de existência e que tem desenvolvido uma atividade regular na divulgação desta forma cinematográfica e dos seus autores, incluindo nas suas atividade a mostra e exibição de filmes, exposições, oficinas, *masterclasses*, encontros, formação de profissionais e público em geral, destacando-se pelo trabalho ao longo dos últimos anos no envolvimento sistemático da comunidade educativa e escolar
- o **Festival Curtas de Vila Conde** que, sendo o festival de cinema português com maior tradição no formato da curta-metragem, afirma-se hoje também como evento nacional de referência ao nível da programação infantil, com a **Secção Curtinhas**⁹²;
- o **Festival Indie Junior**⁹³ (**Porto**) focado apenas na difusão e exibição de cinema infantojuvenil mundial e que inclui hoje, em paralelo, um importante leque de *workshops* e sessões-debate.

⁸⁸ Cf. <http://www.ao-norte.com/cineclube.php>

⁸⁹ Cf. <http://www.avanca.com/>

⁹⁰ Cf. <https://indielisboa.com/festival-indiejunior/>

⁹¹ Cf. <https://www.cinanima.pt/>

⁹² Cf. <https://festival.curtas.pt/blog/?tag=Curtinhas>

⁹³ Cf. <http://www.indiejunior.com/#>

Acrescentamos a importância do sucesso de algumas iniciativas já bastante consolidadas, que estão sobretudo direcionadas para profissionais, estudantes do ensino superior artístico nas áreas do cinema e audiovisual e ainda para aficionados do cinema e audiovisual. Destaca-se o caso do **Multiplex**⁹⁴, festival anual que inclui uma componente de *masterclasses*, assegurado por um cineasta internacional homenageado, com um ciclo de cinema associado, gratuito, que é realizado em coprodução entre uma instituição universitária privada, a **Universidade Lusófona do Porto**, e um equipamento cultural municipal, o **Rivoli -Teatro Municipal do Porto**.

No contexto nacional existem, por sua vez, alguns encontros de agentes do setor, embora com carácter episódico e de adesão muito limitada, como são o **Encontro Anual de Cineclubes** ou o histórico **Festival Caminhos do Cinema Português**⁹⁵, que se realiza em Coimbra. Nestes casos, inscrevem-se, ainda que de uma forma não-central ou específica, algumas temáticas relacionadas com a pedagogia pelo cinema e da literacia fílmica, designadamente através da criação de espaços de partilha de conhecimentos, experiências e dificuldades entre profissionais do setor do cinema e do audiovisual.

Por fim, no que respeita ao trabalho de comunicação e disseminação de projetos e iniciativas que estão ligadas ao universo do cinema e audiovisual, ele é, na maioria dos casos, desenvolvido por cada um dos seus agentes, de uma forma bastante pouco concertada e articulada, quase sempre de uma forma muito isolada. Conforme informação recolhida, cada um destes agentes utiliza a sua rede de beneficiários e parceiros para difundir as suas iniciativas e projetos junto de eventuais interessados, recorrendo principalmente à comunicação digital, nomeadamente, através de *mailing lists*, *websites*, *blogues* e redes sociais. No entanto, devido à dimensão reduzida deste universo de agentes culturais, parece existir um conhecimento bastante generalizado e partilhado entre os profissionais do setor das principais iniciativas e dos projetos que assumem o estatuto de “boas práticas”, bem como das entidades de referência do setor à luz do contexto português.

⁹⁴ Cf. <http://www.teatromunicipaldoporto.pt/PT/programa/multiplex-2019-bette-gordon-parceria-com-universidade-lusofona-do-porto/>

⁹⁵ Cf. <https://www.caminhos.info/>

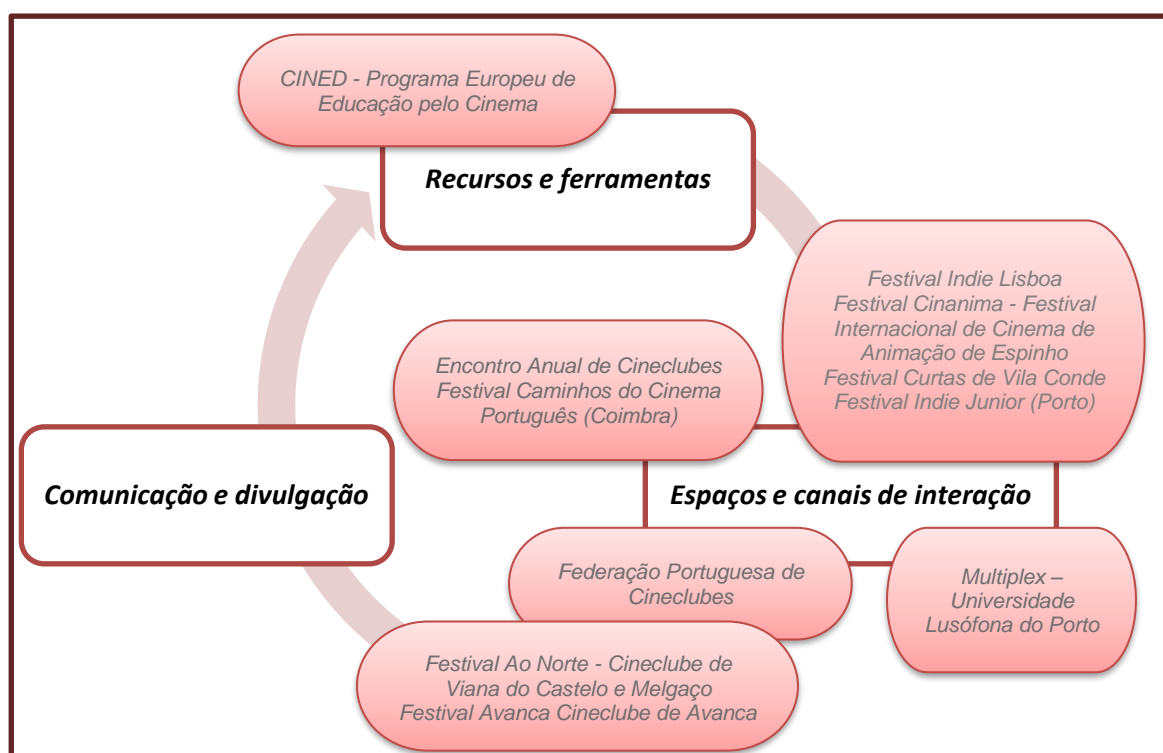


Figura 4 - Recursos, redes e comunicação no cinema e audiovisual

4.2.6.Principais desafios e obstáculos identificados

Num setor que partilha das várias dificuldades tradicionalmente associadas à área artística e cultural, em sentido geral, os agentes do meio do cinema e audiovisual apresentam presentemente um conjunto de desafios específicos no apoio, desenho, implementação e replicação dos projetos e iniciativas culturais e artísticas que tenham o ensino e as questões pedagógicas como base de incidência.

Uma parte destes desafios corresponde, de resto, a aspetos que não são especificamente caraterísticos de Portugal, conforme é assumido, em alguns relatórios produzidos a nível europeu, por especialistas do setor. Importa referir que estudos como *Screening Literacy: Reflecting on Models of Film Education in Europe*, de Andrew Burn e Mark Reid (2012), *Pour une politique européenne d'éducation au cinema*, de Xavier Lardoux (2004), ou o documento *A Framework for Film Education*, publicado em 2015 pelo British Film Institute (BFI), que servem de fundamentação e de orientação para grande parte dos planos nacionais em quase toda a União Europeia, na definição de políticas públicas e do desenho de projetos de pedagogia pelo cinema e de literacia fílmica, fundamentaram e inspiraram, de igual modo, em Portugal, a criação de um *Plano Nacional de Cinema*, conforme foi já anteriormente mencionado.

No que diz respeito especificamente ao contexto português, consideramos que o “ecossistema” da cultura na área do cinema e audiovisual apresenta hoje um conjunto de dois importantes desafios institucionais e de quatro dificuldades-chave de terreno que foram diagnosticadas pelos seus agentes nos vários contactos estabelecidos pela equipa no âmbito deste Estudo.

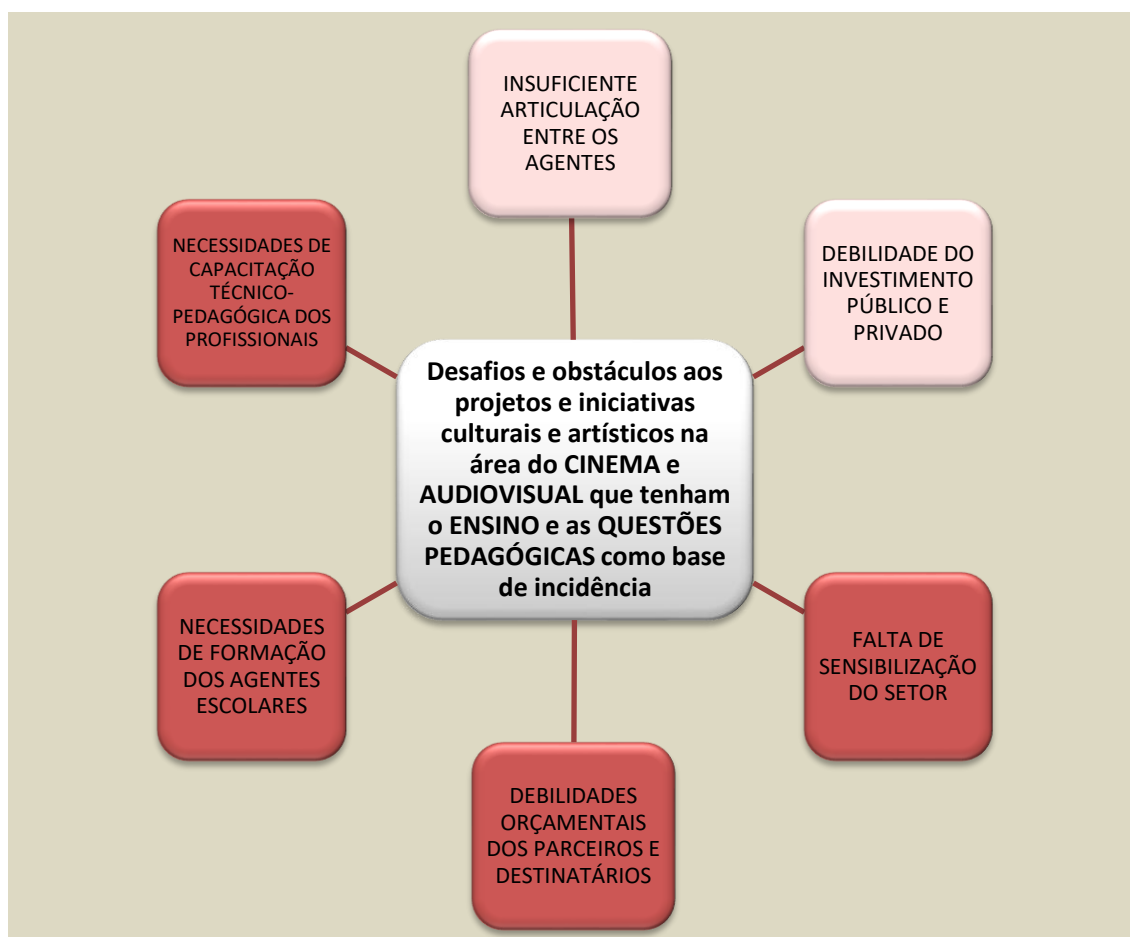


Figura 5 – *Desafios e obstáculos na área do Cinema e Audiovisual*

Em termos dos grandes desafios institucionais identificados, importa destacar o seguinte:

1. Insuficiente articulação entre agentes

Apesar do esforço conjunto para o desenho e implementação de um *Plano Nacional de Cinema*, os organismos públicos ICA e Cinemateca Portuguesa- Museu do Cinema, sob tutela do Ministério da Cultura, e a Direção Geral de Educação, sob tutela do Ministério da Educação, parecem apresentar alguma dificuldade na concretização de uma estratégia de intervenção, devidamente concertada e orientada para a promoção e desenvolvimento, regular e disseminado no território nacional, de ações literacia fílmica e de pedagogia pelo cinema.

2. Debilidade do investimento público e privado

As questões da pedagogia pelo cinema, da literacia fílmica, da criação e captação de públicos, entre outras temáticas que com estas se relacionam, não se apresentam hoje como prioridade nos cadernos de investimento dos organismos públicos responsáveis pelo apoio e fomento ao setor do cinema e audiovisual. Verifica-se, por outro lado, que as iniciativas que se focam nestas temáticas, quando raramente apoiadas pelo setor privado, conseguem-no apenas por estarem incluídas numa lógica de programação e/ou produção de um festival, de mostra de cinema infantojuvenil, ou através de apoio/patrocínio de um encontro nacional de profissionais do setor.

Relativamente aos principais obstáculos e dificuldades “de terreno”, os aspetos que foram mais enfatizados são os seguintes:

3. Falta de sensibilização do setor

Os agentes culturais e artísticos responsáveis pela conceção e pela implementação de projetos orientados para a literacia fílmica ou para a pedagogia pelo cinema não perspetivam, da parte nem do setor público nem do setor privado, grande interesse, sensibilidade ou motivação para as necessidades e potencialidades da aposta em projetos das áreas artísticas do cinema e do audiovisual com as dimensões de pedagogia e de ensino. A este respeito, observe-se o enunciado, em entrevista, pelo Presidente do Conselho Diretivo do ICA, “*Não existe de grande parte dos profissionais uma sensibilidade para as questões da literacia fílmica em Portugal*”.⁹⁶

4. Debilidades orçamentais dos parceiros e destinatários

De acordo com a experiência dos agentes contactados ou referências de entidades entrevistadas, os agentes do setor responsáveis pela implementação e operacionalização dos projetos, confirmam que algumas iniciativas com os públicos escolares em parceria com os Agrupamentos de Escolas e Escolas individuais realizadas fora do contexto de sala de aula, como a exibição de filmes em salas de cinema, por exemplo, revelam-se de difícil e até problemática concretização. Esta dificuldade decorre sobretudo das fortes restrições orçamentais e logísticas que atualmente abrangem muitas escolas públicas e também os municípios respetivos, criando restrições e até mesmo, em muitos casos, inibições à realização de atividades que impliquem a contratação de transportes para as crianças e jovens.

⁹⁶ Entrevista presencial, realizada em 11/04/2019

5. Necessidade formação dos agentes escolares

Para além de uma certa falta de sensibilidade para as questões da literacia fílmica, grande parte dos agentes escolares parece ainda carecer de capacitação intensiva ao nível da pedagogia e das técnicas que viabilizam um uso adequado e criativo de novos instrumentos e ferramentas educativas baseadas no cinema e audiovisual, entre os quais se encontram, por exemplo, as NTIC.

6. Necessidade de capacitação técnico-pedagógica dos profissionais

Os próprios agentes profissionais do setor do cinema e do audiovisual que estão interessados nas temáticas referidas revelam dedicar pouco tempo para a aquisição de novas competências de gestão de projetos educativos, de ferramentas monitorização e avaliação dos seus projetos e iniciativas, acabando mesmo por, de algum modo, “desprezar” as oportunidades criadas através da disponibilização gratuita de ferramentas e materiais pedagógicos, tais como aqueles que são fornecidos, em modo *open source*, por algumas plataformas digitais.⁹⁷ Esta dificuldade foi, aliás, um aspeto reforçada pelo Coordenador do Departamento de Cinema da Escola Superior de Teatro e Cinema – Instituto Politécnico de Lisboa, que em entrevista mencionou que *“existe uma ausência das questões da pedagogia pelo cinema no currículo da maioria dos cursos de ensino superior por esta não estar ser sequer uma prioridade no programa educativo da maior parte das universidades”*.⁹⁸

Tal situação tem levado a que se verifique um grande défice de competências pedagógicas e educativas dentro do próprio setor profissional, para além da capacitação técnica focada nas necessidades do mercado e da indústria cinematográfica, explicando o reduzido número de ações, projetos e iniciativas que em Portugal acontecem dentro das áreas de conexão entre educação e ensino e cinema e audiovisual.

Uma nota também para sublinhar que da análise realizada se conclui as insuficiências existentes em matérias relacionadas com a monitorização, avaliação e acompanhamento da performance e do impacto da generalidade dos projetos, ações ou iniciativas com realização em Portugal.

⁹⁷ Tal como a Plataforma Gratuita de Metodologias, Recursos Pedagógicos e Boas Práticas que foi desenvolvida e está disponível no portal *online* do Programa Europeu de Educação pelo Cinema – CINED (ver Destaque 1)

⁹⁸Entrevista via skype, realizada em 17/04/2019

4.3. O “ecossistema” cultural especificamente associado ao sector do Teatro e das Artes Cénicas

No “ecossistema” cultural português, as áreas do teatro e das artes cénicas são, desde há algum tempo, domínios artísticos com alguma tradição no empreendimento de projetos, ações e iniciativas que se intersejam com as práticas educativas e pedagógicas, em contexto formal e informal, contrariamente ao que ocorre, como vimos, no campo do Cinema e do Audiovisual em que são muito mais recentes e, por isso mesmo, têm um enraizamento e uma implantação, do ponto de vista académico e profissional, que é substancialmente menor.

Em seguida pretende-se caracterizar este universo cultural em particular, composto por um leque variado de entidades que apresentam diferentes estatutos jurídicos e que, além disso, inscrevem diferentes posicionamentos no “ecossistema” (designadamente enquanto produtor ou criador, enquanto parceiros de execução ou coprodução ou ainda enquanto parceiros de financiamento, incluindo através do mecenato ou do patrocínio).

Tal como ocorreu no subcapítulo anterior, pretende-se ainda identificar as diferentes atividades desenvolvidas no interface entre teatro e artes cénicas, pedagogia e ensino, explorando igualmente o alcance e abrangência territorial das mesmas. Em resultado do trabalho de análise realizado pela equipa, serão apresentados alguns projetos que são classificados no âmbito do Estudo enquanto exemplos inspiradores, que constituem “boas práticas”, com possibilidade de replicação noutros contextos ou noutros projetos.

Os principais espaços, recursos e canais de interação entre profissionais e estruturas da área do teatro e artes cénicas e agentes e entidades do setor da educação são igualmente recenseados e descritos, de forma breve, os meios e canais de comunicação que são privilegiados para a disseminação e divulgação deste tipo de projetos, ações e iniciativas.

Pior fim, fruto da pesquisa e análise documental, bem como da auscultação de agentes, serão identificados os principais desafios e dificuldades sentidas por parte dos agentes promotores e financiadores, por parte dos agentes produtores e criadores, e ainda por outros agentes e entidades que sejam parceiros de realização destas atividades.

Recordamos novamente que, através da consulta da Base de Dados, anexa a este Relatório Preliminar, será possível obter alguns elementos adicionais de informação relativa aos agentes e instituições referenciados ao longo deste subcapítulo, bem como a outras entidades relevantes no cruzamento entre teatro, artes cénicas e educação em Portugal.

4.3.1. Agentes públicos e privados intervenientes

No que diz respeito ao setor do teatro e artes cénicas, em Portugal temos um “ecossistema” variado, composto por diferentes tipos de agentes, correspondendo cada tipologia à diferente natureza da sua intervenção nos projetos e iniciativas que cruzam estas áreas artísticas com as práticas de ensino e de pedagogia, seja em contextos formais ou informais.

A **DGArtes** é, na administração pública central, o organismo que assume o papel mais relevante no que diz respeito ao fomento do teatro e artes cénicas em Portugal. Como referiu o Diretor Geral das Artes, a missão desta entidade consiste “[n]a *coordenação e execução das políticas de apoio às artes em Portugal, com a prioridade de promover e qualificar a criação artística, bem como garantir a universalidade da sua fruição*”.⁹⁹ Mesmo não consagrando como uma prioridade estratégica o fomento de ações que cruzam de forma específica e central a educação com o teatro e artes cénicas, a verdade é que este organismo público estabelece hoje a elegibilidade de projetos candidatos a apoios públicos nas seguintes tipologias: “*Ações em articulação com o ensino formal, Ações de educação não formal e/ou Ações de promoção, proximidade e acessibilidade*”, e iniciativas consagradas ao “*Desenvolvimento de públicos: a captação, a sensibilização e a qualificação de públicos diversificados*”.¹⁰⁰

O Ministério da Cultura desempenha também um papel de intervenção direta no setor do teatro e artes cénicas, nomeadamente através dos dois teatros nacionais, o **Teatro Nacional Dona Maria II**, em Lisboa, e o **Teatro Nacional de São João**, no Porto. Estes, preconizando uma clara vocação de serviço público de promoção do acesso plural da população à programação teatral de qualidade, estão dotados de centros educativos, reforçadas recentemente nos seus recursos e que lhes permitem promover, com maior dinamismo, novas abordagens de programação que cruzam o teatro e as artes cénicas com dimensões educativo-pedagógicas. Como veremos, os centros educativos dos **Teatros Nacionais de São João e de D. Maria II**, mas também os que, entretanto, foram criados em vários outros teatros portugueses, têm vindo a implementar, de uma forma tendencialmente mais sistemática e profissional, um leque bastante diversificado de iniciativas e de projetos que fomentam múltiplos cruzamentos das linguagens e técnicas do teatro e das artes cénica com as práticas de ensino e pedagogia.

Neste caso, a administração pública local, através dos seus teatros e cine-teatros municipais, desempenha um papel muito relevante enquanto produtores e criadores no campo das artes performativas, e não apenas como “meros” parceiros na viabilização deste tipo de projetos. Estas instituições são parceiros determinantes na conceção e implementação de inúmeras iniciativas de interface entre teatro e artes cénicas e o sistema de ensino, através não só da alocação de

⁹⁹ Entrevista presencial, realizada a 24/04/2019

¹⁰⁰ In <https://www.dgartes.gov.pt/>

importantes recursos de carácter logístico e financeiro, mas também na conceção e execução dos seus próprios planos e projetos locais, apoiados na concertação e relação entre propostas culturais e artísticas municipais e agentes e comunidades educativas do território. Destacamos, por exemplo, o recente projeto **Descola**, que foi fomentado e gizado pela **Câmara Municipal de Lisboa** e pela **EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, E.M.**, bem como os serviços educativos de vários teatros municipais do país, nomeadamente do **Teatro Viriato**, em Viseu, ou do **Rivoli – Teatro Municipal**, no Porto, pelo dinamismo, diversidade e qualidade do trabalho que desenvolvem.

Paralelamente, existem em Portugal importantes instituições que apoiam e fomentam as iniciativas e projetos de cruzamento entre as linguagens do teatro e das artes cénicas e as questões do ensino e da pedagogia que pertencem ao setor privado sem fins lucrativos. Os apoios promovidos por este tipo de entidades incluem, em geral, a atribuição de patrocínios, de apoio mecenático e/ou de outras formas de subsidiação, mas muitas delas são executores diretos de programas, projetos e iniciativas próprias orientadas para as questões da educação e da melhoria dos processos de aprendizagem, do envolvimento comunitário, etc.

A **Fundação Calouste Gulbenkian**¹⁰¹, que tem tido uma tradição de forte investimento e patrocínio neste domínio e tem, por essa razão, acumulado bastante *know-how* no desenho, dinamização e implementação de programas especificamente associados ao cruzamento entre as dimensões pedagógica e/ou educativa e as práticas artísticas, inclusive no setor do teatro e das artes cénicas, assume hoje um papel crucial neste domínio e no panorama nacional. Com efeito, esta entidade tem sido protagonista de alguns dos mais relevantes e emblemáticos projetos de intersecção entre arte, cultura, educação, pedagogia e ensino em Portugal – como é o caso do **Projeto 10 x10**, desenvolvido no âmbito do **Programa Descobrir**, que será descrito adiante.

Outro exemplo interessante a este nível é o do **Clube Unesco de Educação Artística**, promovido pela **Associação Pró Educação Artística** e pela **Comissão Nacional da UNESCO**.¹⁰² Sublinhe-se também o dinamismo da **Culturgest – Fundação Caixa Geral de Depósitos**¹⁰³ que apresenta na sua programação e no seu posicionamento estratégico, particularmente na cidade de Lisboa, um forte empenho na conceção e desenvolvimento de uma série de projetos inovadores que denotam um forte cariz pedagógico-educativo, explorando as múltiplas formas de relação e diálogo que os diferentes segmentos de público podem estabelecer com as artes performativas.

¹⁰¹ Cf. <https://gulbenkian.pt/>

¹⁰² Cf. <http://www.clubeunescoedart.pt>

¹⁰³ Cf. <https://www.culturgest.pt/pt/>

Ainda dentro deste panorama setorial, figuram outros “*players* privados do terceiro setor” com políticas de filantropia estratégica, embora menos representativa no setor. O caso da **Fundação Serralves**, no Porto, com uma abordagem multidimensional do seu Serviço Educativo (incluindo as articulações com o universo das artes performativas, onde se inclui o teatro, mas também a dança, a música e a *performance*), à **Fundação Millenium**, que foca a sua intervenção na melhoria das condições de fruição e acesso cultural, apoiando a logística e os transportes de crianças a diversos equipamentos e espaços culturais (incluindo teatros, municipais e nacionais, centros culturais, etc.), mas também à **Fundação Aga Khan**, cujo envolvimento é crescente em Portugal no apoio às artes enquanto ferramenta de transformação e inclusão social e de desenvolvimento comunitário.

Continuando a análise dentro do setor privado sem fins lucrativos (3º Setor), nele figuram alguns dos principais agentes criadores e produtores deste tipo de ações, iniciativas e projetos. Neste sentido, realçamos o trabalho efetuado por associações e cooperativas culturais como a **Associação Cultural Desportiva e Recreativa do Fôjo**, em Castro Daire, a **Associação Cultural Este - Estação Teatral da Beira Interior**, no Fundão, a **Chão de Oliva - Centro de Difusão Cultural**, em Sintra, a **Al Kantara - Associação Cultural**, em Lisboa, a **A Escola da Noite - Grupo de Teatro de Coimbra**, em Coimbra, a **Cooperativa de Teatro e Animação O Bando**, em Palmela, a **CTB - Companhia de Teatro de Braga**, em Braga, a **Jangada - Cooperativa de Teatro Profissional**, em Lousada, o **GICC - Teatro das Beiras**, na Covilhã, a **ASTA**, também na Covilhã, a **MVAC - Mala Voadora Associação Cultural**, no Porto, o **Seiva Trupe - Teatro Vivo C.R.L.**, também do Porto, o **ACERT**, em Tondela, entre outras estruturas teatrais que são reconhecidamente detentoras de uma experiência relevante e sólida ao nível da conceção e desenvolvimento de projetos e iniciativas que cruzam o teatro com certas dimensões educativas e pedagógicas. Ainda no campo das artes cénicas, merecem destaque, pelo prolongado trabalho desenvolvido, o **Teatro de Marionetas do Porto**, no Porto, o **Chapitô**, em Lisboa, a primeira escola de artes circenses do país, entre outras organizações com experiência neste universo particular, como é o caso da **Associação Marionetas de Mandrágora**, em Gondomar.

É importante acrescentar ainda a esta lista um conjunto de outras entidades com um trabalho muito relevante a nível supramunicipal que, conforme iremos descrever, tem sido desenvolvido de uma forma bastante sistemática e consistente. Trata-se dos casos da **Comédias do Minho – Associação para a Promoção de Actividades Culturais no Vale do Minho**, da **Artemrede**, ou da **Associação Materiais Diversos**, todas elas com projetos relevantes que articulam e cruzam as dimensões da criação teatral e performativa com aspetos pedagógicos e educativos.

A maior parte dos agentes do 3º Setor referenciados vêm as suas atividades ser apoiados diretamente pela **DGArtes**, sobretudo através de duas linhas de apoio já descritas anteriormente: **Programa de Apoio Sustentado e Programa de Apoio a Projetos**.

No mesmo empreendimento de iniciativas que cruzam teatro e artes cénicas com a esfera do ensino e da pedagogia, sublinhe-se ainda o papel relevante de algumas estruturas de ensino artístico. É o caso, por exemplo, da escola profissional e companhia profissional de teatro **ACE Escola de Artes e Teatro do Bolhão**¹⁰⁴, com sede no Porto e polo em Vila Nova de Famalicão, que apresenta um dinamismo bastante interessante, incluindo nos projetos artístico-pedagógicos que são desenvolvidos pelo seu serviço educativo.

No domínio do ensino superior, universitário e politécnico, conforme já referido no capítulo 4.1, a oferta embora não seja muito alargada, inclui alguns cursos estritamente direcionados para as relações entre teatro e artes cénicas e o ensino. O curso de **licenciatura de 1º ciclo de Teatro e Educação**, que a **Escola Superior de Educação de Coimbra, do IPC**, é um dos cursos que incide fundamentalmente neste domínio.

Para além dos agentes e entidades descritos anteriormente, importa referir que o “ecossistema” cultural especificamente associado ao setor do teatro e das artes cénicas integra ainda um outro conjunto de *stakeholders* a quem cabe desempenhar um papel de enorme relevância e que são as **Unidades Orgânicas Escolares**. Com efeito, as **Unidades Orgânicas Escolares**, por reunirem toda a comunidade escolar, assumem um papel verdadeiramente preponderante na implementação deste tipo de projetos de cariz artístico no sistema educativo. Tipicamente, são elementos fulcrais no sucesso de iniciativas que cruzem o teatro e as artes cénicas com o ensino, pois congregam Direção de Escolas e Agrupamentos de Escolas, corpo docente e discente, associações de pais e encarregados de educação e ainda os alunos de cada estabelecimento de ensino. Elas constituem intervenientes decisivos em muitos dos projetos que demonstram a presença do teatro na matriz curricular dos programas educativos, bem como em iniciativas de referência em curso resultantes de parcerias entre determinados agrupamentos escolares, municípios e equipamentos culturais.

Por último, e ainda no que diz respeito ao contexto escolar, importa referir a importante atividade amadora ligada ao teatro e artes cénicas que é desenvolvido em Portugal através dos **Grupos de Teatro das Escolas**. Tratam-se de grupos informais, cuja adesão é voluntária, sendo geralmente compostos por alunos e por um professor que os acompanha e orienta (embora não possua, em muitos casos, qualquer formação específica na área do teatro e artes cénicas), os quais possuem uma forte capacidade de implementação e disseminação das iniciativas de teatro em contexto escolar. Devido ao seu carácter informal e espontâneo, muitos destes grupos têm uma existência bastante volátil, o que torna extremamente difícil o seu mapeamento. Nos casos em que estes **Grupos de Teatro das Escolas** assumem uma presença mais duradoura no tempo, verifica-se que constituem parceiros privilegiados para a realização das diversas

¹⁰⁴ <http://ace-tb.com/teatrobolhaoservicoeducativo/>

atividades, projetos e iniciativas que são regularmente promovidas pelos serviços/centros educativos de teatros municipais e nacionais.

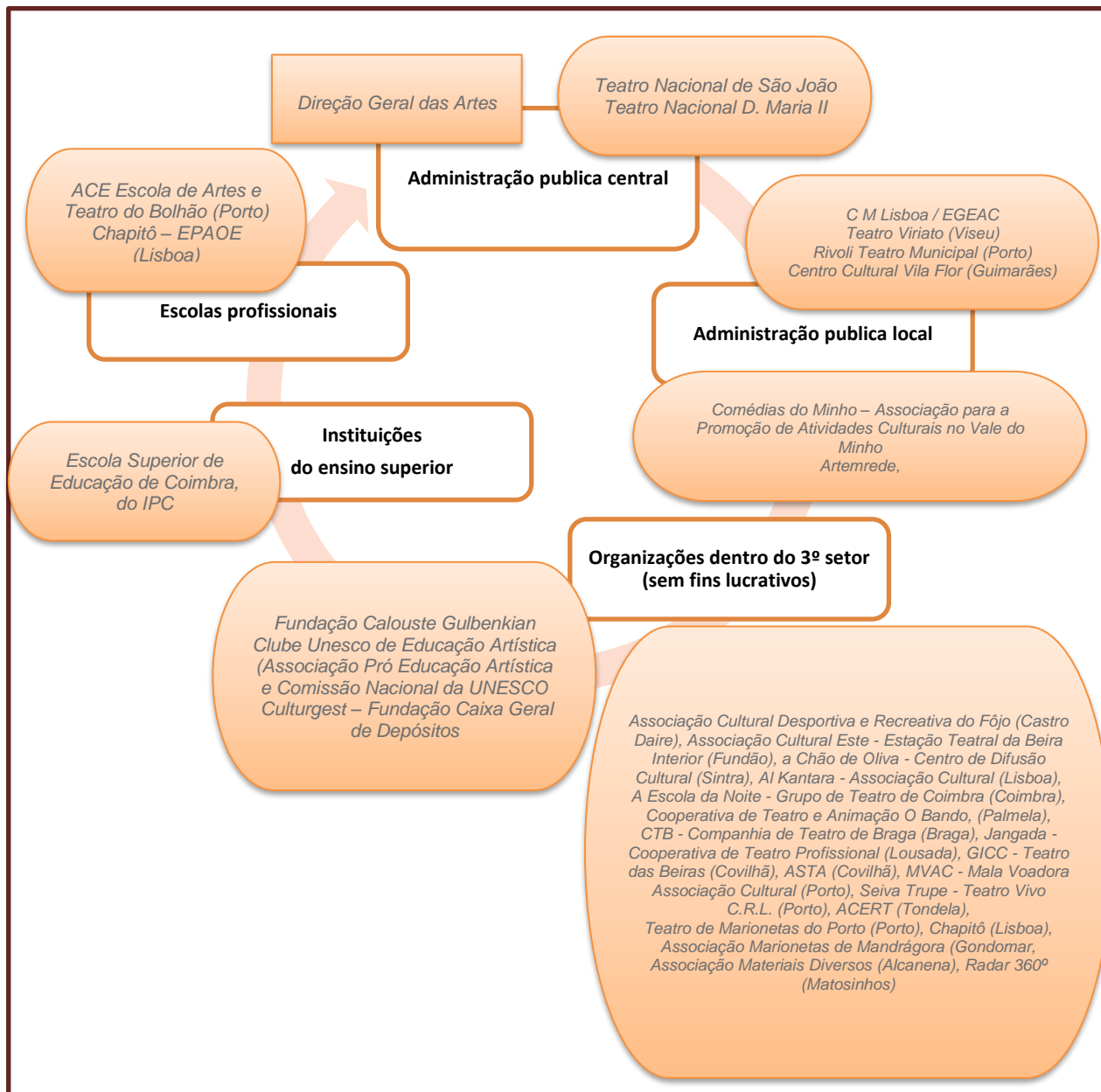


Figura 6 – Agentes públicos e privados do “ecossistema” cultural – teatro e artes cénicas

4.3.2. Tipologia de atividades

Em relação à tipologia de ações e atividades desenvolvidas no setor do teatro e artes cénicas com interseção no ensino e nas questões pedagógicas, observam-se em Portugal os seguintes quatro eixos diferenciados de intervenção:

- 1) **Captação e Criação de Públicos**, nomeadamente através da produção de festivais de teatro infantojuvenil, da realização de espetáculos de teatro dirigidos à infância e juventude, do desenho de atividades no âmbito dos centros/serviços educativos de instituições culturais cujo enfoque são as escolas e os seus alunos, encarando-os enquanto cocriadores, para além de “meros” espetadores;
- 2) **Literacia Teatral e Dramatúrgica**, designadamente com a realização de leituras encenadas e da dramatização, em contexto de sala de aula, de obras literárias selecionadas pelo PNL – Plano Nacional de Leitura;
- 3) **Capacitação de profissionais do setor educativo** através, nomeadamente, da promoção de *workshops* com artistas e/ou ações de formação direcionados a educadores e professores, formação essa focada nas “ferramentas” metodológicas, nas técnicas de trabalho e nos recursos pedagógicos específicos das áreas do teatro e artes cénicas;
- 4) **Oficinas Pedagógicas** direcionadas a jovens e crianças, designadamente, com a facilitação de diversos instrumentos e técnicas inerente à prática teatral e/ou das artes cénicas.

No conjunto destas diferentes tipologias de atividades, encontramos um universo amplo e diversificado de segmentos de público-alvo: crianças e jovens que frequentam o ensino básico e secundário, as suas famílias, profissionais do setor artístico, e ainda agentes do setor educativo, sobretudo educadores e professores, do ensino básico e secundário, entre outros.

Relativamente à periodicidade com que decorrem estas atividades, regista-se uma certa regularidade nas ações inscritas na programação de entidades culturais, públicas e privadas – desde os teatros nacionais e municipais aos centros ou serviços educativos de fundações privadas, passando por outras estruturas associativas ou de profissionais.

A abrangência e variedade de formatos que podem ser encontradas nestas tipologias que, de uma forma regular e sistemática, preenchem a programação de muitas instituições culturais e estruturas artísticas, depende dos objetivos com que cada uma das entidades formula a sua programação. Com efeito, é possível encontrar-se *ações isoladas* (com duração de 4 horas, máximo de 1 ou 2 dias), tais como as oficinas pedagógicas e formações técnicas das **Oficinas**

de Voz, Festivais e Mostras de Teatro, Artes Circenses ou Marionetas, por exemplo; *iniciativas de curto prazo* (com duração variável de 2 semanas até 3 meses), como ocorre em alguns **Programas de Formação de Professores**; e mais pontualmente, alguns projetos cujo horizonte de implementação é de médio e longo prazo, como é o caso do projeto **Curso Básicos de Teatro**, promovido pela **ACE Escola de Artes e Teatro do Bolhão**, que decorre, ao longo de vários anos letivos, em algumas escolas-piloto selecionadas do país.

De um total de 77 entidades/agentes individuais proponentes, em 2017, somente “50 tiveram apoios concedidos para Formação e sensibilização de públicos, 26 tiveram apoios concedidos para Formação a dar, 32 para Programação – festival e só 2 entidades obtiveram apoio para Formação a receber”.

Fonte: Relatório Estatístico de 2017 da DGArtes

No decorrer do trabalho de campo e pesquisa documental do presente Estudo, a **DGArtes** forneceu um conjunto de dados relativos aos apoios concedidos por este organismo, em 2017, através dos **Programas de Apoio Sustentado e de Apoio a Projetos**, já anteriormente mencionados. Observamos que as ações e iniciativas que inscrevem um cruzamento sistemático entre teatro e artes cénicas e o sistema educativo conseguem ser apenas subvencionadas se integradas em atividades consideradas elegíveis dentro de um dos três tipos de Programas de Apoio da DGArtes.

Para além desta panóplia de entidades com projetos e iniciativas artísticas na área disciplinar do teatro e artes cénicas, cuja viabilidade está frequentemente dependente do financiamento público, através DGArtes, atualmente emergem novas tendências no fomento, apoio e implementação deste tipo de ações e projetos, através do envolvimento de estruturas e equipamentos culturais mais consolidados, aos quais se associam artistas, programadores, encenadores e diretores artísticos com renovada sensibilidade para as questões do envolvimento e da participação das comunidades na conceção e cocriação dos objetos artísticos. Estaremos, por certo, perante a emergência de uma nova abordagem do próprio setor à comunidade educativa e de ensino, como é confirmado pelo testemunho dado, em entrevista, pela Coordenadora do Departamento de Programação. Participação. Famílias e Escolas da *Culturgest*: “*mesmo que reduzido, já existe um conjunto de pessoas com cargos e funções de algum relevo no panorama cultural português que são ótimos profissionais com mais conhecimento, competências, capacidade para as questões da pedagogia e do ensino em Portugal. (...) Isto reflete-se paulatinamente nas suas áreas de atuação, nomeadamente na Programação e Coordenação de Centros e Serviços Educativos, na Produção de Mostras e Festivais e no Desenho de Programas e projetos.*”¹⁰⁵ Este novo posicionamento de parte do setor cultural e artístico tem levado não só ao reforço do investimento nos serviços educativos de diversos equipamentos culturais, com abordagens mais focadas na mediação, bem como ao

¹⁰⁵ Entrevista Presencial, realizada em 08 /04/2019

crescimento da oferta regular de diversas tipologias de ações, iniciativas e atividades que cruzam aspetos pedagógicos com as áreas artísticas do teatro e das artes cénicas.

4.3.3. “Boas práticas” e entidades de referência

No âmbito do objetivo de mapeamento de “boas práticas”, ou seja, de exemplos bem-sucedidos e inspiradores no cruzamento entre teatro e artes cénicas e as áreas da pedagogia e do ensino em Portugal, procuramos elencar para além de uma série de agentes promotores referenciados como entidades de referência no setor, iniciativas que podem constituir referências interessantes para uma abordagem intersectorial, sobretudo atendendo à sustentabilidade e ao impacto que apresentam, mas também nos procedimentos de monitorização, acompanhamento e avaliação dos impactos gerados.

No leque de entidades com maior impacto e regularidade atualmente presentes neste setor, regista-se o trabalho realizado pelo **Departamento de Programação. Participação. Famílias e Escolas da Culturgest – Fundação Caixa Geral de Depósitos**, sediada em Lisboa, do **Centro Educativo do Teatro Nacional São João**, no Porto, pelo **Departamento de Escolas do Teatro Nacional Dona Maria II**, em Lisboa, pelos **Serviços Educativos quer do Teatro Viriato**, em Viseu, quer do **Centro Cultural Vila Flor**, em Guimarães, quer da **ACE - Escola de Artes e Teatro do Bolhão**, sediada no Porto. As iniciativas de todas estas entidades seguem o pressuposto de uma estreita articulação com a comunidade escolar, mas também com outros parceiros, públicos e privados. Evidencie-se ainda o trabalho de estruturas focadas quer no teatro infantil, como a **Companhia de Teatro Infantil de Lisboa**¹⁰⁶, quer nas artes circenses e artes cénicas como a **Companhia Chapitô**¹⁰⁷, em Lisboa, ou a **Radar 360**¹⁰⁸, em Matosinhos. Em termos de projetos educativos e pedagógicos cujas atividades estão sobretudo focadas no envolvimento da comunidade e/ou na programação para todas as idades, surgem também entidades de relevo com muita experiência no setor: **Lavrar o Mar**¹⁰⁹, em Aljezur e Monchique; a **Fundação Lapa do Lobo**¹¹⁰, em Nelas, e o **Centro de Arte de Ovar**¹¹¹, em Ovar.

Neste mapeamento observa-se ainda a necessidade de destacar várias entidades que desenvolvem projetos de referência numa abordagem intersectorial, conectando o teatro, as artes cénicas e outras áreas artísticas sob um mesmo programa pedagógico e educativo, como é o caso da **Fábrica das Artes**¹¹² do **Centro Cultural de Belém**, em Lisboa, por exemplo, passando por algumas estruturas de âmbito intermunicipal, anteriormente já referidas, como é

¹⁰⁶ Cf. <http://www.til-tl.com/>

¹⁰⁷ Cf. <http://chapito.org/>

¹⁰⁸ Cf. <https://www.radar360.pt/>

¹⁰⁹ Cf. <https://www.lavraromar.pt/>

¹¹⁰ Cf. <http://fundacaolapadolobo.pt/fil/>

¹¹¹ Cf. <https://cultura.cm-ovar.pt/pt/menu/28/centro-de-arte-de-ovar.aspx>

¹¹² Cf. <https://www.ccb.pt/Default/pt/FabricaDasArtes>

caso do **Festival Materiais Diversos**, que opera entre o Cartaxo, Alcanena e Minde, ou das **Comédias do Minho**, que opera em Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira.

Por último, refira-se que hoje em dia figuram novos atores neste domínio, como o **LUCA – Teatro Luís de Camões**¹¹³, equipamento municipal localizado em Lisboa, cujo trabalho é especializado na programação artístico-educativa para crianças e jovens, ou o **Grupo de Teatro do Oprimido** que, sob técnicas e metodologias de teatro fórum, que trabalha em contexto de sala de aula, com jovens e outros públicos, as questões de discriminação, exclusão social e desigualdades de forma a desenvolver as competências cívicas e psicossociais dos alunos.¹¹⁴

Enunciado o conjunto de entidades de referência na apresentação, como promoção mais ou menos regular, sistemática e programada de iniciativas e projetos, passamos à descrição das “boas práticas” de projetos e iniciativas, tal como descritas pelos interlocutores entrevistados, segundo as tipologias anteriormente referidas – *Captação e Criação de Públicos*, *Literacia Teatral e Dramatúrgica*, *Capacitação de profissionais do setor educativo* e *Oficinas Pedagógicas direcionadas a jovens e crianças*.

Dentro da tipologia de *Captação e Criação de Públicos* evidencia-se o sucesso da produção do **Festival PANOS – Palcos Novos Palavras Novas**¹¹⁵, projeto inspirado no modelo do programa *Connections*, do *National Theatre* de Londres que, após ter sido desenvolvido pela **Culturgest**, entre 2005 e 2017, é desde 2019 promovido pelo **Teatro Nacional Dona Maria II**. O principal objetivo do **PANOS** é estimular o encontro entre as novas dramaturgias e o teatro escolar/juvenil, promovendo para tal a encomenda anual de peças de teatro originais a escritores nacionais com obra reconhecida, com o objetivo de estas virem a ser representadas por grupos de atores adolescentes no **Festival PANOS**. Tendo o seu enfoque no segmento de público adolescente, com idades compreendidas entre os 12 e os 18 anos, o projeto **PANOS** consiste no trabalho dramatúrgico a partir de três textos de nova dramaturgia, dos quais um deles é texto dramatúrgico de um autor estrangeiro, devidamente traduzido para português, e os outros dois textos são de autores portugueses, encomendados propositadamente para este fim, procurando, assim, contribuir também para enriquecer a dramaturgia portuguesa contemporânea.¹¹⁶ O projeto contempla a realização de *masterclasses* iniciais para todos os professores envolvidos, que depois fazem todo o trabalho autonomamente nas suas respetivas escolas e/ou com os grupos de teatro escolar. Posteriormente, um pouco antes da realização da apresentação do

¹¹³ Cf. <https://lucateatroluisdecamoes.pt/>

¹¹⁴ Veja-se, a este propósito, algumas experiências recentes de abordagens ao ensino da História de Portugal, adotando uma perspetiva claramente antirracista, que têm sido promovidas por grupos comunitários de Teatro do Oprimido na Área Metropolitana de Lisboa, como o *Laboratório Ami-Afro* (cf. Araújo e Rodrigues, 2018)

¹¹⁵ Cf. <http://www.tndm.pt/pt/calendario/festival-panos-palcos-novos-palavras-novas/>

¹¹⁶ Note-se que, ao longo das doze edições do PANOS, têm sido anualmente editados livros que compilam os três textos dramatúrgicos trabalhados em cada edição.

trabalho final, é realizada uma residência artística para todos os alunos envolvidos. No final, as várias apresentações são avaliadas por um júri que atribui um prémio.

Em termo da tipologia de *Capacitação de profissionais do setor educativo* merecem destaque dois projetos: as **Oficinas de Micropedagogias**¹¹⁷, ações de formação para professores que são organizadas pelo **Centro Educativo do Teatro Nacional São João**, inspirando-se na participação desta instituição cultural no **Projeto 10x10**, promovido pela **Fundação Calouste Gulbenkian**, que será abordado adiante; e o **RAP - Residências Artísticas de Professores**¹¹⁸, uma das iniciativas da **Culturgest** focada na criação de *workshops* com artistas e/ou ações de formação direcionados para docentes e professores de escolas e Agrupamentos de Escolas.

Em relação às iniciativas dedicadas à *Literacia Teatral e Dramatúrgica* com produção de festivais, encenação participada de espetáculos, leituras encenadas, ações dramatizadas do PNL em contexto de sala, destaque para o trabalho feito mais recentemente nos centros educativos dos Teatros Nacionais como o **Boca Aberta**¹¹⁹, no **Teatro Nacional Dona Maria II**, em Lisboa, e as **Visitações**¹²⁰ do **Teatro Nacional São João**, no Porto. Estas iniciativas, tal como outros projetos como o **“À Barca, À Barca!”**, empreendido pela **ACE – Escola de Artes e pelo Serviço Educativo do Teatro do Bolhão**, procuram promover o sucesso escolar e um maior domínio do Português em alunos do Ensino Básico, através do recurso a práticas e metodologias do Teatro.

Ainda com maior relevância, foram identificados dois projetos do universo das iniciativas, planos e programas vigentes em Portugal que se destacam claramente pelo modo como foram concebidos e implementados, incluindo no seu modelo de intervenção mecanismos de acompanhamento, monitorização, avaliação de impacto e modelo de replicação.

O primeiro projeto é o **10x10** promovido pelo **Programa Descobrir** da **Fundação Calouste Gulbenkian**, que envolveu, entre 2012 e 2017, professores, artistas e alunos numa colaboração dinâmica e estreita, e cujas repercussões se estendem até à atualidade.

Por último, refira-se que, por ser pioneiro neste domínio de cruzamento entre teatro e artes cénicas e ensino e por deter, desde início, uma forte capacidade de investimento institucional, este foi um projeto que procurou sistematizar o seu trabalho de impacto pedagógico, sendo que tem vindo a ser replicado em diversos contextos, inspirando mesmo até o trabalho de centros educativos de outras entidades e instituições. Disto é exemplo a já citada presença das **Oficinas de Micropedagogias** no programa do **Centro Educativo do Teatro Nacional de São João** no Porto.

¹¹⁷ Cf. <http://www.tnsj.pt/home/espetaculo.php?intShowID=4895>

¹¹⁸ Cf. <https://www.culturgest.pt/pt/participacao/atividade/rap-residencia-artistica-para-professores/>

¹¹⁹ Cf. http://www.tndm.pt/fotos/escolas/dossier_pedagogico_escolas-boca_aberta_1570467374564c637689b94.pdf

¹²⁰ Cf. <http://www.tnsj.pt/download/comunicacao/2018/Gil%20Vicente,%20Visita%C3%A7%C3%B5es%20CE.pdf>

Destaque 10 - Programa de Referência Monitorização e Avaliação de Impacto – Projeto 10x10
(Fundação Calouste Gulbenkian)

O 10x10 “partiu da premissa da necessidade de refletir e partilhar dificuldades e práticas de sucesso que envolvam os alunos na grande aventura que é Aprender. O que fazer para tornar a matéria curricular motivadora para o aluno, relacionando-a com o universo das suas experiências e interrogações? Será que podemos desenvolver novas abordagens ao ensino/aprendizagem? Como passar do ensino sequencial e transmissivo para a aventura de ensinar aprendendo e aprender participando?”, segundo o texto de apresentação do projeto no website. Desta forma, o 10x10 não só “fomentou a colaboração entre artistas e professores de diversas disciplinas do ensino secundário, com o objetivo de desenvolver estratégias de aprendizagem eficazes na captação de atenção, motivação e envolvimento dos alunos em sala de aula”, como também, em termos de sustentabilidade e impacto, o projeto criou uma série de instrumentos e recursos para a própria Comunidade Educativa, sob a forma de estratégias e atividades a que os participantes deram o nome de “micropedagogias” – rituais, exercícios, tarefas, técnicas e ferramentas – e que se revelaram eficazes para a criação de um sentido de grupo, para fomentar a relação professor/aluno e para despertar a motivação, o interesse e a curiosidade pelas matérias curriculares tornando a sua aprendizagem significativa.”

O projeto durou 5 anos letivos consecutivos (2012/13 - 2016/17) e era caracterizado por 3 momentos fundamentais que definiam todo o desenvolvimento do projeto: 1º) Uma residência artística de 6 dias, onde os artistas e os professores desenvolvem interações e cumplicidades na reflexão, na partilha de saberes e de experiências em ambiente informal; 2º) Conceção de um projeto pedagógico singular nas escolas durante o primeiro período do ano letivo, envolvendo um conjunto de professores/artistas, que testava e aplicava em sala de aula e no contexto da disciplina, algumas das chamadas “micropedagogias” que o próprio projeto desenvolvia, e que eram, por sua vez, lançadas e exploradas nas residências artísticas. Os alunos eram igualmente chamados a participar ativamente durante o processo e a contribuir com as suas experiências, dúvidas e sugestões; 3º) Idealização através de uma “aula pública” final por parte dos artistas, professores e respetivos alunos com o objetivo de partilhar a sua experiência com a restante comunidade educativa – professores, artistas, educadores, investigadores, encarregados de educação.

O projeto 10x10 foi, desde o início, foi sempre acompanhado e monitorizado seguindo indicadores criados propositadamente para o seu desenvolvimento. Além da equipa executiva e coordenadora que avaliou a performance do projeto, dos professores e da execução das iniciativas com os alunos, foi criado um sistema de avaliação externa para cada um dos 3 momentos do projeto. Esta avaliação passou sobretudo pela “elaboração de registos factuais das observações em sala de aula, das sessões de trabalho dos professores com o artista e das sessões de pensamento com os alunos e recolhidos dados através da aplicação dos instrumentos de avaliação: guiões das entrevistas aos alunos; inquéritos por questionários de diagnóstico e questionários de avaliação para artistas, para professores, para alunos e para assistentes às aulas públicas”. Além disso, em cada uma das três fases, a equipa externa elaborava um relatório, para além do Relatório de Avaliação do Projeto, no final.

Todos estes relatórios de avaliação externa contribuíram também para cumprir os seguintes objetivos centrais: averiguar a adequação dos projetos desenvolvidos pelas equipas triplas, ao contexto dos alunos das turmas envolvidas e ao trabalho desenvolvido em sala de aula; Ponderar o impacto do projeto junto dos participantes - alunos, professores e artistas; Apreciar em que medida as aprendizagens efetuadas foram resultado das estratégias implementadas.

Fonte: <https://gulbenkian.pt/descobrir/projetos-especiais/10x10/>

O outro projeto que selecionámos como “boa prática” é o **Curso Básico de Teatro** promovido pela **ACE - Escola de Artes e Teatro do Bolhão**. Lançado como proposta perante as oportunidades no sistema educativo atual criadas pelo Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular, este é um projeto-piloto que pretende afirmar, junto do Ministério da Educação, o Teatro com uma disciplina artística com potencial futuro para integrar a oferta de ensino articulado, conforme está já neste momento disponível para as áreas da Música e da Dança.

Destaque 11 - Projeto de Referência Monitorização e Modelo de Replicação - Curso Básico de Teatro (ACE Escola de Artes - Teatro do Bolhão)

O Curso Básico de Teatro foi desenhado no âmbito do Doutoramento em Estudos literários, culturais e interartísticos que a atriz, investigadora e professora na ACE, Sílvia Correia, se encontra a realizar na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Trata-se de um processo de investigação-ação comprovando as mais-valias desta formação em idade precoce. “É uma formação destinada aos alunos do 1º, 2º e 3º ciclos de ensino básico, proporcionando-lhes uma formação académica na área do teatro, de forma a facultar os conhecimentos necessários à compreensão das manifestações estéticas e culturais e o aperfeiçoamento da expressão artística do aluno, preparando-o para prosseguir estudos ao nível profissional, se assim o desejar, mas acima de tudo facultando-lhe ferramentas essenciais para serem cidadãos mais seguros, criativos e comunicativos” (conforme dados recolhidos junto dos promotores do curso).

O CEB inscreve uma abordagem inovadora de interceção do Teatro na matriz curricular dos alunos, confirmado pelos mesmos interlocutores “O plano de estudos apresenta conteúdos programáticos das diferentes áreas disciplinares do ensino regular interligadas com as temáticas e técnicas inerentes à formação teatral, destacando por exemplo, a oralidade e os estudos fonológicos; a interpretação de um texto e a leitura interpretativa; o estudo do espaço, do som, da força, da dinâmica ou da energia; a história do homem da cultura e das mentalidades ao longo dos séculos, entre outros.” Para além de assegurar uma orientação e acompanhamento pedagógico levado a cabo por uma equipa de profissionais devidamente qualificados na área de interpretação, o CEB apresenta-se como “a oportunidade dos alunos aprofundarem as matérias, conteúdos e competências elevando a qualidade do seu desempenho e aumentando as competências necessárias ao aluno do século XXI”.

Em termos metodológicos, é dada especial atenção às metodologias da chamada escola moderna e ao pressuposto de articulação e extensão do curso para fora do contexto de sala de aula: “o programa do CEB destaca-se ainda por uma atenta pedagogia versada a cada faixa etária inspirada nos processos de ensino-aprendizagem da Escola Moderna (...) e pela integração com os serviços culturais das cidades onde o Curso se encontra em funcionamento, procurando integrar, sempre que possível, as suas atividades na programação municipal. O CEB pretende desenvolver: competências Sociais e gosto pelas artes cénicas; o processo de pesquisa por novas aptidões; a criatividade e a imaginação; a motivação para a aprendizagem; estratégias de gestão emocional; diferentes formas de expressão artística; a capacidade de raciocínio e de comunicação oral e escrita; a autoestima e o conhecimento de si próprio.

“Este projeto piloto é acompanhado pelo Ministério da Educação, Direção Geral de Educação, através da Equipa de Estética e Artística e pela Secretaria de Estado da Educação” Esta estreita relação estabelecida com estas entidades permite que este plano de estudos seja moldado quer pelas necessidades do seu público-alvo, quer pelas normas indicadas pela tutela. “Pretende-se no próximo ano letivo que o curso seja alvo de uma avaliação externa e que estabeleça um processo de trabalho com a ANQEP com a finalidade de homologação num futuro próximo, podendo desta forma integrar o Curso Básico de Teatro no sistema de ensino como oferta em regime de articulado ou integrado.”

Em relação ao ano piloto, “a perceção feita pelos alunos, Encarregados de Educação, Docentes, Direções escolares e municipais, nomeadamente, Vereadores de Educação e Cultura” é bastante positiva, conforme testemunho: “percebeu-se o interesse e a necessidade de implementar um curso de ensino artístico especializado de Teatro pelo seu potencial na formação do aluno, no combate pelo sucesso escolar, na diminuição da taxa de abandono escolar e na formação precoce de técnicas teatrais, preenchendo uma lacuna no sistema de ensino, melhorando a qualidade da formação do potencial ator e democratizando o processo de ensino/aprendizagem em todas as formas de expressão artística.”

“O curso está a ser implementado ao longo do ano letivo de 2018/2019, como alargamento da experiência pedagógica em 8 turmas do 1º, 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e Secundário em oito escolas (2 escolas em Vila Nova de Famalicão, 4 em Braga e 2 em Vila do Conde), chegando hoje a 250 alunos. “Em dois anos de implementação foram lecionadas cerca de 950 horas de formação a um total de 250 alunos, levados a cena 16 espetáculos teatrais, criando novos postos de trabalho a cinco professores, cinco visitas guiadas a teatros municipais, duas participações em congressos internacionais, e duas participações no festival MOTE de Famalicão.”

Fonte: <http://ace-tb.com/escolaartes/curso/curso-basico-de-teatro/>

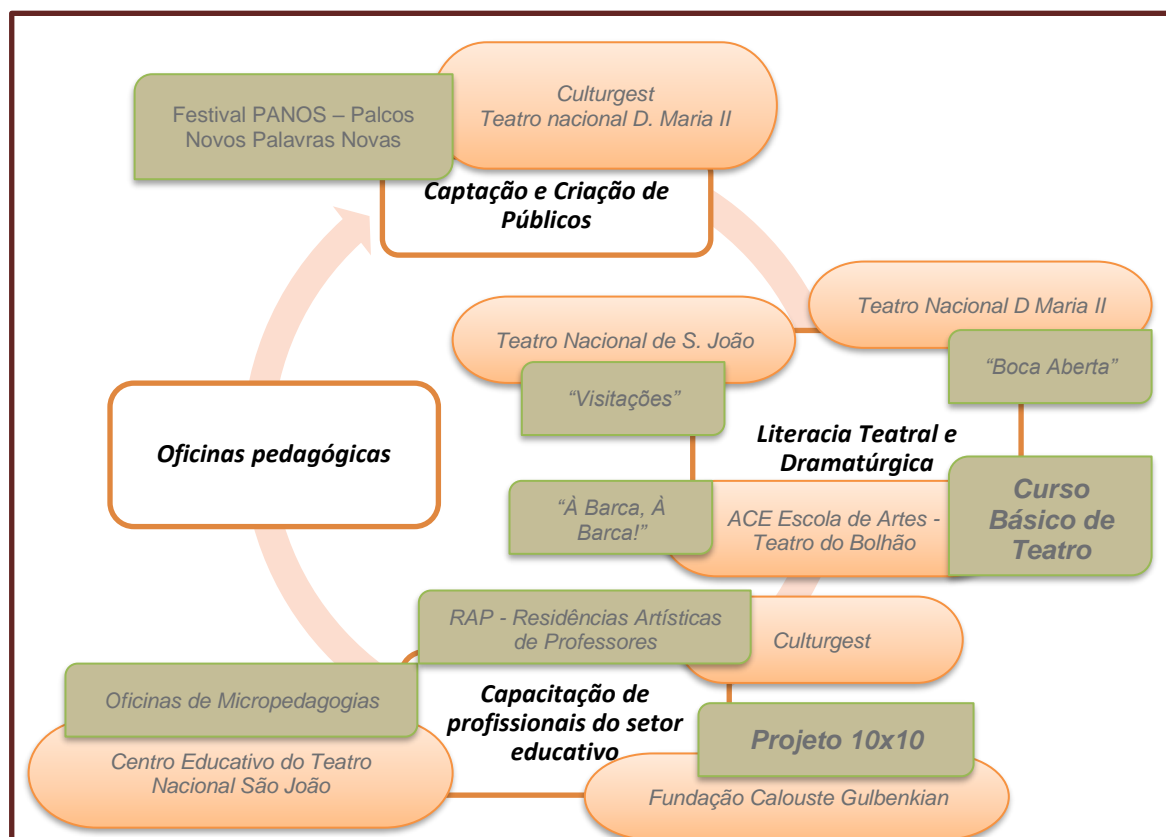


Figura 7 – Tipologia de iniciativas e projetos e "Boas práticas" no teatro e artes cénicas

4.3.4. Abrangência e capilaridade territorial

Para entender-se a diferenciação que existe ao nível da distribuição territorial destas iniciativas, importa ter em conta dois fatores principais que acabam por justificar uma certa discrepância na oferta deste tipo de iniciativas: o raio de intervenção geográfico dos agentes culturais e artísticos, por um lado, e a diversificação de bens e equipamentos culturais existentes em cada região, por outro.

Em relação ao primeiro fator, observa-se que grande parte destas iniciativas são promovidas por agentes artísticos, individuais e coletivos,

“Ao nível regional, a Área Metropolitana de Lisboa reúne o maior montante global atribuído (36,86%), seguida pelas regiões Norte (28,35%), Centro (21,35%), Algarve (7,91%) e Alentejo (5,41%), com o montante mais baixo”, conforme Relatório Estatístico de 2017 da DGArtes onde se expressa, por região, o valor atribuído à área específica do Teatro.

que desenvolvem o seu trabalho num raio de ação que se limita ao local onde estão sedeados ou instalados. Com efeito, os dados referentes aos Apoios da DGArtes no ano de 2017¹²¹, através do *Programa de Apoio Sustentado* e do *Programa de Apoio a*

Projetos, demonstram justamente que só uma minoria das entidades subvencionadas tem uma atuação fora do concelho onde estão sediadas. A exceção feita a esta regra são as poucas entidades de âmbito supramunicipal e de trabalho em rede inter-regional.

O facto de grande parte das entidades estar sediada em regiões localizadas no Litoral do país e, em particular, nas duas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, produz uma evidente concentração geográfica de ações e projetos destas tipologias. Regista-se pois uma clara concentração da dinâmica artística associada à produção e montagem destes projetos nestas duas regiões do país – Lisboa e Porto.

Relativamente ao segundo fator, e aliado ao número pouco expressivo de agentes e estruturas artísticas apoiadas pela DGArtes que se localizam fora das duas áreas metropolitanas citadas, mesmo considerando nova orientação das políticas públicas para condicionar a atribuição dos apoios às artes de acordo com lógicas de coesão territorial, continua a manter-se uma notória diferença na oferta de equipamentos culturais, públicos ou privados, entre os territórios do litoral e as áreas de baixa densidade, que se localizam essencialmente no interior do país. De facto, muitas destas iniciativas continuam muito dependentes da capacidade de investimento, envolvimento e adesão de diversos tipos de parcerias locais, para além da disponibilidade de equipamentos e outras estruturas artísticas.

¹²¹ In *Relatório Estatístico de 2017 da DGArtes*, que se encontra disponível online em https://www.dgartes.gov.pt/sites/default/files/dgartesemnumeros_relatorioestatistico2017.pdf (pág. 21)

4.3.5. Recursos, espaços e canais de interação

Num setor com agentes e estruturas que possuem diferentes níveis de conhecimento sobre os instrumentos e ferramentas pedagógicas utilizadas no desenvolvimento dos projetos e iniciativas nas áreas do teatro e artes cénicas, observa-se uma grande assimetria no que respeita à *expertise* e ao *know-how*, que atualmente é detido por um conjunto reduzido desses agentes.

Tal situação pode ser atribuída a três ordens de fatores, que se desenvolvem em planos relativamente distintos embora com articulações entre si: por um lado, há (ainda) uma tímida expressividade das redes de profissionais nestas duas áreas artísticas; por outro lado, é parca a existência no contexto nacional de fóruns e espaços de encontro entre académicos e profissionais que favoreçam e disseminem abordagens e metodologias relacionadas com múltiplos campos de cruzamento entre teatro e artes cénicas e ensino e pedagogia; e, por outro lado ainda, embora com um desenvolvimento crescente, em Portugal a consolidação de redes de programação de teatro e artes de espetáculo, de âmbito supra municipal ou regional, é ainda insuficientes, designadamente por dificuldades de sustentabilidade.

Em relação às redes de profissionais na área do teatro e das artes cénicas, recorde-se que, tal como referido anteriormente, em Portugal a criação e desenvolvimento de iniciativas está fundamentalmente apoiada em organizações do 3º Setor. Segundo os testemunhos de vários interlocutores-chave auscultados no âmbito do presente Estudo, estas entidades são criadas em geral com o objetivo de aceder a regimes de subvenções, patrocínios e outros apoios e, embora estimulem o estabelecimento de relações entre os profissionais, fazem-no frequentemente de forma mais informal, orgânica e irregular. Podendo considerar-se ainda pouco expressivo o trabalho colaborativo em redes de profissionais formalmente constituídas no quadro destas áreas artísticas, existem exceções que vale a pena sublinhar. Referimos, neste caso, organizações sindicais com alguma relevância no setor, como o **CENA-STE** (Sindicato dos Trabalhadores do Espetáculo, do Audiovisual e dos Músicos)¹²² e outras estruturas socioprofissionais como a **TEIA - Teatro Em Iniciativa Associativa**¹²³ (confederação de associações culturais unidas em prol da promoção da atividade teatral no concelho e distrito de Viana do Castelo., com a ligação à dança e a outras artes performativas) ou a **Performart – Associação para as Artes Performativas em Portugal**¹²⁴, criada em 2016 com o objetivo de defender os interesses e garantir a representatividade de instituições vocacionadas para as artes performativas.

A nível de encontros de cariz técnico-profissional específicos para a área do teatro e das artes cénicas, constata-se igualmente que a dinamização e promoção de espaços comuns de trabalho

¹²² Cf. <http://www.cena-ste.org/>

¹²³ Cf. <http://centrodramaticodeviana.com/index.php?lg=1&id=79>

¹²⁴ Cf. <https://performartportugal.wordpress.com/>

em torno das matérias da pedagogia e do ensino têm sido algo irregular e pouco sistemática. Os fatores que poderão explicar esta carência que se faz sentir ainda ao nível do diálogo entre profissionais no campo das artes performativas e nas múltiplas conexões que estas podem estabelecer com o setor da educação são diversos: a já citada pouca expressividade do trabalho colaborativo no seio destas organizações, quer intra e inter-setorialmente; a redução do investimento público disponível e vocacionado para estes aspetos específicos; as tendências que se mantêm de um certo “sectarismo” no seio deste setor artístico. Dentro dos eventos que se podem referenciar neste domínio, inclui-se o **MEXE-Encontro Internacional de Arte e Comunidade**¹²⁵, organizado no Porto pela associação cultural **MEXE**, que contou com a 1ª edição em 2011. Ainda a este propósito, e embora constituindo uma iniciativa de algum modo excecional, vale a pena referir o evento **O Público não vai ao teatro**, uma série de encontros entre profissionais sobre políticas da receção e desenvolvimento de públicos no contexto das artes performativas.¹²⁶ Trata-se de “um projeto de desenvolvimento de públicos que envolveu três grupos distintos – crianças, adultos e professores – no acompanhamento da programação do **Teatro São Luiz**, em Lisboa, ao longo das temporadas 2016-2017 e 2017-2018, pretende[ndo]-se criar um momento de encontro entre diferentes agentes do sector artístico, bem como de outras disciplinas, em torno da análise das relações entre criação, programação e receção no âmbito das artes performativas, procurando problematizar os nexos entre estes três polos e sistematizar políticas e estratégias de envolvimento.”

Estes diversos elementos confirmam de certo modo, para a área do teatro e das artes cénicas, a opinião da ex-diretora do Programa Gulbenkian Educação para a Cultura e Ciência (atualmente assessora estratégica do Conselho de Administração da EGEAC), também entrevistada pela equipa, e que afirmou que: *“a prática de encontros entre profissionais é bastante sectorizada e pouco aberta ao público em geral (...) e, mesmo assim, estes fóruns nunca assumiram uma regularidade sistemática na sua periodicidade, sendo os encontros entre programadores, artistas, diretores artísticos, serviços educativos, etc., muito casuística e sempre dependente de promotores de relevo no setor (tais como Teatro Municipal São Luís, Fundação Calouste Gulbenkian, Museu do Douro, etc.) com uma capacidade de atração de agendas.”*¹²⁷

Se nos campos das redes de profissionais e da dinamização de espaços e fóruns de reunião e debate entre investigadores e profissionais ainda permanecem debilidades, a verdade é que atualmente já existe um universo relativamente interessante de redes de trabalho colaborativo, que se focam em especial na programação e na produção artística e/ou na partilha de meios e recursos, e assumem quer escalas supramunicipais, quer regionais. Refira-se, no entanto, que nenhuma das redes existentes orientadas para a programação/produção artística em áreas que englobam o teatro e as artes cénicas está especificamente ligada às questões da pedagogia, do

¹²⁵ Cf. <https://www.mexe.org.pt/pt/>

¹²⁶ Cf. <https://www.teatrosauluiz.pt/espetaculo/o-publico-vai-ao-teatro/>

¹²⁷ Entrevista presencial, realizada a 08/04/2019

ensino e/ou da educação, embora abordem frequentemente questões relacionadas com a mediação cultural, a relação com os públicos, incluindo particularmente as escolas, o envolvimento das comunidades, etc.

As redes colaborativas criadas nos últimos anos têm-se focado no objetivo de aceder a financiamentos comunitários para intensificar e qualificar o âmbito da programação dos intervenientes, como ocorreu no caso da **Rede 5 Sentidos**. Esta rede, criada em 2009, teve como principal objetivo promover a programação cultural e a produção artística numa rede de equipamentos de diversos municípios, onde se incluem: o Rivoli – Teatro Municipal do Porto (Porto), Teatro Viriato (Viseu), Centro Cultural Vila Flor (Guimarães), Centro de Artes de Ovar (Ovar), O Espaço do Tempo (Montemor-o-Novo), Teatro Académico Gil Vicente (Coimbra), Teatro Micaelense (Ponta Delgada), Teatro Municipal da Guarda, Teatro Nacional São João (Porto) e Cine-Teatro Louletano (Loulé). No entanto, de acordo com o relatório de avaliação e acompanhamento do projeto, coordenado por Claudino Ferreira e publicado em 2016, esta iniciativa está hoje praticamente extinta, evidenciando, assim, as debilidades decorrentes da ausência de um modelo de gestão e sustentabilidade próprio e adaptado às circunstâncias reais do setor. Trata-se de um aspeto crítico que é focado no capítulo conclusivo do referido Relatório do CES, onde se afirma: *“Os resultados da 5 Sentidos foram condicionados pelo modelo de financiamento que suportou a sua formalização e a programação desenvolvida ao longo de cerca de 4 anos. Encontramos aí um aspeto crítico, que teve efeitos não apenas sobre a organização administrativa e financeira dos Teatros parceiros, mas também sobre o desenvolvimento da própria programação em rede. Mais do que os calendários de disponibilização dos apoios financeiros, que constituíram um aspeto especialmente condicionante do plano programático da rede, interessa salientar as dificuldades inerentes aos desfasamentos entre as lógicas e as práticas organizacionais e normativas características das instituições culturais, por um lado, e do programa QREN e das respetivas entidades gestoras, por outro”*.¹²⁸

Em sentido oposto, registe-se a existência em Portugal de outras duas redes profissionais intermunicipais que, tal como testemunhado pelos diversos interlocutores-chave entrevistados, beneficiam de um trabalho continuado, sustentado e reconhecido, digno de destaque e de sucesso. As **Comédias do Minho**¹²⁹ e a **Artemrede**¹³⁰ são duas redes baseadas na concertação e cooperação intermunicipal, que têm por objetivos principais a criação de meios, recursos e estratégias de trabalho colaborativo entre municípios, o alargamento da oferta de serviços de programação artística de qualidade, a formação e capacitação de profissionais e a circulação de espetáculos em territórios fora dos grandes centros urbanos (de Lisboa e Porto). Na perspetiva de alguns dos entrevistados, estas duas redes de programação intermunicipal surgem ainda

¹²⁸ Cf. Claudino Ferreira (coord.) (2016), *5 Sentidos: Estudo sobre a rede de programação cultural. Relatório do estudo*. Coimbra: CES. pp. 135

¹²⁹ Cf. <http://www.comediasdominho.com>

¹³⁰ Cf. <https://www.artemrede.pt>

como bons exemplos iniciativas de mediação cultural, envolvendo as comunidades locais e introduzindo práticas e metodologias de trabalho no campo das abordagens aos públicos da artes cénicas e performativas com impacto e relevo no contexto nacional.

A associação **Comédias do Minho** apresenta na sua proposta de ação local uma abordagem muito interessante no que diz respeito à relação e interseção entre artes e pedagogia. O **projeto pedagógico das Comédias do Minho** consiste no exercício de estratégias de aproximação feitas através da arte, envolvendo as diferentes comunidades presente nos cinco municípios que constituem a rede - Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira. Neste caso, este projeto de cooperação intermunicipal centra-se num território mais periférico, condicionado não apenas por esta distanciação aos grandes centros de produção e difusão artística e cultural, mas também, por constrangimentos ao nível dos recursos logísticos e financeiros detidos quer pelas entidades municipais, quer pelo seu tecido cultural.

Destaque 12 - Rede Referência de Programação Intermunicipal Associação Comédias do Minho

Associação foi criada em 2003, fruto do investimento e da colaboração de cinco municípios – Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira – e do Teatro Noroeste.

Partindo da prática teatral, a Associação Comédias do Minho tem como missão dotar o vale do Minho de um projeto cultural próprio, adaptado à sua realidade socioeconómica e, portanto, com um enfoque especial no envolvimento das populações, a partir da construção de propostas de efetivo valor participativo e simbólico, para as comunidades a que se dirigem e desenvolver uma atividade cujo principal objetivo consistisse na captação de públicos, assente numa estreita relação com as comunidades locais procurando, através da criação e da difusão de uma oferta teatral regular inédita na região, colmatar algumas das lacunas que caracterizam as regiões do interior, nomeadamente as resultantes do forte isolamento a que as mesmas estão sujeitas.

A estrutura do projeto das Comédias do Minho assenta a sua implementação em três eixos de intervenção que, embora detentores de personalidade e objetivos próprios, agem em articulação para a construção de uma missão global. São eles a Companhia Profissional de Teatro, o Aproximate (projeto pedagógico) e o Projeto Comunitário (envolvendo as populações e as associações culturais locais).

Grande parte deste trabalho é feito através de uma oferta artístico-pedagógica regular e diversificada para os diferentes segmentos de público.

Conforme focado na sua apresentação, a Associação “Pretende ainda oferecer oportunidades de aprendizagem e lazer, que potenciem o desenvolvimento de competências cognitivas, críticas, criativas, afetivas e sociais ao longo da vida, e articular a sua intervenção com o universo artístico da Companhia de Teatro e do Projeto Comunitário, num esforço comum de democratização de acesso às artes”.

Fonte: <http://www.comediasdominho.com/>

A Associação **Artemrede** é constituída em 2005 a partir da iniciativa da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa, com uma especial preocupação de promover, qualificar e viabilizar uma melhor programação e gestão de uma rede de teatros e cineteatros municipais que vinha sendo reabilitada e requalificada a nível não apenas arquitetónico, mas também das estruturas técnicas. Apesar da sua centralidade, que conta com a participação da Câmara Municipal de Lisboa como um dos associados, esta associação em rede agrega vários outros municípios, de localização relativamente periférica e com escalas também muito diversas, quer ao nível da população residente, da dimensão dos centros urbanos onde se encontram instalados os respetivos teatros ou cineteatros, quer dos recursos logísticos e financeiros da respetiva autarquia.

Destaque 13 - Rede Referência de Programação Intermunicipal Associação Artemrede

Associação criada em 2005, e que se assumiu, desde início, enquanto um projeto de cooperação cultural intermunicipal, com o objetivo de agregar e fazer interagir cidades com diferentes escalas. Atualmente esta rede é constituída pelos 16 Municípios associados: Abrantes, Alcanena, Alcobaça, Almada, Barreiro, Lisboa, Moita, Montemor-o-Novo, Montijo, Oeiras, Palmela, Pombal, Santarém, Sesimbra, Sobral de Monte Agraço e Tomar.

A Artemrede trabalha a especificidade dos territórios através do apoio à criação artística, à programação cultural em rede, à qualificação e formação e às estratégias de mediação cultural.

A Artemrede contribui para que os equipamentos dos seus 17 associados tenham uma oferta cultural regular, coproduz espetáculos, organiza ações de formação especializada, desenvolve diversos projetos comunitários e outras iniciativas que envolvem agentes culturais e públicos distintos.

*A associação lançou, em 2017, o projeto **Visionários: de espectadores a programadores**, tendo aderido nove municípios (Abrantes, Alcanena, Alcobaça, Barreiro, Lisboa, Moita, Pombal, Sesimbra e Tomar). Sendo um projeto focado na criação e sensibilização de públicos, é referido como “um novo modelo de aproximação entre espectadores, artistas e instituições culturais. Baseado nas ideias contemporâneas de cocriação, programação plural, sensibilização e envolvimento de públicos, conceção e debate sobre a obra, o projeto Visionários propunha-se a constituir e a dinamizar “uma plataforma de debate que fomenta a livre expressão, a aprendizagem informal e o empoderamento do espectador, que abandona o seu papel tendencialmente passivo para participar ativamente nos processos de programação.” Os primeiros grupos de Visionários portugueses reuniram-se pela primeira vez a 18 de novembro em diversos municípios durante o European Spectators Day. No primeiro semestre de 2018, os grupos de Visionários foram coordenados por técnicos dos municípios, tendo, neste contexto, assistido a vídeos de espetáculos, debatido os seus conteúdos, discutido os orçamentos e refletiram em conjunto acerca das várias questões ligadas ao processo de programação cultural e artística.*

Fonte: <https://www.artemrede.pt>

A par das redes colaborativas já focadas, existem alguns festivais de teatro e artes cénicas cujas propostas culturais, artísticas e pedagógicas estão muito focados na questão dos serviços educativos, mediação cultural, programação infantil, envolvimento da comunidade, etc. De algum

modo, estes festivais configuram ainda espaços de encontro, debate e trabalho conjunto entre profissionais da área. Atualmente alguns festivais de teatro, mais do que meros espaços de exibição ou apresentação, permitem alargar a oferta de programação existente, abrindo oportunidades para a apresentação de propostas artísticas especificamente concebidos para experimentar cruzamentos entre as artes performativas e os domínios da educação, da participação e envolvimento da comunidade, ao mesmo tempo que criam novos espaços de interação entre investigadores e profissionais destas áreas.

De entre os novos festivais de teatro e artes cénicas que se realizam em Portugal e que possuem maior reconhecimento e *know-how* acumulado na abordagem artística às questões da educação, do envolvimento e da participação das comunidades e de diferentes segmentos de públicos, destaca-se o **Festival Materiais Diversos**¹³¹, que se realiza anualmente entre os concelhos de Minde, Cartaxo e Alcanena, e que foi sendo referenciado por alguns interlocutores-chave contactados no âmbito do presente Estudo.

Destaque 14 - Festival Referência Materiais Diversos

Nascido em 2009, pela Associação cultural Materiais Diversos, este é um festival que dá corpo à missão da própria associação: articular os vários eixos e territórios de trabalho de artes performativas em lógicas de partilha colaboração e coprodução entre programadores, atores, públicos, encenadores e organizações.

O festival, hoje reconhecido como uma boa prática europeia por ser um projeto pioneiro na promoção do acesso à criação e descentralização artística, não só promove, desde 2017, um encontro periódico bianual em torno das artes (dança, teatro, música e performance), como desenvolve um trabalho intensivo, ao longo de todo o ano, em torno das temáticas de participação cultural, do envolvimento da comunidade e do reforço das questões de cidadania.

O festival Materiais Diversos tem uma forte componente da programação com envolvimento da comunidade local resultante do trabalho realizado ao longo do ano junto das escolas, população e comunidade em geral residente nas regiões onde desenvolve a sua atividade, nomeadamente os concelhos de Cartaxo, de Alcanena e de Minde onde está sedado.

Atualmente, o Materiais Diversos é um dos Festivais referência no panorama do teatro e das artes cénicas em Portugal, com mais de 120 espetáculos, 790 artistas e 52 mil espetadores envolvidos nas suas oito edições.

Integra de 2018 a 2020 a rede internacional “More Than This”, e a rede informal “Be My Guest - networking for emerging practices”. Em 2017 e 2019 o Festival recebeu o selo de certificação EFFE da European Festivals Association, atribuído pela Comissão Europeia como reconhecimento pela sua pertinência e qualidade artística

Fonte: <https://www.materiaisdiversos.com>

¹³¹ Cf. <https://www.materiaisdiversos.com>

Por fim, no que respeita aos meios e canais de comunicação e divulgação privilegiados, existem cenários distintos, dependendo da rede de disseminação de cada entidade ou agente cultural e artístico, e dos objetivos dos diferentes agentes que integram este setor do “ecossistema” cultural.

Num primeiro universo, que corresponde aos agentes culturais com estruturas permanentes associadas aos serviços educativos e que conferem às atividades centradas na mediação cultural e na educação algum destaque no seio da sua programação artística, em sentido geral encontramos uma estratégia de disseminação e comunicação dos seus programas, projetos e iniciativas com o recurso a meios digitais, incluindo *mailing lists*, *websites*, blogues e redes sociais, a que acresce a criação de elementos e produtos físicos, como sejam as brochuras institucionais e planos de atividades trimestrais, semestrais e anuais, distribuídos principalmente nas sedes dos seus equipamentos. É frequente nestes casos que a divulgação da programação, incluindo a dos serviços educativos, se faça através dos grandes meios de comunicação social, o que evidentemente permite reforçar a sua visibilidade e alcance em termos de públicos potenciais.¹³² Incluem-se neste universo intuições como a **Fundação Calouste Gulbenkian**, da **Culturgest**, do **Teatro Nacional de S. João**, do **Teatro Nacional D. Maria II**, do **Rivoli – Teatro Municipal do Porto**, da **EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, E.M.**, do **Teatro Municipal Viriato**, entre outros equipamentos culturais de dimensão semelhante.

Num segundo universo, que se centra principalmente nas instituições cuja programação é mais restrita e orientada para os seus públicos de proximidade, à escala local, verifica-se que o trabalho de comunicação e divulgação de projetos é feito também num registo de maior proximidade com a comunidade local. Deste modo, com maior dificuldade de divulgação em larga escala estes agentes investem sobretudo em meios digitais para realizar a comunicação, através também de *mailing lists*, *websites*, blogues e redes sociais. Paralelamente, apostam ainda num registo *offline*, realizando uma comunicação mais direta e de proximidade, orientada para a sua rede beneficiários mais habitual, entre os quais destacam as escolas e agrupamentos escolares.

¹³² Observe-se o caso particular do Centro Cultural Vila Flor, em Guimarães que, durante alguns anos, publicou o LURA um jornal especificamente dedicado às atividades do Serviço Educativo e que, simultaneamente, funcionava como um espaço privilegiado de debate e reflexão sobre as questões da mediação cultural, educação artística, trabalho artístico com comunidades, etc.. Ver, por exemplo, o número 20 do jornal LURA (janeiro-março 2012), disponível *online* em https://issuu.com/quicul/docs/servi_o_educativo_lura_20_2012

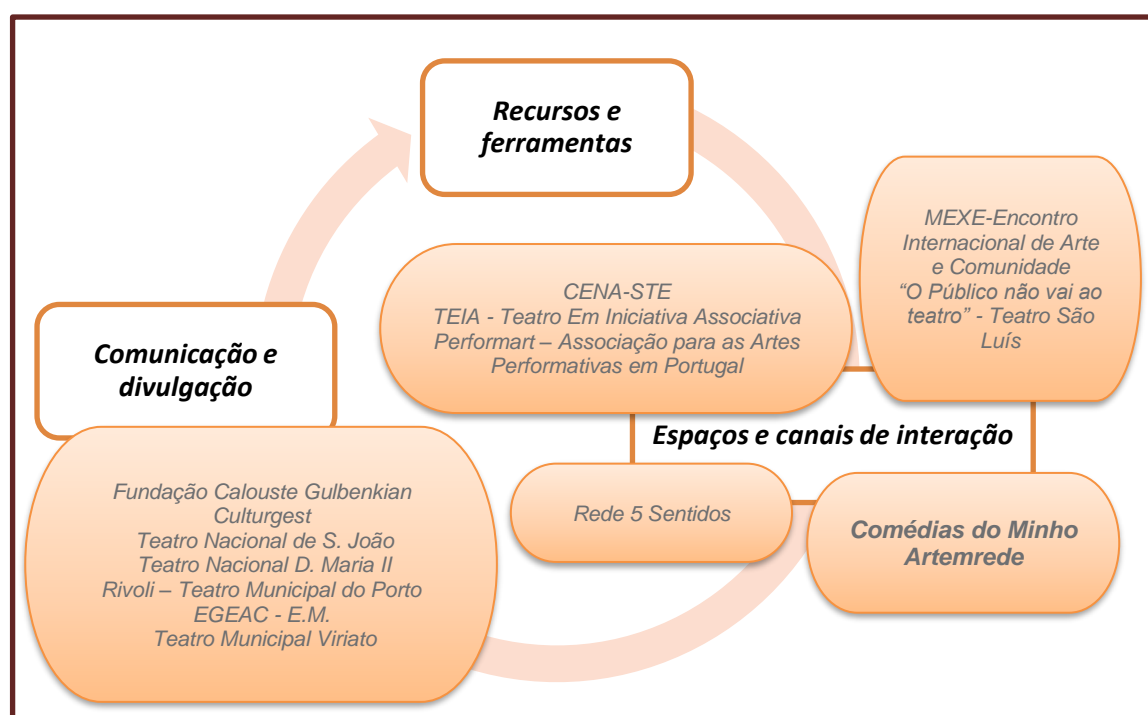


Figura 8 – Recursos, redes e comunicação no teatro e artes cénicas

4.3.6.Principais Desafios e Obstáculos identificados

A reflexão sobre a importância da educação artística e da intersecção entre o teatro e as artes cénicas, o ensino e a pedagogia são matéria de uma significativa reflexão, desde há já alguns anos, em Portugal. As dificuldades e desafios quanto à sua progressão encontram-se igualmente referenciadas em vários estudos e relatórios, de âmbito nacional e europeu, que foram sendo referenciados nos capítulos anteriores. Um dos documentos mais relevantes, pelas pistas operativas que levanta, é o relatório produzido pelo grupo de trabalho da **Agenda Europeia para a Cultura**, em 2010, cujo enfoque se centra justamente nas sinergias e potencialidades do cruzamento da educação e das artes, e no qual, após um amplo diagnóstico ao setores da educação e da cultura e sobretudo aos interfaces experimentais entre cultura, artes e educação, são elaboradas um conjunto de recomendações e definidos diversos eixos prioritários de ação.¹³³

Na sequência das informações recolhidas junto de entrevistas com os interlocutores-chave deste Estudo e da análise de trabalhos e documentos referenciados, descrevem-se de seguida aquelas que parecem ser hoje as dificuldades mais frequentes, bem como os desafios mais relevantes, no desenho e empreendimento de projetos e iniciativas que conectam e gerem de forma

¹³³ Cf. *European agenda for culture Working Group on developing synergies with education, especially arts education* - Relatório Final (junho de 2010).

interdependente os domínios artísticos o teatro e as artes cénicas, com as esferas da educação, do ensino e da pedagogia.

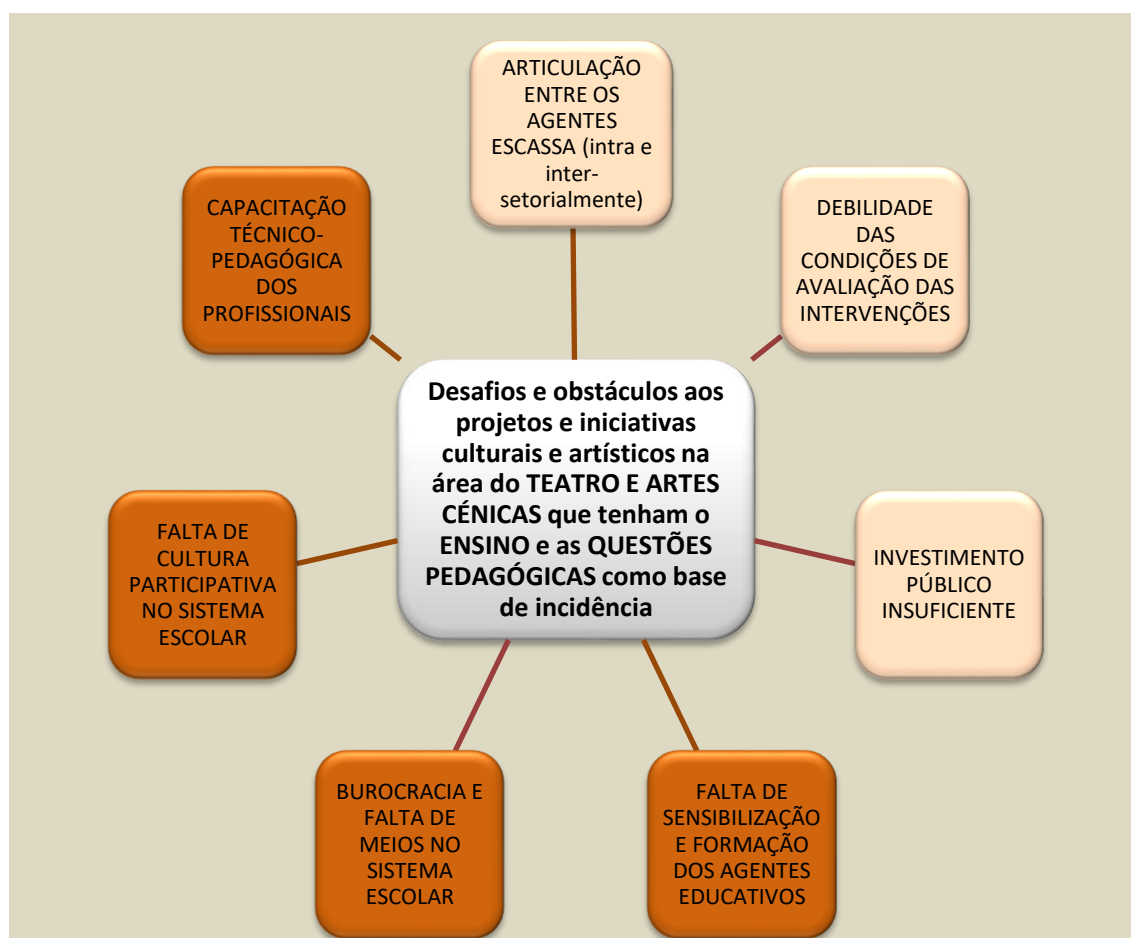


Figura 9 – *Desafios e obstáculos na área do Teatro e Artes Cénicas*

Os três principais desafios institucionais reconhecidos são os seguintes:

1. **Articulação institucional entre agentes exígua (intra e inter-setorialmente)**

Apesar do esforço de diálogo interinstitucional que o atual Governo tem vindo a promover entre os setores da educação e da cultura, persiste em Portugal o peso da tradição setorializante no quadro da administração pública, em que as medidas e instrumentos de política pública são na sua grande maioria, estabelecidas, concebidas e geridas por cada uma das tutelas, sem que se encontrem modelos novos de concertação e cooperação intersectorial dominantes. Conforme confirmado em entrevista com a ex-diretora do *Programa Gulbenkian Educação para a Cultura e Ciência* (atualmente a exercer a funções de assessora estratégica do Conselho de Administração da EGEAC) “[Nos setores da cultura e da educação] *Temos poucos meios e*

*algumas entidades públicas com vários programas dispersos, que pela falta de articulação acabam por fazer uma má gestão não só dos recursos como do proveito dos seus programas”.*¹³⁴

Por outro lado, e já fora da esfera pública, não existe grande tradição de articulação estratégica e política, nem grandes espaços de cooperação entre agentes públicos e privados desses dois setores, educação e cultura. Organismos públicos, como a *DGArtes* e a *Direção Geral de Educação*, e entidades privadas, como a *Fundação Calouste Gulbenkian* ou a *Culturgest – Fundação Caixa Geral de Depósitos*, por exemplo, não apresentam estratégias de ação conjuntas e articuladas, mitigando o impacto de grande parte dos programas ou planos estabelecidos e que se encontram em execução.

2. Debilidade das condições de avaliação das intervenções

Em Portugal, a maioria das ações e das iniciativas de cruzamento entre as áreas artísticas do teatro e artes cénicas e os sistemas de educação e ensino são ainda muito condicionadas, tanto na sua conceção, e sobretudo na sua implementação, por modelos de financiamento baseados numa lógica de resultado final, para os quais as metas, em termos de objetivos e resultados a alcançar, se apresentam demasiadamente quantitativas (por exemplo, o número de espetadores envolvidos) ou com aproximações demasiado genéricas em termos do alcance e da diversidade de beneficiários abrangidos pelos projetos, projetante para segundo plano as dimensões pedagógicas envolvidas.

É reconhecida, por boa parte dos interlocutores entrevistados no âmbito do Estudo, a necessidade de introduzir neste domínio de ação política, novos modelos de avaliação e monitorização de resultados, mais adequados às especificidades e às dimensões pedagógicas que este tipo de projetos introduz. Mas estas lacunas que continuam a existir em Portugal no que concerne ao desenvolvimento de abordagens específicas de acompanhamento, monitorização e avaliação deste tipo de projetos e iniciativas estão também relacionadas, agravando-se, com a falta de preparação dos agentes e das entidades artísticas ou da esfera do ensino para, em fase de conceção e montagem de projetos, incluírem metodologias que suportem esse trabalho.

3. Investimento público insuficiente

Atividades inseridas em domínios de atuação como a *Literacia Teatral e Dramatúrgica*, a *Capacitação de profissionais do setor artístico* ou ainda a *Formação de agentes do setor educativo*, entre outras, não se figuram hoje nas prioridades de investimento e financiamento estabelecidas pelos organismos públicos portugueses responsáveis pelo apoio e fomento da atividade artística e, particularmente, no domínio do teatro e artes cénicas. Este aspeto fica bem evidenciado na seguinte referência do atual Diretor Geral das Artes, na entrevista realizada: “(...)

¹³⁴ Entrevista presencial, realizada em 08 /04/2019

o Teatro e Artes Cénicas por estarem enquadrados dentro das áreas Artes Performativas e/ou Cruzamentos Disciplinares, em termos de elegibilidade, conseguem inscrever atividades e iniciativas que se cruzam com Ensino, Pedagogia e Educação em domínios de atividade muito específicos como Formação e sensibilização de públicos; Formação a dar; Formação a Receber; Programação – festival.”¹³⁵

Quanto às principais dificuldades de contexto que configuram constrangimentos imediatos à implementação de projetos, atividades e iniciativas nestes domínios, foram identificadas as quatro seguintes:

4. Falta de sensibilização e formação dos agentes educativos

Uma grande parte dos agentes educativos parecem ainda não reconhecer o potencial das artes, em sentido geral, e do teatro e das artes cénicas em particular, no processo pedagógico e educativo, mantendo-se, por isso, comprometida a sua adesão a ações de formação e de capacitação intensivas que contribuam para alterar este quadro, tanto do ponto de vista teórico-pedagógico, como numa perspetiva mais prática-metodológica, abordando o uso de novas ferramentas educativas que se inspiram no teatro e nas artes cénicas.

Com a introdução recente de novos instrumentos legislativos como o *Projeto de Autonomia e Enriquecimento Curricular*, o *Programa Educação Estética e Artística* nas Escolas, e o *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*, surgem um conjunto de oportunidades e desafios importantes em termos da adaptação, alargamento e mudança, designadamente no que diz respeito aos instrumentos e técnicas de trabalho de professores e educadores, bem como aos variados conhecimentos e competências que estes podem mobilizar em contextos educativos. Este foi um aspeto claramente evidenciado pela Coordenadora do *Programa Educação Estética e Artística*, em entrevista em que afirmou o seguinte: “A força da lei é muito importante. O decreto-lei 55/118 veio dar uma capacidade de revisão do estatuto das Artes em relação às outras disciplinas do 1º ciclo nas Escolas. (...) No ensino Pré-escolar e 1º ciclo EB as horas semanais vão aumentar e as componentes artísticas Teatro e Dança passam a estar também contempladas nos currículos (além das Artes Visuais e Música). O PEEA procura facilitar igualmente uma maior autonomia dos Agrupamentos de Escolas com a de definição de cada projeto pedagógico, algo que é promovido Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular.”¹³⁶

Por outro lado, perante as transformações nos programas de ensino e as novas exigências aos profissionais que estes diplomas vêm introduzir, torna-se urgente e indispensável a criação de novos espaços e tempos de trabalho destinados aos docentes. Tal como foi referido ex-diretora

¹³⁵ Entrevista presencial, realizada a 24/04/2019

¹³⁶ Entrevista presencial, realizada em 08/05/2019

do Programa Gulbenkian Educação para a Cultura e Ciência (assessora estratégica do Conselho de Administração da EGEAC): *“é importante contrariar o isolamento dos professores que têm vontade de desenvolver outras abordagens pedagógicas, dotando-os não só de mais formação, mas também de espaços de encontro (seja presencial, seja tecnologicamente mediado), para partilha de conhecimentos, experiências, inquietações, etc.”*¹³⁷

5. Burocracia e falta de meios no sistema escolar

Hoje tornam-se frequentes os cancelamentos e adiamentos de ações e iniciativas que promovam o encontro dos alunos com o universo do teatro e artes cénicas fora do contexto da sala de aula ou do espaço da escola, tornando-se estas ocasiões cada vez mais raras. Esta situação corresponde não só a um sistema de autorizações dos encarregados de educação que é muito pouco célere, complexificando a organização deste tipo de atividades, como também se explica por uma crescente carência de recursos por parte das próprias escolas, desde logística e transportes das crianças e jovens, tornando-a muito dependente da obtenção, mais ou menos extraordinária, de apoios suplementares para este efeito, por parte das autarquias ou de outro tipo de entidades externas, quando não mesmo da disponibilidade financeira dos próprios alunos e das suas famílias para custearem estas deslocações, o que, lamentavelmente, nem sempre acontece.

6. Falta de cultura participativa no sistema escolar

Na implementação de projetos em contexto escola, torna-se urgente promover uma cultura de colaboração sistemática e regular entre agentes culturais e artísticas e os diversos *stakeholders* do “ecossistema” escolar (alunos, encarregados de educação, diretores de turma, professores, diretores de escola, técnicos auxiliares) fomentando, de igual forma, uma avaliação e um acompanhamento contínuos destes processos, com foco no processo individual de aprendizagem dos alunos. O desenvolvimento de projetos de cruzamento Artes – Educação constitui, por isso, um desafio para as escolares, conforme foi realçado por alguns interlocutores. Por exemplo, a coordenadora do projeto de autonomia e flexibilidade curricular na Escola Básica Dr. Costa Matos, concelho de Vila Nova de Gaia, realçou na entrevista realizada, que: *“É preciso que as pessoas estejam disponíveis para trabalhar, aprender e modificar práticas e não ter medo de arriscar coisas novas”*.¹³⁸, Sublinhando ainda que para este tipo de projetos serem bem-sucedidos é necessário ultrapassar um certo conservadorismo que ainda está presente nos universos dos profissionais em muitas escolas e agrupamentos escolares.

Enquanto responsável pela criação de determinadas dinâmicas de abordagem da cultura e expressões artísticas em contexto escolar, esta interlocutora realçou ainda a importância do

¹³⁷ Entrevista presencial, realizada em 08 /04/2019

¹³⁸ Entrevista presencial, realizada em 09/04/2019

envolvimento de toda a comunidade escolar, enfatizando em especial a importância de conseguir garantir uma boa adesão dos alunos aos projetos e iniciativas de interface entre cultura e educação, algo que, de acordo com a sua experiência, é frequentemente alcançado, pois “(...) os alunos motivam-se com o conhecimento que adquirem neste tipo de aprendizagens fora do plano curricular base (...) Os alunos, por tradição aderem facilmente às iniciativas pedagógicas que cruzam as áreas das Artes, tornando o processo de aprendizagem mais aprazível e enriquecedor”.

No sentido de procurar também ultrapassar tais constrangimentos, o PEEA, criou no presente ano letivo a figura dos professores-embaixadores (locais e regionais), à escala dos agrupamentos escolares e à escala das regiões, tendo justamente por objetivo favorecer e potenciar uma maior articulação e diálogo entre os agrupamentos escolares e os agentes e equipamentos culturais e artísticos que estão presentes em cada território. Também o recente Plano Estratégico do Plano Nacional das Artes propõe a criação futura da figura do professor coordenador, responsável pelo projeto Cultural da Escola.

7. Capacitação técnico-pedagógica dos profissionais do teatro e das artes cénicas

Os profissionais do teatro e artes cénicas revelam também deter necessidades específicas e a diferentes níveis, de capacitação técnico-pedagógica para uma melhor conceção e desenvolvimento de projetos e atividades de cruzamento com as esferas do ensino e educação, conforme foi sendo assinalado em várias das entrevistas realizadas.

Numa primeira frente de ação, temos os responsáveis de centros e serviços educativos que reconhecem a necessidade de ações de formação/atualização de competências e de conhecimentos dirigidas aos técnicos com quem trabalham, reforçando, assim, as capacidades de cada agente mediador cultural ao nível da sensibilidade, interpretação, capacidade crítica e criatividade artística numa correlação direta com a pedagogia e transmissão de conhecimento. Tal situação ficou confirmada no depoimento da Coordenadora do Departamento de Programação. Participação. Famílias e Escolas da *Culturgest*: “Neste momento em Portugal, não existe nenhum programa, momento ou espaço de interação entre profissionais dos serviços de mediação cultural das instituições e dos centros educativos dos diversos equipamentos culturais. É absolutamente vital não só a atualização de conhecimentos como a partilha de boas práticas a nível nacional e internacional.”¹³⁹

Numa segunda frente de intervenção, é reconhecida a necessidade dos artistas presentes nas estruturas de teatro e artes performativas aumentarem a sua capacitação para o desenvolvimento deste tipo de projetos, nomeadamente ao nível do potencial pedagógico dos recursos e ferramentas do seu *métier* profissional. Igualmente, foi apontada necessidade deste

¹³⁹ Entrevista presencial, realizada em 08/04/2019

universo de agentes dispor de mais informação sobre as novas oportunidades profissionais que hoje se perspectivam no sistema escolar.

Por último, num nível mais técnico e transversal a todos os agentes profissionais do meio, observa-se uma igual carência de competências ao nível do desenho e gestão de projetos, para além da monitorização e avaliação de impacto de projetos e de iniciativas, que cruzem teatro, artes cénicas, pedagogia e ensino. Hoje permanecem lacunas relevantes a este nível, que seria muito importante colmatar, seja através de ações de capacitação e de formação mais formalizadas, seja através de outro tipo de abordagens, com um cariz eventualmente mais informal e flexível.

5. Principais conclusões e identificação de oportunidades de intervenção da Fundação "la Caixa" no setor cultural em Portugal

Este capítulo conclusivo do Relatório reveste-se sobretudo de um carácter reflexivo e estratégico, no sentido de tornar o mais eficiente e eficaz possível a futura intervenção da Fundação “la Caixa” em Portugal, designadamente através dos programas culturais *Participa Meliés* e *Caixa Cena*, mas considerando igualmente outras hipóteses alternativas de intervenção no contexto nacional.

Num primeiro momento, será apresentada uma breve síntese, sistematizada em tópicos, dos aspetos mais relevantes que resultaram da análise realizada pela equipa, através da qual se tentou aqui esboçar um “estado de arte” das relações e articulações hoje existentes em Portugal entre os “ecossistemas” da Cultura e Educação.

Segue-se uma sistematização, novamente por tópicos, dos principais constrangimentos de contexto para a implementação em Portugal dos programas culturais da Fundação “la Caixa”, recuperando assim um conjunto de reflexões que foram sendo feitas ao longo dos dois capítulos anteriores.

Finalmente, num terceiro momento, enunciam-se um conjunto de pistas de orientação estratégica, seja numa perspetiva de aplicação direta dos dois programas culturais da Fundação “la Caixa” em Portugal - *Participa Meliés* e *Caixa Cena* –, seja numa perspetiva de identificação de alternativas para a futura intervenção da Fundação “la Caixa” no contexto português.

5.1. Síntese das conclusões: aspetos relevantes da conexão entre os setores da Cultura e da Educação em Portugal

I. Antecedentes gerais de enquadramento político-institucional

- Os setores da Educação e da Cultura em Portugal encontram-se atualmente organizados sob duas tutelas administrativas distintas – o Ministério da Educação e o Ministério da Cultura –, com competências e orgânicas próprias e diferentes áreas de atuação.
- A área da Cultura no período democrático (pós-1974) nem sempre assumiu autonomia dentro da orgânica do governo português, constituindo-se umas vezes como ministério e outras como secretaria de estado – e, mesmo neste último caso, nem sempre integrada dentro da mesma tutela. Pelo contrário, a área da Educação tem sempre assumido o estatuto de ministério dentro da orgânica dos sucessivos governos.

- A articulação entre estes dois setores em Portugal, desde 1974, tem-se pautado por sucessivos quadros de orientação, com implicações a nível da administração central, descentralizada e local, que dificultam a coerência e os resultados quer ao nível do relacionamento institucional, quer dos instrumentos de política pública.

II. O papel da administração pública nos setores da Cultura e da Educação

- O setor público representa, em Portugal, um papel preponderante nos setores da Educação e da Cultura, assumindo, para além das funções de regulação, um papel ativo enquanto agente promotor, executor e financiador, envolvendo os diversos níveis da administração – central, regional e local.
- Sublinha-se o papel decisivo que, em Portugal, a administração pública local desempenhou no desenvolvimento de políticas públicas para a Cultura.
- Atualmente, assiste-se a um processo de extensão das transferências de competências da administração pública central para as autarquias locais e as comunidades intermunicipais (Lei quadro nº 50/2018 de 16 de Agosto), com particular relevância no setor da Educação, o que pode vir a favorecer, em certos aspetos e se bem conseguida, uma maior articulação com o setor da Cultura, no qual tradicionalmente as autarquias têm mantido uma intervenção significativa.

III. Instrumentos e medidas de política pública no setor da Educação que fomentam articulações com o setor da Cultura - Teatro e Artes Cénicas e do Cinema e Audiovisual

- Nos últimos anos, Portugal tem procurado acompanhar as tendências de reorganização do sistema educativo e de ensino (seguindo orientações e recomendações de organizações internacionais com intervenção no setor) num sentido que estimula o redesenho dos projetos educativos ao nível das escolas, favorecendo novas dinâmicas de cooperação entre estruturas escolares e culturais.
- Ao nível legislativo, o Ministério da Educação tem vindo a reforçar o papel das artes nos processos educativos, salientando-se neste trabalho os seguintes instrumentos de política pública:
 1. Definição do “Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória”
 2. Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular (PAFC)

1. Definição do “Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória” (Despacho nº6478/2017 de 26 de julho)

- Criado sob orientações e recomendações da OCDE, UNESCO e CE;
- Referencial educativo com diferentes opções de gestão do currículo, através de uma matriz base de princípios, valores e áreas de competência, que orienta todas as decisões inerentes ao processo educativo;
- Enquanto conjunto de princípios orientadores na avaliação das aprendizagens estabelecidas no currículo dos ensinos básico e secundário (Aprendizagens Essenciais), este referencial surge como uma resposta às novas necessidades sociais e desafios contemporâneos;
- Segundo este referencial, entre as 10 áreas do saber a ser trabalhadas com os alunos ao longo do ensino obrigatório, constam o “pensamento crítico e pensamento criativo”, a “sensibilidade estética e artística” e a “consciência e domínio do corpo”;
- As artes passam, assim, a constituir uma dimensão estruturante da matriz curricular das ofertas educativas ao longo dos 12 anos de escolaridade obrigatória.

2. Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular (PAFC) (Despacho 5908/2017 de 5 de julho)

- Atualmente encontra-se em regime de experiência, com projetos piloto em turmas dos anos iniciais dos 1º ao 3º ciclo do ensino básico e do ensino secundário;
- Trata-se de um instrumento que concede às escolas do ensino básico e secundário a possibilidade de, em função do seu projeto educativo, implementarem uma gestão própria do currículo flexível em 25%, para além das matrizes curriculares base (75%);
- Tal flexibilidade vem permitir incorporar nos currículos das escolas matérias e abordagens pedagógicas novas, incluindo no domínio das artes;
- As escolas, na aplicação deste instrumento, podem beneficiar de propostas e projetos em desenvolvimento pelo Ministério da Educação – Programa de Educação Estética e Artística, Plano Nacional de Leitura, Plano Nacional de cinema, rede de Bibliotecas Escolares e, recentemente, o Plano Nacional das Artes.

Ao nível dos planos e programas, e considerando especificamente as áreas artísticas do cinema e audiovisual e do teatro e artes cénicas, a Direção Geral de Educação (DGE) tem em curso os:

1. Plano Nacional de Cinema (PNC)
2. Programa de Educação Estética e Artística (PEEA)

3. Plano Nacional de Cinema (PNC)

- Criado no letivo de 2014/2015, o PNC resulta de um protocolo de colaboração entre a DGE, que tutela o Plano, o ICA e a Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema.
- O plano assenta em duas vertentes principais: i) a formação de professores (cursos acreditados, 25h de formação, de frequência gratuita); ii) a criação de um dispositivo de programação de sessões de cinema gratuitas para as escolas, realizadas em sala de cinema, de acordo com um conjunto de filmes previamente selecionados pelo PNC.
- Estas duas frentes de trabalho permitiram já ao PNC mobilizar um conjunto de mais de 50 equipamentos e agentes culturais (cineclubes, auditórios, cineteatros, salas de cinema, festivais de cinema, etc.).
- Atualmente, a componente de formação de professores encontra-se suspensa; na segunda componente fazem-se sentir constrangimentos financeiros relacionados com os custos de exibição em sala dos filmes (diretos de autor e diretos conexos) e com os custos de transporte de alunos, limitando assim a própria dinâmica do PNC.
- Apesar do PNC preconizar uma dimensão nacional, ainda não consegue abranger de forma efetiva e equilibrada todo o território.

4. Programa de Educação Estética e Artística (PEEA)

- Criado em 2010 com o objetivo de promover as artes e a cultura no universo escolar através do conhecimento e do contacto direto com as Artes Visuais, a Dança, a Música e o Teatro.
- Orienta a sua ação principal para a formação de professores do 1º ciclo do ensino básico – alargada mais recentemente a professores de outros ciclos e níveis de ensino – que, após a frequência da formação, passam a mobilizar novas metodologias e abordagens artísticas em contexto de sala de aula, assumindo-se simultaneamente como representantes locais do PEEA.
- Promove parcerias com autarquias e instituições culturais diversas (museus, teatros e academias, entre outros) e lançou recentemente o projeto de *R.A.-Residência Artísticas*, em parceria com o Ministério da Cultura – envolvendo o Teatro Nacional São Carlos,

Teatro Nacional S. João e a Companhia Nacional de Bailado –, que têm, contudo, um caráter muito localizado e pontual, que certamente beneficiaria de uma maior abrangência e sistematicidade;

- Em 2019 foram lançadas as figuras do professor “embaixador local” à escala distrital, que dedica ao programa 10% da sua carga horária ao PEEA, e do professor “embaixador regional” à escala regional, que dedica 80% da sua carga horária ao programa.
- Embora o PEEA assuma uma dimensão nacional, à semelhança do PNC ainda não consegue abranger de forma efetiva e equilibrada todo o território.

IV. Instrumentos e medidas de política pública no setor da Cultura – Cinema e Audiovisual e Teatro e Artes Cénicas que fomentam articulações com o setor da Educação

- Dentro da orgânica do Ministério da Cultura (MC), as áreas do cinema e audiovisual e do teatro e artes cénicas são tuteladas, respetivamente, pelo Instituto de Cinema e Audiovisual (ICA) e pela Direção Geral da Artes (DGArtes), pese embora a existência de outros organismos tutelados pelo MC que intervêm também neste setor (Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema, Teatro Nacional D. Maria II, Teatro Nacional de S. Carlos, Teatro Nacional de S. João e Companhia Nacional de Bailado).
- O MC não contempla atualmente instrumentos de política especificamente orientados para a articulação das áreas artísticas com o ensino e as práticas pedagógicas.
- Dentro dos instrumentos de apoio financeiro geridos pela DGArtes tem sido possível, contudo, enquadrar atividades artísticas no domínio do teatro e artes cénicas que evidenciam objetivos específicos nos campos da “formação e sensibilização de públicos”, da “formação” e da “programação – festivais”.
- No caso do ICA, existem alguns instrumentos específicos de apoio financeiro a entidades ligados à área do Cinema e do Audiovisual, dentro de objetivos de promoção da Pedagogia pelo Cinema e da Literacia Fílmica, como seja: o “Programa de Formação de Públicos nas Escolas” (com ações destinados à população infantil e juvenil, ações destinadas aos estudantes de cinema e audiovisual); e ainda o “Programa de Apoios Ad Hoc”, que tem patrocinado diversas atividades em contexto escolar e que não encontram apoios noutros programas ou medidas de apoio do ICA.

V. Plano Nacional da Artes (PNA) (Resolução de Conselho de Ministro nº42/2019)

- Novo instrumento de política lançado recentemente (2019) com o objetivo de aprofundar, de forma estruturada e sistemática, os interfaces entre Educação e Cultura num horizonte de 10 anos (2019-2029).
- O PNA tem por missão “promover a transformação social, mobilizando o poder educativo das artes e do património na vida dos cidadãos”, o que passa por garantir uma melhor articulação e dinamização dos diversos órgãos, planos e programas, existentes ou a criar em cada um dos setores, mobilizando agentes educativos, artísticos e culturais, e intensificando a oferta cultural orientada para a comunidade educativa, em parceria com entidades públicas e privadas.
- Recentemente (junho 2019) foi lançada a estratégia para os primeiros 5 anos do PNA, que estabelece três eixos de intervenção: “Política Cultural”, “Capacitação” e “Educação e Acesso”, nos quais se inscreve um leque variado de programas e medidas de ação.
- No eixo da “Política Cultural” propõem-se, entre outras medidas, a implementação de “Planos Estratégicos Municipais Cultura-Educação”; o estabelecimento de Contratos de impacto social e educativo, entre o Ministério da Cultura e as organizações culturais por ele tuteladas ou apoiadas; alterações aos atuais mecanismos de financiamento público das artes, introduzindo instrumentos específicos de apoio a projetos nas áreas “Arte e Comunidade” e “Património e Educação”; a realização de experiências-piloto para a aumentar as condições de acesso, valorização e fomento das experiências culturais e artísticas dos alunos, ao longo do seu percurso formativo (criação de um “ID Cultural” do aluno); e ainda alterações legislativas ao nível dos direitos de autor, conexos e de exibição em contexto educativo, bem como dos estímulos ao envolvimento de entidades públicas e privadas na participação financeira e no apoio a medidas em prol do acesso, fruição e educação para as artes e os patrimónios.
- No eixo da “Capacitação” propõem-se, entre outras medidas: a criação da “Academia PNA”, com cursos e formações acreditadas em diversas áreas relacionadas com o PNA, dirigidas a professores, artistas e mediadores culturais; a criação de três linhas editoriais PNA – coleção textos essenciais, públicos específicos, e recursos pedagógicos; a atribuição de Bolsas a projetos de investigação nas áreas Arte, Educação e Comunicação; e ainda a realização de conferências.
- No eixo “Educação e Acesso” propõem-se, entre outras medidas: desenvolvimento do “Projeto Cultural de Escola” (PCE), criando o cargo do coordenador PCE em cada escola, que será responsável por desenhar e implementar um programa cultural adaptado ao seu contexto específico, em parceria com autarquias, estruturas artísticas

e organizações culturais, devendo garantir que cada turma realiza, no âmbito do seu do PCE, pelo menos uma atividade no exterior da escola, por trimestre; a implementação do projeto “Artista Residente” em escolas (ao longo de 1 ano letivo); e ainda a criação de uma linha editorial de recursos pedagógicos específicos, a disponibilizar gratuitamente *online*.

VI. Reflexões a partir de projetos e de iniciativas “no terreno”

- Confirmou-se uma dinâmica significativa, em Portugal, de atividades baseadas na relação Cultura / Educação que, por razões de exiguidade dos instrumentos de política pública orientados especificamente para a articulação entre os dois setores, se manifesta de forma desigual, com condições de sustentabilidade frágeis e altamente dependente do empenho pessoal dos interlocutores provenientes da escola e/ou das estruturas culturais.
- Apesar da sua grande variabilidade foi possível encontrar algumas tipologias dentro das iniciativas e atividades mais frequentes em cada um dos domínios – cinema e audiovisual (Captação e criação de públicos; Literacia Fílmica; Capacitação de profissionais do setor educativo para a pedagogia pelo cinema; Sensibilização para a necessidade da pedagogia pelo cinema) e teatro e artes cénicas (Captação e criação de públicos; Literacia Teatral e Dramatúrgica; Capacitação dos profissionais do setor educativo; Oficinas pedagógicas).
- Na área do teatro e artes cénicas verifica-se uma particular concentração destas dinâmicas nas duas áreas metropolitanas, Lisboa e Porto, e na faixa mais litoral do país. No caso do Cinema e audiovisual, embora se mantenha esta tendência de concentração territorial, o trabalho desenvolvido por associações sem fins lucrativos e alguns cineclubes tem contribuindo para uma maior disseminação territorial.
- Os constrangimentos mais significativos que manifestam mais repercussões sobre os agentes “no terreno” recaem na articulação entre as duas tutelas (Educação e Cultura) e respetivos organismos, na insuficiente escala do investimento público disponível com impactos significativos na sustentabilidade dos projetos (muitos projetos não ultrapassam a fase experimental ou “piloto”).
- A elevada falta de formalização de redes de profissionais, de espaços de articulação e de práticas que relacionam a atividade artística (quer no cinema e audiovisual, quer no teatro e artes cénicas) com a atividade de ensino e educativa, têm perpetuado o enorme esforço exigido no lançamento de novos projetos ou iniciativas.

- Em Portugal, as instituições de ensino superior não têm sido capazes de introduzir de forma significativa novas dimensões de cruzamento entre Artes e Educação dentro das suas prioridades de formação ou de investigação.
- Contudo, em cada uma destas áreas (cinema e audiovisual e teatro e artes cénicas) existem algumas experiências já reconhecidas como boas práticas e um conjunto de entidades com *know-how*, experiência e *expertise* acumulados na conceção e execução de projetos (de âmbito local, supramunicipal, regional, nacional e, por vezes, até internacional) baseados na articulação entre Artes e Educação que justificam o seu reconhecimento por parte dos pares enquanto entidades de referência.
- Por último, verificou-se ainda que a maioria das iniciativas /projetos e das entidades que os promovem, não mobilizam metodologias ou instrumentos de monitorização ou de avaliação de resultados e impactos, dificultando assim a reprodutibilidade dos projetos e a sua afirmação externa.

VII. Principais constrangimentos de contexto para a implementação em Portugal dos programas culturais da Fundação “la Caixa”

- A redução recente dos recursos disponíveis no setor da educação, incluindo por parte das autarquias locais, para assegurar o transporte gratuito da população escolar tem constituído um fator de inibição à participação das escolas em projetos, em parceria com o tecido cultural, realizados fora das escolas.
- As carências técnicas, tecnológicas e logísticas que muitas escolas mantêm continuam a limitar o tipo e a regularidade das atividades previstas neste tipo de projetos.
- A falta de oferta de formação creditada dirigida aos professores dentro de áreas relacionadas com as linguagens e metodologias artísticas e, frequentemente, a falta de financiamento dessas ações, limita o nível de participação dos professores nas mesmas.
- A falta de motivação, de proatividade e até a tendência de envelhecimento da classe docente desencoraja o desenvolvimento de projetos de cruzamento Artes – Educação e/ou de projetos e de atividades que mobilizem as Artes enquanto recurso pedagógico para as diferentes disciplinas.
- As debilidades de capacitação técnica e pedagógica dos profissionais de áreas artísticas, incluindo os que trabalham nas estruturas culturais, para o desempenho de atividades de mediação cultural e de articulação com os diferentes agentes associados ao universo da educação (professores, alunos, pais, pessoal não-docente);

- A falta de visibilidade – do ponto de vista público, político, científico e artístico – dos projetos e das atividades que promovem cruzamentos Artes / Educação em Portugal é geradora de grandes dificuldades a um reconhecimento público mais alargado da qualidade do trabalho realizado, bem como dos impactos (diretos, indiretos e induzidos) associados à sua realização;
- As limitações em termos do acesso a instrumentos de financiamento público específicos e adequados ao desenvolvimento deste tipo de projetos, a par da escassez de outras fontes de financiamento privadas que sejam alternativas, dificultam a disseminação deste tipo de iniciativas a todo o território nacional, bem como limita seriamente a sua sustentabilidade a médio/ longo prazo.

5.2. Pistas de orientação estratégica

a) Aplicação direta dos programas culturais da Fundação “la Caixa” em Portugal

Sistematizam-se de seguida um conjunto de fatores ou condições que podem contribuir, de forma mais favorável ou menos favorável (indicados com sinais positivo e negativo), para o processo de aplicação dos programas da Fundação “la Caixa” no contexto português, seja no caso do setor do cinema e do audiovisual ou do setor do teatro e artes cénicas.

I. No domínio do Cinema e do Audiovisual

- ✚ Atualmente existem em Portugal alguns projetos de promoção da Educação pelo Cinema e a Literacia Fílmica, com escalas de intervenção e de implementação territorial diversificadas.
- ✚ Existem, em várias escolas, clubes de cinema (envolvendo sempre o 1 professor, embora em geral sem formação específica na área).
- ✚ Pelo contrário, existe um número crescente de festivais de cinema em Portugal que desenvolve programação específica para segmentos de público infantojuvenis, inseridos em contexto escolar ou familiar, existindo já alguns festivais especializados neste domínio (como o *Festival Indie Júnior*, por ex.).

+/- Está em curso o Plano Nacional de Cinema, embora persistam, em todo o território nacional, desequilíbrios significativos na sua implementação. Simultaneamente, existem ainda alguns projetos de âmbito local e supramunicipal, realizados sobretudo por associações culturais, cineclubes e alguns festivais de cinema, geralmente em parceria com escolas e autarquias.

+/- Apesar de algumas escolas terem beneficiado de uma atualização tecnológica recente – nomeadamente, com o projeto “Salas de Aula do Futuro” (abrange cerca de 30 escolas atualmente) –, verifica-se que a generalidade dos espaços escolares não dispõe das condições técnicas e tecnológicas adequadas à projeção de filmes, nem tão-pouco à implementação de experiência de realização e montagem de filmes, o que frequentemente exige que estes recursos sejam fornecidos por entidades externas às escolas (por exemplo, no âmbito de projetos realizados por associações culturais, cineclubes ou serviços educativos de festivais de cinema).

-/+ São ainda bastante escassos os projetos nesta área que recorrem à utilização ou à disponibilização de conteúdos através do recurso a ferramentas web – destacando-se, pela reconhecida qualidade do trabalho que desenvolvem, o projeto CinEd – Programa Europeu de Educação de Educação pelo Cinema, no qual Portugal participa através da associação cultural Os Filhos de Lumière.

- Os agrupamentos escolares e as escolas não-agrupadas não têm, regra geral, professores com conhecimentos específicos na área do cinema e audiovisual, embora haja um conjunto de docentes de outras disciplinas que, até ao ano letivo 2017/18, beneficiaram das ações formação creditadas, realizadas no âmbito do Plano Nacional de Cinema.

- As escolas superiores de cinema em Portugal revelam ainda um muito reduzido interesse no desenvolvimento de projetos de cruzamento Cinema – Educação, dinâmica que fica patente na escassa oferta formativa existente neste domínio, bem como no reduzido número de projetos de investigação.

Concluindo, existem boas condições para o desenvolvimento e afirmação em Portugal do concurso “Participa Méliès”, podendo vir a afirmar-se como uma iniciativa diferenciada de outras já existentes no país, dispondo de um conjunto variado de entidades (associações culturais, cineclubes, escolas, PNC, PNA, ICA) que poderão eventualmente vir a associar-se como parceiros (operacionais ou institucionais) na implementação e/ou na divulgação do projeto.

II. No domínio do Teatro e das Artes Cénicas

+ Atualmente, existem já em Portugal diversos projetos que procuram explorar os Cruzamentos entre Educação e Teatro, com escalas de intervenção e de implementação territorial muito diversificadas.

+ Muitas companhias de teatro e os principais teatros do país (de âmbito nacional e local) promovem, com certa regularidade, iniciativas diversas de âmbito pedagógico (leituras encenas, animação de grupos de teatro escolar, oficinas pedagógicas, etc.).

+ Existem nas escolas portuguesas, com alguma frequência, clubes de teatro escolar (envolvendo sempre o 1 professor, geralmente sem formação específica na área).

+ Embora menos frequente, existe alguma oferta de atividades formativas que promovem a capacitação dos professores, em domínios teóricos e metodológicos/ técnicos ligados à área disciplinar do teatro e artes cénicas. O PEEA tem um programa anual de formação nacional de curta-duração para educadores e professores que engloba a área do Teatro. A nível local existe alguma oferta formativa pontual dirigida a professores e disponibilizada por estruturas culturais, escolas e companhias de teatro.

-/+ As escolas profissionais e superiores de Teatro em Portugal têm, apesar de tudo, uma oferta formativa ainda relativamente escassa do domínio do desenvolvimento de projeto artísticos com comunidades específicos, incluindo com escolas, crianças e jovens, ainda que num modo menos acentuado do que na área do Cinema e audiovisual; existem, contudo, alguns projetos de investigação nesta área e foram identificados alguns projetos artísticos-pedagógicos que são promovidos no contexto da própria atividade das escolas de teatro e na sua relação com o meio envolvente (incluindo com a comunidade escolar).

- Não foi identificado nenhum projeto de cruzamento Teatro / Educação com implementação a nível nacional; a análise realizada permitiu ainda concluir que a maioria das iniciativas realizadas neste domínio estão concentradas nas duas áreas metropolitanas, Lisboa e Porto, e na faixa litoral do país.

- Não se identificou qualquer projeto ou iniciativa neste domínio que explore especificamente a disponibilização de conteúdos através do recurso a ferramentas digitais *online*.

Concluindo, existem boas condições para o desenvolvimento e afirmação em Portugal do projeto “CaixaCena”, afirmando-se enquanto uma iniciativa diferenciada de outras já existentes

no país, sendo possível identificar um conjunto variado de entidades (profissionais e companhias de teatro, equipamentos culturais, escolas, PNC) que se poderão eventualmente associar como parceiros (operacionais ou institucionais) na implementação e/ou na divulgação do projeto.

b) Sobre a “entrada” da Fundação “la Caixa” no contexto cultural português

Sistematizam-se igualmente os principais elementos conclusivos que decorrem da análise no terreno, sobretudo baseada nas entrevistas que a equipa da Quatenaire Portugal realizou, da opinião dos responsáveis públicos e agentes privados sobre as perspetivas de ampliação da intervenção da Fundação “la Caixa” no sistema cultural e educativo português.

1. O desenvolvimento de programas culturais próprios da Fundação “la Caixa” em Portugal suscitou, em praticamente todos os interlocutores, um grande interesse e expectativa.
2. Do ponto de vista do enquadramento institucional e legislativo dos dois setores, Educação e Cultura, atualmente vive-se em Portugal um momento de grande abertura a um maior diálogo e articulação de projetos e de iniciativas de cruzamento Cultura e Educação, do qual a Fundação “la Caixa” pode vir a beneficiar.
3. É, contudo, importante tomar em consideração que existem já “no terreno” um conjunto de projetos e iniciativas neste área que, em muitos casos, desenvolvem já um trabalho muito interessante – por vezes, até mesmo exemplar – que não deve ser negligenciado ou ignorado e que, pelo contrário, beneficia em ser apoiado e acarinhado de modo a robustecer as condições de sustentabilidade, permitindo alcançar ganhos de escala.
4. Considera-se que se justifica a Fundação “la Caixa” equacionar a possibilidade de poder vir a associar-se a alguns projetos e iniciativas, devidamente selecionadas, que já fomentam os cruzamentos entre arte e educação em Portugal, contribuindo assim para uma densificação, qualificação e consolidação da oferta hoje existente.
5. Atendendo à clara concentração de iniciativas nas duas áreas metropolitanas, Lisboa e Porto, e na faixa litoral do país, recomenda-se à Fundação “la Caixa” um esforço no sentido de assegurar que os projetos que venha a promover ou apoiar contribuam para maior descentralização da oferta de atividades culturais em contexto educativo, aumentando a cobertura dos territórios do interior do país. Neste âmbito, a articulação com os agentes artísticos e culturais que aí se localizam – como os cineclubes, as associações culturais, as estruturas artísticas profissionais, os equipamentos culturais de âmbito local e ainda as redes de programação de âmbito supramunicipal ou regional – e com os seus projetos e iniciativas deverá ser privilegiada, contribuindo assim para alargar a oferta existente, bem como para qualificar o seu tecido cultural e artístico.

6. No Plano Estratégico do Plano Nacional das Artes (PNA) para o período 2019-24 estão identificados um conjunto de projetos e de iniciativas que visam alargar a oferta cultural em contexto educativo; em muitos casos, os projetos ainda só estão desenhados de forma genérica, podendo existir margem de manobra e interesse manifestado por parte da equipa do PNA para haver um envolvimento ativo da Fundação “la Caixa”, enquanto parceiro do Programa, participando na conceção detalhada de alguns destes projetos e na sua execução.

7. Este diagnóstico permite identificar alguns domínios em que persistem lacunas relevantes (articulam-se, de resto, com algumas das áreas de intervenção definidas no Plano Estratégico do PNA no período 2019-24) e relativamente aos quais a Fundação “la Caixa” poderá intervir na:

- Qualificação das competências dos agentes artísticos no domínio da conceção e gestão de projetos artísticos em contexto educativo, fundamentando aspetos de cariz teórica em diferentes aspetos: pedagogia, gestão de projeto, ferramentas de monitorização e avaliação de impacto de projeto, etc.
- Alargamento das ações de formação e capacitação de professores para o envolvimento em projetos artísticos realizados em contexto escolar, bem como para o recurso a técnicas e ferramentas artísticas em contexto educativo.
- Fomento de oportunidades de contacto e trabalho conjunto entre professores/educadores e artistas/mediadores culturais, nomeadamente possibilitando uma presença mais regular dos últimos em contexto escolar (sob a forma de “residência artística”, por ex.).
- Contribuição para a criação e a dinamização de contextos (materiais ou imateriais – seja sob a forma de publicações ou de plataformas digitais, por ex.) que propiciem o encontro, a reflexão e a sistematização de conhecimentos sobre as experiências de práticas artísticas em contexto educativo em Portugal e os seus resultados – envolvendo neste processo agentes e estruturas educativas, agentes e estruturas artísticas, gestores culturais, investigadores, etc.
- Contribuição para robustecer o conhecimento sobre as dinâmicas de cruzamento Cultura e Educação em Portugal, promovendo a realização de estudos de reflexão, bem como de mapeamento e de avaliação de experiências realizadas, de forma alargar o reconhecimento público – incluindo no plano político e no meio artístico – da relevância deste tipo de projetos e iniciativas.

6. Fontes de informação e referências bibliográficas consultadas

Conforme indicado na nota metodológica inicial, o presente Estudo foi desenvolvido pela equipa da QP num trabalho que, por um lado, incluiu a pesquisa, consulta e análise de diversas fontes de informação documental – desde legislação, estudos, relatórios e outros documentos de relevo –, mas que, por outro lado, privilegiou a realização de um intenso trabalho de terreno que contou com a elaboração e posterior análise das entrevistas a um leque de 18 interlocutores-chave dos setores da Educação e da Cultura (incidindo, de forma mais específica em interlocutores relacionados com as áreas do teatro e artes cénicas e do cinema e audiovisual) em Portugal. Complementarmente, foram ainda realizados, através de contacto por *e-mail*, pequenos inquéritos por questionário que procuraram enriquecer e complementar o leque de informações recolhidas pela equipa.

Uma vez que foram já anteriormente descritos os diversos interlocutores-chave entrevistados, bem como as entidades e individualidades (estruturas cineclubísticas, docentes universitários) que responderam aos inquéritos por questionário, o presente capítulo centra-se na enunciação das fontes de informação documentais que foram utilizadas na produção deste Relatório, incluindo diversas fontes estatísticas, *websites* de instituições e projetos pesquisados, e ainda referências bibliográficas que traduzem quais os livros, publicações, relatórios e artigos técnico-científicos e jornalísticos que, em suporte digital ou em papel, serviram de base de pesquisa.

Publicações, artigos, relatórios, documentos e outras publicações consultadas

- Abrantes, Pedro; Ferro, Lígia; Lopes, João Teixeira; Veloso, Luísa; Swinnerton, Maria de Assis (2019). “Arts Education in Portugal: National Curricula and Emancipatory Projects” in Ferro, L., Wagner, E., Veloso, L., IJdens, T., Lopes, J. Teixeira (Eds.), *World of Diversity, European Network of Observatories in the Field of Arts and Cultural Education (ENO)*, Springer: Helen van der Stelt, pp. 141-154.
- ACE Escola de Artes / Teatro do Bolhão (2019). *Curso Básico de Teatro 2017-2020*. Porto: ACE Escola de Artes / Teatro do Bolhão.
- ACE Escola de Artes / Teatro do Bolhão (2019). *Serviço Educativo ACE Escola de Artes Teatro do Bolhão*. Documento não-publicado facultado à equipa. Porto: ACE Escola de Artes / Teatro do Bolhão.
- ACE Escola de Artes / Teatro do Bolhão (2019). *Programa de Parcerias para o Impacto À BARCA, À BARCA!*. Porto: ACE Escola de Artes / Teatro do Bolhão.
- ACE Escola de Artes / Teatro do Bolhão (2019). *Folheto informativo Curso Interpretação 2019*. Porto: ACE Escola de Artes / Teatro do Bolhão.

- ACE Escola de Artes / Teatro do Bolhão (2019). *Folheto informativo Curso Cenografia Figurinos Adereços 2019*. Porto: ACE Escola de Artes / Teatro do Bolhão.
- ACE Escola de Artes / Teatro do Bolhão (2019). *Folheto informativo Curso Interpretação e Animação Circenses 2019*. Porto: ACE Escola de Artes / Teatro do Bolhão.
- ACE Escola de Artes / Teatro do Bolhão (2019). *Folheto informativo Curso Luz-Som Efeitos Cénicos 2019*. Porto: ACE Escola de Artes / Teatro do Bolhão.
- ACE Escola de Artes - Famalicão / Teatro do Bolhão (2019). *Folheto informativo Curso Básico de Teatro 2018/2019*. Vila Nova de Famalicão / Porto: ACE Escola de Artes - Famalicão / Teatro do Bolhão.
- Agência Lusa (2019), “Governo aprova Linhas Orientadoras do Plano Nacional das Artes” in *Diário de Notícias online*, publicado a 07/02/2019. Disponível online em: <https://www.dn.pt/lusa/interior/governo-aprova-linhas-orientadoras-do-plano-nacional-das-artes-10549571.html>
- Agência Lusa (2019), “Maria de Assis preside à comissão científica do Plano Nacional das Artes” in *Blogue Delas.pt*, publicado a 02/05/2019. Disponível online em: <https://www.delas.pt/maria-de-assis-preside-a-comissao-cientifica-do-plano-nacional-das-artes/>
- Allen, Felicity (ed.) (2011). *Education*. Londres / Cambridge, Mass.: Whitechapel / The MIT Press.
- Araújo, Marta; Rodrigues, Anabela (2018). “História e memória em movimento: escravatura, educação e (anti)racismo em Portugal” in *Revista História Hoje*, 7(14), pp. 107-132.
- Assis, Maria de; Gomes, Elisabete Xavier; Pereira, Judith Silva; Pires, Ana Luísa Oliveira (Eds.) (2015). *10x10 Ensaios entre Arte e Educação*, Lisboa: FCG.
- Associação Os Filhos de Lumière (2019). *Relatório de Atividades Os Filhos de Lumière*. Lisboa: Associação Os Filhos de Lumière.
- Barriga, Sara; Silva, Susana Gomes da (coords.) (2007). *Serviços educativos na cultura*. Porto: Setepés.
- Bishop, Claire (ed.) (2006). *Participation*. Londres / Cambridge, Mass.: Whitechapel / The MIT Press.
- Bishop, Claire (2012). *Artificial Hells: Participatory Art and the Politics of Spectatorship*. Londres/Nova Iorque: Verso.
- British Film Institute (BFI) (2015). *A Framework for Film Education*. Londres: BFI. Disponível online em: <http://www.bfi.org.uk/screening-literacy-film-education-europe>
- Companhia de Teatro O Bando (2019). *Agenda de Programação janeiro - maio 2019*. Almada: Companhia de Teatro O Bando.
- Conselho da Europa/ERICarts (2012), *Compendium of Cultural Policies and Trends in Europe, 13th edition*. Disponível online em <http://www.culturalpolicies.net/>

- Conselho Nacional de Educação (CNE) (2018). *Relatório Estado da Educação 2017* (409 pp) Lisboa Autor. Disponível online em: http://www.cnedu.pt/content/EE2017/EE2017_04-03-2019.pdf
- Cruz, Hugo (coord.) (2016). *Arte e Comunidade (2ª edição)*. Lisboa: FCG.
- Culturgest – Fundação Caixa Geral de Depósitos (2019). *Agenda de Programação março - agosto 2019*. Lisboa: Culturgest.
- Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) (2018). *Estatísticas da Educação 2016/2017* (2018) Lisboa: DGEEC. Disponível online em: <http://www.dgeec.mec.pt/np4/96/>
- Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), Direção de Serviços de Estatísticas da Educação (DSEE) Divisão de Estatísticas do Ensino Básico e Secundário (DEEBS) Divisão de Estatísticas do Ensino Superior (DEES) (2018). *Perfil do Aluno 2016/2017*. Lisboa: DGEEC/DSEE/DEEBS. Disponível online em: [http://www.dgeec.mec.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=953&fileName=DGEEC_DSEE_PERFIL_DO_ALUNO_1617.pdf](http://www.dgeec.mec.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=953&fileName=DGEEC_DSEE_PERFIL_DO_ALUNO_1617.pdf)
- Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) (2018). *Educação em Números 2018*. Lisboa: DGEEC. Disponível online em: [http://www.dgeec.mec.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=945&fileName=DGEEC_DSEE_DEEBS_2018_EducacaoEmNumeros21.pdf](http://www.dgeec.mec.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=945&fileName=DGEEC_DSEE_DEEBS_2018_EducacaoEmNumeros21.pdf)
- Direção Geral de Educação (DGE) (2015). *Laboratórios de Aprendizagem: Cenários e Histórias de Aprendizagens*. Lisboa: DGE.
- Direção Geral de Educação (DGE) (2017). *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*. Lisboa: DGE. Disponível online em: https://dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf
- Direção Geral de Educação (DGE) (2017). *Currículo do ensino básico e do ensino secundário para a construção de aprendizagens essenciais baseadas no Perfil dos Alunos*. Lisboa: DGE. Disponível online em: http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/a_e_documento_enquadrador.pdf
- Direção Geral de Educação (2018). *Avaliação da Biblioteca Escolar 2016/2017*. Lisboa: DGE. Disponível online em: <http://www.rbe.min-edu.pt/np4/file/2146/relatorioAvaliacao.pdf>
- Direção Geral de Educação (2019). *Programa de Educação Estética e Artística Residências Artísticas nas Escolas*. Lisboa: DGE. Disponível online em: http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/boletim/noesis_eea_dezembro_18.pdf
- Direção Geral de Educação (DGE) (2018). *Boletim Trimestral Plano Nacional de Cinema setembro/outubro Ano Letivo 2017/2018*. Lisboa: DGE.

- Direção Geral de Educação (DGE) (2019). *Dados relativos ao PNC 2014-15 a 2017-18*. Documento não-publicado facultado à equipa. Lisboa: DGE.
- Direção Geral de Educação (DGE) (2019). *Programa de Educação Estética e Artística (PEEA) 2010-2018*. Documento não-publicado facultado à equipa. Lisboa: DGE.
- Direção-Geral das Artes (DGArces) (2018). *Relatório Estatístico DGArces em Números 2017*. Lisboa: DGArces. Disponível online em: https://www.dgarc.es.gov.pt/sites/default/files/dgarcsemnumeros_relatorioestatistico2017.pdf
- Fernandes, Domingos (coord.). (2007). *Estudo de avaliação do ensino artístico*. Lisboa: Direcção Geral de Formação Vocacional do Ministério da Educação e Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.
- Ferreira, Claudino (coord.) (2016). *5 Sentidos: Estudo sobre a rede de programação cultural. Relatório do estudo*. Coimbra: CES. Disponível online em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/44950/1/Estudo%20sobre%20a%20rede%20de%20programa%C3%A7%C3%A3o%20cultural%205%20Sentidos.pdf>
- Festival Indie Lisboa (2019). *Folheto de Programação Secção Indie Júnior 2019*. Lisboa: Festival Indie Lisboa.
- Figueiredo, António Manuel; Babo, Elisa Pérez (2015). "Territorialização das Políticas Públicas: Inovação e Cultural", in Viriato Soromenho-Marques e Paulo Trigo Pereira (coords.) (2015), *Afirmar o Futuro. Políticas Públicas para Portugal. Vol. II: Desenvolvimento Sustentável, Economia, Território e Ambiente*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 234-263.
- Fortuna, Carlos; Silva, Augusto Santos (2001). "A cidade do lado da cultura: Espacialidades sociais e modalidades de intermediação cultural", in Santos, Boaventura de Sousa (org.), *Globalização, fatalidade ou utopia?*. Porto: Afrontamento, pp. 409-461.
- Fortuna, Carlos; Silva, Augusto Santos (orgs.) (2002). *Projecto e circunstância. Culturas urbanas em Portugal*. Porto: Afrontamento.
- Fortuna, Carlos (coord.) (2014). *Cultura, Formação e Cidadania*. Lisboa: GEPAC/SEC.
- Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) (2019). *Agenda de Atividades Programa Descobrir - Jovens e Adultos abril- setembro 2019*. Lisboa: FCG.
- Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) (2019). *Agenda de Atividades Programa Descobrir - Crianças e Famílias Abril- Setembro 2019*. Lisboa: FCG.
- Garcia, José Luís (coord.) (2014). *Mapear os recursos, Levantamento da legislação, Caracterização dos atores, Comparação internacional*. Lisboa: GEPAC/SEC.
- Garcia, José Luís; Lopes, João Teixeira; Martinho, Teresa Duarte; Neves, José Soares; Gomes, Rui Telmo; Borges, Vera (2016), "Mapping cultural policy in Portugal: From incentives to crisis", in *International Journal of Cultural Policy*, DOI: 10.1080/10286632.2016.1248950, pp. 1-17.

- Gomes, Rui Telmo; Lourenço, Vanda (2009), *Democratização Cultural e Formação de Públicos: Inquérito aos “Serviços Educativos” em Portugal*. Lisboa: OAC.
- Grupo de Trabalho Estratégia e Cidadania (2017). *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*. Lisboa: DGE. Disponível online em: http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos_Curriculares/Aprendizagens_Essenciais/estrategia_cidadania_original.pdf
- Heusden, Barend van; Gielen, Pascal (eds.) (2015). *Arts Education Beyond Art. Teaching Art in times of Change*. Amesterdão: Valiz.
- Instituto Nacional de Estatística (INE) (2018). *Estatísticas da Cultura 2017*. Lisboa: INE. Disponível online em: <http://www.gepac.gov.pt/gepac-dsepac/estudos-e-estatisticas/estatisticas/estatisticas-culturais-2017-pdf.aspx>
- Instituto Nacional de Estatística (INE) (2018). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Indicadores para Portugal – Agenda 2030*. Lisboa: INE. Disponível online em: https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=332286756&att_display=n&att_download=y
- Lardoux, Xavier (2004). *Pour une politique européenne d’éducation au cinema*. Paris: Centre national du cinéma et de l’image animée. Disponível online em: <https://www.ladocumentationfrancaise.fr/var/storage/rapports-publics/144000347.pdf>
- Lauret, Jean-Marc; Marie, François (eds.) (2010), *European agenda for culture Working Group on developing synergies with education, especially arts education - Relatório Final* (junho de 2010). Disponível online em: http://www.artscouncil.ie/uploadedFiles/wwwartscouncilie/Content/News/Young_people,_children,_and_education/MOCedu_final_report_en.pdf
- Lopes, João Teixeira (2000). “Em busca de um lugar no mapa. Reflexões sobre políticas culturais em cidades de pequena dimensão”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, 34, pp. 81-118.
- Lopes, João Teixeira (2009). “Políticas culturais urbanas”, in Fortuna, Carlos e Leite, Rogério Proença (orgs.), *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Almedina, pp. 171-186.
- Martinho, Teresa Duarte (2013). “Mediadores culturais em Portugal: perfis e trajetórias de um novo grupo ocupacional” in *Análise Social*, xlviii (2.º), pp. 422-444.
- Matarasso, François (2019), *Uma Arte Irrequieta*. Lisboa: FCG.
- Mateus, Augusto (coord.) (2013). *25 anos de Portugal Europeu. A economia, a sociedade e os fundos estruturais*. Lisboa: FFMS.
- Michelkevičė, Lina (2017), “Starting from School: Contemporary Art Projects Involving Educational Institutions” in *Acta Academiae Artium Vilnensis*, 84, pp. 117-140.
- Museu da Marioneta (2019). *Folheto de Oferta Educativa janeiro - abril 2019*. Lisboa: Museu da Marioneta, EGEAC/ CML.

- Neves, José Soares (2000). *Despesas dos municípios com cultura*. Lisboa: OAC.
- Neves, José Soares; Lima, Maria João (2009). *Promoção da Leitura nas Bibliotecas Públicas*. Lisboa: OAC.
- Neves, José Soares; Santos, Jorge Alves dos; Lima, Maria João (2012). *Estatísticas Culturais do Ministério da Cultura 2010*. Lisboa: OAC/GPEAC.
- Neves, José Soares (coord.) (2017), *Estudo Posicionamentos das Entidades Artísticas no Âmbito da Revisão do Modelo de Apoio às Artes*. DGArtes/CIES, ISCTE-IUL.
- O'Neill, Paul; Wilson, Mick (eds.) (2010). *Curating and Educational Turn*. Londres/Amesterdão: Open Editions/ de Appel.
- Pacheco, Raquel (2017). "Projetos europeus e internacionais de literacia fílmica implementados em Portugal" in S. Pereira & M. Pinto (Eds.), *Literacia, Média e Cidadania – Livro de Atas do 4.º Congresso*. Braga: Centro de Estudos Ciências Sociais, pp. 399-409.
- Pinto, Jorge Cerveira (2012), "Culture and the Structural Funds in Portugal", in *EENC Paper. European Expert Network on Culture*. Disponível online em <http://www.eenc.info/wp-content/uploads/2012/09/JPinto-Culture-and-the-Structural-Funds-in-Portugal.pdf>
- Plano Nacional das Artes (PNA) (2019). *Estratégia do Plano Nacional das Artes 2019-2024*. Disponível online em https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos/PNA/Documentos/estrategia_do_plano_nacional_das_artes_2019-2024.pdf
- Quintela, Pedro (2011). "Estratégias de mediação cultural: Inovação e experimentação no Serviço Educativo da Casa da Música" in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 94, pp. 63-83.
- Quintela, Pedro; Ferreira, Claudino (2018). "Indústrias culturais e criativas em Portugal: um balanço crítico de uma nova 'agenda' para as políticas públicas no início deste milénio", in *Revista Todas as Artes*, 1(1), pp. 88-110.
- Reia-Baptista, V.; Burn, A.; Reid, M.; Cannon, M. (2014). "Screening Literacy: Reflecting on Models of Film Education in Europe" in *Revista Latina de Comunicación Social*, 69, pp. 354 a 365.
- Rodrigues, Maria de Lurdes; Alçada, Isabel; Calçada, Teresa; Mata João (2017). Apresentação de Resultados do Projeto "Aprender a ler e a escrever em Portugal". Relatório de progresso. Disponível online em [http://www.dgeec.mec.pt/np4/292/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=516&fileName=relatorio_progresso.pdf](http://www.dgeec.mec.pt/np4/292/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=516&fileName=relatorio_progresso.pdf)
- Rosa, Manuel Carmelo; Garcia, Teresa (coords.) (2015). *Nos caminhos da infância 1: pensar em educação com o cinema*. Lisboa: Associação Os Filhos de Lumière/FCG.

- Santos, Maria Emília Brederode (coord.) (1996). *Grupo Interministerial para o Ensino Artístico. Relatório/Síntese*. Lisboa: Ministério da Educação / Ministério da Cultura.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos (coord.) (1998). *As Políticas Culturais em Portugal*. Lisboa: OAC.
- Silva, Augusto Santos (coord.) (2000). “A educação artística e a promoção das artes, na perspetiva das políticas públicas”, *Relatório do grupo de contacto entre os Ministérios da Educação e da Cultura*. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação.
- Silva, Augusto Santos (2004). “Como Classificar as Políticas Culturais? Uma Nota de Pesquisa” in *OBS*, 12, pp. 10-20.
- Silva, Augusto Santos (2007). “Como abordar as políticas culturais autárquicas? Uma hipótese de roteiro” in *Sociologia, problemas e práticas*, 54, pp. 11-33.
- Silva, Augusto Santos; Babo, Elisa Pérez; Guerra, Paula (2013). “Cultural policies and local development: the Portuguese case” in *Portuguese Journal of Social Science*, 12 (2), pp. 113-131.
- Silva, Augusto Santos; Babo, Elisa Pérez; Guerra, Paula (2015). “Políticas culturais locais: contributos para um modelo de análise” in *Sociologia, Problemas e Práticas*, 78, pp. 105-124.
- Teatro Marionetas do Porto (2019). *Folheto informativo Oficinas de Teatro de marionetas, objetos e formas animadas 2019*. Porto: Teatro Marionetas do Porto.
- Teatro Nacional Dona Maria II (TNDMII) (2019) *Dossier Pedagógico Boca Aberta*. Lisboa: TNDMII. Disponível online em: http://www.tndm.pt/fotos/escolas/dossier_pedagogico_escolas-boca_aberta_1570467374564c637689b94.pdf
- Teatro Nacional São João (TNSJ) (2018). *Agenda de Programação Centro Educativo TNSJ 2018/ 2019*. Porto: TNSJ.
- Teatro Nacional São João (TNSJ) (2018), *Caderno Centro Educativo 2018/2019*. Porto: TNSJ. Disponível online em: <http://www.tnsj.pt/download/comunicacao/caderno-centro-educativo-2018-19.pdf>
- Teatro Nacional São João (TNSJ) (2018). *Gil Vicente Visitações 2018/2019*. Porto: TNSJ. Disponível online em: <http://www.tnsj.pt/download/comunicacao/2018/Gil%20Vicente,%20Visita%C3%A7%C3%B5es%20CE.pdf>
- Teatro Nacional São João (2019). *Agenda de Programação TNSJ abril - julho 2019*. Porto: TNSJ.
- Teatro Regional da Serra de Montemuro (TRSM) (2019). *Agenda de Programação TRSM 2019*. Castro de Aire: TRSM.

- União Europeia (2006). *European Union's Recommendation on Key Competences for Lifelong Learning*. Disponível online em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32006H0962&from=EN>
- Valente, Fabrícia (2018), "Serviços educativos de arquitectura em Portugal: crescimento e estratégias" in J-A *Jornal Arquitectos*, 256. Disponível online em: <http://www.jornalarquitectos.pt/pt/jornal/j-a-256/servico-educativo-em-arquitectura>
- Wong, Bárbara (2017). "A educação do futuro já começou". Disponível online em: <https://fronteirasxxi.pt/educacao-futuro-comecou/>
- Xavier, Jorge Barreto (coord.) (2004). *Relatório de Grupo de trabalho constituído entre Ministérios da Educação e da Cultura pelo Despacho Conjunto n.º 1062/2003, de 27 de novembro*.
- Xavier, Jorge Barreto (coord.) (2015). *Estratégia Nacional Educação Cultura*. Disponível online em: <http://www.jorgebarretoxavier.com/documentos/projectosNew/portugal/cultura/11%20E%20NEC%20-%20Estrat%C3%A9gia%20Nacional%20para%20a%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Cultura%202015.pdf>

Instrumentos legais e normativos consultados

- Lei nº 46/1986 Lei de Bases do Sistema Educativo. Disponível online em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EInfancia/documentos/lei_bases_do_sistema_educativo_46_86.pdf
- Decreto-Lei n.º 75/2008 que aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. Disponível online em: <https://dre.pt/application/conteudo/249866>
- Decreto regulamentar n.º 35/2012 que aprova a orgânica da Direção-Geral das Artes Disponível online em: https://www.dgartes.gov.pt/sites/default/files/files/organizacao_leiorganica.pdf
- Decreto-Lei n.º 14/2012, que aprova a orgânica da Direção Geral da Educação. Disponível online em: <https://dre.pt/application/conteudo/544383>
- Decreto-Lei n.º 137/2012 que procede à segunda alteração do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, que aprova o regime jurídico de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. Disponível online em: <https://dre.pt/application/conteudo/178527>

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2016 que estabelece o Programa Nacional Promoção do Sucesso Escolar. Disponível *online* em:
https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos/resolucaoconselhoministros23_2016.pdf
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 48-D/2017 que aprova as linhas orientadoras do Plano Nacional de Leitura Disponível *online* em:
<https://dre.pt/application/conteudo/106816250>
- Despacho n.º 6478/2017, que homologa o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. disponível *online* em: <https://dre.pt/application/conteudo/107752620>
- Lei-quadro n.º 50/2018 da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais. Disponível *online* em:
<https://dre.pt/application/conteudo/116068877>
- Decreto Lei 55/2018 que estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens. Disponível *online* em:
<https://dre.pt/application/conteudo/115652962>
- Decreto-Lei nº 103/2017, de 24 de agosto de 2017 que estabelece o novo regime de atribuição de apoios financeiros do Estado a entidades que exerçam atividades profissionais nas áreas das artes visuais, das artes performativas e de cruzamento disciplinar. Disponível *online* em: <https://dre.pt/application/file/a/108043626>
- Resolução de Conselho Ministros nº42/2019 que aprova as linhas orientadoras para o Plano Nacional das Artes. Disponível *online* em:
<https://dre.pt/application/conteudo/119975746>

Websites e outras fontes de informação *online*

- ACERT <http://www.acert.pt/>
- Associação Os Filhos de Lumière <http://osfilhosdelumiere.com/home>
- Associação Os Filhos de Lumière / Projeto *Cinema Cem Anos de Juventude* <http://osfilhosdelumiere.com/cinemacemanosdejuventude>
- Associação Zero em Comportamento <https://zeroemcomportamento.org>
- ASTA <http://aasta.info/>
- ASTA / Projeto *Tell Me* <http://aasta.info/tellmeproject/>
- Câmara Municipal de Lisboa/ EGEAC *Projeto Descola* <http://egeac.pt/descola-actividades-criativas-para-alunos-e-professores>
- Centro de Arte de Ovar <https://cultura.cm-ovar.pt/pt/menu/28/centro-de-arte-de-ovar.aspx>
- Centro Cultural de Belém / Fábrica das Artes <https://www.ccb.pt/Default/pt/FabricaDasArtes>

- Chapitô - Escola de Teatro Artes Circenses e Artes de Rua <http://chapito.org>
- Centro Cultural Vila Flor <https://www.ccvf.pt/>
- Cineclube Ao Norte <http://www.ao-norte.com/cineclube.php>
- Cineclube de Avanca <http://www.avanca.com>
- Cineclube de Faro <http://cineclubefaro.blogspot.com>
- Cineclube da Ribeira Grande (Açores) <https://www.facebook.com/Ccrg-Clube-De-Cinema-Da-Ribeira-Grande>
- Cineclube de Viseu <https://www.cineclubeviseu.pt>
- Cineclube de Viseu / *Projeto Cinema para as Escolas* <http://cinemaparaas escolas.pt/>
- Cined - Programa Europeu de Educação pelo Cinema <https://www.cined.eu/pt/cined>
- Cinemateca Portuguesa - Museu do Cinema / secção Cinemateca Júnior <http://www.cinemateca.pt/cinemateca-junior.aspx>
- Clube Unesco de Educação Artística <http://www.clubeunescoedart.pt>
- Close up - Observatório de Cinema / Casa das Artes de Vila Nova de Famalicão <https://www.closeup.pt>
- Companhia de Teatro A Oficina <http://www.aoficina.pt>
- Conselho Nacional de Educação (CNE) <http://www.cnedu.pt/pt/>
- Direção Geral das Artes www.dgartes.gov.pt
- Direção Geral de Educação / Aprendizagens Essenciais <https://www.dge.mec.pt/aprendizagens-essenciais-0>
- Direção Geral de Educação / Organização e Gestão Curricular Ensino Básico <http://www.dge.mec.pt/ensino-basico>
- Direção Geral de Educação / Organização Gestão Curricular Ensino Secundário <http://www.dge.mec.pt/ensino-secundario>
- Direção Geral de Educação / Plano Nacional de Cinema (PNC) <https://www.dge.mec.pt/plano-nacional-de-cinema>
- Direção Geral de Educação / Plano Nacional de Leitura (PNL) <http://www.pnl2027.gov.pt>
- Direção Geral de Educação / Plano Nacional de Promoção Sucesso Escolar (PNPSE) <http://pnpse.min-educ.pt>
- Direção Geral de Educação / Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular (PAFC) <https://www.dge.mec.pt/curriculo-nacional-dl-552018>
- Direção Geral de Educação / Programa de Educação Estética e Artística (PEEA) <http://educacaoartistica.dge.mec.pt/peea.html>
- Direção Geral de Educação / Programa Educação Estética e Artística - Sub Programa Residências Artísticas <https://www.dge.mec.pt/noticias/educacao-artistica/residencias-artisticas-2019>
- Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) <http://www.dgeec.mec.pt>

- Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) - Base de dados na área da educação e da ciência e tecnologia, disponível *online* em http://www.dgeec.mec.pt/np4/bases_dados/
- Encontros Caminhos do Cinema Português <https://www.caminhos.info>
- Escola de Artes do Espetáculo Teatro do Bolhão /Serviço Educativo <http://ace-tb.com/teatrobolhaoservicoeducativo>
- Escola Superior de Educação de Lisboa /Licenciatura em mediação cultural e artística <https://www.eselx.ipl.pt/oferta-formativa/licenciaturas/mediacao-artistica-e-cultural>
- Escola Superior de Educadores de Infância Maria Ulrich / Pós-graduação práticas artísticas e processos pedagógicos <http://www.api.edu.pt/eseimu/cursos-eseimu/pos-graduacao-praticas-artisticas-processos-pedagogicos>
- Escola Superior de Música e Artes do Espetáculo - IPP / Pós-graduação em Práticas Artísticas e Comunidades <https://www.esmae.ipp.pt/cursos/pos-graduacao/40001637>
- Escola Superior de Teatro e Cinema - IPL / Mestrado em Teatro e Comunidade https://www.estc.ipl.pt/mestrado_teatro_teatro_comunidade
- Eurostat <http://ec.europa.eu/eurostat>
- Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Licenciatura em Artes Dramáticas - Cadeira Pedagogia do Teatro <https://www.ulp.pt/licenciatura/artes-dramaticas-formacao-de-atores/pedagogia-do-teatro/ULP1977-15457>
- Federação Portuguesa de Cineclubes <https://www.fpcc.pt>
- Festival Cinanima <https://www.cinanima.pt>
- Festival Cinanima / Cursos de Formação para Professores <https://www.cinanima.pt/workshops/cursos-de-formacao>
- Festival Cinanima / *Projeto Crianças prem1er* <https://www.cinanima.pt/edicao/education-criancas-prime1ro>
- Festival Curtas de Vila do Conde / Secção Curtinhas <https://festival.curtas.pt/blog/?tag=Curtinhas>
- Festival Indie Lisboa / Secção Indie Junior <https://indielisboa.com/festival-indiejunior>
- Festival Lavar o Mar <https://www.lavraromar.pt>
- Festival Materiais Diversos <https://www.materiaisdiversos.com>
- Festival MEXE- *Encontro Internacional de Reflexão sobre Práticas Artísticas Comunitárias* <https://www.mexe.org.pt/pt/>
- Festival Multiplex <http://www.teatromunicipaldoporto.pt/PT/programa/multiplex-2019-bette-gordon-parceria-com-universidade-lusofona-do-porto>
- Fundação Caixa Geral de Depósitos - Culturgest / Departamento de Participação, Família e Escolas <https://www.culturgest.pt/pt/participacao>

- Fundação Caixa Geral de Depósitos - Culturgest / Projeto *RAP - Residências artísticas para professores* <https://www.culturgest.pt/pt/participacao/atividade/rap-residencia-artistica-para-professores>
- Fundação Calouste Gulbenkian / Projeto *Estímulo à Melhoria de Aprendizagens* <https://gulbenkian.pt/grant/projeto-ema>
- Fundação Lapa do Lobo <http://fundacaolapadolobo.pt>
- Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais <http://www.gepac.gov.pt/>
- Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais - relatórios estudos e publicações <http://www.gepac.gov.pt/estatisticas-e-estudos/estatisticas.aspx>
- Instituto do Cinema e Audiovisual <http://www.ica-ip.pt/pt/>
- Instituto Nacional de Estatística <https://www.ine.pt>
- LU.CA - Teatro Municipal Luís de Camões <https://lucateatroluisdecamoes.pt>
- Ministério da Educação <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/area-de-governo/educacao/acerca>
- OCDE - repositório estatístico online <https://www.oecd-ilibrary.org/statistics>
- OCDE - *Future of Education and Skills: Education2030*. <http://www.oecd.org/edu/school/education-2030.htm>
- Pordata <https://www.pordata.pt/>
- Radar 360 - Companhia de Teatro, Artes de Rua e Circo Contemporâneo <https://www.radar360.pt>
- Rede Colaboradores em Serviços Educativos <https://www.facebook.com/groups/redecse>
- Rede de programação intermunicipal Arte em Rede <https://www.artemrede.pt>
- Rede de programação intermunicipal Comédias do Minho <http://www.comediasdominho.com>
- Teatro Infantil de Lisboa <http://www.til-tl.com>
- Teatro Nacional Dona Maria II / Festival *Panos* <http://www.tndm.pt/pt/calendario/festival-panos-palcos-novos-palavras-novas>
- Teatro Nacional de São João / Projeto *Micropedagogias* http://www.tnsj.pt/home/espetaculo_ciclo.php?intCycleID=108&intShowID=4895
- Teatro Municipal São Luís / *Encontros O Público vai ao Teatro* <https://www.teatrosaoluiz.pt/espetaculo/o-publico-vai-ao-teatro>
- Teatro Municipal Rivoli / *Programa Paralelo - programação para Escolas e Famílias* <http://www.teatromunicipaldoporto.pt/PT/paralelo/>
- TIM – *Theatre in Mathematics* <https://www.theatreinmath.eu/pt-pt/>
- UNESCO - *UNESCO Education 2030 Framework for Action* <http://www.unesco.org/new/en/education/themes/leading-the-international-agenda/education-for-all/sdg4-education-2030>

**Matosinhos**

R. Tomás Ribeiro, nº 412 – 2º
4450-295 Matosinhos Portugal

Tel (+351) 229 399 150
Fax (+351) 229 399 159

Lisboa

Avenida 5 de Outubro
Nº77 – 6º Esq
1050-049 Lisboa Portugal

Tel (+351) 213 513 200
Fax (+351) 213 513 201

geral@quaternaire.pt
www.quaternaire.pt